

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM GOIÁS (1978-1985):
EM BUSCA DE AUTONOMIA E PODER**

ISABELLA DE FARIA BRETAS

GOIÂNIA - GO
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Isabella de Faria Bretas

3. Título do trabalho

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM GOIÁS (1978-1985): EM BUSCA DE AUTONOMIA E PODER

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLA DE FARIA BRETAS, Discente**, em 08/07/2021, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **David Maciel, Professor do Magistério Superior**, em 09/07/2021, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2191783** e o código CRC **3C28E872**.

Referência: Processo nº 23070.017788/2021-06

SEI nº 2191783

ISABELLA DE FARIA BRETAS

**O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM GOIÁS (1978-1985):
EM BUSCA DE AUTONOMIA E PODER**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História, sob orientação do Prof. Dr. David Maciel.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades

GOIÂNIA - GO
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Bretas, Isabella de Faria

O Movimento dos Trabalhadores em Goiás (1978-1985): em busca de autonomia e poder [manuscrito] / Isabella de Faria Bretas. - 2021.

359 f.: il.

Orientador: Prof. David Maciel.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos.

Inclui mapas, fotografias, lista de figuras.

1. . I. Maciel, David, orient. II. Título.

CDU 94(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **025/2021** da sessão de Defesa de Tese de **Isabella de Faria Bretas** que confere o título de Doutor(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um**, a partir da(s) **09h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM GOIÁS (1978-1985): EM BUSCA DE AUTONOMIA E PODER”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **David Maciel (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Walmir Barbosa (IFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Cláudio Lopes Maia (UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **João Alberto da Costa Pinto (PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Tamara Naiz da Silva**, membro titular externo. Durante a argüição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **David Maciel**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 04/05/2021, às 08:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Alberto Da Costa Pinto, Professor do Magistério Superior**, em 04/05/2021, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Maciel, Professor do Magistério Superior**, em 04/05/2021, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Lopes Maia, Professor do Magistério Superior**, em 04/05/2021, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1988493** e o código CRC **55126051**.



Referência: Processo nº 23070.017788/2021-06

SEI nº 1988493

Agradecimentos

Assumo que esta tese foi feita em conjunto e impossível seria encontrar palavras para expressar o meu agradecimento a todos os que fizeram parte dessa etapa da minha vida.

Inicialmente, agradeço ao meu orientador e mestre David Maciel, que ao longo desse caminho do doutorado me ensinou muito mais do que conceitos, sobre intelectuais clássicos e sobre obras de referência mundial. Ele interferiu diretamente na pessoa a qual me transformei e fez toda a diferença na minha trajetória de vida. É uma das pessoas mais admiráveis que conheci! Obrigada por permitir que eu caminhasse esse tempo com você.

Estendo não só o meu agradecimento, mas o meu carinho e, também, admiração a todos os antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores e pessoas que, em algum momento, ligaram-se a ele e que me auxiliaram muito mais do que eu poderia imaginar: Alberto Gomes de Oliveira “Bacurau”; Amauri Barros da Silva; Arrigo Malavolti; Augusto de Franco; Cícera Bezerra de Moraes; Élcio José Teixeira; Everardo de Aguiar Lopes; Exupério Alves dos Santos; Geralda Maria Santa Bárbara; Lúcia Helena de Carvalho; Márcia Jorge; Márcio Eudes Teixeira e Raimundo Alberto Damasceno. Muitos se tornaram mais do que simples “entrevistados”, hoje, são amigos que aconselham, que explicam e que se relacionam de maneira próxima. Obrigada a vocês por tudo!!! Ao Bacurau, especialmente, por toda a amizade e ajuda, o que está escrito aqui não seria possível sem você.

Aos meus familiares que são parte essencial de mim e que contribuíram com a minha formação: pai (Antônio Carlos Batista Bretas), mãe (Lívia de Faria) e irmãos (Julianna de Faria Bretas e Virgílio de Faria Bretas). Mãe, obrigada por entender meus períodos de isolamento para escrever! Faço aqui uma homenagem especial à minha tia e madrinha (Céres de Faria ♥) que não está mais entre nós, mas é parte do meu coração e da minha alma.

Ao meu melhor amigo e companheiro de vida: Francesco Palermo Neto por estar comigo em todos os momentos, sejam estes bons ou ruins, tristes ou alegres; a sua presença constante com certeza tornou tudo mais leve apesar de todas as dificuldades. Obrigada!

Aos professores e alunos em geral da Faculdade de História da UFG e equipe da Pós-Graduação que contribuíram de maneira singular com a minha formação, seja por meio de informações, seja por meio de aulas, amizades, desabafos etc.

Aos contribuintes enquanto banca no Exame de Qualificação: Walmir Barbosa (que se tornou também um amigo) e Elias Nazareno. Mais do que examinadores, vocês foram colaboradores e agradeço por todos os ensinamentos e sugestões. Aos membros da banca de defesa da Tese, por se disponibilizarem a conhecerem minha pesquisa e darem sugestões de melhoria.

Agradeço, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, pela concessão da Bolsa de Estudos, incluindo a Bolsa para o Doutorado-Sanduíche em Lisboa. Vocês me proporcionaram uma experiência única ao possibilitarem a minha ida para outro país. Muito obrigada.

Resumo

Esta tese tem por objeto central o estudo do chamado Movimento dos Trabalhadores, incluindo o contexto nacional brasileiro em que surgiu: a Ditadura Militar, em 1978, e o seu declínio, em 1985, abordado nas três localidades em que teve vigência: Estado de Goiás, Distrito Federal e Estado do Pará. A tese sustenta-se por meio de fontes que abrangem desde depoimentos, memórias e biografias a documentos da própria organização política e dos antigos integrantes. Além de apresentar reportagens jornalísticas, esta tese procurou compreender de que modo a política operada no período narrado teria impulsionado a criação de organizações como o MT, ao mesmo tempo que possibilitava a manutenção da ordem social burguesa e do conteúdo autocrático do Estado. Ademais, propõe-se a comprovar a tese de que, diante das teorias desenvolvidas por Gramsci e Lênin, o Movimento – e sua própria configuração – constitui-se como partido de quadros com a permanência constante dos dirigentes. No capítulo 1, discorrer-se-á sobre o contexto de luta e resistência nas três localidades referidas para a inserção do MT diante da conjuntura em que se encontrava o país e, é com base nessa realidade, que se desenvolve a união entre trabalhadores do campo e da cidade para a formação do objeto de estudo. No capítulo 2, as origens que permitiram tal união serão discorridas por meio de um ponto em comum que é a Teologia da Libertação por meio do envolvimento da ala progressista da Igreja Católica que se torna essencial para que o Movimento surja e vigore. Nesse sentido, a luta pela terra, tanto no ambiente rural quanto no urbano, passa a significar a luta por moradia e, frente a esse objetivo, o MT atua mais do que como movimento em busca de maior dignidade, atua como partido com centralidade e organicidade. A contradição entre teoria e prática, na busca por autonomia, cujo conceito foi desenvolvido por Lênin, é vista como motivo para o declínio do Movimento, fato discutido ao final da tese. Algumas das principais ações dessa organização são exemplificadas no capítulo 3 na intenção de comprovar sua relevância e dimensão, uma vez que ultrapassam o território regional de seu surgimento. Por fim, comprova-se que o Movimento dos Trabalhadores foi vítima do transformismo, outro conceito gramsciano, uma vez que adere à institucionalidade ao fazer parte do PT e da CUT e contraria a própria essência de autonomia dos trabalhadores, fato que resultou no seu declínio.

Palavras-chave: Movimento. Trabalhadores. Partido político.

Abstract

The main objective of this thesis is the study of the called the Workers' Movement including the Brazilian national context of military dictatorship in which it arose, in 1978, and its decline in 1985, addressed in the three localities in which it was in force: State of Goiás, Federal District and State of Pará. Supported by sources ranging from statements, memoirs and biographies to documents of the political organization itself and former members, in addition to journalistic reporting, the thesis seeks to understand how the policy operated in this period boosted the creation of organizations like the MT at the same time that it made it possible to maintain the bourgeois social order and the autocratic content of the state. Acting as a party to the theories developed by Gramsci and Lenin, this work proposes to prove this thesis by analyzing the Movement's actions and its own configuration when constituting itself as a party of cadres with the constant permanence of the leaders. Chapter 1 will discuss the context of struggle and resistance in the three locations referred to for the insertion of MT in the face of this situation in which the country was. It is based on this reality that the union between rural and city workers develops to form the object of study. In chapter 2, the origins that allowed such a union will be discussed through a common point which is Liberation Theology through the involvement of the progressive wing of the Catholic Church, which becomes essential for the Movement to emerge and take effect. In this sense, the struggle for land, both in rural and urban environments, starts to mean the struggle for housing and in view of this objective, MT acts more than as a movement in search of greater dignity, it acts as a party with centrality and organicity. The contradiction between theory and practice, in the search for autonomy whose concept was developed by Lenin, is seen as a reason for the Movement's decline, a fact discussed at the end of the thesis. Some of the main actions of this organization are exemplified in chapter 3 with the intention of proving its relevance and dimension, since it goes beyond the regional territory of its emergence. Finally, it is proved that the Workers' Movement was a victim of transformism, another Gramscian concept, since it adheres to institutionality by being part of the PT and CUT, contradicting its essence of workers' autonomy, a fact that resulted in its decline.

Keywords: Movement. Workers. Political Party

Índice de Figuras

Figura 1 - Documento do MT produzido e divulgado pelo CRD (fonte: acervo de antigos integrantes)	149
Figura 2 - Documento do MT produzido e divulgado pelo CRD (fonte: acervo de antigos integrantes)	150
Figura 3 - Símbolo do Movimento dos Trabalhadores (fonte: documento “Sobre os Grupos Políticos de Base (GPB)”, 1985)	161
Figura 4 - Capa do documento sobre o Movimento Custo de Vida de Goiás (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)	172
Figura 5 - Documento produzido pelo MT em 1979 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)	189
Figura 6 - Trecho do documento “Contribuição à discussão do R.I.” produzido pelo MT no final da década de 70 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes).	191
Figura 7 - Representação da figura encontrada nos Estatutos do Movimento dos Trabalhadores, produzido em 1979	194
Figura 8 - Documento “Movimento dos Trabalhadores”, 1978 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)	200
Figura 9 – Documento “A Linha” produzido pelo MT em 1979 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)	204
Figura 10 - Material sobre o Movimento dos Incansáveis em Ceilândia (fonte: acervo pessoal da antiga integrante do Movimento dos Trabalhadores, Lucia Carvalho)	217
Figura 11- Jornal A Voz dos Trabalhadores nº 1, 1980 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores Alberto Gomes Oliveira)	220
Figura 12 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Edição Especial, 1980 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)	238
Figura 13 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Outubro, 1981 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores Alberto Gomes Oliveira)	240
Figura 14 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Outubro, 1981 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)	241
Figura 15 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Edição Especial, 1980 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores Alberto Gomes Oliveira)	248
Figura 16 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Edição Especial, 1980 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores, Marcio Eudes Teixeira)	249
Figura 17 - Jornal A Voz dos Trabalhadores nº 10, de 1980 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)	250
Figura 18 - Recorte de reportagem do Diário da Manhã de 1978 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)	254
Figura 19 - Um dos primeiros materiais sobre o Partido dos Trabalhadores publicado pelo CRD em dezembro de 1982 (“PT 83, A Luta Continua” elaborado pelo CRD em 1982)	282
Figura 20 - Um dos primeiros materiais sobre o Partido dos Trabalhadores publicado pelo CRD em dezembro de 1982 (“PT 83, A Luta Continua” elaborado pelo CRD em 1982)	283
Figura 21 - Um dos primeiros materiais sobre o Partido dos Trabalhadores publicado pelo CRD em dezembro de 1982 (“PT 83, A Luta Continua” elaborado pelo CRD em 1982)	283
Figura 22 - Panfleto com a candidatura do antigo líder do MT a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo de antigos integrantes do MT)	285
Figura 23 - Documento do Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo pessoal do antigo integrante Alberto Gomes Bacurau)	296
Figura 24 - Documento do Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo pessoal do antigo integrante Alberto Gomes Bacurau)	297
Figura 25 - Documento “A Linha” produzido pelo MT em 1979 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)	300
Figura 26 - Documento: Aos companheiros da cidade e do campo, sem data (fonte: acervo pessoal da antiga integrante do Movimento dos Trabalhadores, Lúcia Carvalho)	304
Figura 27 - Documento produzido pelo Movimento dos Trabalhadores, 1983 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)	334
Figura 28 - Documento produzido pelo Movimento dos Trabalhadores, 1983 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)	335
Figura 29 - Documento do Movimento dos Trabalhadores, sem título, 1982 (fonte: acervo de antigos integrantes)	336

<i>Figura 30 - Documento do Movimento dos Trabalhadores, sem título, 1982 (fonte: acervo de antigos integrantes)</i>	337
<i>Figura 31 - Documento do Movimento dos Trabalhadores, sem título, 1982 (fonte: acervo de antigos integrantes)</i>	338
<i>Figura 32 - Documento do Movimento dos Trabalhadores, sem título, 1982 (fonte: acervo de antigos integrantes)</i>	339
<i>Figura 33 – Exemplo de livro educativo distribuído para os integrantes do MT, 1980 (fonte: arquivo pessoal dos antigos integrantes)</i>	340
<i>Figura 34 – Exemplo de livro educativo distribuído para os integrantes do MT, 1980 (fonte: arquivo pessoal dos antigos integrantes)</i>	341
<i>Figura 35 - O Movimento do Custo de Vida em Goiás (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	342
<i>Figura 36 - O Movimento do Custo de Vida em Goiás (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	343
<i>Figura 37 - O Movimento do Custo de Vida em Goiás (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	344
<i>Figura 38 - Jornal A Voz do Trabalhador n° 5 de outubro de 1980 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	345
<i>Figura 39 - Texto intitulado “Critérios” de 1978 (fonte: acervo de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	346
<i>Figura 40 - Livreto didático escrito por integrantes do MT sobre o Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	347
<i>Figura 41 - Livreto didático escrito por integrantes do MT sobre o Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	348
<i>Figura 42 - Livreto didático escrito por integrantes do MT sobre o Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	349
<i>Figura 43 - Documento do Movimento dos Trabalhadores (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	350
<i>Figura 44 - Documento do Movimento dos Trabalhadores (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)</i>	351
<i>Figura 45 - Primeira página do Relatório da 1ª Assembleia Popular (Taguatinga, 15 de agosto de 1982)</i>	359
<i>Figura 46 - Segunda página do Relatório da 1ª Assembleia Popular (Taguatinga, 15 de agosto de 1982)</i>	359

Índice de Fotos

<i>Foto 1 - Pessoas lendo um dos materiais educativos e didáticos confeccionados e distribuídos pelos integrantes do MT (fonte: arquivo pessoal dos antigos integrantes)</i>	148
<i>Foto 2 - Movimento Popular pela libertação dos presos do Araguaia em 1981 em Belém (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores Raimundo Alberto Damasceno)</i>	208
<i>Foto 3 - Início da ocupação do Jardim Nova Esperança, no ano de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)</i>	225
<i>Foto 4 - Detalhe da ocupação do Jardim Nova Esperança, no ano de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)</i>	225
<i>Foto 5 - Detalhe da ocupação do Jardim Nova Esperança, no ano de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)</i>	226
<i>Foto 6 - Detalhe da ocupação do Jardim Nova Esperança, no ano de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)</i>	226
<i>Foto 7 - Alberto Gomes Oliveira, o “Bacurau”, na época líder do Movimento dos Trabalhadores na luta por moradia com os ocupantes do Jardim Nova Esperança em 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)</i>	227
<i>Foto 8 - Carros de polícia no Jardim Nova Esperança, tentativa de retirada dos ocupantes/moradores em outubro de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)</i>	227
<i>Foto 9 - Jornal A Voz dos Trabalhadores nº 1, 1980 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores, Alberto Gomes Oliveira)</i>	233
<i>Foto 10 - Everardo Lopes de Aguiar, entrevistado no dia 03 de julho de 2017 em Brasília – DF</i>	352
<i>Foto 11 - Everardo Lopes de Aguiar, entrevistado no dia 03 de julho de 2017 em Brasília – DF</i>	352
<i>Foto 12 - Alberto Gomes de Oliveira, o “Bacurau”, entrevistado no dia 18 de julho de 2017 no Rio de Janeiro – RJ</i>	353
<i>Foto 13 - Alberto Gomes de Oliveira, o “Bacurau”, entrevistado no dia 18 de julho de 2017 no Rio de Janeiro – RJ</i>	353
<i>Foto 14 - Geralda Maria de Azevedo, entrevistada no dia 01 de outubro de 2018 em Goiânia – GO</i>	354
<i>Foto 15 - Élcio José Teixeira e Márcio Ildes Teixeira, entrevistados no dia 20 de outubro de 2018 em Itaberaí – GO</i>	354
<i>Foto 16 - Padre Arrigo Malavoltti, entrevistado no dia 07 de janeiro de 2019 em Módena – Itália</i>	355
<i>Foto 17 - Padre Arrigo Malavoltti, entrevistado no dia 07 de janeiro de 2019 em Módena – Itália</i>	355
<i>Foto 18 - Lúcia Helena de Carvalho e Cícera Bezerra de Moraes, entrevistadas no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF</i>	355
<i>Foto 19 - Everardo Lopes de Aguiar e Amauri Barros da Silva, entrevistados no dia 18 de dezembro de 2019 – Brasília DF</i>	356
<i>Foto 20 - Amauri Barros da Silva, entrevistado dia 18 de dezembro de 2019 – Brasília DF</i>	356
<i>Foto 21 - Marcia Jorge, entrevistado dia 12 de fevereiro de 2020 – Goiânia GO</i>	357
<i>Foto 22 - Raimundo Alberto Damasceno entrevistado no dia 14 de janeiro de 2020 por meio da tecnologia (Belém-PA)</i>	357
<i>Foto 23 - Augusto de Franco, entrevistado no dia 20 de janeiro de 2020 em Campos do Jordão – SP</i>	358
<i>Foto 24 - Augusto de Franco, entrevistado no dia 20 de janeiro de 2020 em Campos do Jordão – SP</i>	358

Índice de Mapas

<i>Mapa 1 - Mapa ilustrando os Estados e Distrito Federal em que o MT atuou dentro do território nacional (autor: Francesco Palermo Neto, Janeiro, 2020)</i>	197
<i>Mapa 2 - Mapa ilustrando os principais municípios em que o MT atuou dentro do Estado de Goiás (fonte: IBGE, 2014. Modificado por Francesco Palermo Neto, 2020)</i>	198
<i>Mapa 3 - Mapa ilustrando os principais municípios em que o MT atuou dentro do Estado do Pará, 2021 (fonte: IBGE, 2015. Modificado por Francesco Palermo Neto, 2020)</i>	199
<i>Mapa 4 - Primeiro mapa do Jardim Nova Esperança dividido em lotes, confeccionado por Robinho Martins (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo, esposa de Robinho Martins de Azevedo)</i>	222

Índice Quadro

Quadro 1 - Quadro elaborado por Isabella de Faria Bretas (janeiro de 2020) _____ 333

Sumario

<i>O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM GOIÁS (1978-1985):</i>	4
<i>Agradecimentos</i>	5
<i>Resumo</i>	7
<i>Abstract</i>	8
<i>Índice de Figuras</i>	9
<i>Índice de Fotos</i>	11
<i>Índice de Mapas</i>	12
<i>Índice Quadro</i>	13
<i>Sumario</i>	14
<i>Considerações Iniciais</i>	16
<i>Capítulo 1 – O contexto histórico do surgimento do Movimento dos Trabalhadores: do golpe até 1985</i>	31
1.1 - Contexto social brasileiro	32
1.2 - O Estado de Goiás e Distrito Federal em comunhão com os projetos militares	52
1.3 – O Estado do Pará na Ditadura Militar	72
<i>Capítulo 2 – Movimento dos Trabalhadores: Origens, bases políticas e ideológicas e relação partido/movimento</i>	88
2.1 – Origens na Teologia da Libertação	89
2.2 – A relação dos trabalhadores rurais com a terra e sua influência na luta urbana	101
2.3 – Conceção de partido e movimento em Lênin e Gramsci	116
2.3.1 – Lênin	117
2.3.2 – Gramsci	136
2.4 – Que tipo de movimento social é o Movimento dos Trabalhadores	156
<i>Capítulo 3 – Surgimento, estrutura e ação do Movimento dos Trabalhadores</i>	160
3.1 – O surgimento	160
3.2 – Estruturação do Movimento dos Trabalhadores	186
3.3 – O Movimento dos Trabalhadores em ação	195
3.3.1 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores no Estado do Pará: Belém, Marabá e Santarém	205
3.3.2 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores em Ceilândia – DF	216
3.3.3 – O Jardim Nova Esperança	221
3.3.4 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores em Carmo do Rio Verde	231
3.3.5 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores em Itaberaí	235
3.3.6 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores na Cidade de Goiás	242
3.3.7 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores em Jussara, Santa Fé e Mossâmedes	244
3.3.8 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores no bairro Finsocial em Goiânia	256
<i>Capítulo 4 – Inserção institucional e crise do Movimento dos Trabalhadores</i>	258
4.1 – O início da crise e o fim do Movimento dos Trabalhadores	258

4.2 – As contradições da autonomia	264
4.3 – A atuação na formação do PT (Partido dos Trabalhadores)	278
4.4 – A atuação na formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores)	302
<i>Considerações Finais</i>	310
<i>Bibliografia</i>	315
<i>Anexos</i>	333

Considerações Iniciais

A luta dos trabalhadores existe desde que essa categoria passou a existir, mas é na sociedade burguesa que essa luta transforma-se em movimento dos trabalhadores. As lutas passam a não ser mais esporádicas, ocasionais, explosões momentâneas, mas passam a criar instituições, instrumentos permanentes de luta como partidos, sindicatos e associações, e é neste sentido que o Movimento dos Trabalhadores é aqui abordado como objeto de estudo: como uma organização voltada à luta permanente. Nesta tese, aborda-se a luta dos trabalhadores que se organizaram e formaram o Movimento dos Trabalhadores, cujas atuações principais ocorreram nos Estados de Goiás, do Pará e no Distrito Federal.

A importância desse estudo, do ponto de vista historiográfico, dá-se pelo ineditismo do tema, uma vez que não há nenhum trabalho acadêmico sobre o Movimento dos Trabalhadores. Além disso, foi uma experiência fundamental e única nas lutas sociais, entre as décadas de 70 e 80, que interveio fortemente e, principalmente, no Estado de Goiás, o que se caracteriza como história regional.

O estudo aprofunda-se nos conceitos sobre a autonomia por Lênin, as bases do Movimento que foram o marxismo e a Teologia da Libertação, além do conceito de partido por Lênin e Gramsci.

Houve a utilização do método da dialética materialista como conhecimento da realidade, de sorte a visualizá-la pelo olhar do proletariado. O partido, ou seja, o Movimento dos Trabalhadores, nesse contexto, é visto como produto dessa classe.

O Movimento dos Trabalhadores, também denominado pela simplificação da sigla “MT”, surgiu no Estado de Goiás, ao final da década de 70, e pensava a importância do partido político como um centro organizador, não como um centro imposto de fora para dentro da classe.

Defende-se a comprovação da hipótese de que a organização, que é o objeto deste estudo, funcionava como movimento em uma relação dinâmica com seus membros, além de funcionar como um partido porque havia pessoas que se organizavam, bem como havia função educativa e centralidade. Enquanto funcionava como movimento, arrebanhava pessoas em razão das ações coletivas a que se propunha e; enquanto partido, é um “partido

de quadros” por Lênin, com seus dirigentes e como “intelectual orgânico coletivo”, conforme definição de Gramsci, que transforma as demandas sociais em mobilização.

O contexto em que surgiu, citado logo no primeiro capítulo da tese, é descrito por Harvey (2013, p. 15) como um momento em que:

A inquietação da classe trabalhadora crescia em toda parte e movimentos políticos de esquerda ganhavam terreno tanto na Europa como em muitas áreas do mundo em desenvolvimento. Até mesmo nos Estados Unidos a combinação dos movimentos antiguerra, dos direitos civis e de estudantes desafiavam o sistema político, ameaçando as elites político-econômicas e a legitimidade corporativa e estatal. Havia, em resumo, uma crise generalizada de acumulação do capital, associada a um sério desafio ao poder da classe capitalista.

Nesse sentido, assim como muitos outros movimentos surgidos, o MT pode ser considerado como resistência à conjuntura daquela época, porém, representava apenas uma parcela específica no território brasileiro, o proletariado agrário e urbano precarizado, que favorecia sua condição de movimento, já que não representava uma categoria definida, porquanto possuía uma base dinâmica.

As lutas eram por liberdades democráticas e por resistência à Ditadura, por reforma agrária e por direitos trabalhistas no campo e na cidade, uma vez que o MT também tinha bases urbanas. Como exemplo dessas bases urbanas tem-se a construção civil; a luta por moradias; a luta por empregos de pessoas que foram expulsas do campo e passaram a ocupar as periferias das grandes cidades etc. Por meio de organismos autônomos de trabalhadores, ligados ao campesinato ou assalariados agrícolas, uma dimensão revolucionária destacou-se devido ao mérito dessas organizações.

O MT também participou, formalmente, do Partido dos Trabalhadores e da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e, inclusive, ajudou a formá-los, mas defende-se que ele também funcionava como um partido, tanto no sentido ideológico quanto na prática. Esse argumento é defendido porque ele tinha uma proposta, uma organização interna, uma perspectiva teórica e política e, nesta tese, busca-se comprovar isso por meio da amostra de depoimentos e documentos formulados pelos próprios integrantes e dirigentes.

O Movimento pretendia, dentro do PT, ganhar a direção, ou seja, era um partido, na definição gramsciana, porque buscava organizar a ação da classe, ainda que os próprios

ex-integrantes não tivessem percebido e/ou assumido tal posicionamento durante toda a pesquisa do doutorado.

Assim, o MT funcionava, portanto, como um partido nos termos de Gramsci, que define essa instituição como um organizador dos trabalhadores, em uma perspectiva ético-política, cujo objetivo era organizar para buscar a hegemonia e conquistar o Estado e uma das indagações do referido autor serve como princípio basilar para se pensar em partido político, consoante os termos do MT: “Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar em ‘partido político?’” (GRAMSCI, 2002, p. 349).

Nessa perspectiva, é possível, então, visualizar o Movimento dos Trabalhadores enquanto partido político, uma vez que tinha organicidade, grupos de estudos e educação dos membros de teorias marxistas. Ademais, é compreendido como entidade inicialmente formada por ações práticas dos trabalhadores e, em momento posterior, entidade, cuja dedicação era a conscientização e formação de novos intelectuais, além da realização de atividades fundamentais à classe transformando-os em “intelectuais orgânicos”. A hipótese principal na qual se fundamenta a tese, e a qual se buscou comprovar, é a de que o MT foi, portanto, um partido, além de próprio movimento.

O Movimento dos Trabalhadores, nesse viés, surge a partir da tentativa de autonomia das massas, da articulação global das organizações, sem a interferência externa de alguma instituição. A peculiaridade desse estudo provém do fato de que essa tentativa da busca de autonomia, aglutinou forças na formação de uma classe trabalhadora mais sólida e resistente. A temática sobre esse movimento exigiu reflexões sobre concepções leninistas em relação à formulação da independência dos trabalhadores que discutem, sobretudo, a questão da autonomia, além do partido em Gramsci.

Parte do doutorado, 6 (seis) meses especificamente, foi cursada na Universidade Nova de Lisboa em Portugal, sob a orientação da professora doutora Raquel Varela e por meio de bolsa fornecida pela Capes para pesquisas no exterior. A participação no Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais na Universidade fez com que um desejo de aprofundamento surgisse e novas fontes e questionamentos fossem levantados a respeito dessa temática.

Algumas ideias e perspectivas acrescentaram e, ao mesmo tempo, serviram de comparativo entre as análises das lutas sociais no Brasil e em outras localidades no que se entende por partido, autonomia e poder na perspectiva do Movimento dos

Trabalhadores. Para fim de interpretação e construção de ideias, foram consideradas as abordagens feitas por autores portugueses, além das obras desenvolvidas pela coorientadora, residente em Lisboa, que contribuíram às perspectivas aqui levantadas. A questão da autonomia dos movimentos sociais é mencionada e será desenvolvida e relacionada ao próprio Movimento dos Trabalhadores.

O projeto autonomista, segundo documentos da própria organização (produzidos e datados nos anos 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984 e 1985), revela a crença na possibilidade de as massas organizarem-se autonomamente em função da transformação revolucionária da sociedade. Evidentemente, a questão da autonomia é questão do poder. O Movimento tem autonomia na medida em que tem poder de organizar-se e administrar-se por si mesmo, e é tanto menos autônomo à medida que recebe, de instâncias externas, as normas as quais se submete. Com esse objetivo, o MT surgiu como uma reação ao regime militar que vigorou até 1985. Esse período mobilizou a atuação de diversos setores sociais e, no caso do Movimento dos Trabalhadores, a principal ação foi contra o “peleguismo” dentro dos sindicatos que não representavam, de fato, os trabalhadores tanto no Estado de Goiás quanto em outras localidades como o Pará e o Distrito Federal.

A Igreja Católica também será abordada na tese, uma vez que teve uma influência relevante por auxiliar o Movimento, no início, por ocasião do surgimento dele. Nesse sentido, o padre italiano Arrigo Malavolti foi uma das figuras centrais que lutou a favor dos trabalhadores, durante sua estadia no Brasil, que durou mais de 30 (trinta) anos.

Frise-se que o ápice para o surgimento do MT ocorre ao momento do rompimento entre grupos de oposição sindical (ligados a CPT – Comissão Pastoral da Terra) e outros grupos de oposição sindical que defendiam uma maior autonomia nas lutas dos trabalhadores em relação à própria CPT. Ainda, defendiam maior aprofundamento da organização de base, ao contrário daqueles que defendiam o centro da ação na tomada de diretorias de sindicatos.

O Movimento dos Trabalhadores surge, portanto, a partir da tentativa de autonomia das massas e da articulação dos trabalhadores, que já não acreditavam na luta a partir de um centro que organizasse as ações revolucionárias. Os integrantes formavam uma instituição que buscava ser livre da interferência direta do partido, ainda que se defendia, aqui, que o MT se constituísse como partido nos termos de Gramsci.

Os partidos políticos são instituições de extrema relevância em um sistema democrático representativo, pois são responsáveis pela organização das disputas eleitorais, estruturação dos governos e vocalização dos anseios dos cidadãos no sistema político (SARTORI, 1983).

O MT foi, desta forma, uma organização política revolucionária cujo objetivo era, simultaneamente, a destruição do estado burguês e a construção das bases da nova hegemonia e do novo poder político do proletariado rumo a uma sociedade sem classes sociais e sem estado (Regimento Interno, 1980). Os integrantes do Movimento deveriam formar e manter em funcionamento as Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores (OIAT). Consequentemente, haveria a construção de “estruturas de autonomia”, no interior do Movimento, capazes de possibilitar as lutas não lineares.

Na obra de Lênin, outro basilar teórico, a tomada do poder é objeto de uma reflexão detalhada e sistemática, de tal forma que o eixo central gira em torno do problema da organização da ação revolucionária e da autonomia ou ausência desta. Maciel (2007, p. 232) discorre sobre o assunto:

A luta revolucionária não se limitava à luta econômica, pelo contrário, ela adquiria uma autonomia relativa diante do econômico enquanto luta política global, que superava os limites da situação concreta dos operários para interlocutar com todos os grupos oprimidos da sociedade, denunciado não apenas a opressão do trabalho pelo capital, mas todas as formas de opressão.

O referido problema foi, possivelmente, um dos motivos pelos quais o Movimento dos Trabalhadores não conseguiu prosseguir para além do ano de 1985. O objetivo das lutas de massas, sem uma centralidade política que as organizasse, e/ou até governasse, contribuiu para que a força dos trabalhadores não fosse suficiente na disputa pelo poder contra a classe dominante.

Nos dias atuais, o problema da autonomia das lutas das massas é decisivo para aqueles que se preocupam com uma ação social transformadora, ou seja, a discussão ainda é atual e relevante no contexto político brasileiro.

Questionou-se se a autonomia, enquanto fator integrante dos movimentos dos trabalhadores, é realmente possível e essencial na luta contra as políticas dominantes, atualmente, bem como se tal fator foi determinante para o declínio do Movimento. Outros questionamentos referiram-se às contradições que existiram no seio do MT envolvendo a

vanguarda, a base e a massa - três pilares que o constituíram - e a relação com a Igreja Católica que, em determinado período, foi fundamental para a consolidação do Movimento, mas que também exercia influências externas. Demais problematizações foram feitas ao longo da análise das fontes e, por meio de um estudo detalhado, acredita-se ter sido possível adquirir fundamentos suficientes a respeito do objeto de estudo.

Antônio Gramsci é apontado como um intelectual relevante na discussão e compreensão do mundo e da política e, portanto, inseri-lo como teórico basilar para a análise do Movimento dos Trabalhadores é essencial para a instauração de novos horizontes sobre o objeto de estudo. Como já dito, ele é o principal teórico que fundamenta a presente tese, a partir do desenvolvimento sobre partido como organizador dos trabalhadores. O objetivo do Movimento dos Trabalhadores era organizar a referida classe a conquista do Estado.

A autonomia foi o outro conceito basilar do estudo, uma vez que ela norteou os pilares de atuação do Movimento dos Trabalhadores. Para esse conceito, utilizou-se, principalmente, as teses desenvolvidas por Lênin sobre o partido revolucionário e, também, as críticas de Augusto de Franco (ex-integrante), no livro “Autonomia e Partido Revolucionário”, de 1985, às formas de organização defendidas por Lênin.

Os teóricos clássicos e basilares da pesquisa realizada foram, portanto, Gramsci e Lênin, que auxiliaram para a defesa de determinadas visões já mencionadas, como o MT enquanto partido na busca por autonomia. Como Movimento inserido no campo da esquerda, é imprescindível o respaldo encontrado em Marx acerca dos objetivos e formas de atuação sendo, portanto, o marxismo a perspectiva adotada para análise do Movimento dos Trabalhadores.

Para a realização da pesquisa referida é necessário elencar algumas fontes que a subsidiaram bem como o local onde foi possível encontrá-las. Vale ressaltar que esse caminho foi trilhado sob orientação do professor doutor David Maciel, na Universidade Federal de Goiás, que auxiliou na compreensão de algumas abordagens; na concepção teórica que norteia os fundamentos basilares do MT e, claro, na correção e construção da própria tese. O contato com os antigos líderes e integrantes do Movimento dos Trabalhadores facilitou o acesso ao acervo histórico e bibliográfico dessa organização além da possibilidade de entrevistá-los, o que foi essencial para a pesquisa.

O acervo é composto por inúmeros escritos dos próprios ex-integrantes, que detalharam as ações políticas, além de boletins informativos a respeito do que foi realizado e do que seriam as futuras atividades do Movimento. Documentos como passagens de viagens também puderam ser encontrados, o que comprova o deslocamento dos líderes para outros territórios de atuação. Assim, houve uma compreensão sobre a influência exercida pelo Movimento em locais variados como demonstrou, também, a narrativa dos entrevistados. Cartas de alguns antigos integrantes destinadas a outros membros também contribuíram para o entendimento a respeito dos projetos e ideologias. O acesso ao material mencionado possibilitou a percepção sobre as ações divulgadas pelo Movimento e as suposições e determinações não oficiais existentes entre os próprios membros.

O trabalho com o uso dessas fontes é inédito e, sobre elas, pode-se citar como as principais ou de maior relevância, em razão da diversidade de informações contidas, as 11 fitas k7 nas quais estão gravadas inúmeras reuniões feitas pelos então integrantes do MT. Nelas, é possível escutar propostas de ações futuras de luta, planejamentos e atividades já realizadas, assim como discussões sobre os resultados que eles haviam obtido. As datas das gravações remetem aos anos de 1978, 1979, 1980 e 1981 e detalham várias ações feitas nos municípios do Estado de Goiás, do Distrito Federal e, também, do Estado do Pará. É chamado um representante de cada município para discorrer sobre o que estava sendo feito em prol da luta pelos trabalhadores em cada local e quais as principais carências, seja de material ou estrutura para reunir o Movimento. As gravações são amadoras, possivelmente realizadas em aparelhos não profissionais e é necessário algum esforço para compreender o que é dito em razão de ruídos externos.

Todos os documentos analisados fazem parte do acervo do CRD (Centro de Reflexão e Documentação) e estão sob a guarda de antigos integrantes do MT que prontamente cederam tais materiais para pesquisa. Além disso, também serviu como fonte para a pesquisa o livro “Autonomia e Partido Revolucionário”, de Augusto de Franco, que é ex-integrante do MT e, juntamente com Bacurau (também ex-líder), liderou por alguns anos o Movimento.

Inicialmente, o MT formou-se pela ação prática dos integrantes, na luta em ver seus anseios atendidos; mas, em um momento posterior, houve a preocupação, por parte dos líderes, com a formação intelectual dos membros e uma biblioteca pequena chegou a ser formada e documentos foram elaborados para auxiliar na compreensão da teoria

marxista, que era a base do Movimento. Novamente, tem-se a comprovação de que se constituía, ali, um partido, segundo as concepções de Gramsci, e não somente um movimento composto por ações práticas. Surge daí a necessidade de se analisar a fundo os documentos citados, além de inúmeros outros fornecidos pelos antigos integrantes entrevistados.

No que se refere às demais fontes primárias, um vasto material, incluindo teses e dissertações, já foi produzido e consultado, principalmente, no que se refere às universidades brasileiras e portuguesas, locais utilizados para a produção da tese. A pesquisa poderá servir como base para a continuidade de estudos posteriores tendo-se em vista que não foi possível esgotar todas as informações contidas nas numerosas fontes que foram obtidas ao longo do tempo e do encontro com antigos integrantes.

As obras dos autores clássicos foram analisadas de maneira a contribuir para a interpretação das fontes obtidas e a compreensão do sentido institucional do Movimento passa pelo conhecimento desses autores basilares, além do trâmite administrativo do acervo e das relações que os antigos integrantes têm com os colegas de organização.

Por esse motivo, considerou-se a importância da análise das obras clássicas uma vez que nortearam e norteiam, o pensamento político, na contemporaneidade, no que se refere à questão dos trabalhadores.

A organização dos documentos procurou sempre retratar as atividades do Movimento e, na medida do possível, ser o espelho deste. Isso auxiliou na correta contextualização das ações determinadas e suas pretensões políticas. Obviamente, coube à pesquisadora a precaução de utilizar as fontes explicitadas como referencial e nunca como reflexo absoluto da realidade, ou seja, procurou-se realizar a mediação entre o que o Movimento pretendeu desempenhar e significar perante a sociedade (ou o que se afirmava como objetivos hipotéticos) e o que de fato aconteceu enquanto fato histórico.

O registro da atuação dos trabalhadores, sistematicamente, tende a ser suplantado por análises mais macroscópicas. É importante lembrar que essa atuação, bem como a dos outros movimentos sociais; além de ser um dos motores de configuração e transformação das sociedades, gera inúmeros registros, frutos de suas ações. O Movimento dos Trabalhadores preocupou-se em registrar, de forma minuciosa, os encontros e reuniões, contribuindo para um acervo relevante sobre a organização, que foi pesquisado e analisado, tendo-se em vista também a influência dos ex-integrantes na

conjuntura do Partido dos Trabalhadores. O partido foi liderança política no país por mais de dez anos e suas origens foram formadas com o auxílio do próprio MT, o que caracteriza uma relevância nacional.

As fontes citadas foram a base para que a pesquisa ocorresse, além das entrevistas que compõem a tese. Lopez (1999, p. 65) auxilia na explicação da importância desse critério de seleção das fontes:

O caráter eminentemente político das atividades de seleção e organização insere a preservação de fontes documentais para a memória e para a história no contexto das lutas sociais. Os critérios adotados como socialmente válidos privilegiam os testemunhos dos grupos dominantes dentro da construção ideológica que promovem da sociedade. Os vestígios da atuação de outros sujeitos históricos são apagados, sendo-lhes recusado o direito ao próprio passado e, conseqüentemente, à própria cidadania.

Nessa perspectiva, os arquivos da organização foram e ainda são de fundamental importância para a história e a memória. Essa ideia valida os documentos analisados para o entendimento e compreensão do verdadeiro significado do Movimento dos Trabalhadores, seja na ótica dos membros e agentes políticos, seja na ótica dos que foram indiretamente influenciados pela ideologia da organização. Obviamente, não se recorreu apenas aos documentos do Movimento para a pesquisa, portanto, na primeira fase da metodologia, que compreende a pesquisa bibliográfica e documental, foram adotados os seguintes procedimentos:

1º Procedimento - levantamento e discussão de bibliografia produzida: consultas nas bibliotecas da Universidade Federal de Goiás, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, Universidades de outros Estados, bibliotecas em Lisboa e Évora; consultas aos bancos de teses e dissertações *online* como o Banco de Teses da Capes e a Biblioteca Digital do Portal Domínio Público. Para a pesquisa inicial, foram utilizadas expressões e palavras-chave: movimentos sociais, trabalhadores, cultura, ações políticas, esquerda, identidades, partidos e sindicatos, entre outras.

2º Procedimento - investigação Documental: levantamento histórico das Leis, Projetos, Decretos, Editais, Livretos, Atas de reuniões e Assembleias que puderam

auxiliar na compreensão do processo de constituição de movimentos sociais trabalhistas em geral. Outrossim, o acesso ao acervo documental do Movimento dos Trabalhadores foi possibilitado e analisado minuciosamente ao longo dessa etapa. Outros documentos de importantes órgãos foram consultados, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na procura por materiais físicos ou digitalizados que poderiam auxiliar na pesquisa. Esses órgãos possuem material significativo sobre manifestações sociais regionais que, ao serem confrontados com a teoria estudada e com o material sobre a temática, acrescentaram detalhes, hipóteses e novas formas de perceber o objeto. O objetivo de pesquisar a CUT, o PT e a CPT se deu porque o MT atuou diretamente nas duas primeiras entidades e atuou paralelamente a CPT disputando a liderança do movimento.

3º Procedimento – entrevistas realizadas com antigos integrantes: importante pontuar que foram procurados membros que atuavam em diversas categorias e situações dentro no MT. Como exemplo dessas atuações tem-se lideranças teóricas, lideranças práticas, os chamados “peões” que atuavam viajando pelas localidades nas quais havia núcleos do Movimento, moradores de regiões distintas, lideranças que eram parte da Igreja Católica, além de integrantes comuns sem papel de destaque. O quadro com as entrevistas realizadas se encontra no Anexo 1.

Ressalta-se que a maioria das pessoas citadas (Anexo 1) foi consultada e entrevistada em mais de uma oportunidade, todavia, não houve a preocupação em quantificar as entrevistas já que se trata de uma pesquisa com base na qualidade e relevância das informações citadas. Com essa atitude, objetivou-se adentrar, de maneira mais aprofundada, nas propostas, conquistas e resultados dessa extinta organização e dos seus membros.

As ideologias dizem muito sobre um indivíduo ou sobre o grupo ao qual é participante e, por esse motivo, saber sobre elas contribuiu para uma análise satisfatória a respeito do MT enquanto partido, nos termos de Gramsci, que defendia a autonomia, na concepção leninista.

A terceira etapa estendeu-se por vários meses do doutorado e o contato com os ex-integrantes aconteceu por quase todo o tempo durante a escrita da tese, o que auxiliou no entendimento e na resposta de dúvidas que surgiram. A proximidade com os antigos integrantes, certamente, foi um diferencial para se chegar aos resultados obtidos de maneira satisfatória.

A entrevista - como técnica de coleta de dados - busca resultados qualitativo-descritivos e, na concepção de Denker (2001, p. 137), é o momento de “obter as informações sobre a realidade”. A entrevista, de acordo com a autora, consiste na relação entrevistador e entrevistado, em que o entrevistado responde perguntas previamente elaboradas pelo entrevistador, e este registra as respostas para posterior análise. Acredita-se, também, na utilização de entrevistas narrativas, nas quais uma frase é estrategicamente dita, por parte do pesquisador, de maneira a instigar o entrevistado para que ele fale sobre o assunto abertamente. Conversas informais também podem ser relevantes porque o entrevistado sente-se à vontade e não como se devesse responder às questões metódicas obrigatoriamente.

A História Oral fornece técnicas para a utilização de fontes orais para a pesquisa que foram tomadas para a compreensão do passado e do histórico do MT, ao lado de documentos escritos e outros tipos de registros já mencionados. A escolha dos entrevistados não foi, predominantemente, orientada por critérios quantitativos, como já mencionado, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Sobre a História Oral, Thompson (1992, p. 22) revela:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio para transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação. Pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

Queiroz (1998, p. 15) também fornece contribuição sobre o assunto e destaca a História Oral como instrumento fundamental “como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado; serve, pois, para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível”. Com essas técnicas e conceitos exemplificados, foi possível captar todas as informações

necessárias ao estudo sobre o Movimento dos Trabalhadores e a identidade coletiva funcional no período de vigência da organização.

Uma determinada classe social, por intermédio das organizações e movimentos sociais, afirma sua ideologia, sua cultura, seus valores, suas crenças e suas histórias, contribuindo assim para a manutenção da coesão grupal. Durante uma ação política, os integrantes trocam experiências comunicativas, formulam hipóteses e objetivos e lutam por causas comuns a todos.

Segundo Gohn (1999), no cenário atual, tem-se dois modelos de análise de Movimentos Sociais: a culturalista, que enfatiza os movimentos sociais no que concerne à identidade cultural, originando questões acerca de sexo, raça, nacionalidade; e a classista, que enfatiza as estruturas econômicas, as classes sociais, as condições sociais e os conflitos de classes. Existe uma terceira tendência que destaca a importância da cultura na construção da identidade de um movimento social, mas que concebe esses movimentos segundo lutas, conflitos e contradições. A partir da identificação desses modelos de análise, o mesmo autor (1999, p. 44) conceitua movimentos sociais como:

[...] ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflito, litígios e disputas. As ações envolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1999, p. 44).

Os movimentos sociais geram uma série de mudanças e transformações regionais no país como um todo, contribuindo para a democracia e desenvolvimento da sociedade. Conforme Montaño e Duriguetto (2011), os denominados novos movimentos sociais surgem, principalmente, em meados do século XX e têm objetivo de serem complementos das lutas de classe dos movimentos clássicos, sindicais e trabalhistas, que enfrentam o capital para objetivo imediato de diminuir ou regulamentar a força de trabalho. Outras vezes, esses novos movimentos podem ser vistos como alternativos aos movimentos de classes tradicionais e aos partidos políticos de esquerda, que substituem tais formas de lutas.

No que se refere ao Movimento dos Trabalhadores, objeto da presente tese, a importância decorre, principalmente, da luta pela autonomia. Segundo Mirza (2006), essa debilidade da autonomia nos movimentos sociais em relação às estruturas de poder decorre porque existiria um vínculo histórico entre os movimentos sociais e os partidos políticos.

Do ponto de vista metodológico, o autor faz uma importante contribuição, ao analisar a relação entre os movimentos sociais e os sistemas políticos. Ele investiga, nos movimentos, o grau de organicidade, capacidade de proposta, capacidade de mobilizar por meio de convocações, discurso político, grau de autonomia e taxa de afiliação (número de militantes, participantes ou adeptos dos movimentos). Compreende-se, portanto, a relevância da questão da tentativa da autonomia no MT, em razão da herança histórica existente dos integrantes que já lutavam há algum tempo. Acredita-se que essa cultura política de “dependência” dos sistemas políticos vem desde o tempo colonial. Touraine (1989, p. 99) afirma que “a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma”.

Essas acepções contribuem para direcionar as reflexões sobre a cultura e o significado dos movimentos sociais no sentido amplo e irrestrito, ao dialogar também com as identidades dos integrantes do movimento. Os movimentos sociais permitiram aos indivíduos instituir uma autonomia de suas identidades diante das determinações sociais e das regras racionais, “reivindicando o sentido de suas experiências tal como vivenciadas em práticas específicas de atribuição e significado” (ANDRADE, 2009, p. 142).

O estudo sobre cultura, a partir da percepção da pluralidade de experiências evidenciadas por meio dos movimentos sociais, ainda valoriza pouco as manifestações imateriais políticas da vivência humana. O que se pretende utilizar, nesse sentido, também, é Gramsci, para fazer uma possível ligação entre os costumes e crenças de um grupo e a influência ao se reunir e determinar ações ligadas ao movimento social. As ideologias e pretensões são formadas a partir da cultura do grupo e suas visões de mundo. Nesse sentido, acredita-se que o autor foi essencial para a discussão ao se analisar “Os Cadernos do Cárcere”. O Volume 3, por exemplo, forneceu bases para discutir o Movimento dos Trabalhadores enquanto partido político; o Volume 4 serviu para a compreensão da abrangência da cultura e como ela é posta a serviço da classe dominante e o Volume 5 trouxe clareza no que se refere às classes subalternas que era exatamente o que o MT procurava representar durante o período de vigência.

A partir do exposto, a tese foi dividida de maneira a facilitar a compreensão de cada abordagem a partir do contexto no qual o Movimento dos Trabalhadores esteve inserido, bem como considerando os teóricos basilares que forneceram subsídio para analisar e interpretar o que significou o MT em si. Nesse sentido, no capítulo 1 (um), discorrer-se-á sobre o contexto social no período do surgimento do Movimento no Estado de Goiás, no Distrito Federal e no Estado do Pará. Introduz-se, inicialmente, uma discussão sobre o autoritarismo que configurava o regime militar e o papel das organizações de resistência que começaram a se formar desde o golpe de 64. Nesse capítulo serão detalhados alguns dos principais fatos envolvendo os trabalhadores e religiosos pertencentes à Igreja Católica, que sustentaram a base do Movimento dos Trabalhadores por meio da Teologia da Libertação.

Uma vez que parte dos integrantes do MT eram camponeses e estavam sofrendo com o latifúndio crescente, impossível abordar os sujeitos que o compuseram sem considerar os elementos que os uniam e que caracterizaram uma forma de identidade. Esse assunto será discutido no capítulo 2 (dois), que considera a religião como base, porquanto o MT foi inserido como um movimento originariamente cristão que teve, na Igreja, uma grande aliada para o seu surgimento, formação e permanência por alguns anos. Não há como dissociá-lo dessa base religiosa uma vez que a Teologia da Libertação foi o fundamento que consolidou o MT.

Os principais líderes do Movimento tinham laços estreitos com membros da Igreja, que seguiam o viés progressista da Instituição, o que causava embates entre eles e os conservadores religiosos. Toda essa movimentação dos membros da Igreja, junto aos trabalhadores, foi descrita no segundo capítulo. Ainda neste momento da tese, as bases teóricas que fundamentaram o estudo foram explanadas para a análise do Movimento dos Trabalhadores enquanto partido e enquanto organização marxista, uma vez que questionava a estrutura social excludente do capitalismo. Ainda que a maior parte dos integrantes do MT não pudesse compreender o respaldo existente nesses autores basilares, a luta por inserção em um sistema que os excluía cada vez mais já configura uma ação proveniente da esquerda. A resistência à Ditadura Militar não era o principal foco, mas, sim, a tentativa de se (re)conquistar um espaço que os identificava enquanto trabalhadores e homens do campo e contrariava a ordem econômica em vigência que favorecia os latifúndios.

No terceiro capítulo, considerou-se importante detalhar as principais ações coletivas do MT para demonstrar a dimensão do movimento que, apesar de pouco conhecido, influenciou trabalhadores em cidades diversas e, inclusive, em outros estados do território nacional. É necessário ressaltar que as entrevistas com ex-integrantes foram a fonte norteadora para o exercício da escrita do capítulo. Às informações colhidas nesse processo foram acrescentados dados de jornais, áudios gravados das reuniões do MT, dados de livros, teses e demais documentos. Não nos contentamos somente com o que obtivemos por meio das entrevistas e, muitas vezes, os próprios entrevistados forneceram documentos que comprovavam a veracidade do que estavam dizendo. Livros, panfletos, jornais e o acervo do MT foram devidamente consultados para não incorrer em contradições ou basearmos apenas em lembranças presentes na memória dos entrevistados, que podem se equivocar em alguns momentos.

O quarto e último capítulo da tese aborda fatores que, acredita-se, contribuíram para o início da crise do Movimento e, conseqüentemente, determinaram o fim da organização. As próprias questões da autonomia são abordadas e analisadas como motivadoras do fim do Movimento, uma vez que, sem a luta inserida institucionalmente, a visibilidade no cenário político foi dificultada. Em um momento posterior o foco na formação do Partido dos Trabalhadores e na Central Única dos Trabalhadores também foram evidenciados como responsáveis por dispersar a organização e isso contribuiu para o declínio e fim do MT. Ressalta-se que tais conclusões dos fatores que levaram ao fim do Movimento dos Trabalhadores foram comuns a grande parte dos ex-integrantes entrevistados. Eles concordaram que o foco passou a ser a luta por meio de outras instâncias e, portanto, o MT em si foi perdendo força até sua extinção total.

Nas considerações finais, retomam-se as indagações iniciais para identificar o que foi possível responder de maneira satisfatória e os objetivos alcançados em conformidade com o referencial teórico proposto. Outros questionamentos que, possivelmente, não foram devidamente respondidos, poderão ser fruto ainda de uma futura pesquisa tendo-se em vista o caráter amplo de possibilidades de análise do Movimento dos Trabalhadores.

Capítulo 1 – O contexto histórico do surgimento do Movimento dos Trabalhadores: do golpe até 1985

Esta tese inicia-se explanando o contexto brasileiro em que surgiu o Movimento dos Trabalhadores considerando-se a abordagem marxista dos fatos ocorridos e analisando-se o cenário de repressão que vigorava na Ditadura Militar. Admite-se o Movimento estudado como um aglutinador de sujeitos, cuja luta está inserida no amplo aspecto do que se compreende por “oposição” à hegemonia dominante no período. A Ditadura Militar, e suas nuances, contribuiu para que diversos movimentos surgissem como forma de resistência, ainda que não armados, mas clandestinos. O MT foi um deles.

A seguir, faz-se uma análise dos contextos regionais destacando-se, também, os Estados do Pará e de Goiás, que foram os locais onde se concentraram as principais lutas do Movimento. É importante compreender as ocorrências que possibilitaram a união entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos como forma de resistência à realidade do momento. Em Goiás, destaca-se a aderência e a perpetuação das ideias do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), por parte do governo, que incentivava a mecanização do campo e a modernização da agricultura promovendo a saída dos pequenos camponeses que não conseguiram adequar-se a essa nova ótica de produção no campo.

No Estado do Pará, a preocupação das principais lideranças políticas era implementar as diretrizes da “Revolução” o que também resultou em conflitos diversos com os estudantes e, principalmente, com os camponeses na luta pela terra. Percebe-se uma proximidade entre as conjunturas dos Estados de Goiás e do Pará, principalmente, devido aos conflitos envolvendo a propriedade rural. Estava-se diante de uma realidade cujo objetivo do governo era a modernização de determinadas áreas e, considerando-se as especificidades de cada região, os dois estados em muito coincidiram na luta contra um regime opressor e excludente. As parcelas que mais sofreram com os embates sociais e políticos, obviamente, foram aquelas que se opunham ao que estava sendo feito durante o regime militar e isso inclui vários segmentos da sociedade, além da própria Igreja Católica.

O Movimento dos Trabalhadores teve o apoio inicial e principal dos líderes religiosos ligados a Teologia da Libertação, portanto, compreender o papel da Igreja - principalmente no apoio aos camponeses na questão agrária - é fundamental para entender

o que foi, de fato, o Movimento e sobre quais bases teóricas e reivindicatórias ele se constituiu.

1.1 - Contexto social brasileiro

Para melhor compreensão do surgimento do Movimento dos Trabalhadores, bem como de suas posições políticas, faz-se necessária uma contextualização do panorama nacional. O período em que o MT surgiu caracterizava-se por um processo de transição da forma autoritária e ditatorial de governo para uma forma democrática do Estado burguês. É preciso retornar um pouco na história do país para que o momento faça sentido no que se refere ao aparecimento dos novos movimentos sociais de resistência.

Em 1964, ocorreu o que se chama “golpe de Estado”, que resultou em uma Ditadura Militar e foi o momento da consolidação da institucionalidade autoritária e da afirmação burguesa sobre a sociedade com instrumentos de dominação. Obviamente, o período foi permeado por contradições e polarizações entre classes, incluindo as parcelas dominantes e movimentos de oposição, estes últimos, geralmente, frutos de organizações das classes subalternas. Sobre esse ciclo, Maciel (2004, p. 38) aponta algumas características importantes:

Nos anos que vão do golpe de Estado de 1964 ao início do novo ciclo expansivo em 1968, foram gestadas as condições econômicas, sociais e políticas para o novo e irresistível salto no processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista, representado pelo chamado “milagre brasileiro”. Das medidas desenvolvidas foram fundamentais aquelas referentes à subordinação do trabalho ao capital, à ampliação do instrumental interventor do Estado e ao desenvolvimento de um novo sistema financeiro.

O período do chamado “milagre brasileiro” vai de 1967 a 1973 e é assim conhecido devido às taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). As interpretações do momento seguem três linhas que atribuem o “milagre” a causas específicas. De maneira geral, a primeira, destaca os incentivos às exportações; a segunda, atribui parte do “milagre” ao ambiente externo favorável e a terceira, credita-o às reformas institucionais do Governo Castello Branco. O intervencionismo do Estado por meio da política monetária, creditícia e fiscal foi significativo em relação ao

desenvolvimento financeiro do mercado, mas tal intervencionismo foi ampliado para vários outros setores da sociedade, o que deu início a uma hierarquização no processo de tomada de decisões em quaisquer instâncias, inclusive culturais. Franco (1995, p. 61) diz que:

Com efeito, a primeira providência da ditadura militar, após o golpe, foi a de tentar erradicar definitivamente da paisagem cultural e política todos aqueles movimentos culturais que apresentassem alguma relação com qualquer setor politicamente organizado.

A própria burguesia, dona de terras, viu-se em uma posição subalterna diante do grande capital que surgia e perdia autonomia dentro do bloco do poder. Isso foi resultado da crise que se estabeleceu entre as frações componentes desse bloco devido a interesses conflituosos. Os militares, então, assumem também as rédeas do processo político, tutelando o sistema político brasileiro e deixando de lado a perspectiva moderadora salientada por Stepan (1975, p.119):

É possível adiantar que foi o conjunto das contradições sociais geradas pelo padrão de acumulação capitalista entre as classes dominantes, e entre estas e as classes subalternas, que afastou progressivamente a perspectiva “moderadora” da intervenção militar.

Tem-se a constituição de uma força política relevante, como as Forças Armadas, com direcionamento doutrinário, e que é responsável, de certa forma, pela estabilidade política do país. Nesse sistema, os militares funcionariam como uma espécie de guarda pretoriana, como diz Costa (2013, p.47):

A perspectiva moderadora, enfatizando o caráter pretoriano da sociedade brasileira, acentua a intensa politização das relações sociais no Brasil versus a baixa institucionalidade verificada, incapaz de lidar com as tensões sociais e políticas de um país em efervescência.

Está-se diante do panorama que fundamentou o caráter repressor da Ditadura Militar e da institucionalidade dessa repressão como mecanismo do Estado para promover a “ordem”. Os proprietários rurais, inclusive, utilizaram desse novo caráter do regime para a busca de seus interesses:

Nessa conjuntura, sua ação foi capaz de esvaziar o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural de seu conteúdo reformista, além de defenderem maciçamente a intervenção repressora realizada pelo regime frente aos trabalhadores rurais e camponeses na busca de “pacificar” o campo (MEDEIROS, 1989, p.89).

Houve a ofensiva contra todos os movimentos sociais no Brasil, um combate significativo às Ligas Camponesas no Nordeste; ao movimento operário; ao movimento estudantil; à luta de Trombas e Formoso em Goiás; aos sindicatos sob a influência do Partido Comunista do Brasil em todo o país e, de maneira geral, em Goiás, especialmente na região de Inhumas, Itauçu, Vale do São Patrício etc. A ofensiva do Estado para controlar as organizações sindicais da classe trabalhadora ocorreu drasticamente como aponta Maciel (2004, p.38):

Na primeira frente de ação, aprofundou-se o processo de subordinação de trabalho ao capital, pela política extremamente repressiva desencadeada sobre o movimento dos trabalhadores particularmente o movimento operário e pela contenção salarial.

De acordo com Saes (1985), as forças sociais derrotadas naquele momento foi o conjunto dos trabalhadores e aliados, o operariado urbano e o campesinato pobre. O caráter repressor do governo teve como “justificativa” alguns fatores que vão além da contradição entre as classes que compunham o bloco no poder, como, por exemplo, o anticomunismo, o combate à corrupção e a defesa da hierarquia, da disciplina e da coesão nas Forças Armadas (D´ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994). O anticomunismo, talvez, tenha sido o fator de maior alcance para a intervenção em vários setores sociais como aponta Maciel (2004, p.43):

O anticomunismo era uma noção ampla o suficiente para abarcar os setores políticos vinculados à tradição comunista ou ao marxismo, bem como toda e qualquer ação ou articulação desestabilizadora da ordem social uma perspectiva contra-hegemônica. Nesse arco, entravam o sindicalismo urbano e rural mais combativo, os partidos de esquerda ou vinculados ao nacionalismo e ao distributivismo, o movimento estudantil, as entidades culturais e os setores da intelectualidade.

Devido a esses e a outros fatores, em 1967, cresceu no país a reação ao regime militar, mobilizando diversos setores sociais e políticos, cujas expressões podem ser vistas em variados protestos como, por exemplo, a Passeata dos Cem Mil, entre outros. Setores radicais de esquerda começaram a atacar o governo com ações clandestinas armadas, como assaltos a bancos, sequestros de diplomatas e atentados contra autoridades e unidades militares. Sobre o assunto, Maciel (2004, p.53) diz:

Nessa etapa da institucionalização da ordem política autoritária, a crise de hegemonia instalada com o colapso do populismo se prolongou e aprofundou, pois o crescimento da oposição burguesa combinou-se com a retomada da oposição popular nos anos de 1967 e 1968, fortalecendo a luta antiditatorial.

A crise advinda desse processo exigiu do governo novas medidas e novas ações de endurecimento para conter o avanço dos movimentos populares. Com a participação e representação políticas limitadas pelos partidos institucionais Arena e MDB que, na verdade, tinham um papel de contenção de conflito e contenção da mobilização da sociedade civil, a classe trabalhadora colocava em risco o congelamento da oposição. Essas limitações eram extremamente instabilizadoras, pois objetivavam impossibilitar a mobilização popular, mas devido a todas as contradições e disputas de poder, a postura passiva da sociedade não se manteve. Diante desse cenário,

[...] houve um relativo alheamento entre a estrutura política institucionalizada e os novos instrumentos de mobilização social, surgidos nos anos de 1967 e 1968, impulsionados pelo acirramento da luta de classes, tanto no plano das classes dominantes quanto no plano das contradições entre estas e as classes subalternas (MACIEL, 2004, p.57).

A oposição popular era composta por estudantes, operários e impulsionou diversos segmentos da classe média urbana, além de trabalhadores rurais. Eram movimentos que lutavam pelo fim da Ditadura, embora alguns segmentos enxergassem até como uma revolução pró-socialismo. Obviamente, diversas medidas foram tomadas com o propósito de conter esses movimentos oposicionistas, tanto o burguês quanto o popular, e foi um período marcado por conflitos na rua que resultaram em passeatas, greves, mortes, prisões etc. Por fim, no dia 13 de dezembro de 1968, foi editado o AI-5 (Ato Institucional número 5) que consistiu em uma estratégia adotada pelo governo para

preservar a autoridade política e militar. D'Araujo & Castro (1997, p.208) discorreram sobre o AI-5:

Era o motor original da intervenção militar e da coesão das Forças Armadas vitoriosas em 1964, o anticomunismo, atuando fortemente mais uma vez. Em depoimento prestado nos anos 1990, até mesmo o ex-presidente Geisel, notório representante da ala moderada das Forças Armadas, considerou o AI-5 produto do avanço irrefreável da subversão, o que deixou o presidente sem saída.

A promulgação do AI-5 desencadeou uma repressão violenta com o objetivo de estancar definitivamente a contestação popular, tanto no que se refere aos movimentos em si quanto à prática cultural de forma geral, por meio da censura, do ataque a obras e produções consideradas contra o regime. Franco (1995, p.62) irá dizer:

A ação imediata do Estado Militar após a edição do AI-5, por meio do qual ele alterava sua postura diante da vida cultural, foi basicamente repressiva. Ele estava de fato determinado a suprimir efetivamente qualquer herança ou consequência da prática cultural anterior a 1968. Para isso, por meio da censura, suprimiu toda forma expressiva que pudesse ter qualquer eventual significação política; reprimiu indistintamente todo tipo de obra ou criou dificuldades objetivas para a circulação e distribuição de grande número delas; atacou a produção cultural universitária, afetando gravemente tanto seu destino como sua qualidade; demitiu professores e perseguiu (alguns) produtores culturais. Em outras palavras: seu objetivo imediato era o de calar a voz da sociedade e impedir suas manifestações culturais.

O AI-5 inaugura, portanto, uma nova fase no Brasil no que se refere a institucionalização da ordem autoritária. Algumas de suas medidas principais são explanadas por Maciel (2004, p.64):

Entre suas principais medidas, o AI-5 concedia ao presidente da República o poder de decretar o recesso do Legislativo em todos os seus níveis (federal, estadual e municipal), de decretar intervenção federal nos governos estaduais e municipais, de cassar mandatos e suspender os direitos de habeas corpus para os acusados de crimes contra a segurança nacional.

Os próximos Atos Institucionais vieram para reforçar o caráter autoritário e arbitrário do Estado, o poder do presidente e a proibição e perseguição ao que podia constituir ameaça à ordem estabelecida. O Congresso foi fechado, as eleições foram

suspensas e o governo reafirmou sua supremacia diante do Poder Judiciário. Os movimentos oposicionistas, conseqüentemente, sofreram severas repressões e, de acordo com Ventura (1988, p.279), os que foram especialmente atingidos foram “o movimento estudantil e o movimento sindical grevista; mas também os professores, artistas e intelectuais, numa ofensiva não só política como também ideológica”. As contradições dentro do bloco do poder se intensificaram, uma vez que o AI-5 também enfraqueceu lideranças civis dentro do governo. Gorender (1987, p.149) diz que o ato institucional referido polarizou “a ação política da grande maioria das organizações de esquerda revolucionária, que partiu para a luta armada”, resultando em um clima de maior instabilidade ainda no país.

Houve o combate a essa oposição de esquerda armada, dita “subversiva” por lutar contra o cenário político que se apresentava. Por outro lado, os “subversivos” revidavam com novas formas de resistência. Nesse período, houve ainda o processo de repressão dos aparelhos que tivessem uma perspectiva contra-hegemônica no sentido de inviabilizar o surgimento de qualquer projeto político alternativo ao Estado autoritário. As conseqüências oriundas desse panorama são apontadas por Maciel (2004, p.73):

Nesta etapa, a consolidação da institucionalidade autoritária requereu, em primeiro lugar, o combate repressivo aos movimentos de oposição legais e clandestinos. O avanço dos movimentos gerou uma grave crise política para a ordem autoritária e a luta anti-subversiva foi uma forte motivação para a recomposição militar. As limitações impostas à arena da disputa política com a suspensão de eleições diretas, o esvaziamento das atribuições do Congresso e a canalização do conflito político para os partidos institucionais tornaram-se claramente insuficientes para conter a radicalização política impulsionada pela luta de classes.

Ocorreu, então, o que o autor chama de “nacionalização da repressão” justificada pelo crescente movimento da esquerda armada, que se tornou o alvo dos órgãos e aparelhos de Estado voltados para atividades de informação e de repressão.

Em julho de 1969, foi aprovado um decreto-lei que submetia as polícias militares e os corpos de bombeiros ao controle dos comandos do Exército e das regiões militares (DARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994). O documentário “Em busca da Verdade”, de 2015, de Lorena Maria e Deraldo Goulart, mostra documentos e depoimentos que comprovam a existência da tortura institucionalizada. A TV Senado reuniu material sobre

a atuação das forças armadas, em uma estrutura de repressão, para manter o regime e as graves violações de direitos que ocorreram. Gaspari (2020, p.93) detalha:

A pior das marcas ditatoriais do Ato, aquela que haveria de ferir toda uma geração de brasileiros, encontrava-se no seu artigo 10: “Fica suspensa a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional”. Estava atendida a reivindicação da máquina repressiva. O habeas corpus é um inocente princípio do direito, pelo qual desde o alvorecer do segundo milênio se reconhecia ao indivíduo a capacidade de livrar-se da coação ilegal do Estado. Toda vez que a Justiça concedia o habeas corpus a um suspeito, isso significava apenas que ele era vítima de perseguição inepta, mas desde os primeiros dias de 1964 esse instituto foi visto como um túnel por onde escapavam os inimigos do regime. Três meses depois da edição do AI-5, estabeleceu-se que os encarregados de inquéritos políticos podiam prender quaisquer cidadãos por sessenta dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade. Em termos práticos, esses prazos destinavam-se a favorecer o trabalho dos torturadores.

O cenário descrito encobria os crimes realizados durante a Ditadura e, nesse momento, vários foram os intelectuais, artistas e professores presos, capturados, torturados, mortos e exilados. Em janeiro de 1970, começaram a funcionar os Departamentos de Operações de Informações (DOIs) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs), que mobilizavam forças policiais quando consideravam necessário. Denúncias pesam sobre esses órgãos, que se caracterizavam enquanto instrumentos de repressão da Ditadura Militar e o livro de Godoy (2014) traz, já na capa, a descrição deles: “A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969 – 1991), o centro de sequestro, tortura e morte da Ditadura Militar”.

Diante dessa realidade, a mobilização social, principalmente, por parte dos estudantes e da classe operária, diminuiu até quase se extinguir e, como mais uma forma de contenção, o próprio governo toma a iniciativa de estimular a fundação de sindicatos. No Estado de Goiás, isso ocorreu nas cidades de Catalão, Anápolis, Nova Veneza, Bela Vista, entre outras. A Federação de Trabalhadores é fundada no mesmo Estado e, juntamente com os Sindicatos de Trabalhadores rurais, foi organizada por iniciativa do governo.

Nesse período, a parceria do bloco do poder com alas conservadoras da Igreja Católica ajudava a frear o ímpeto da esquerda e de movimentos ditos comunistas e/ou que combatiam a hegemonia e o regime. As ideias comunistas influenciaram os movimentos camponeses e, em Goiás, isso é bem representativo ao se analisar o movimento político

de Trombas e Formoso, que se configurou em uma resistência armada de camponeses ao norte do Estado de Goiás. Essa luta dos moradores rurais influenciou várias outras iniciativas populares no território brasileiro e, atualmente, ainda é um dos maiores exemplos de resistência e luta pela terra.

Isso posto a ampliação do aparelho repressivo na busca de informações pela nacionalização da repressão foi uma resposta aos movimentos contra-hegemônicos. Maciel (2004, p.74) elucida:

Os anos de 1969 a 1971 marcaram o auge das ações da esquerda armada, fazendo desta o alvo principal das iniciativas repressivas do governo. Diversas organizações se movimentaram, informadas pela estratégia militarista, e realizaram novas ações, como sequestros de diplomatas, justicamentos e atentados a instalações militares que deixaram os militares perplexos e convencidos da necessidade de nacionalização da repressão. Além disso, houve o paciente trabalho das organizações no sentido de estruturar a guerrilha urbana e rural.

Ainda de acordo com o mesmo autor e com Gorender (1987), em 1971, a maioria das organizações de esquerda havia sido dissipada devido às quedas constantes dos militantes e à própria dificuldade com a repressão extrema a qual estavam sujeitos. Ainda que não participassem de lutas armadas, membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro) também foram perseguidos e exterminados “numa prova evidente de que o aparato repressivo não foi montado apenas para combater a oposição armada, mas para aniquilar toda e qualquer oposição de caráter contra-hegemônico” (GORENDER, 1987, p.214).

Tinha-se, portanto, um “Estado sincrético, composto por oligarquismo, militarismo e democratismo restrito, pela combinação de métodos fascistas de institucionalização da violência e do terror e mecanismos de democracia representativa” (FERNANDES, 1987, p.344). Obviamente, esses mecanismos de representação não eram voltados às classes subalternas para a satisfação dos próprios interesses, mas somente aos interesses das classes dominantes no interior do Estado.

Com a sucessão presidencial e a posse de Ernesto Geisel, em 1974, dá-se início a uma nova fase do governo militar. Em março, deste mesmo ano, o novo presidente profere: “Nada pretendemos inovar pelo mero desejo de mudança. Estamos convencidos, porém, de que a própria continuidade depende da capacidade de mudança, em face das alterações sensíveis do quadro conjuntural interno e externo” (OPINIÃO, 1974, p.4). Era

um momento de transição política expressa no compromisso com a abertura “lenta, gradual e segura” da política econômica. O cenário existente no período em que Geisel assume o governo, ou seja, a herança que lhe cabia administrar é pontuada por Macarini (2011, p.37):

Pode-se dizer, a política econômica em 1973 perdeu o controle da situação. Com efeito, o endividamento externo ultrapassou toda e qualquer programação, exigindo, para que fosse mantido um controle mínimo sobre a expansão da liquidez, uma desaceleração do crédito incompatível com o estado de excitação da demanda; ao mesmo tempo, tensões inflacionárias, originadas na tendência ao surgimento de escassez de insumos e matérias primas, foram intensificadas pela conjuntura internacional, culminando, já no final do período, com o choque do petróleo.

A distensão pela qual passava o país e a implementação da “política de abertura” no governo Geisel permitiram que aspectos do que Gramsci (1976) chama de transformismo viessem à tona por meio da continuidade do controle dos mecanismos de representação política por parte do governo ainda militar. Uma espécie de nova política é desenvolvida de forma a reforçar o poder do Estado e seus instrumentos de dominação. Franco (1995, p.68) diz sobre o momento:

O “processo de abertura” constituiu a face mais moderna de organização repressiva do Estado. A implementação da política de abertura trouxe ao poder vantagens imediatas. Primeiramente, porque ele pôde parecer, aos olhos do público, como “mais democrático”, inclusive por consentir a livre produção cultural. Além disto, pôde desenvolver eficiente política de cooptação do intelectual.

Nessa perspectiva, o Estado continuou controlando e administrando, ainda que indiretamente, a vida social, cultural, econômica e política, preservando a autocracia burguesa e consolidando o capitalismo enquanto sistema “necessário” à manutenção dessa ordem. Ainda que houvesse o projeto de distensão, isso implicaria realmente na contenção dos conflitos políticos nos limites aceitáveis pela classe burguesa e não em maiores conquistas pela classe trabalhadora. Maciel (2004, p.87) elucida:

O caráter institucional dos partidos políticos foi reforçado, paralelamente à sua dinamização como canais de interlocução política entre o Estado e o conjunto da sociedade. As eleições foram valorizadas como instrumentos de legitimação da ordem política e o próprio Legislativo, principalmente o Congresso Nacional, resgatou algumas de suas atribuições políticas.

Em uma sociedade que naturaliza a subordinação do trabalho ao capital, essa maior liberdade significou, também, uma forma para a manutenção das condições da dominação burguesa, impedindo a construção de um novo governo que representasse o povo. “A emergência das classes subalternas à arena da disputa política foi limitada e fundamentalmente mediada pelos próprios mecanismos da representação política reativada” (MACIEL, 2004, p.88).

Ainda assim, a emergência do projeto distensionista mostrava tendências instabilizadoras no próprio governo dando aspectos de uma nova crise de hegemonia. Os desequilíbrios no processo de crescimento econômico tornavam-se visíveis e as críticas não demoraram a acontecer sendo inevitável uma transformação por parte do governo. O general Golbery do Couto e Silva, então chefe do Gabinete Civil e um dos mentores da “distensão lenta, gradativa e segura” no governo Ernesto Geisel, discorre sobre a abertura política que ocorreu:

Em realidade, não nos resta outra opção. Momentos muito mais favoráveis não foram, dantes, aproveitados [...]. Além do que, as pressões contrárias, hoje fortes e quase insuportáveis, voltariam a acumular-se aceleradamente, pondo em risco a resistência de todo o sistema nessa enorme panela de pressão em que, como já teria sido assinalado em tempos passados, veio a transformar-se o organismo nacional, após década e meia de compressão (MOVIMENTO, 1980, p.7).

Esse foi um momento de contradições entre o governo autoritário e a burguesia, campo no qual se operou o projeto de transição, em um ambiente conflituoso entre Estado e classes dominantes. A distensão promovida pelo governo não rompia com a institucionalidade da ordem política autoritária; mas, claro, a classe subalterna brigou por novos mecanismos de representação, expressando suas demandas. De acordo com Maciel (2004), as classes subalternas não só insistiram em participar dos mecanismos reativados, expressando suas demandas e sua perspectiva antiautocrática, como criaram e recuperaram aparelhos de contra-hegemonia no interior da sociedade civil na forma de diversos movimentos sociais, como as comunidades eclesiais de base, as associações de moradores, os clubes de mães, as articulações por uma ação sindical independente, entre outros. Sader (1988, p.53) vai dizer:

Geralmente surgidos nas grandes cidades, mas com influência no meio rural, tais movimentos se articularam inicialmente em torno de demandas específicas, que definiríamos como econômico-corporativas (melhores salários e condições de trabalho, serviços urbanos, assistência social pública), e/ou de formas novas de sociabilidade, que possuíam um conteúdo ético antiburguês e antiindividualista e resgatavam a ação comunitária, a solidariedade, a ajuda mútua e a auto-organização.

Esses movimentos avançaram na valorização da sua capacidade de autonomia e auto-organização diante do Estado e dos partidos apesar de sofrerem inegável influência de determinadas instituições. A autonomia dos movimentos, muitas vezes chocava-se com a orientação de tais instituições, mas o papel cumprido por elas foi fundamental na luta popular. Maciel (2004, p.105) ressalta:

As instituições que se destacaram nesse trabalho foram, principalmente, a Igreja Católica e as organizações da esquerda marxista. Como instituição policlassista, a Igreja Católica se relacionava com as mais diversas e antagônicas classes sociais, podendo assumir tanto uma postura de defesa quanto de negação da ordem social. Por isso, se em muitos lugares a Igreja funcionava como um aparelho hegemônico, em outros ela podia assumir tanto uma postura de oposição e até uma perspectiva contra-hegemônica.

Nessa perspectiva, destacaram-se as comunidades eclesiais de base, enraizadas em todo o país, a pastoral operária e a pastoral da terra vinculada à luta pela reforma agrária (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1983). Muitas das articulações das classes subalternas foram mediadas pela Igreja em oposição ao governo o que causava desconforto em alguns movimentos sociais que tinham um compromisso com a auto-organização e independência política. A vinculação deles, portanto, à Igreja, ou à outras instâncias, gerava contradição entre a perspectiva política e instituições de representação ou de mediação. Para a classe subalterna, essa era uma limitação decisiva, pois a viabilidade da representação de seus interesses junto ao Estado era dependente de tais instituições.

O governo contribuía para enquadrar a representação política, limitando-a para que não ultrapassasse os limites da “ordem” institucionalizada por ele mesmo e reprimia a oposição por meio dos próprios mecanismos de disputa política reativados pelo projeto distensionista: partidos, eleições e parlamento. Tal posicionamento fica muito claro no discurso de Geisel em 1976:

O que não se deseja, e não se permitirá, é que pela agitação subversiva o país seja desviado desses rumos [da realidade revolucionária] e perturbada a paz [...]. É deplorável verificar que a oposição persiste em não distinguir o campo legítimo em que lhe cumpre atuar, do outro – intolerável – que a coloca em confronto desafiador à Revolução. Esta não recua e, por isso mesmo, em sua defesa e para combater a subversão e a corrupção, haverá de utilizar-se sempre dos instrumentos legais de que dispõe. Deles não abrirá mão (MOVIMENTO, 1976, p.4).

O discurso demonstra o esforço do governo para controlar a representação da oposição, o que significa que a distensão não significou o caminho para a democracia, ao contrário, a liberdade continuou ameaçada, mas de maneira menos radicalizada e explícita.

Outro lado dessa situação, de não representatividade do trabalhador, era composto pelos conflitos no meio rural, que aumentavam significativamente, uma vez que os grandes grupos investidores eram favorecidos em detrimento dos pequenos agricultores e produtores rurais. Esses pequenos agricultores e produtores, na maioria das vezes, eram expulsos de suas terras pelos grandes proprietários e se deslocavam para as periferias na tentativa de encontrarem moradia. Isso deu-se, em parte, devido ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, que tinha como eixos principais a ocupação do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e o desenvolvimento da agricultura de forma mecanizada, o que excluía automaticamente o camponês desprovido de capacidade para investimentos dessa estrutura. No fim da década de 70, e começo da década de 80, os conflitos de terras cresceram no Brasil como apontam os dados em Duarte (1996, p.118): “A CPT (Comissão Pastoral da Terra) contabilizou, entre 1977 e julho de 1981, 916 conflitos, envolvendo 251.891 famílias, com 1.972.989 pessoas”.

Diante desse cenário de exclusão e injustiças no campo, a ala progressista da Igreja Católica atuou de forma relevante no que se refere aos problemas agrários e à luta por distribuição de terra para a população brasileira baseada na ação coletiva. Silva (2010, p.79) elucida:

As décadas de 1960 a 1980 foram profícuas para os movimentos sociais, principalmente no campo, e um sujeito social foi capaz de otimizar as formas de ação coletiva no campo, ameaçando a então vigente estrutura democrático-autoritária do país. Os membros progressistas da Igreja Católica, inseridos neste contexto, na sua opção pelos pobres, não apenas organizaram os

trabalhadores rurais, como alicerçaram um dos maiores movimentos da América Latina: o Movimento dos Sem Terra – MST, bem como definiu as bases do PT (Partido dos Trabalhadores).

A Igreja Católica dispõe de alguns discursos que justificam esse posicionamento da ala progressista como a ideia de terra para moradia e como direito de todos e construir o Reino de Deus nesse mundo e não em outro. Serbin (2008, p.160) diz que “Na Igreja progressista, agir era construir o Reino de Cristo executando o plano de Deus não no outro mundo, mas na Terra agora”. A própria CPT (Comissão Pastoral da Terra) foi criada em 1975 como resultado dessa movimentação social em torno das questões agrárias estruturais do país. Em um contexto de regime militar, é inegável a contribuição da Igreja diante de um cenário em que vigorava a repressão contra o trabalhador rural e a Pastoral da Terra é vista como um “processo revolucionário com a superação das formas de exclusão social, bem como pela experiência de mudanças e rupturas propostas para uma sociedade mais democrática e mais igualitária” (SILVA, 2010, p.90). Era o combate a um sistema econômico considerado injusto e, portanto, pecaminoso, na visão da Igreja, uma vez que era excludente e concentrador de renda.

O acirramento da luta popular também levou a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) a assumir uma postura cada vez mais contrária à institucionalidade autoritária. Maciel (2004, p.179) aponta que no plano dos movimentos sociais, “a intervenção da Igreja Católica tornou-se decisiva no processo de avanço político e organizativo vivido no período, particularmente no movimento popular das comunidades eclesiais de base e no movimento de luta pela terra”. Concomitantemente a atuação da Igreja nas questões agrárias, havia também alguns militantes ligados a ela que se organizavam no combate à estrutura sindical corporativa. Esse chamado “novo sindicalismo”, que surgiu no final da década de 70, no Brasil, tinha o posicionamento contrário aos classificados enquanto reformistas e/ou pelegos que estavam em vigência em determinados locais do país. Maciel (2004, p.180) contribui ao falar da intervenção da Igreja Católica na luta popular:

O apoio à auto-organização popular colocava em questão os limites dos sindicatos rurais na luta pela terra, pois geralmente eram atrelados ao Estado e valorizavam muito mais a inserção institucional do que a mobilização popular como instrumento de pressão. Nesse processo, a CPT cresceu pelo país e passou a estimular a construção de oposições sindicais nos sindicatos rurais existentes, bem como a formação de novos, com vistas ao rompimento das

práticas sindicais vigentes e ao resgate da estrutura sindical como um instrumento combativo, reproduzindo uma perspectiva que também se manifestava no movimento operário urbano.

A ruptura com a estrutura sindical tutelada pelo Estado significava maior controle e autonomia dos trabalhadores sobre o instrumento de luta a favor dos próprios interesses e isso influenciou diversos movimentos sociais. O centro dessa iniciativa remete-se ao ano de 1978, quando os metalúrgicos do ABC Paulista entraram em greve, e o desdobramento que atingiu outras cidades e outras categorias de trabalhadores. Segundo Alves (1989), ocorreram 24 movimentos grevistas, que abrangeram metalúrgicos, portuários, trabalhadores do transporte urbano, bancários, médicos, professores, reunindo categorias que somavam mais de 500 mil trabalhadores em 6 estados e o Distrito Federal. Como consequência disso, 32 sindicatos de 5 Estados, a saber: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, divulgaram uma declaração conjunta, em que defendiam maior liberdade, autonomia sindical, direito de greve entre outras demandas:

Esmagado por uma política econômica que faz do trabalhador mera engrenagem do processo de espoliação nacional, o povo brasileiro já não pode mais aceitar passivamente que minorias falem em seu nome. [...] queremos afirmar às autoridades que qualquer reforma feita sem consulta à população e sem atender aos interesses dos trabalhadores não passa de uma nova forma de adiar a verdadeira solução do problema nacional. [...] entre nós, agora, convém deixar claro, que em meio a estas sugestões de reformas que só atendem aos interesses dos grupos dominantes, é preciso que se diga que a exigência número um das entidades sindicais é a plena liberdade sindical [...] Não podemos nos conformar com as peias e restrições que nos prendem. Queremos nos libertar do AI-5 que pesa sobre o trabalhador que é a Consolidação das Leis do Trabalho. Como pensar, pois, em reformas políticas e/ou reformas institucionais, sem reformar a atual legislação trabalhista, copiada do modelo corporativo da Carta del Lavoro, quando imperavam as ideias de atrelar o sindicato ao Estado Novo? Deixar a reforma sindical para depois significa mais uma frustração das justas aspirações dos trabalhadores (EM TEMPO, 1978, p.6-7).

O governo militar não ficou imune ao avanço da mobilização popular e o impacto das ações desses atores que surgiam não foi bem-visto pelo governo, ainda que o governo estivesse se orientando para a distensão. O alcance dessas ações com a intenção de conquistar novos direitos sociais e políticos projeta o “Novo Sindicalismo” na luta geral pela democracia no Brasil. Santana (1998, p.27) diz:

O “Novo Sindicalismo” se caracterizaria, assim, por dedicação prioritária as reivindicações imediatas da classe, ainda que com impactos no campo político (daí o surgimento do próprio PT), uma proximidade maior de sua base de representação e um confronto com a estrutura sindical corporativa, tendo em vista o arcaísmo desta na limitação das ações dos representantes dos trabalhadores na busca de suas reivindicações.

A preocupação do Novo Sindicalismo era romper com as práticas do passado em que o Estado controlava as instâncias de representação dos trabalhadores. Lula, então presidente do sindicato dos metalúrgicos à época, vai dizer que “o movimento sindical tem esse cordão umbilical preso ao Ministério do Trabalho” (SILVA, 1981, p.66) e que a estrutura do sindicato era feita de cima para baixo e, portanto, inadequada. Ele diz ainda que o “sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista” (SILVA, 1981, p.45). O argumento deixa claro que o sindicato reivindicado pelos trabalhadores deveria ser organizado na base, mas o que existia legalmente era apenas mais uma ferramenta da classe dominante para conter as classes subalternas e as manifestações.

No sindicalismo rural, também em movimentação nesse período, o processo de avanço na postura de oposição e na configuração de um novo sujeito político atuante, redirecionou a relação com os movimentos de trabalhadores rurais e com o Estado. Maciel (2004, p.219) discorre sobre o assunto:

O Estado deixava de ser visto como mediador nos conflitos de terra e passava a ser enxergado como aliado do latifúndio, desnudando seus compromissos com a grande propriedade. Essa nova postura se evidenciou na defesa da alteração da legislação sindical, de modo a garantir a liberdade e a autonomia sindicais, e na valorização da ação prática e organizada dos trabalhadores como instrumento de luta pela terra, em lugar do legalismo dos encaminhamentos administrativos e burocratizados.

Diante do avanço político do movimento sindical, que ultrapassou os limites da resistência, o governo desenvolveu uma série de estratégias para passivá-lo e esvaziá-lo de conteúdo político. O tratamento repressivo aos movimentos sociais de oposição permaneceu tanto no período da distensão quanto no período de processo para a abertura, com a justificativa de subversão e para a sustentação da ordem. Essa estratégia, além de novas políticas de salários entre outras ações governamentais, fez com que o movimento sindical recuasse após algumas derrotas. Obviamente, as próprias contradições

vivenciadas no interior do movimento sindical também foram responsáveis por esse refluxo:

Entre elas se destacam não só suas divisões internas, mas a própria influência passivizadora exercida pela estrutura sindical e pela institucionalidade autoritária reformadas. Primeiramente, é necessário destacar que, além da divisão entre os chamados sindicalistas “pelegos” (identificados como subservientes ao governo e aos empresários e responsabilizados pelas práticas burocráticas e legalistas) e os sindicalistas combativos (responsáveis pela emergência do movimento sindical nesse período). Havia também fortes clivagens entre os últimos (MACIEL, 2004, p.247).

Essas tendências distintas ocorriam em razão das articulações no campo da oposição ao governo militar e, do avanço nesses embates, e passou a configurar uma divisão dentro da luta sindical. A tendência da unidade sindical, por exemplo, defendia a autonomia dos sindicatos diante do Estado, mas não defendia a liberdade de organização sindical porque acreditava que essa divisão por categorias enfraqueceria o movimento. De maneira geral, a unidade sindical vinculava a luta do movimento sindical:

[...] à necessidade de viabilizar uma ampla aliança entre os setores de oposição à Ditadura Militar, e defendia uma postura prudente nas mobilizações grevistas dos trabalhadores, de modo a evitar que a radicalização desse ao governo a justificativa para um recuo no processo de abertura (MACIEL, 2004, p.251).

Apesar das divergências, existiam também pontos em comum defendidos entre as tendências sindicais e um deles era a necessidade de criação de um partido político próprio dos trabalhadores, o que culminou na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de 1980, essa ideia avançou com a realização de diversas reuniões com dirigentes sindicais, militantes dos movimentos populares e integrantes das comunidades de base, além dos próprios religiosos da Igreja Católica. Santana (1998, p.21) vai dizer:

A riqueza do ressurgimento dos trabalhadores na cena política nacional pode ser contemplada na criação de um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e na criação, pouco tempo depois, após inúmeros encontros e reuniões, de dois organismos intersindicais de cúpula: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

As divergências entre as várias correntes fizeram com que se tornasse inviável uma ação unificada contra a estrutura sindical vigente no período, e o próprio governo contribuiu na contenção da capacidade de enfrentamento do movimento sindical. O que se viu foi a preservação de dirigentes “pelegos” e o fracasso nas tentativas de unificação dos movimentos sindical e popular. No que se refere ao Partido dos Trabalhadores, era considerado uma expressão e consequência da ascensão das lutas populares e uma condição para viabilizar a participação política popular. De acordo com o jornal *Em Tempo* (1979, p.5) o projeto do partido,

avançava sua perspectiva crítica defendendo melhores condições de vida e de trabalho, um programa econômico de caráter anti-imperialista e antimonopolista que realizasse uma reforma agrária e passasse para o controle estatal os setores econômicos essenciais, e propunha a luta pelas liberdades democráticas, abrangendo desde a liberdade de organização sindical e popular, a anistia irrestrita, a criação de uma central única dos trabalhadores e o desmonte do aparato repressivo, até a convocação de uma Assembleia Constituinte e o estabelecimento de um governo dos trabalhadores.

Nesse sentido, percebe-se a defesa da autonomia dos trabalhadores por meio de partido próprio e, em fevereiro de 1980, o número de parlamentares ligados ao PT “limitava-se a um senador, três deputados federais e seis deputados estaduais” (MENEGUELLO, 1989, p.206). A principal demanda presente na criação do Partido era uma organização própria dos trabalhadores diante do Estado e dos partidos controlados por ele. Maciel (2004, p.253) elucida:

Essa perspectiva [do PT ser um instrumento político específico dos trabalhadores] condicionou o PT como um partido de conteúdo antiautocrático e forma antiinstitucional, na medida em que o processo de sua construção procurou romper com limites impostos à ação dos partidos pela institucionalidade autoritária reformada. Nessa questão, particularmente, havia no partido uma clareza muito grande acerca dos limites institucionais a serem transpostos para a construção de um partido efetivamente democrático e vinculado organicamente às classes subalternas, em especial aos trabalhadores.

Apesar desse caráter antiautocrático e antiinstitucional do Partido, a existência de inúmeras forças sociais e políticas que o compunham apresentavam divergências relevantes em seu interior. Alguns viam o PT como um instrumento estratégico para a construção de um partido revolucionário; outros viam-no como instrumento tático de

intervenção política na conjuntura. A ausência de uma perspectiva unificada acerca da representatividade do Partido dos Trabalhadores fragilizava a posição do Partido diante das estratégias passivadoras promovidas pelo governo, como a reforma partidária. Ao longo dos anos, o PT manteve uma perspectiva antiautocrática, mas suas divisões internas foram acirradas, promovendo um profundo dilema institucional e dificultando a mobilização e a organização dos trabalhadores.

Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT), central sindical que se formou em oposição à estrutura sindical estatal, foi construída a partir dos setores sindicais mais combativos do movimento de contestação. Diante da política econômica do governo, houve uma retomada no movimento sindical nos anos de 1983 e 1984, que desencadeou, novamente, inúmeras greves pelo país.

Noronha (1991, p.131) fornece dados mais precisos: “só na área urbana, computaram-se em 1981 e 1982, respectivamente, 150 e 144 greves, enquanto 393 greves foram registradas em 1983 e 618 em 1984”. Nas áreas rurais, “as experiências grevistas se expandiram e diversificaram, juntamente com o processo de luta pela reforma agrária, abrangendo os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários” (MEDEIROS, 1989, p.143). Após, no ano de 1983, foi viabilizada a proposta de criação da CUT que encontrou diversas dificuldades e sempre esteve marcada por divergências políticas. De acordo com Gianotti & Neto (1990, p.49),

A CUT nasceu reafirmando as posições assumidas pelos setores sindicais que lhe convocaram, e defendendo um sindicalismo classista – e não de conciliação de classe –, a liberdade dos sindicatos diante do Estado e sua autonomia diante dos partidos, a democracia interna e o enraizamento do movimento sindical nas bases, o internacionalismo “sem alinhamentos” e o estabelecimento do socialismo como objetivo final da luta sindical.

Nesse sentido, a CUT lidera o processo de retomada do movimento sindical e a luta para romper com a estrutura sindical, no entanto não esteve desprovida de divergências internas. Rodrigues (1997, p.44) vai dizer sobre a trajetória da CUT:

Mesmo nos períodos de ações bem-sucedidas, especialmente ao longo dos anos 80, havia uma posição que poderia ser chamada de contratualista, presente na corrente conhecida como Articulação Sindical, que apoiava uma atuação combativa. Privilegiando o conflito mas também negociando. A Articulação Sindical achava que a Central não devia desempenhar o papel de um partido

político. Já os setores da esquerda socialista, em que pese suas contradições internas, em grande medida consideravam reformistas muitas das propostas. Vislumbravam, ao menos até 1988, a possibilidade de a CUT vir a desempenhar um papel que normalmente caberia a um partido político.

Em uma das entrevistas presente no livro “Sindicalismo e política – a trajetória da CUT”, um dirigente manifesta a sua opinião sobre a base da Central Única dos Trabalhadores:

Embora nós tenhamos criado as CUTs regionais, estaduais, CUT nacional, os próprios departamentos, na verdade a base sindical em que se molda a estrutura cutista ainda é a base sindical corporativista, tradicional, fragmentada, que trabalha com conceitos de categoria determinados pelo Estado no Ministério do Trabalho (RODRIGUES, 1997, p. 122).

A CUT surge como a proposta de superar o peleguismo que caracterizou o quadro sindical durante o regime militar, mas mesmo nas situações de maior repressão sobre o movimento sindical, como as intervenções sobre os sindicatos, o governo evitava empurrar os trabalhadores para uma situação de ruptura ou de criação de sindicatos alternativos (BOITO JÚNIOR, 1991). Dessa forma, a estrutura sindical continuava a exercer influência passivadora sobre o conjunto do movimento sindical e a força dos trabalhadores mais uma vez era contida. A organização coletiva dos trabalhadores, passando pela estruturação do sindicalismo brasileiro, desencadeou, portanto, dois processos, a formação do PT e a formação da CUT, mas que tiveram as ações limitadas diante do cenário político com estratégias passivadoras promovidas pelo governo.

A realização de eleições diretas, em 1984, desmontaria essa lógica, uma vez que a campanha das “Diretas Já” constituiu-se, em determinado momento, no instrumento para romper com os limites impostos pelo governo autoritário, o que facilitaria a organização e atuação política pelos trabalhadores. A própria CUT e o PT articularam lutas pelas eleições diretas, cada um seguindo um posicionamento distinto, mas ambos inseridos na perspectiva da esquerda, além de várias outras correntes que defendiam a campanha, inclusive da burguesia. A oposição burguesa intencionava fortalecer sua posição na disputa política, como alternativa de governo, e um dos candidatos promovidos por ela foi Tancredo Neves, que viria a ser o “eleito” no final do processo.

Apesar das iniciativas em torno da campanha pelas “Diretas Já”, o que ocorreu foi uma negociação envolvendo a oposição burguesa e setores do campo governista, que culminou na criação da Aliança Democrática, chapa composta por Tancredo e Sarney, e na eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República. Sobre o assunto, Maciel (2004, p.309) elucida:

Em 7 de agosto era lançada a Aliança Democrática, reunindo PMDB e a Frente Liberal em torno das candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney para presidente da República e vice, respectivamente. A plataforma da aliança expressava a ampla composição político-social que lhe dava sustentação, particularmente entre as frações hegemônicas do bloco no poder. [...]. Em discurso proferido alguns dias depois, por ocasião de sua indicação oficial como candidato do PMDB, Tancredo Neves reafirmou o compromisso de sua candidatura com as mais variadas frações do bloco no poder, ao tratar cautelosamente das estatais [...]. Além disso, no mesmo discurso o candidato descartou a adoção de “medidas radicais” para a questão da terra e afirmou que o problema agrário poderia ser resolvido pela simples aplicação do Estatuto da Terra [...].

O candidato representou o fim de um regime ditatorial e a continuidade dos interesses das frações burguesas pertencentes ao bloco no poder, além de exercer influência, mais uma vez passivizadora, sobre a classe subalterna. Nesse sentido, a candidatura e vitória podem ser interpretadas como uma derrota para os trabalhadores e para a esquerda:

O transformismo exercido sobre setores expressivos da oposição antiautocrática e sobre a própria campanha das Diretas Já esvaziaram qualquer receio entre certos setores do campo governista de que a ascensão de Tancredo e da oposição burguesa ao governo federal significasse a chamada “ascensão das esquerdas” e uma ruptura com a institucionalidade autoritária e com a própria relação correlação de forças vigente, em linhas gerais, desde o início da transição (MACIEL, 2004, p.314).

Assim, a vitória da candidatura de Tancredo Neves consolidou um processo de transição política, mas garantiu a preservação da autocracia burguesa e o caráter passivizador do governo, desmobilizando os movimentos sociais das classes subalternas e suas práticas.

1.2 - O Estado de Goiás e Distrito Federal em comunhão com os projetos militares

O golpe de 1964, no cenário nacional, foi construído com base em discursos midiáticos sobre uma suposta ameaça de revolução comunista no país, ideias oriundas do clima da Guerra Fria que contribuiu substantivamente para a propagação das ideias socialistas. No que concerne ao movimento que poderia ser desencadeado, eram atribuídas crenças relacionadas à anarquia, à desordem e atentados contra a propriedade privada e, portanto, deveria ser combatido. No Estado de Goiás, o clima não era diferente e os jornais e periódicos goianos exerceram papel fundamental para que ações fossem tomadas no sentido de conter as mobilizações comunistas. Borba (2012, p.1) elucida:

As constantes matérias publicadas em alguns periódicos goianos davam a entender que se não houvesse uma ação rápida para conter os comunistas, a revolução seria uma questão de tempo. Esse alarde da imprensa muitas vezes supervalorizava a atuação dos movimentos de caráter socialista e de esquerda no Brasil, com o intuito de atemorizar a sociedade civil para que no momento certo, tivesse o apoio dela para a concretização de uma ditadura militar.

O autor atribui grande parte dessas informações ao sensacionalismo para que programas vinculados à esquerda fossem vistos como ameaças à ordem e se justificasse, então, a implantação de uma Ditadura Militar de direita no Brasil. Em consequência dessa conjuntura, os governadores Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, e Mauro Borges Teixeira de Goiás conduziram a Frente de Libertação Nacional para mobilizar forças contra uma possível ofensiva da direita conservadora. Em Goiás, Mauro Borges convocou a população civil para uma organização de resistência armada com o objetivo de conter o golpe de Estado que se anunciava em 1961. Em um documento intitulado “Manifesto à Nação” é possível comprovar sua resistência à ditadura, e verificar como o governador argumenta sobre a ilegalidade do que se configurava:

Se os ministros militares ultrapassarem as raias da legalidade, em que legitimaram suas determinações, estão os subordinados exonerados do dever de obediência, pois a ordem legal difere da inconsciência.

Se a vontade do povo não for respeitada, se tentarem mistificá-la e em seu nome ousarem lançar o País na degradação de uma ditadura, sob a alegação já desmoralizada e a que falta de mérito da originalidade, só nos resta um caminho – fazer o apelo dos grandes momentos e das grandes crises: a resistência legalista democrática e patriótica.

Lutemos tão logo seja oportuno e enquanto for possível, pelas formas que se fizerem necessárias, porque, depois de implantado e consolidado o regime de

opressão, será muito difícil destruí-lo e restabelecer a legalidade democrática, devolvendo ao povo a sua dignidade conspurcada.

Convocamos a resistência, à repulsa dos aventureiros, a todos os Governadores, Prefeitos e Vereadores que hauriram no consentimento popular a legalidade do seu mandato e cuja vida política passaria agora a depender unicamente do beneplácito de usurpadores.

O povo brasileiro, atingida sua maioria política, consciente de seus destinos, repudia a tutela, tanto no plano interno como no plano externo. (...)

Aos companheiros e ao povo de Goiás, peço para que se mantenham calmos, que aguardemos as decisões do Congresso e dos responsáveis pela manutenção da paz social, pois da atitude deles, dependerá a nossa palavra de ordem (DIÁRIO DO OESTE, 1961, p.8).

Além da ação empreendida pelo governador, inúmeras outras instituições também se mobilizaram em prol da legalidade como sindicatos, entidades estudantis e outras organizações sociais do Estado que era composto por várias pessoas de esquerda. Apesar de ter se posicionado contra o golpe em 1961, há divergências em relação a postura de Mauro Borges em 1964, que não é vista por alguns autores como contrária ao regime militar. Maciel (2014, p.374) dirá que “o apoio do governador ao golpe militar e sua participação direta na conspiração que depôs João Goulart surpreendeu muitos setores da esquerda goiana que esperavam do governador o mesmo comportamento tido de 1961”. De acordo com Souza (2004, p.121):

Na verdade, Mauro Borges participou ativamente na conspiração que depôs João Goulart e que garantiu a ascensão ao governo do general Castello Branco, assumindo papel fundamental na logística do golpe, caso este tivesse que enfrentar a resistência do governo deposto e de seus aliados, em função da presença da capital federal em território goiano.

Ainda assim, devido às ações controversas do então governador do Estado de Goiás, em 1961, algumas pressões exercidas pela oposição de direita começaram a aparecer e denúncias foram veiculadas acerca do perfil “comunista” de Mauro Borges. Uma das acusações dizia respeito ao aliciamento e concentração de elementos armados que representariam perigo iminente para a integridade nacional e caracterizava o governador como um agitador. Conseqüentemente, de novembro de 1964 a janeiro de 1965 o general Carlos de Meira Mattos foi interventor no Estado de Goiás e, em janeiro de 1965, o presidente Castello Branco escolheu o marechal da reserva Emilio Ribas Júnior para governar o Estado com a aprovação da Assembleia Legislativa goiana. Emilio ficou um ano no cargo e, depois, foi substituído por Otávio Lage, eleito em 1965. O afastamento de Mauro Borges, segundo Souza (2009, p.88) foi uma afirmação do autoritarismo:

A intervenção em Goiás foi decisiva para a afirmação da linha dura pelo Presidente Castelo Branco e foi feita mediante ameaças a deputados e perseguições contra as chamadas bases eleitorais. As notícias dessas intimidações eram divulgadas por vários jornais, então os parlamentares ameaçados, impetrados ao Supremo Tribunal Federal, tiveram pedido de habeas-corpus preventivo.

A repressão sobre a esquerda goiana foi violenta, mas ressalta-se o movimento estudantil como mantenedor de atividades de luta e resistência ao cenário ditatorial que se instaurou no Estado e em âmbito nacional. Os principais focos da luta estudantil em Goiás eram “os colégios estaduais Lyceu de Goiânia e Pedro Gomes e as universidades Federal (UFG) e Católica (UCG)” (MACIEL, 2014, p.375). A partir desses focos, organizavam-se panfletagens, passeatas e greves contra a ditadura.

Algumas iniciativas de luta armada também foram desencadeadas, como a Guerrilha do Araguaia e outros núcleos que não tiveram maiores desdobramentos. Horieste Gomes (2009, p.173) diz que muitos militantes do movimento estudantil “tiveram seus estudos e/ou carreiras interrompidos, tendo que se dedicar a outras atividades para sobreviver ou mesmo abandonando o país”. O jornal Folha de Goiás noticia, a setembro de 1966, a repressão contra as manifestações estudantis em Goiânia:

Todo o centro da cidade foi tomado por soldados da polícia (civil e militar). Barreiras militares foram colocadas no cruzamento da Avenida Araguaia com as Ruas Um, Dois e Três, e em todas as ruas que cruzavam a Avenida Anhanguera, desde a Araguaia, até a Alameda do Botafogo. Tornou-se, portanto, impraticável aos estudantes, atingirem o Centro da cidade e, quando tentaram, na confluência da Rua Três com a Avenida Araguaia, foram barrados pelos policiais, tendo havido pancadas de bombas de efeito moral e muita correria. Houve então, a dispersão total dos estudantes, sendo o fim da passeata (FOLHA DE GOIÁS, 1966, p.3).

O movimento de resistência dos estudantes em Goiás se destacou pelo poder de organização em torno de diversas questões como, por exemplo, a política orçamentária para as Universidades e a integração econômica da Amazônia, no atual Estado do Tocantins, que fazia parte do Estado de Goiás. Houve greves dos estudantes de medicina com o objetivo de alcançarem maiores recursos para o Hospital Geral de Goiânia e de denunciarem o descaso dos militares com a instituição. A greve obteve apoio, inclusive, do ex-governador Mauro Borges e, diante das reivindicações, os militares consideraram

fazer intervenções contra os líderes dos movimentos. O jornal Folha de Goiás (1968) noticia, uma vez mais, o confronto entre estudantes militantes e a polícia em Goiânia:

Na Praça Bandeirante, populares e estudantes secundários, sob os gritos de “viva a liberdade” e “abaixo a ditadura” receberam os universitários. [...] Em dado momento, ao redor das 11 horas, soldados marcharam rumo aos estudantes – e bombas começaram a explodir por todos os cantos.

Depoimentos de estudantes presentes nas manifestações relatam mortes de militantes pelo exército e/ou pela polícia e a necessidade de alguns terem que sair fugidos do Estado para a própria proteção. Diante da instabilidade social que permeava não somente o Estado de Goiás, a promulgação do AI-5 impôs, além de diversas outras normas, a punição a estudantes que desobedecessem a determinadas exigências e promovessem atos, então, proibidos. Silva (1989, p.155) elucida alguns aspectos do Ato Institucional que impactaram a atuação dos estudantes:

1) Aliciar ou incitar deflagração de movimento partidista ou dele participar; 2) atentar contra pessoas ou bens de qualquer natureza dentro ou fora dele; 3) praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir, realizar, confeccionar, imprimir, guardar ou distribuir material subversivo; sequestrar ou manter em cárcere privado, professor, aluno ou funcionário de estabelecimento de ensino; usar de dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou prática de atos contrários à moral e a ordem política.

Apesar de merecido destaque, o movimento estudantil não foi o único a promover mobilização de resistência ao regime ditatorial em Goiás. Outras instituições e grupos de pessoas também o fizeram, como a própria Igreja Católica, cuja ala progressista defendeu estudantes, sindicatos, trabalhadores urbanos e rurais e alguns partidos políticos. Um dos mais importantes foi o que se organizou em torno da questão do custo de vida e contra a carestia, conhecido por Movimento do Custo de Vida (MCV) também conhecido como Movimento Contra a Carestia.

Em um primeiro momento, no começo da década de 70, o MCV promoveu uma manifestação com milhares de pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, mas revelou-se um processo crescente que se propagou por vários outros estados, o que inclui Goiás e o Distrito Federal. O Movimento em questão surgiu a partir da articulação de um grupo de mulheres ligadas à Igreja Católica e aos Clubes de Mães que reivindicavam algumas

questões, tais como, congelamento dos preços de primeira necessidade, aumento dos salários acima do aumento do custo de vida e abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores. Em Boletim Informativo do mês de setembro de 1978 as lideranças do Movimento Custo de Vida relataram a adesão de outras organizações ao Movimento e citam o Estado de Goiás: “Outros estados estão se juntando a nós: Paraná, Rio Grande Sul, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás, Minas Gerais”. Alvim (2016) detalha que o esfriamento das mobilizações foi uma das preocupações das lideranças do MCV de Goiás e para tentar “animar” os integrantes, os líderes do Movimento goiano realizaram outros tipos de mobilizações:

Além das mobilizações por assinaturas públicas, pesquisas sobre a alimentação popular, redação de cartas reivindicatórias, os líderes goianos passaram a divulgar letras de músicas e diversas poesias em seus periódicos. Tem, por exemplo, uma poesia escrita por um trabalhador de Britânia-GO, divulgada no Boletim do Movimento Custo de Vida goiano (ALVIM, 2016, p. 119).

Em relação às instituições oficiais dos trabalhadores, essas mobilizações também promoveram manifestações, obviamente, e como consequência sofreram as repressões já conhecidas, os integrantes foram perseguidos e presos e, em alguns casos, torturados e até mortos e/ou desaparecidos. Maciel (2014, p.376) complementa sobre este assunto:

Ao longo dos anos, a repressão se intensifica e as quedas na esquerda também. Por meio de uma série de medidas o governo militar desencadeava forte ofensiva repressiva contra os meios estudantis e universitários, expulsando os alunos, perseguindo e demitindo professores das instituições de ensino, conforme revelam numerosos relatos de militantes. No plano das organizações partidárias a perseguição ao PCB [Partido Comunista Brasileiro] atinge quase uma centena de pessoas no estado, principalmente em Anápolis e Goiânia, levando o partido à desestruturação.

A Igreja, em Goiânia, distanciou-se do Estado e de sua política de repressão e defendeu os Direitos Humanos, a Ética e os mais fracos, causando divergências com o regime político instaurado. O Arcebispo Dom Fernando, reagiu às acusações que recebeu da imprensa goiana de ser “esquerdista” e estar atuando contra os militares:

À imprensa: Quem se der ao trabalho de rever meus escritos ou minhas pregações (muitas delas gravadas pelos que me acusam de manifestações de caráter esquerdista) verá que não me afasto dos princípios evangélicos e dos postulados da doutrina social cristã. A verdade é que nem sempre esses

princípios agradam aos instalados na vida, aos que dariam tudo pelo silêncio ou pela convivência da Igreja perante as estruturas opressoras que escravizam muitos de nossos irmãos. Mas isto não é manifestação de esquerda ou direita. É cristianismo que se fundamenta no evangelho, e o que interpreta conforme os sinais dos tempos, à luz do Concílio ecumênico e de Encíclicas como *Populorum Progressio* e dos recentes documentos da II Conferência do Episcopado latino – americano (SANTOS, 1982, p.222).

O arcebispo fora procurado por integrantes de movimentos em algumas ocasiões para intermediar a atuação dos protestos e a reação por parte do governo, como Otávio Lage e autoridades das Forças Armadas. A Catedral de Goiânia serviu como refúgio para alguns militantes e uns ficaram gravemente feridos neste recinto, o que levou o arcebispo a redigir um telegrama ao Presidente da República, na época o General Costa e Silva, em 1968, publicado pelo jornal Folha de Goiás:

Cumpro o grave dever de comunicar a Vossa Excelência dolorosos e sangrentos acontecimentos, ocorridos hoje na Catedral desta cidade. Enquanto Arcebispo, bispo Auxiliar e Alguns Sacerdotes procuravam conter estudantes, inclusive com o encerramento das manifestações num clima de ordem e dignidade, elemento conforme estou informado, pertencente aos quadros da polícia Civil, sob poderoso e ostensivo aparato bélico circundando toda a Igreja, agrediu a tiros, ferindo dois estudantes que tingiram com seu sangue a nave central da nossa catedral. Com veemente protesto contra incríveis e injustificáveis violências, espero que Vossa Excelência tome as providências que julgar oportunas sentido (sic) por termo (sic) sacrílega arrogância. Confio Vossa Excelência como última esperança humana nos possa socorrer. Respeitosas atenciosas saudações (FOLHA DE GOIÁS, 1968, p.4).

Outros vários movimentos buscaram o apoio da Igreja Católica do Estado de Goiás, como os camponeses e trabalhadores rurais que estavam ameaçados também pelo regime opressor e subordinados pelo latifúndio e por uma lógica de mercado capitalista que os excluía. Ainda em 1964, eles sofreram o primeiro impacto com a implementação do Estatuto da Terra, obra do regime militar, e alguns foram expropriados de suas terras devido a legalização das propriedades; essa realidade configurou todo o desenvolvimento do Estado de Goiás.

A promessa de uma reforma agrária presente no documento era uma estratégia com o objetivo de apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra que, afinal, foram os principais beneficiados. O desenvolvimento da agricultura, que também era uma meta do Estatuto, recebeu grande atenção por parte do governo e as transformações promovidas no processo produtivo pelo agronegócio subordinou os

camponeses e suas famílias à condição de trabalhadores em fazendas e não mais proprietários e muitos tiveram que sair de seus locais de moradia no meio rural. Carlos Rodrigues Brandão, antropólogo do mundo rural, acrescenta informações sobre como era o contexto naquele período de Ditadura Militar e predominância de latifundiários no Estado de Goiás:

Aqui não havia praticamente pequeno campesinato, havia um punhadinho de alguns pequenos proprietários sitiados, mas era uma região de latifúndio. Com o Estatuto da Terra de 1964, quando trabalhador rural adquire direitos isso se volta contra eles, os fazendeiros põem pra fora todo mundo. Já que pela lei agora tem que pagar direitos, todo mundo na rua. A gente via pelas estradas, famílias inteiras com trouxas nas costas, na cabeça, pelas estradas, indo para Itaberaí, Itapuranga, etc. Então o primeiro momento quando o povo tá sendo expulso, totalmente desorganizado, os sindicatos são pelegos, quase todos vendidos aos fazendeiros, ao governo, então começa a haver todo um trabalho por parte da Igreja de oposição sindical, de criação de sindicatos que realmente representassem essa população que tava sendo expropriada, expulsa, roubada das suas terras. Sem a presença da Igreja era impossível, não havia nem lugar físico, nenhum apoio (“O VOO DA PRIMAVERA”, 2018).

Se se considerar que o camponês tem por base o trabalho familiar, sua lógica de produção não poderia ser capitalista e, portanto, no cenário que se configurava em Goiás, ele acabou submetido ao agronegócio, que produz principalmente para a indústria e a exportação, e foi expulso das terras e/ou se deslocou para as cidades. Calaça (2014, s/p) elucida sobre a subordinação dos camponeses ao agronegócio:

Esse processo que foi implementado em alguns municípios do Sul de Goiás nos anos de 1970 se intensificou especializando-se em todo o Estado de Goiás. Para citar um exemplo dessa intensificação o Estado está dividido em 246 municípios e 73% destes são produtores de soja. [...] Os camponeses foram e estão sendo incentivados a cultivar soja e outros produtos, pelas usinas beneficiárias, sob o argumento da sustentabilidade e da inclusão social. Esses argumentos escondem o verdadeiro sentido dessas ações: a subordinação do campesinato ao agronegócio e a desarticulação de sua lógica de reprodução.

Devido a essas ocorrências e ao cenário nacional, o Estado de Goiás passava por um período de transição: as iniciativas de modo de produção capitalista no campo estavam se fortalecendo com as construções de usinas de açúcar e álcool, plantação de soja, milho, algodão, entre outras culturas de forma mecanizada. Houve uma grande transformação no processo produtivo agropecuário e, conseqüentemente, na propriedade da terra, uma

vez que meeiros, parceiros e pequenos proprietários passaram a ser assalariados rurais residentes nas periferias das cidades (CALAÇA, 2014).

A partir da modernização do campo, incentivada pelo governo do Estado de Goiás, surgiram uma série de conflitos que são característicos da história da região. A relação entre grileiros com posseiros, meeiros arrendatários e patrões, configura uma região em que o pequeno proprietário é expulso das próprias terras e os movimentos sociais são reprimidos. A entrada da mecanização no campo abala a relação anterior de parceria entre os trabalhadores rurais e os proprietários e a renda do camponês não consegue competir com a renda de quem possui maquinário agrícola.

O êxodo rural é resultado dessa transição pela qual passou o Estado de Goiás, ao final da década de 70, e o trabalhador rural procura, então, outra fonte de subsistência. Duarte (2009, p.167) fala sobre esse contexto:

Uma questão a ser considerada foi o crescimento descomunal de Goiânia e das cidades vizinhas, com o grave problema da moradia, capaz de extrapolar as previsões oficiais: número insuficiente de casas e apartamentos para aluguel, altos preços dos mesmos e o crescimento das “invasões”, que surgiram em todos os pontos da cidade, mas principalmente, nas margens dos córregos e dos trilhos da estrada de ferro. Somou-se a tudo isto a especulação imobiliária que, com a chegada dos benefícios (concessão do direito de posse, asfalto, água e luz), comprava os direitos dos primitivos “invasores”, empurrando-os para novas “invasões”, mais na periferia ou até nos municípios vizinhos.

A situação da luta pela terra e as conseqüentes “invasões” que aconteceram, foram significativas no Estado e registradas, entre vários documentos e trabalhos acadêmicos, também no documentário “O voo da Primavera”, de 2019. O longa representa um fragmento dessa luta pelo território revelando a resistência, principalmente dos camponeses, e a atuação da Igreja, a partir de grupos ligados à concepção da Teologia da Libertação, a favor dos trabalhadores rurais. A união entre parte da Igreja e o trabalhador rural em Goiás foi a base para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores que será discutida adiante.

Dom Tomás Balduino, personagem religiosa significativa no contexto de luta pela terra no Estado referido, explica:

A ditadura militar tinha como objetivo, não o único, quebrar a espinha dorsal dos movimentos dos camponeses. Os militares achavam que através das

organizações do campo entraria o comunismo internacional no país. Quando os bispos viram que estavam levando a pior então decidiram criar um instrumento, uma pastoral, chamada Comissão Pastoral da Terra para ajudar esses trabalhadores (“O VOO DA PRIMAVERA” de 2019).

Apesar da atuação da Igreja e da resistência dos camponeses, o que geralmente acontecia era a expulsão do trabalhador do seu local de moradia devido ao latifúndio crescente. Nesse sentido, restava ao trabalhador ir para a cidade, o que acarretou um inchaço, que resultou nas ocupações - chamadas de invasões - porque os trabalhadores não possuíam terra ou locais de moradia e ocupavam o local que era possível. Como exemplos dessas ocupações em Goiás, que inclusive foram ações em que o Movimento dos Trabalhadores se envolveu, tem-se: Jardim Nova Esperança, Capuava, Areião, Novo Mundo, Macambira (atual Pedro Ludovico) que ocorreram nas décadas de 70 e 80.

Devido ao choque de interesses decorrente do êxodo rural e do inchaço da cidade de Goiânia, a necessidade de garantir a sobrevivência e direitos básicos ocasionou a união de vários grupos. O governo mostrava-se ausente para os trabalhadores rurais e solidário ao movimento de expansão agrícola por parte dos grandes proprietários e latifundiários que garantiam a modernização do campo.

Dessa forma, esses trabalhadores viram-se compelidos a unirem-se na criação de diversas associações, movimentos, conselhos para lutarem contra a atuação do Estado no que se refere a política ligada à terra. Houve a eclosão desses movimentos sociais com a ascensão de grupos como a União dos Posseiros de Goiânia (UPG), as Ligas de Bairro e a Assembleia do Povo.

Esses grupos começaram um processo de organização e fortalecimento, apoiados por parte da Arquidiocese da Igreja Católica, cuja ação era no sentido de auxílio humanitário aos que necessitavam naquele momento. O bispo Dom Tomás Balduino (2011, p.1345) escreve seu testemunho do período em um artigo e, como membro atuante da Igreja é relevante sua percepção dos fatos:

O grande marco histórico da caminhada da Diocese foi a 5ª Assembleia. Os delegados leigos não foram mais os eleitos nas paróquias, mas sim os eleitos dos novos grupos da roça e da periferia que tinham assumido a evangelização a partir da ligação Evangelho-vida. Leigos, portanto, pobres e sofridos, e não preocupados apenas com as estruturas eclesiais, mas com a situação do povo. Tivemos como assessor Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix, um testemunho de coragem e profecia na defesa de índios e posseiros do Araguaia e, por isso perseguido pelos militares.

Outro caso citado por ele foi o processo de expulsão do Padre Francisco Cavazutti, que deveria deixar o país por provocar crime contra a Segurança Nacional ao aconselhar pequenos proprietários da região do Rio Vermelho (localizada no Estado de Goiás) a não venderem suas terras ao governador do Estado. Percebe-se, portanto, a posição de parte da Igreja naquele período, o que ocasionou alguns embates e muitos religiosos optaram por deixar a instituição que se comprometia a transformar a realidade do trabalhador marginalizado do campo diante da nova modernização agrícola implantada pelo II PND e seguida pelo governo de Goiás.

Compreender a atuação da Igreja é fundamental para entender o surgimento do Movimento dos Trabalhadores, que teve como uma de suas bases originais a própria Igreja como se verá mais à frente. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), conhecidas como Grupos de Evangelho, foram a primeira concretização da Igreja em favor dos oprimidos da sociedade cujo objetivo, além de converter as pessoas, era também tratar das estruturas injustas que protagonizavam um contexto histórico lamentável no Estado de Goiás. Dom Tomás (2011, p.1346) explica como se deu esse processo:

Em muitos desses grupos havia experiências de vida comum: roças comunitárias, mutirões de serviço na roça, fiandeiras, violeiros, artesanato. Os agentes da Diocese ocupavam a maior parte do seu tempo na formação deles, passavam as noites em reuniões com eles, principalmente na roça e nas periferias das cidades. E foram se multiplicando. Em Itapuranga formaram mais de 50 grupos de base. Pouco a pouco foram fazendo suas reuniões sozinhos, com autonomia.

Esse talvez seja o momento em que, de maneira indireta, Dom Tomás Balduino se refere ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores. Com o auxílio dos religiosos, os trabalhadores rurais e urbanos, começaram a se reunir para a formação do que viria a ser a organização.

Como forma de complementação do processo de expansão e modernização da agricultura, por parte do governo, a 1973, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – que investiu em inovações mecânicas e tecnológicas no campo e alterou mais o ritmo da jornada de trabalho e a relação do pequeno produtor rural com a terra. Surgiam, também, políticas de valorização dos patrimônios territoriais com a criação de incentivos fiscais para projetos agropecuários nas áreas da SUDAM e da

SUDENE, com planejamentos de grandes obras e investimentos para a construção de estradas, entre outras infraestruturas. Ianni (1986, p.83) vai dizer:

Assim, a política de terras do poder estatal, ao mesmo tempo, favorece o grande proprietário e controla ou mesmo bloqueia, o acesso à terra por parte do trabalhador rural. Ao mesmo tempo que apoia e protege econômica e politicamente, o desenvolvimento extensivo do capitalismo na região, o Estado é levado a controlar, bloquear ou mesmo suprimir qualquer intento de reforma agrária.

Houve o esvaziamento de discussões sobre a reforma agrária em prol dos projetos de desenvolvimento rural para o pequeno proprietário e a consequente transformação definitiva da terra em mercadoria. Outro fato que merece destaque é a criação de uma empresa pública denominada de Instituto de Pesquisa Agropecuária de Goiás – IPEAGO, em 1973, com o objetivo de:

[...]promover, estimular, coordenar e executar as atividades de pesquisa para produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento do setor agropecuário estadual. As pesquisas desenvolvidas no Instituto seriam, exclusivamente, direcionadas para o setor agropecuário (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS, 1973, p.11).

Uma das consequências dessa promoção de pesquisas nas inovações tecnológicas foi a regularização das feiras e exposições agropecuárias, outra iniciativa governamental. A ideia era estreitar as relações entre os produtores do Estado com os fabricantes de produtos direcionados para o campo, favorecendo o fluxo de negócios e a comercialização, além do constante desenvolvimento da agropecuária em Goiás.

As reformulações das estruturas no campo foram mecanismos de integração, mas também de dominação, uma vez que excluíam a parcela da população que não acompanhava a modernização no campo. Percebe-se que a expansão do setor agrário na região ocorreu por meio da participação do Estado que promoveu facilidades e investimentos para essas ocorrências:

Portanto, o âmbito das atividades do Estado na agricultura se alargou com a própria expansão do complexo agroindustrial. Isso se deu através do apoio direto à modernização e à criação de condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor, que dificilmente poderiam ser assumidas por

capitais agrícolas individuais. Esse conjunto de atividades orienta-se, de forma geral, para a modernização da produção agrícola, favorecendo claramente determinados tipos de produtores e de produtos, em função da correlação de forças na sociedade e da estrutura de acumulação industrial que orienta a própria expansão agrícola (SORJ, 1980, p.90).

Essas políticas modernizantes incentivaram a atuação de empresas capitalistas na agricultura expandindo esse setor e caracterizando o Estado como um grande polo agroindustrial. Durante a administração de Irapuan Costa Júnior (1975-1978), a industrialização voltada para o campo, de forma geral, continuou sendo uma das prioridades do governo. De acordo com Cunha (2010, p.77), “inicialmente foram projetados 42 distritos agroindustriais a serem implantados em diversas regiões do estado” e as cidades escolhidas para sediarem esses primeiros distritos foram Catalão, Gurupi e Anápolis.

Vale salientar que, assim como as administrações anteriores, o governo de Irapuan Costa Júnior também estava alinhado com as diretrizes nacionais propostas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento que estimulava o processo de industrialização como um todo.

Com a grande crise do petróleo (quando a OPEP triplicou os preços dos barris de petróleo) a modernização da agricultura foi a saída encontrada para manter o crescimento nacional e essa foi a realidade que se configurou no Estado de Goiás, antes, durante e depois do período em que o Movimento dos Trabalhadores teve vigência. O II Plano Nacional de Desenvolvimento implantado, nos anos de 1975 a 1979, priorizou o desenvolvimento do capitalismo no campo. Cunha (2001, p.33) complementa:

A modernização da agropecuária principalmente na região Norte e Centro-Oeste, correspondeu à sua inserção no modelo de economia aberta, adquirindo maquinário, insumos básicos e bens de consumo produzindo ao mesmo tempo produtos para o mercado nacional e estrangeiro.

A ocupação de novas terras era um dos objetivos do II PND e isso é claramente explicitado:

Trata-se, agora, de exigir muito mais do setor agropecuário. (...) A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agricultura, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento

da fronteira agrícola e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à disposição do setor imensas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia.

Por outro lado, o extraordinário dinamismo do setor não agrícola da economia, em anos recentes, criou as condições para tornar viável a modernização agrícola progressiva nas áreas já ocupadas. (...) A atual dimensão do setor não agrícola já é suficiente para apoiar a modernização produtiva da agricultura do Centro-Sul. Ao mesmo tempo, passando a agricultura a servir de modo mais eficaz à estratégia, à elevação mais rápida de sua renda líquida ajudará a manter o alto dinamismo do resto da economia (através da demanda por insumos e por bens de consumo), além de contribuir de forma mais significativa para a redução do déficit na balança de comércio.

(...)

A estratégia agrícola está orientada no sentido de criar as facilidades e dotar o setor de investimentos para o pleno aproveitamento de seu potencial produtivo: ampliar o estoque de recursos produtivos pela atração de poupanças (internas e externas) e capacidade empresarial para as atividades diretamente ligadas à produção; estimular a participação mais intensa do setor privado para as funções de serviços de apoio à produção, circulação e transformação dos produtos agropecuários; dinamizar o processo de criação, importação, adaptação e difusão de tecnologia às peculiaridades regionais (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. PROJETO DO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, II PND (1975-1979), BRASÍLIA, 1974. Apud. IANNI, 1986, p.69-71).

A modernização da agropecuária, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, passou a ser uma garantia para a produção com destino à exportação, que era uma tentativa de reduzir o déficit na balança comercial. Outra comprovação desse fato é vista no pronunciamento feito pelo Presidente da República João Baptista Figueiredo divulgado pelas mídias televisivas e escrito no jornal Folha de Goiás (1979, p.7): “[...] a trilogia do nosso desenvolvimento, nos dias que passam, é produzir mais, poupar mais e exportar tudo o que pudermos”.

A Administração de Ary Valadão também comungou com o II PND e o Projeto Rio Formoso foi um exemplo disso, cujo objetivo era produzir para a exportação. O jornal Folha de Goiaz (1980, p.70) registra informações sobre o tema em um de seus artigos:

Os técnicos lembram que o Projeto foi elaborado conforme orientações e diretrizes do planejamento a nível nacional, englobando as políticas de desenvolvimento de cooperativas, fixação do homem ao campo, incentivo ao empresário de pequeno e médio porte e aumento do excedente exportável ou redução de importações de gêneros agrícolas de primeira necessidade, além de mobilizar esforços no sentido de auxiliar o Governo Federal na meta prioritária de combater a inflação.

Outros projetos semelhantes, que visavam o desenvolvimento agropecuário na região, são citados por Duarte (2009, p.165):

Na mesma linha do Projeto Rio Formoso se situou o Projeto Alto Paraíso. Também este um projeto do governo estadual, com o objetivo de plantar frutas de clima temperado, na região de Alto Paraíso. O cultivo daqueles pomares destinou-se à indústria ou a uma elite da população que pudesse se dar ao luxo de consumir frutas diferentes daquelas da região.

Outro projeto agropecuário do qual Goiás veio a participar no período foi o Projeto Carajás. O “Grande Carajás” ou o “Carajão” compreendeu além do projeto de extração mineral, a implantação de “pólos” de desenvolvimento agropecuário na região.

Houve, também, outros Projetos agropecuários que antecederam o governo Ary Valadão, mas que continuaram sendo de grande importância durante a sua gestão (...) como o Proálcool – Programa Nacional do Álcool – que teve como objetivo suprir a carência de combustível mediante o uso do álcool destilado da cana-de-açúcar.

A Sudeco (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste) também financiou inúmeros projetos em Goiás durante a década de 70 como o Prodiat (Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do alto Araguaia-Tocantins) e o Polocentro (Programa de Desenvolvimento do Cerrado). Todos os programas citados, entre outros, tinham como objetivo modernizar a agricultura e a agropecuária no território visando a maneira lucrativa de explorar a região.

O jornal Folha de Goiás (1982, p.61) escreveu: “Para Ary, a agricultura é a mola propulsora do desenvolvimento e tem empregado esforços para expandir as fronteiras agrícolas do Estado”.

Em contrapartida a esse suposto desenvolvimento, os camponeses eram excluídos dessa realidade. Ribeiro (2005) mostra em pesquisa que no ano de 1970 o Estado de Goiás apresentava uma população de 2.997.570 habitantes, mas destes, 42,34% residiam na cidade e 57,66% no campo; já no ano 2.000, apenas 30 anos depois, a realidade é drasticamente outra: a população era de 4.994.897 habitantes, 87,88% residiam em áreas urbanas e apenas 12,12% no campo.

Os camponeses resistiram enquanto puderam e contaram com o apoio de líderes religiosos do Estado para isso, o que resultou em tensões cada vez maiores entre o clérigo e agentes do governo federal. No que se refere aos esforços de articulação entre algumas instituições e movimentos dos trabalhadores rurais, destacam-se o Movimento Custo de Vida, na década de 70, e a Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

O dia 30 de novembro de 1983 foi escolhido para o lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária na cidade de Goiânia por se tratar do 19º ano do surgimento do Estatuto da Terra. O evento reuniu mais de seis mil participantes e “bombas de efeito moral foram disparadas contra os manifestantes, sem que os autores fossem identificados. A tentativa de intimidação não logrou êxito e a manifestação continuou até o final” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1983, p.19).

Segundo Dom Tomás Balduino, a Campanha referida foi promovida pela CPT, CNBB, CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) caracterizando o caráter nacional. Ela surgiu em Britânia, município ao extremo oeste do Estado de Goiás a partir de uma sugestão dos camponeses que propunham a criação de uma lei que destinasse 20% das terras das fazendas para o cultivo de alimentos. Revers (2002, p.143) esclarece:

A sugestão partiu de camponeses não-proprietários que, no período da vazante cultivavam as terras baixas às margens do Lago dos Tigres no referido município goiano. Acontece que naquela época do ano, os criadores de gado bovino da região cercavam a área para garantir pastagem aos animais, impedindo os lavradores de utilizar as terras para a agricultura. Dom Tomás Balduino levou a proposta aos sociólogos Herbert de Souza, o Betinho, do IBASE e José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo. à época, assessor da CPT Nacional. Betinho entrou em contato com outras organizações e num primeiro encontro entre seus representantes a proposta dos 20% foi transformada na Campanha Nacional pela Reforma Agrária, visto que consideraram aquele percentual insuficiente para solucionar os problemas dos camponeses sem-terra.

De acordo com Silva (2003), em Goiás, a Campanha contou com a participação do Partido dos Trabalhadores, de vários sindicatos, da Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás) e outros movimentos de trabalhadores. O objetivo era unir os trabalhadores do campo e da cidade e demais grupos aliados na luta pela reforma agrária que deveria ser feita sob o controle dos próprios trabalhadores, pois, somente assim, poderia atender, de fato, às necessidades deles. Na realidade, os acampamentos e ocupações tornaram-se práticas comuns pela terra em território goiano e, só em 1985, foram registrados de acordo com arquivo da CPT, 558 conflitos, com 14.178 pessoas envolvidas e uma área de 401.283 hectares.

O Movimento dos Trabalhadores surge e atua nesse cenário de exclusão do trabalhador rural, com ações da Igreja e com a intenção de consolidar as articulações horizontais dos movimentos de trabalhadores promovendo fóruns para o encontro deles com organizações de vanguarda. O projeto que fundamentou sua origem era o de rompimento com a tutela estatal sobre o movimento sindical rural que, apesar de ter ganhado força no auge da repressão, ainda se mantinha como forma de controle da oposição ao governo. A luta do MT buscou autonomia no sentido de não desejar o vínculo com nenhuma organização que pudesse controlar, de alguma forma, as ações do Movimento. Além disso, o estímulo à agricultura em Goiás, voltada para a exportação, com incentivos à modernização do campo, provocou uma série de ocorrências desfavoráveis ao trabalhador rural e o MT surge a partir dessa perspectiva, de luta em prol dos trabalhadores do campo. Bacurau, antigo líder e integrante do Movimento, fornece sua versão sobre o cenário do Estado de Goiás com a implementação da política de desenvolvimento do campo:

Nós temos em Goiás um enfraquecimento do movimento social, mas a realidade objetiva era que nós tínhamos a maior parte das pessoas na área rural. Goiás ainda era um estado predominantemente de relações trabalhistas de arrendamento, de parceria tanto com pequenos proprietários, com médios e grandes proprietários. E nas áreas de grande latifúndio tinham os peões que tocavam ali suas rocinhas num regime de semiescravidão. Isso não é novidade na história do Estado (entrevista concedida no dia 18 de julho de 2017 na cidade do Rio de Janeiro – RJ).

O êxodo desses trabalhadores do campo para Brasília também aconteceu, os migrantes foram para trabalhar na construção civil e ocuparam o território originando as cidades satélites. Borges (2009, p. 20) explica:

Taguatinga, Ceilândia e Gama surgiram para abrigar as populações que estavam faveladas em vilas ao redor dos acampamentos das construtoras. Posteriormente, várias outras cidades foram sendo criadas em razão do crescimento populacional.

Apesar de não estarem previstas no plano original, essas cidades concentraram a maioria da população e esse crescimento desordenado fez com que a região do entorno de Brasília tivesse problemas sociais graves. Um deles foi a questão da moradia, que fez

com que as construções irregulares e as ocupações fossem a alternativa viável e aumentou ainda mais o fluxo de pessoas que se deslocavam para lá.

No final dos anos 1960, e começo da década de 70, no governo de Hélio Prates, houve a chamada CEI – Campanha de Erradicação de Invasões, por parte do governo federal, que consistiu na transferência das ocupações urbanas para regiões mais afastadas do Plano Piloto, que era uma área nobre da capital. Com graves problemas sociais, a população demonstrava inconformismo e o local se destacou como espaço de manifestação popular de resistência à Ditadura Militar. Sobre o período Chaia & Chaia (2008, p. 176) escreveu:

E nesse processo de formação de uma nova onda de resistência e de crítica ao governo militar, Brasília irá se destacar gradativamente como espaço de manifestação popular. Centro de chegada de caravanas, local de manifestações das mais diferentes ordens e até zona de expressão de repúdios individuais, a cidade adequa-se aos novos tempos e, agora, facilita também a expressão política que se origina nos movimentos sociais [...]. Com a transição política nos anos 70 e a instauração plena de democracia, a partir dos anos 80, Brasília abre-se para a política nacional e tona-se uma referência para se medir a consciência cívica do país.

A repressão em Brasília não foi diferente dos outros lugares do país e, oito dias após o golpe, “O Globo” (1964) noticiava que o Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP havia feito apreensão de material subversivo em sindicatos e outros locais considerados suspeitos. Greenhalgh (2020, p. 5) explica:

Quase todas as livrarias da capital foram visitadas, ocorrendo a apreensão de todas as publicações consideradas subversivas presentes nestes locais. Também foram realizadas diligências nos Sindicatos dos Bancários, dos Jornalistas, da Construção Civil, na sede da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília e na sede da Organização Política Operária. Nesta ação conjunta entre a DFSP e o Exército, chamada de Operação Limpeza, foram apreendidos livros considerados marxistas, ultrapassando a casa dos mil exemplares.

A Universidade de Brasília – UNB também não escapou ileso e sofreu uma série de invasões de policiais-militares e agressões a alunos e professores, além de vários episódios de recolhimento de livros na Biblioteca Central.

Verifica-se em uma matéria do jornal “Correio Braziliense”, a 10 de abril de 1964, que há os autores das principais obras apreendidas: “Marx, Lenin, Stalin, Fidel Castro e Mao Tse Tung”. Nesse contexto, o movimento estudantil foi um dos personagens centrais no que se refere à resistência no Distrito Federal. “De uma plataforma específica de protestos nos primeiros anos, restrita ao ambiente universitário, foi aos poucos germinando, ganhou intensidade e se transformou em uma sucessão de manifestações” (SILVA, 2018, p. 149).

Nos comunicados oficiais do governo o tom aos manifestantes era de ameaça:

[...] à população ordeira de Brasília, que deseja trabalhar e produzir, esteja certa de que as autoridades, a partir de amanhã, não aceitarão, sob hipótese alguma, qualquer provocação, entre elas, o prolongamento deste estado de coisas, atuando ofensivamente no sentido de coibir qualquer manifestação como passeatas, reuniões e até mesmo Assembleias no campus da Universidade de Brasília, local declarado pelos estudantes como território livre. Amanhã, a qualquer preço, a ordem será mantida e a vida na cidade normalizada (CORREIO BRAZILIENSE, 1968, p.3).

A proporção da violência nos episódios de manifestação no Distrito Federal é notável e a própria Igreja também se posicionou e teve uma ação expressiva na defesa dos direitos humanos e no combate à Ditadura. A ala progressista contribuiu, em algum momento, com movimentos sociais organizados como aqueles ligados às associações de moradores que representavam o movimento por moradia e os primeiros sindicatos de trabalhadores e associações de servidores públicos que se organizaram, como os da Construção Civil, Bancários, Servidores Públicos Federais e do Distrito Federal. Andrade (2008, p. 33) explica:

[...] o Estado, nessa época, foi incapaz de atender às demandas e reivindicações da classe trabalhadora, o que gerou insatisfações devido à precariedade das condições de trabalho e de moradia, do afastamento cada vez maior das moradias da classe trabalhadora de seus locais de trabalho no Plano Piloto, sem contar a falta de acesso aos serviços públicos, além de outros problemas correlacionados.

A questão da moradia sempre ganhou destaque e motivou movimentos populares e reivindicatórios no Distrito Federal e muitos foram liderados pelos trabalhadores na

construção civil e por outros em defesa da moradia. O projeto de cidade, o Plano Piloto de Brasília surge já margeado pela informalidade, como diz Oliveira (2017, p. 21):

Foi nesse espaço que grande leva de migrantes se instalou, para a construção da cidade. Na sua origem, tratava-se de uma população de baixa renda que veio atrás do sonho de ter uma vida melhor, de construí-la em um novo lugar. E durante vários anos a busca pela “Brasília, Capital da Esperança” foi incentivada por diversas políticas públicas, até mesmo com práticas de ocupação de áreas com pendências fundiárias a serem resolvidas, configurando hoje o que é o espaço da cidade.

O planejamento urbano não foi suficiente para conter os problemas de moradia, uma vez que não fora prevista a fixação do contingente que migrou para a construção da cidade. Tem-se, então:

um modelo de cidade onde o social foi estritamente pensado para atender à burocracia, e os cidadãos que vieram para construí-la não seriam incluídos nesse meio. Com isso, a cidade nunca geraria empregos para esse conjunto de pessoas. Assim, Brasília é uma “velha” cidade nova ao perpetuar uma disposição espacial que marcou as cidades coloniais onde os ricos habitam o centro e os pobres as áreas periféricas, ao contrário das metrópoles nacionais modernas (OLIVEIRA, 2017, p. 85).

Trata-se, por conseguinte, de um processo excludente de ocupação do espaço urbano, estabelecido antes mesmo de sua inauguração com ocupações originadas na informalidade devido a demanda por habitação na capital federal. Segundo Oliveira (2017), na década de 1950, o processo migratório era constituído de pouco mais de 12 mil pessoas e, nas décadas de 70 e 80, no momento mais intenso da construção do Plano Piloto de Brasília, esse número passou a 488.546 migrantes consoante dados da Codeplan coletados pela autora. Evidencia-se, portanto, o problema de moradia que caracterizaria Brasília até os dias atuais e que foram fonte de manifestações e atuações de trabalhadores, incluindo o próprio MT. Andrade (2008, p. 34) dá continuidade ao tema:

As reivindicações e as mobilizações da classe trabalhadora foram duramente reprimidas. Sindicatos sofreram intervenções de representantes de confiança do Ministério do Trabalho e dos militares. As lideranças autênticas dos movimentos sindicais e populares de Brasília foram presas ou perseguidas. Só se mantiveram como lideranças aqueles que faziam a política de colaboração com o regime e que não contestavam, tanto o governo local como o governo federal.

Ainda assim, foi nesse período que surgiu a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o Movimento contra a Carestia, as oposições sindicais na luta contra o peleguismo etc. Em Ceilândia, pode-se citar o movimento dos “Incansáveis Moradores da Ceilândia”, cuja organizadora foi uma das integrantes do Movimento dos Trabalhadores em momento posterior. O Movimento dos Incansáveis reivindicava, entre várias causas, a legalização dos lotes da Ceilândia, o cascalhamento de todas as ruas intransitáveis, o recolhimento do lixo, melhor atendimento nos postos de saúde, congelamento dos preços das passagens dos ônibus, maior segurança etc.

No relatório da 1ª Assembleia Popular, ocorrido em Taguatinga, no dia 15 de agosto de 1982 (presente no Anexo VI), é possível ler as associações de moradores presentes: Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia; Associação “União e Luta” dos moradores do P-Sul; Associação da Vila Areal; Associação da Vila São José; Associação de Moradores da Vila Metropolitana; Associação de Moradores da Cidade Ocidental; Associação de Moradores de Valparaíso I; Associação de Moradores de Valparaíso II; Associação de Moradores do Setor “O”; Associação de Moradores da Vila 13 de Dezembro; Associação de Moradores do Cruzeiro; Comissão Pró-Associação de Moradores de Sobradinho e a Comissão Pró-Associação de Moradores de Guariroba. As entidades presentes eram Sindicato dos Professores do DF; Sindicato dos Jornalistas do DF; Sindicato dos Médicos; Associação Profissional dos Vigilantes; Associação Profissional dos Sociólogos; Associação Profissional dos Arquitetos e a Associação dos Servidores Públicos do DF.

O relatório explicita o ano de surgimento de todos esses Movimentos e Associações, que remetem ao ano de 1979 e 1980, e as reivindicações que originaram a necessidade de cada organização. Entre elas estão: pelo funcionamento de hospitais públicos e atendimento gratuito; contra o aumento abusivo dos preços dos lotes; contra as tarifas elevadas da água e da luz e, finalmente, reivindicação de áreas de lazer e promoção de atividades culturais. Tal relatório comprova a atuação dos residentes e trabalhadores de Brasília e cidades-satélites durante a Ditadura Militar e faz-se necessário ressaltar a adesão de alguns dos Movimentos e Associações, ao Movimento dos Trabalhadores e vice-versa, uma vez que o MT também se unia a causas nas quais acreditava, configurando uma parceria entre os grupos. Parte das cidades do Distrito Federal foi formada inicialmente por ocupações e assentamentos dos trabalhadores, e a

luta por moradia, assim como em Goiás, fez com que essas pessoas se identificassem com o MT e o integrassem.

A compreensão do que significou o contexto em que o Brasil vivia, de maneira geral, e de maneira mais específica o Estado de Goiás e o Distrito Federal, com os projetos de desenvolvimento e modernização da agricultura e do próprio centro urbano, é um elemento fundamental para a compreensão dos sujeitos sociais que enfrentaram essa mudança no cenário político e social.

1.3 – O Estado do Pará na Ditadura Militar

Ao dia 1º de abril de 1964, a maioria dos militares e governadores do país havia aderido ao golpe que implantou uma Ditadura Militar no país; mas o então governador do Pará; Aurélio do Carmo, que estava no Rio de Janeiro, e o vice-governador; Newton Miranda, relutavam em manifestar publicamente o seu apoio aos golpistas. Entretanto, nesse mesmo dia, à noite, o governador manifestou em telegrama o apoio do Estado à “Revolução”.

As autoridades civis e militares assinaram um documento denominado “Manifesto ao Povo do Pará”, no qual explicitavam sua solidariedade ao movimento militar. Nos primeiros parágrafos do Manifesto é possível ler:

Não poderiam os paraenses, pelo seu governador, e os militares, por seus chefes legítimos, retardar por mais tempo a sua completa adesão ao abençoado movimento, que eclodiu no generoso solo de Minas Gerais [...], que logo se irradiou por todo o território pátrio. Tão pronto alguns problemas locais foram satisfatoriamente solucionados, como recomendava a virtude da prudência e o desejo do não derramamento de sangue dos amazônidas, Governo e Comandantes Militares, em íntima comunhão de pensamento, ligados pelo mesmo amor ao Brasil, e igualmente repudiando o comunismo ateu e tirânico, fazem saber à Nação brasileira a sua firme e inabalável determinação de formarem ao lado das forças que se batem pela restauração do princípio da autoridade e pelos fundamentos da própria organização militar, que são a disciplina e a hierarquia, tão vilmente vilipendiados e enxovalhados pela mais despudorada demagogia e pela deplorável ausência de espírito público (PASSARINHO, 1990, p. 105).

Seguindo a mesma linha de apoio aos militares, ao dia 4 de abril, o jornal “A Província do Pará” reproduziu uma nota oficial do prefeito de Belém, Moura Carvalho, que também era presidente do PSD (Partido Social Democrático):

No momento em que a nação retorna à plenitude do seu regime democrático como resultado do esforço patriótico das nossas gloriosas Forças Armadas, o que representou a aspiração de todo povo brasileiro, desejo na qualidade de militar e com a responsabilidade de uma liderança partidária proclamar a incontida vibração de que me acho possuído por esse acontecimento histórico que significa o esmagamento definitivo da traição e dos inimigos da Pátria. Desde os primeiros instantes da crise coloquei-me ao lado daqueles que desejam devolver a tranquilidade e a paz ao nosso povo, dentro dos postulados constitucionais que fixaram como base da organização das Forças Armadas, o princípio da disciplina e da hierarquia. Acompanhei, aliás, nessa atitude, a posição lúcida assumida pelo governador Aurélio do Carmo, que não faltou nessa hora com sua palavra de fé no regime democrático e na defesa da Constituição (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1964, p.4).

O governador Aurélio do Carmo também demonstrou o seu apoio ao general Castelo Branco e, ao retornar a Belém, escreveu um telegrama para o novo Presidente da República, cujos trechos foram divulgados pelo jornal A Província do Pará a 15 de abril de 1964. Segue um deles:

Combatendo a inflação, criando condições essenciais à urgente reconstrução econômica, promovendo a regulamentação de nosso crédito externo, e restabelecendo as liberdades públicas, dentro das contingências impostas pelos últimos acontecimentos, a autoridade do novo presidente da República e suas normas traçadas de governo constituem uma segurança para todos os brasileiros. Começando com as esperanças gerais, em nome da coletividade que nos honrou com sua confiança nas urnas, congratulo-me com o Excelentíssimo Senhor General Humberto de Alencar Castelo Branco pelo período administrativo que hoje se inicia e formulo os mais veementes votos pela sua felicidade pessoal.

Como em todo o território nacional, verificou-se movimentos que se contrapunham ao posicionamento das lideranças governamentais e que se organizaram no sentido de resistir ao cenário que se configurava no Brasil.

Tal como no Estado de Goiás, os estudantes no Pará se organizaram contra os golpistas, e a União Acadêmica Paraense (UAP) soltou um manifesto com algumas instruções a serem seguidas por seus adeptos. O documento foi reproduzido pelo jornal Folha Vespertina do dia 1º de abril de 1964:

A União Acadêmica Paraense, cumprindo decisão de seu Congresso Extraordinário ontem realizado, considerando que se desenvolve no país um processo golpista contra o mandato do Presidente da República, e atentando à orientação da União Nacional dos Estudantes, resolve: 1 – Decretar greve geral dos universitários paraenses até que seja destruído todo o esquema golpista que ameaça o Brasil; 2 – Conclamar todos os oficiais, sargentos, soldados, trabalhadores, camponeses e o povo em geral para cerrarem fileiras em torno do Presidente da República, que encarna, neste momento, os sentimentos reformistas de libertação do povo brasileiro.

Nesse mesmo dia, estudantes universitários e secundaristas se concentraram na sede da UAP, acompanhando o que eles denominaram de “Vigília Cívica pela Democracia”. Em entrevista a Cunha (2008, p.4), Pedro Galvão na época acadêmico do curso de Direito, Presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) e integrante da Ação Popular (AP), disse sobre o movimento de resistência: “Denunciávamos o golpe militar em marcha, através de um alto falante que retransmitia a programação da ‘Rede da Legalidade’, mas nós estudantes fomos surpreendidos por uma marcha militar, que se direcionava à frente da UAP”. Petit (2012, p.174) também fala sobre o acontecimento:

Lá [na Vigília pela Democracia], por meio de um alto-falante, irradiavam hinos patrióticos, canções libertárias e notícias das rádios legalistas, sobretudo do Rio Grande do Sul, estado no qual Leonel Brizola, como fizeram em 1961, tentava organizar a defesa da legalidade e a permanência de João Goulart na Presidência da República. Na tarde desse mesmo dia, o coronel José Lopes de Oliveira (“Peixe-agulha”), recebeu ordens de prender os “subversivos” que pudessem colocar em risco todo o aparato desde o Centro-Sul até Belém. À noite, a UAP foi invadida por indicação de Jarbas Passarinho [...] O estudante do curso de Direito José Seráfico de Carvalho, ao tentar sair pela porta de entrada – enquanto todos corriam pela porta dos fundos – foi recebido com uma bofetada pelo coronel “Peixe-agulha”.

O gesto foi símbolo do destempero, como afirma o entrevistado Pedro Galvão, e foi citado por ele inclusive em seu livro de memórias que retrata, além de outros fatos da época, esse acontecimento específico. No livro “1964 – relatos subversivos” várias lideranças do movimento estudantil escreveram suas experiências e citaram o ataque à sede da UAP como um dos momentos mais traumáticos na história do movimento estudantil paraense. Cortez (2004, p.54) diz: “O movimento universitário, o movimento estudantil, tinha acabado. A UAP havia sido invadida e depredada por uma tropa do Exército comandada pelo famoso coronel José Lopes de Oliveira, apelidado ‘Peixe-agulha’”.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) também tentou se organizar e manifestar contra o golpe e publicaram um Manifesto que foi reproduzido pelo Jornal do Dia, em 1º de abril de 1964:

Os trabalhadores paraenses estão, desde ontem, em intensa manifestação. Todos os dispositivos de arregimentação acham-se em célere funcionamento, aglutinando forças que deverão entrar em ação a qualquer momento, em caso de ordem do CGT, que esta madrugada decretou greve geral. Para afirmar posição nesse sentido reuniram-se ontem a Federação dos Marítimos, os Sindicatos do Petróleo, Operários Navais e PUA. Hoje estarão reunidos os Estivadores, Náuticos, Arrumadores, Motoristas, Marítimos, Bancários, Alfaiates, telegráficos, além de outros. Um emissário deveria seguir hoje para o Rio, com missão especial, em face dos acontecimentos. A situação, assim, é de alerta.

A repressão, claro, foi violenta, e nas semanas que se seguiram ao golpe de Estado, centenas de militantes dos partidos de esquerda, sindicalistas, militares e estudantes foram presos, bem como os integrantes das Ligas Camponesas e os sindicatos vinculados ao CGT. De acordo com dados divulgados por Petit (2012, p.179), no Pará, “cerca de 300 pessoas foram detidas durante e após o 1º de abril de 1964. A maioria dos presos era estudantes universitários, lideranças sindicais e militantes da AP, sobretudo do PCB”.

No que se refere ao PCB, exerceu considerável influência na política nacional, mas também no cenário político paraense, especialmente nos sindicatos urbanos e rurais, no movimento estudantil e no meio intelectual e artístico. Como em todo o território brasileiro, no Pará não foi diferente, e seus membros foram severamente perseguidos, presos, interrogados e torturados. Barata (2004) complementa:

Se buscavam comunistas, aquela noite [da Vigília pela Democracia] tinha sido pródiga em bons resultados. Logo de cara prenderam duas importantes lideranças do PCB no Pará: Humberto Lopes, secretário político, e Jocelyn Brasil, coronel reformado da Aeronáutica [...]. No dia seguinte começaram as prisões em massa (BARATA, 2004, p.301).

A imprensa paraense, rádios, jornais e canais de TV, contribuiu para propagar ideias sobre o perigo comunista ou ameaça vermelha na sociedade brasileira e termos como “cubanização” e “perigo vermelho” podem ser vistos frequentemente nesse período. As expressões instigavam os leitores a pensarem que estavam diante de um

inimigo que deveria ser combatido e, obviamente, os militares estavam ali para auxiliar nesse sentido. Barata (2004, p.277) fala sobre o assunto:

[...] todos aqueles que se alinhassem ao lado das reformas de base (agrária, sanitária, bancária, universitária) eram automaticamente rotulados de comunistas. No debate sobre as grandes nacionais [os veículos da imprensa], preferiam a forma tosca, mas historicamente eficaz: a satanização dos comunistas, como impositivo estratégico para o sucesso do golpe militar, anteriormente desarmado na renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, e reduzido a um punhado parado no ar com o suicídio de Vargas em agosto de 1954.

A postura da Igreja Católica, principalmente através do arcebispo de Belém, Dom Alberto Ramos, também foi eficaz na “luta contra o comunismo” e declarou abertamente seu apoio ao levante militar, desconsiderando os padres e estudantes católicos que foram presos nos movimentos de resistência. O jornal “A Província do Pará” divulgou a visita de Dom Alberto:

Dom Alberto parabenizou A Província pela vitória da causa da Democracia no país, pela qual muito nos batemos sem temores nem desfalecimento fiéis às tradições de liberdade do nosso povo, de cujo coração Cristo não desertou, nem foi, como nunca será afastado (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1964, p.9).

Dando continuidade à liderança militar, vários políticos tiveram seus mandatos cassados e alguns tiveram seus direitos políticos suspensos por um período de dez anos com a justificativa de “terem permitido, por omissão, a infiltração comunista na União de Estudantes dos Cursos Secundários do Pará” (Relatório da Comissão de Investigação Sumária divulgado no jornal A Província do Pará no dia 18 de junho de 1964). Devido a esse fato, e a outros fatores como, por exemplo, a legalização do PCB, tanto o governador do Pará quanto o prefeito de Belém foram afastados dos cargos que ocupavam. Apesar de terem demonstrado apoio ao golpe, como visto anteriormente, esse fato não foi suficiente para se manterem enquanto lideranças políticas, pois “não inspiravam confiança aos chefes revolucionários” (PASSARINHO, 1990, p.111).

Assim, ao dia 12 de junho de 1964, a Assembleia Legislativa Paraense escolheu, por unanimidade, o tenente-coronel Jarbas Passarinho para Governador do Estado do Pará. No mesmo mês, vereadores de Belém elegeram o tenente-coronel Alacid Nunes

como prefeito da cidade. Ambos eram considerados pessoas sintonizadas com os golpistas de 1964.

No ano seguinte, as eleições para governador foram realizadas, ao dia 3 de outubro de 1965, mas poucos dias depois, por meio do Ato Institucional nº 2, todos os partidos foram declarados extintos e foi instaurado o sistema bipartidarista, que outorgou à Aliança Renovadora Nacional (Arena) o papel de aliado do regime e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o de “oposição”. Assim, Jarbas Passarinho e Alacid Nunes disputaram o controle do partido Arena e converteram-se nas principais lideranças políticas paraenses até 1980. De acordo com Petit (2012, p.185), ambos se preocuparam, em sua ação de governo, “mais propriamente em implementar as diretrizes da ‘Revolução’ do que em favorecer os interesses dos diferentes grupos ou classes sociais paraenses”.

O período de Ditadura Militar no Pará foi marcado, assim como em Goiás, pelos conflitos relacionados a terra, uma vez que o Estado recebia pessoas de várias regiões do país “fugidos da seca e da fome, em busca das matas do Pará” (FIGUEIRA, 1986, p.69). Muitos desses imigrantes ficavam em áreas denominadas “Sobra-de-Terra”, geralmente uma região pertencente à Fundação Brasil Central e que foram reincorporadas ao poder do Estado do Pará. Pessoa (2013, p.67) elucida esse problema:

A grilagem de terra, generalizada a partir dos incentivos fiscais concedidos pelos diversos órgãos governamentais, gerou a elevação do valor das terras e uma especulação sem precedentes, agravada pelo fato de que a transferência de terras de uma esfera (federal) a outra (estadual) gerou uma sobreposição jurídica, em que, do ponto de vista legal, considerando inclusive as fraudes em cartório, não havia uma definição precisa sobre o real proprietário. Os que se reivindicavam como tal e queriam vende-las, aproveitando-se do aumento do valor da terra, tinham que lutar na justiça.

Os camponeses lutaram, resistiram nas terras por eles ocupadas e tiveram apoio dos religiosos, fato que possibilitou a acusação do Estado e de fazendeiros sobre os padres, freiras e bispos como incentivadores da violência. A atuação da ala progressista da Igreja nesse sentido foi relevante e foi matéria de jornais regionais:

Certa facção da Igreja que, através de seus agentes de nacionalidade estrangeira, pertencentes à CPT, estão invadindo invariavelmente à frente, promovendo e organizando reuniões, nas quais são incentivadas tais ações e,

quando se concretizam, dão a cobertura através da imprensa e assessoria jurídica (O ESTADO DO PARÁ, 1979, p.12).

Pessôa (2013, p.67) aponta um dado relevante para a análise desse cenário:

Somente em Conceição do Araguaia [município localizado no sudeste do Estado do Pará], no começo de 1978, havia 43 áreas de conflitos identificados e cadastrados. Seis meses depois chegaram a 55 as áreas conflitadas e no final do ano já ultrapassavam 80 pontos em conflito.

As “soluções” apontadas pelos fazendeiros para o conflito de terras eram duas: as autoridades civis e militares deveriam tomar providências enérgicas sem temer essa ala da Igreja que apoiava a resistência, ou seja, ficaria a cargo do Estado eliminar o movimento dos camponeses na luta pela terra; a outra solução apresentada seria a atuação dos próprios fazendeiros diante das invasões que tinham contribuição da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Salem (1981, p.85) diz sobre a CPT:

Formalmente, a criação da CPT foi feita a partir do encontro de Bispos da Amazônia para discutir questões relacionadas à terra e às migrações crescentes na região. A preocupação residia exatamente nos conflitos provocados pela expansão do latifúndio que expulsava posseiros e desmatava áreas imensas, a escravização de peões nas fazendas, a ineficiência ou cumplicidade do INCRA nos casos de pressões dos grandes empresários e grileiros, além da omissão das autoridades, sobretudo judiciárias, diante das violências de jagunços e policiais.

Em relação ao posicionamento dos fazendeiros, unidos a eles estavam os representantes do Estado, mais precisamente a Polícia Militar do Pará, e deixavam claro suas insatisfações: “Padre pode entender muito de Evangelho, mas não de problema fundiário. Ele não pode usar o nome do Papa e da Igreja para tomar a terra de seus donos” (O ESTADO DO PARÁ, 1979, p.18). Complementando tal discurso, o tenente Sales, da Polícia Militar do Pará afirma:

A freira Dorotéia, juntamente com o padre Paulo são dois subversivos que vivem estimulando conflitos. Essa freira, inclusive, já esteve presa em Marabá por agitação [...]. Nós não queremos que se repitam os crimes cometidos em muitas localidades, como o que ocorreu em vila Rondon [município localizado no sudeste do Estado do Pará], quando o fazendeiro norte-americano John

Davis e seus filhos foram mortos por invasores de terras (O ESTADO DO PARÁ, 1979, p.22).

Percebe-se certa semelhança com o Estado de Goiás, que também contou com o apoio de líderes religiosos no auxílio aos camponeses em relação aos conflitos de terra contra os grandes fazendeiros. Muitos dos integrantes da ala progressista da Igreja Católica seguiam a Teologia da Libertação e passaram a dedicar uma atenção maior aos pobres e mais necessitados. Salem (1981, p.39) mantém uma abordagem crítica em relação a esse posicionamento da Igreja e não o credita apenas a bondade ou altruísmo, como se pode ver:

Um elemento desta “opção preferencial pelos pobres” tem relação também com o crescimento do número de adeptos das Igrejas evangélicas na América Latina, que passaram a disputar com os católicos a base social da população mais pobre. Essa evangelização, mais perto dos problemas de uma população carente de acesso a bens básicos de sobrevivência, era também uma estratégia de assegurar o predomínio católico numa crescente presença dos evangélicos.

Ainda assim, por um motivo ou pelo outro, não se pode desconsiderar o auxílio prestado pela Igreja Católica no Estado e na defesa da emancipação daqueles considerados explorados por um sistema e regime opressores. Certamente, esta não era uma visão hegemônica na instituição religiosa e, assim como no Centro-Oeste, houve várias divergências sobre essa questão, no entanto, esse conteúdo ligado a Teologia da Libertação serviu de base formativa para as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que optaram por agir em prol dos camponeses.

As instâncias de representação dos camponeses estavam sob tutela ou intervenção do Estado, o que dificultava ações por parte dos trabalhadores rurais que, em muitos casos, foram literalmente despejados. Pessoa (2014, p.72) cita um exemplo do que acontecia:

Podemos citar como exemplo uma ação possessória movida por Amador Pereira contra os posseiros do “lote 60”, em Conceição do Araguaia, no ano de 1975. Os posseiros procuram o STR [Sindicato de Trabalhadores Rurais], que acionou a CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], que acionou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA - órgão criado em 1970], que não apareceu na audiência para manifestação. A sentença favorável ao requerente seria seguida de despejo. O

processo na justiça, neste caso e na maioria de outros, significava derrota certa para os camponeses.

O autor cita ainda outros casos que tais como o anterior resultaram em despejo dos posseiros:

No povoado de Itaipavas, Baixo Araguaia, uma série de “donos” sucederam-se como sendo proprietários do “lote 7”. Ocupado a partir de 1969, o primeiro despejo dos posseiros ocorreu em 31 de março de 1976. Entrincheirados à espera da polícia, os posseiros acabaram “saindo da terra cantando o Hino Nacional”. Mais de vinte posseiros foram presos quando tentaram, alguns dias após o despejo, pegar os seus pertences. No povoado de Rio Maria, em 1975, uma ação da PM despeja nove famílias depois de acionada pela justiça. O problema no “lote 8” em Itaipavas motivou o deslocamento de uma guarnição da PM com o objetivo de prender um dos “cabeças” da resistência: o lavrador Raimundo Ferreira Lima, mais conhecido como Gringo, salvo da prisão pela intervenção de Dom Estevão Avelar, bispo de Conceição do Araguaia (PESSÔA, 2014, p.73).

Observa-se que os camponeses resistiram, na justiça, ou por ações próprias com o auxílio de religiosos e agentes de pastorais, mas o resultado, na maior parte das vezes, era em detrimento deles e a favor dos grandes proprietários de terra. Há relatos de que os conflitos nem sempre foram pacíficos, muitos foram armados, resultando em mortes ou ferimentos dos dois lados: policiais e camponeses. Os conflitos, na maior parte das vezes, ocorriam em detrimento dos camponeses que, quase sempre, saíam feridos e machucados enquanto era incomum acontecer o mesmo com policiais ou funcionários do governo. Os religiosos que tomavam partido contra os agentes repressores também sofriam punições, eram presos e perseguidos por seus supostos ideais ligados à esquerda comunista. Em um arquivo da Promotoria de Belém, do Ministério Público Estadual (24 de agosto de 1978) lê-se o posicionamento adotado por Carlos Peixoto, 1º Promotor da Capital, e para quem o clero tinha íntima ligação com crimes cometidos contra a Polícia Militar e a favor dos Camponeses: “inegável dizer que ela [Igreja Católica] está minada de ideário comunista por alguns de seus membros [...] que querem paulatinamente implantar a ideologia de esquerda em nosso país”. Os argumentos do Promotor Peixoto foram fortalecidos por outros de funcionários da PM do Estado do Pará e continuou dividindo opiniões entre civis e militares. Uma vez mais, Pessôa (2014, p.75) contribui ao demonstrar a atribuição de culpa aos religiosos por parte de funcionários do governo:

A acusação de “subversivos” aos clérigos é compreensível, considerando a postura favorável da igreja em relação aos camponeses. O que chama a atenção, no entanto, é o papel que caberia à Igreja segundo a visão do Promotor Peixoto. Esses religiosos, na visão do promotor, não estavam fazendo ação pastoral pois, segundo acredita, a Igreja “não serve para instigar pessoas ao crime, pois a ação pastoral não manda matar”. Nessa visão, caberia aos religiosos cuidar das “almas” e deixar “para as autoridades competentes” o papel/função de cuidar das questões que não dizem respeito à Igreja. Além disso, ao “desvirtuar suas funções”, os religiosos estavam “incitando os camponeses ao crime”. O promotor continua sua argumentação afirmando que os “réus estavam saindo da sua ação religiosa para se intrometer indevidamente em assuntos de competência exclusiva das autoridades civis, no caso a demarcação das terras pelo INCRA no seu Projeto fundiário em Conceição do Araguaia. Para o Promotor Peixoto, a carta escrita por Dom Estevão Cardoso Avelar e enviada aos posseiros pelo padre Florentino Maboni foi o estopim do “crime”. Por isso, considera ambos, bispo e padre, não apenas “esquerdistas” e “subversivos”, mas responsáveis diretos pela morte dos policiais.

As tensões aumentaram, alguns padres emblemáticos na luta a favor dos camponeses foram transferidos, outros presos e depois de libertados, também transferidos. A CPT passou a se posicionar de maneira mais enfática e denunciou a formação de milícias armadas para expulsar posseiros e estes reagiam tratando tanto os religiosos quanto os camponeses como subversivos e perturbadores da ordem. “Além da prisão e assassinato de camponeses, incluindo aí importantes lideranças sindicais, padres e freiras também sofreram perseguição. Alguns foram presos, outros assassinados” (PESSÔA, 2014, p.76).

Ao mês de fevereiro de 1980, foi criado o Grupo de Terras Araguaia Tocantins (GETAT) com o objetivo de regularização fundiária na área e de resolver os problemas de sobreposição jurídica das terras do Araguaia, pois muitas delas não se sabia se eram pertencentes à União ou ao Estado. O Programa abarcava as microrregiões de Marabá, São Félix do Xingu, Paraupabas, Redenção e Conceição do Araguaia, mas para além dessa atuação de questões sociais, percebe-se que ele atuou, também, em questões que se tornaram políticas.

O GETAT foi criado pelo governo João Figueiredo e, como tal, atuou em ressonância a ele, inclusive o presidente do órgão deveria ser representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e nomeado pelo Presidente da República, segundo o Decreto-Lei nº 1799 que o criou. Ainda, segundo o mesmo Decreto-Lei:

Caberão ao GETAT, no desempenho das finalidades previstas no art 1º, todos os poderes inerentes à colonização e à regularização fundiária, inclusive os

relativos à discriminação, arrecadação, destinação, licitação, alienação e desapropriação de áreas rurais, à legitimação de posses, ao assentamento de agricultores, à emissão de títulos de domínio, ao recebimento de doações de terras em favor da União, dentre outras, bem como à celebração de convênios, contratos e termos (DECRETO-LEI Nº 1.799, DE 5 DE AGOSTO DE 1980).

Apesar de estar se falando do GETAT na discussão sobre o Estado do Pará, o órgão deveria ser integrado por representantes da Procuradoria-Geral da República, indicado por seu titular; do INCRA, indicado por seu Presidente; dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás, indicado pelos respectivos Governadores. O fato caracteriza os três Estados citados como problemáticos, no que se refere aos conflitos pela terra, e o órgão referido foi constituído para sanar tais problemas. Claro que as soluções fornecidas iam de encontro às ações governamentais de repressão e não às necessidades dos camponeses e posseiros. Hébbete (2004, p.69) denuncia: “os que não lutaram, na fronteira, principalmente fora da colonização dirigida, têm sido expulsos por uma outra forma de coação à qual em geral não tem faltado apoio das polícias locais ou estaduais, do INCRA ou do GETAT”. Segundo o mesmo autor, além do autoritarismo vigente, característica do cenário nacional no período, o órgão interveio também nas eleições do Sindicato de Trabalhadores Rurais, o que demonstrava a não-representação dos camponeses e posseiros por parte dessa instituição que deveria buscar os interesses deles.

Muitos conflitos são citados nas pesquisas feitas, resultando no Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA) que organizou atos públicos e um Boletim para expor suas ideias e denúncias da repressão sofrida por religiosos e camponeses. Pessôa (2013, p.78) narra um dos episódios que deu origem ao MLPA:

[Em Cajueiro], em uma área reivindicada por diversos “donos”, os quase 10 mil hectares de castanhais ocupados por mais de 90 posseiros, alguns com até 20 anos na área, foram disputados entre fazendeiros e posseiros, em que diversos órgãos governamentais se envolveram. O INCRA faria a demarcação, o que não foi aceito pelos posseiros. A Polícia Federal e o GETAT, denominando de “invasores” uma parte dos posseiros, seriam responsáveis pela pressão para expulsá-los. Sebastião Curió que conhecia muitos posseiros como o João Matias, ex-guia do Exército, pedia para que aceitassem a demarcação. Os padres Francisco e Aristides, atendendo à solicitação de um dos posseiros, foram celebrar missa na área em conflito. Como a “igreja do povo” tem de ir onde o povo está, os padres foram e em 8 de agosto de 1981 celebraram a missa na presença de cerca de 60 pessoas.

A celebração dessa missa retrata a forte proximidade dos religiosos com essas pessoas mais pobres e oprimidas e a atuação deles diante de uma realidade difícil vivenciada pelos posseiros. Após a missa, o GETAT passa à ofensiva contra os posseiros que reagem atirando nos funcionários do órgão e da Polícia Federal, matando um pistoleiro e ferindo quatro policiais federais e dois funcionários do GETAT (PESSÔA, 2014, p.79). O conflito resultou, dois dias depois, em uma operação envolvendo o Exército, aviões da FAB e agentes da PF para prender os posseiros. Segundo o jornalista Rivaldo Chinem (1983, p.50), que retratou o conflito e suas consequências:

[...] uma semana depois do conflito, 13 posseiros se entregam à PF, ficando detidos no GETAT para em seguida serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Além disso, a PF apreende em São Geraldo mais de duas mil espingardas de caça de diversos calibres. Os agentes também prendem, em 31 de agosto de 1981, os padres Francisco e Aristides. As razões que explicariam a prisão dos dois padres podem ser evidenciadas pelo discurso do senador Jarbas Passarinho, um dia antes das prisões. Para o senador, a Igreja tem “uma nítida opção pelo socialismo” e as comunidades de base “insuflam a luta de classes no campo”.

Após 263 dias na prisão, os dois padres presos (de nacionalidade francesa e membros da congregação “Missions Etrangères” de Paris) escreveram uma carta falando sobre a perseguição sofrida, da função da Igreja de representar o povo e pedindo para que os companheiros fiquem unidos, pois um dia a justiça será feita, “enquanto houver nesse Brasil afora gente que luta pela libertação do povo, o tempo passado na prisão terá sentido” (CARTA DA PRISÃO, 26 de abril de 1982). Foi durante esse tempo de prisão dos dois religiosos e de treze camponeses que se originou o Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA). Ribeiro (2020, p.2) caracteriza-o e cita algumas instituições que compuseram o Movimento referido:

O Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia – MLPA se constitui em um evento agregador, fomentador e difusor de práticas de luta com base em justiça social [...] surge nas estruturas da Igreja Católica Apostólica Românica – ICAR, envolvendo padres, freiras, bispos, lideranças das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e círculos bíblicos e pastorais, em especial as pastorais de juventude. Porém, logo acaba assumindo um perfil mais amplo e plural, e passa já a se posicionar como um movimento de caráter ecumênico e até inter-religioso, assim como de grupos não religiosos, que buscava articular apoio em diversas representações sociais, como a própria ICAR, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil – IEICFB, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Sessão Pará – SPDDH-PA, o coletivo PRÓ-CUT, que já naquele momento organizava a Central Única

dos Trabalhadores; o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Movimento da Mulher do Campo e da Cidade – MMCC, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, a Comissão dos Bairros de Belém – CBB, a União Metropolitana dos Estudantes secundaristas – UMES, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará – DCE/UFPA e o Diretório Acadêmico das Faculdades Integradas do Colégio Moderno, assim como vários movimentos culturais.

Todos os movimentos da citação buscavam somar forças no sentido de dar apoio aos chamados “15 presos do Araguaia” além de denunciarem demais abusos das autoridades em relação aos camponeses e aos líderes religiosos que atuavam no conflito de terras do Estado. Em uma das publicações, o Movimento denuncia a repressão sofrida, também, por outros religiosos como o padre Peter MacCarthy que foi “preso e espancado no dia 15 de outubro de 1981” (MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA, BOLETIM Nº 3, 1981, p.5). Pessôa (2013, p.137) explica em detalhes os acontecimentos posteriores à essa prisão:

O primeiro julgamento dos presos ocorreu em Belém na 8ª Circunscrição Militar, no dia 22 de junho de 1982. Um forte aparato de segurança foi montado. Num julgamento que durou 21 horas, o Conselho de Sentença da Auditoria Militar, sediado em Belém, condena 12 camponeses a 8 anos de prisão, João Matias, identificado como líder, a 9 anos e os Padres Francisco Goriou e Aristides Camio, respectivamente, a 10 e 15 anos de reclusão. Todos foram condenados com base na Lei de Segurança Nacional, com o agravante, no caso dos padres, de serem estrangeiros e que a natureza de suas atividades no país não seria de natureza religiosa, mas política. Os presos foram libertados no dia 17 de dezembro de 1983. Os padres, após libertados, acabaram saindo do país anos depois.

O padre Aristides foi expulso pelo delegado da Polícia Federal, em Brasília, José Sampaio Braga, que justifica o ato com base no caráter subversivo do religioso ao se envolver com os conflitos de terra em favor dos camponeses. Em consulta ao arquivo da CPT, de 1981, é possível ler algumas acusações contidas no documento:

Aproveitando-se da condição de sacerdote e do baixo nível cultural, da simplicidade e humildade de seus paroquianos, desenvolveu destacada atividade voltada para a conscientização do trabalhador rural, objetivando a criar um ambiente de tensão social, que culminou em emboscadas, assassinatos, invasão de terras, desrespeito coletivo às leis, às autoridades constituídas e seus agentes [...] (ARQUIVO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT – ARAGUAIA-TOCANTINS. XINGUARA (PA), 1981).

Percebe-se a atribuição ao líder religioso dos eventos de resistência que culminaram em conflito armado entre camponeses e funcionários ligados aos órgãos do governo. Pessôa (2013, p.138) escreve o trecho de uma música cantada nas manifestações contrárias à prisão dos religiosos:

Aqui na terra a Igreja já perdeu o direito
De defender o pobre trabalhador
Os ricos dizem que o vigário é comunista
Prendem o padre evangelista
Mensageiro do Senhor.

A despeito de toda a repressão e violência que envolvia as disputas pela terra, em 1983, diversas entidades convocam a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, ao se analisar os conflitos em Goiás, na qual defendem que a participação dos trabalhadores rurais em todas as etapas de implementação de tal reforma. As causas da violência no campo são atribuídas a alguns fatores como a diminuição forçada da área disponível a cada família, a proletarianização do camponês e a expropriação da terra gerando formas de subemprego aos trabalhadores rurais. Para enfrentar essas situações, os trabalhadores buscam por meio de “instrumentos mais eficazes, a organização sindical, mesmo com os limites impostos pela legislação, a resistência e as lutas pela permanência ou conquista da terra e melhores condições de vida e de trabalho” (BOLETIM CPT NACIONAL – Ano IX, nº 44 – Jan/Fev de 1983).

A mobilização pela Reforma Agrária verá o primeiro vislumbre de sucesso, em abril de 1985, quando o governo Sarney apresenta o Programa de Reforma Agrária, que seria aprovado a outubro do mesmo ano. As reações dos latifundiários foram notórias e reverberaram em discursos virulentos pela imprensa, Pessôa (2013, p.147), ao analisar arquivos da CPT, cita alguns desses posicionamentos fervorosos contra os trabalhadores do campo e os religiosos:

Em um desses manifestos, o plano de reforma agrária proposto pelo governo era um verdadeiro “atentado contra a propriedade” na medida em que o plano, na visão dos fazendeiros, “é uma proposta socialista e comunista para mudar o regime”. A culpa por essa “proposta irresponsável”, continua o manifesto, “é dos homens de capa preta, que usam o crucifixo no pescoço e dizem que falam em nome de Deus. Mas nós não vamos entregar nossas terras do jeito que eles

querem. Vamos lutar. Para o presidente da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), Octávio Alvarenga, o plano do governo tem caráter “revanchista, na medida em que está totalmente voltado para os interesses dos trabalhadores, outrora alijados do processo de decisão sobre o setor”. O diretor da AGROBANCO, Orenicy Rodrigues, afirmou que a frente comunista precisa ser contida rapidamente antes que este país se transforme numa Nicarágua”.

Percebe-se o aumento das tensões entre a organização camponesa e os latifundiários, cujas violência e repressão eram, constantemente, denunciadas e aumentavam. Paulo Fonteles, deputado estadual pelo PMDB, denuncia a existência de milícias armadas no Estado do Pará, “responsáveis pelos assassinatos de camponeses”, e que seria necessário agir para que fossem desarticuladas. Como exemplo da existência dessas milícias, o deputado cita a fazenda Surubim, em Xinguara, município a oeste no Estado do Pará “com cerca de 50 homens armados que assassinaram cinco trabalhadores” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1985, p.12).

Em reação às denúncias e à continuidade das lutas por parte dos camponeses, fazendeiros escrevem uma carta ao Ministério da Reforma Agrária afirmando que “se nem uma providência for tomada e o governo insistir em manter o projeto de reforma agrária, muito sangue vai correr na região” (O LIBERAL, 1985, p.18). Ao mesmo tempo, a CPT contabiliza os mortos e conclui que na região do Araguaia, entre Xinguara e Conceição, foram assassinados, entre os anos de 1980 e 1984, 50 trabalhadores. Esse número aumenta consideravelmente e, somente ao primeiro semestre de 1985, eles contabilizam 40 trabalhadores mortos nos conflitos pela terra (JORNAL DE BRASÍLIA, 1985, p.2).

O período do ano de 1985 é visto como Nova República e, de fato, tiveram retorno alguns elementos que podem ser vistos como uma volta à democracia, por exemplo: o retorno das eleições diretas, do Congresso Nacional e da legalização dos partidos e organizações. Em contrapartida, o novo período que se configurava na história do país não conseguiu resolver o problema da questão agrária no Estado do Pará e em âmbito nacional. Pereira (2010, p.11) aponta alguns dados relevantes para a análise aqui feita:

[...] dos 1.355 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, lideranças sindicais e religiosas ocorridos no campo entre 1980 e 1993, no Brasil, 528 aconteceram no Estado do Pará. Destes, 239 ocorreram no Sul do Pará, representando quase a metade das mortes ocorridas no estado. Somente no ano de 1985, que simboliza o início da “Nova República”, foram 80 pessoas assassinadas, entre religiosos, camponeses, fazendeiros e grileiros, mais que o

dobro registrado no ano anterior, quando morreram 48 pessoas. Considerando os dados fornecidos pela CPT que são baseados em registros policiais e nos noticiários, havendo casos que nem chegam ao conhecimento da polícia nem da imprensa, esse número pode chegar a 100.

Pessôa (2013) aponta como “símbolo” desse período da “Nova República”, no Estado do Pará, o assassinato de duas pessoas em 1985: a missionária Adelaide Molinari e o camponês João Canuto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. O fato demonstra a clara continuidade da violência praticada contra camponeses e religiosos. O STR de Rio Maria divulga uma nota descrevendo o contexto da morte do sindicalista:

Vindo de Goiás, chegou a Rio Maria no ano de 1976. Dois anos depois, foi despejado de sua posse. Teve queimado seus pertences e sua casa, tendo falecido, em consequência desse ato de vandalismo, sua mãe. [...] Nas eleições de 1982, foi candidato a Prefeito de Rio Maria pelo PMDB, perdendo por poucos votos, devido às fraudes que ocorreram na apuração. Em 1983, assumiu a presidência do STR de Rio Maria e em 1985 foi assassinado. A morte de João Canuto não foi obra do acaso, ele havia recebido diversas ameaças por seu empenho em favor da desapropriação das áreas em conflito no município. Quatro dias antes de ser morto, Canuto fez uma queixa-crime na delegacia da cidade, mas nada foi feito (STR DE RIO MARIA, NOTA À POPULAÇÃO, 20 de dezembro de 1985).

A partir dos fatos explanados, pode-se perceber que houve uma resistência camponesa notória, no Estado do Pará, contra a expropriação de suas terras, principalmente a partir da década de 70. Além disso, a atuação de religiosos ligados à Igreja Católica foi muito mais do que mediadora e significou também uma luta contra o sistema capitalista opressor que via a terra como mercadoria, enquanto o clérigo defendia o sentido popular da terra, mediada pelo trabalho e pela família.

Longe de findar o conflito entre fazendeiros e posseiros, entre 1980 e 1985, no Estado do Pará, viu-se um aumento da mobilização tanto por parte das lideranças camponesas quanto por parte dos grandes proprietários. Ambos os lados reivindicavam para si a posse das terras gerando conflitos violentos que resultaram em prisões e assassinatos principalmente dos integrantes ligados ao campesinato e à religião.

Capítulo 2 – Movimento dos Trabalhadores: Origens, bases políticas e ideológicas e relação partido/movimento

Neste capítulo, a ênfase será dada às origens do Movimento dos Trabalhadores, às bases políticas e ideológicas nas quais objetivos foram firmados e, principalmente, às ações em território nacional.

No capítulo anterior foi possível ver a atuação da Igreja Católica, por meio da sua vertente mais progressista, no auxílio aos trabalhadores, principalmente rurais, na luta pela terra e contra a expropriação que ocorria devido à política implantada pelo governo militar. Nesse contexto, surgiu o Movimento dos Trabalhadores apoiado por alguns religiosos também que estavam presentes durante as reuniões dos integrantes e incentivavam algumas ações e reivindicações.

Neste capítulo, em um primeiro momento, discorrer-se-á mais detalhadamente sobre o que significou o apoio do cristianismo por meio da Teologia da Libertação, bem como a participação de alguns religiosos durante toda a vigência do Movimento.

Posteriormente, a origem do MT será analisada a partir da relação dos trabalhadores rurais com a terra, uma vez que ele nasce nas lutas sociais no campo apoiado pela Igreja. Esse apoio se justifica porque, para a Teologia da Libertação, a terra é um elemento sagrado dado por Deus e o capital só a vê como mais uma forma de exploração para tirar o lucro inerente a esse sistema. Essa relação é transposta para o ambiente urbano tendo a terra, então, função de moradia e a luta passa a significar uma luta por moradia e não pelo território em si como mercadoria.

Enquanto movimento social, o MT surgiu e se autodenominou leninista, mas discutir-se-á a relação contraditória que se configurou entre ele e essa corrente ideológica ao analisá-la mais detalhadamente. Verificou-se o Movimento atuando, também, como partido político e essa é a defesa que se faz neste momento da pesquisa, porquanto, em que pesem o nome e suas aspirações iniciais, o MT foi, sim, um partido do ponto de vista de Lênin e de Gramsci.

Em um terceiro momento deste capítulo, discorrer-se-á sobre a concepção de partido e movimento em Lênin e Gramsci que foram as principais bases teóricas para analisar criticamente o Movimento dos Trabalhadores. Objetiva-se comprovar a tese referida acima por meio do estudo dos dois autores em uma perspectiva analítica marxista.

2.1 – Origens na Teologia da Libertação

As bases principais do Movimento dos Trabalhadores foram o marxismo e a Teologia da Libertação, na medida em que prevalece o interesse pelos tidos como pobres do sistema capitalista e a defesa de seus direitos. Seria uma libertação das injustiças sofridas pelos marginalizados, quando se considera tanto as condições econômicas e políticas quanto sociais determinadas pela hegemonia de um poder dominador que marginaliza essas populações. Quem explicou essa base na qual o MT surgiu foi o ex-integrante e líder teórico do Movimento, Augusto de Franco, em entrevista concedida no município de Campos do Jordão – SP, no dia 20 de janeiro de 2020:

O movimento, na verdade, uma movimentação de trabalhadores já havia nessa época em Goiás, em 1970 e já havia sobretudo por causa do Dom Tomás Balduino porque ele começou com essa história de Grupos do Evangelho que eram as Comunidades Eclesiais de Base. Era a forma como a Igreja estava se organizando na base para resistir à ditadura militar e era tudo isso na “vibe” da Teologia da Libertação, entendeu? Eu fui no início de 77 para Goiânia, comecei a dar aulas lá e aí a gente encontrou um cara chamado Frei Mateus Rocha. Frei Mateus foi uma figura importante nisso tudo porque depois ele foi superior aos dominicanos no Brasil e era um teólogo da libertação, trabalhava com cristologia. Ele, em Abadiânia, conseguiu uma terra dos dominicanos que chamou de Emaús e publicou um livrinho chamado Projeto de Vida Radical aonde ele defendia um tipo de vida junto com o povo e etc e tal, porque voltar para as bases era a alternativa naquele momento, a não ser que você estivesse fora do Brasil exilado, clandestino.

Augusto relaciona Frei Mateus Rocha a Betinho e a Marcos Vinícius, personalidades conhecidas nacionalmente em relação ao movimento popular em favor dos mais carentes, que fundaram a Ação Popular (AP) e que, posteriormente, virou Ação Popular Marxista Leninista.

Ao aderir ao grupo, não necessariamente sendo fiel ou praticante, o antigo líder teve contato também com Frei Marcos Sassatelli quando decidiu morar em uma favela no Parque Amazônia e continua:

O Marcos Sassatelli também fazia o curso do Mateus, entendeu? Tudo isso começou a partir daí, da opção da Igreja pelos pobres e nós não éramos fiéis, religiosos mas era o único espaço que tinha. E a gente se interessou mesmo por uma visão do Jesus histórico, aquela coisa toda, tudo isso estava no negócio da Teologia da Libertação. Que era na verdade uma ideologia da libertação, que era uma nova leitura do Evangelho à luz da opção preferencial pelos mais

pobres e tudo mais. Isso aí está na origem de tudo, está na origem de tudo (entrevista concedida no município de Campos do Jordão – SP, no dia 20 de janeiro de 2020).

No Brasil, pode-se citar como teólogos católicos ligados a essa vertente - e responsáveis por disseminá-la - Leonardo Boff, Clodoveu Boff, Frei Betto, entre outros que ajudam no entendimento do significado da Teologia. O filósofo Leonardo Boff (pseudônimo de Genézio Darci Boff), em entrevista ao Instituto Humanitas da Universidade Unisinos explica sobre a origem desse segmento:

A Teologia da Libertação nasceu da preocupação da Igreja com a pobreza das grandes maiorias empobrecidas. Foram os profetas da Igreja como dom Helder Câmara, dom José Maria Pires, dom Antônio Fragoso, dom Pedro Casaldáliga, cardeal dom Paulo Evaristo Arns, entre outros, que sentiram que a missão da Igreja junto aos pobres devia ser libertadora e não mais assistencialista. Dom Helder foi o primeiro a perceber que o nosso desenvolvimento significava um desenvolvimento do subdesenvolvimento. Deveríamos fazer não uma teologia do desenvolvimento, mas da libertação das amarras que nos prendiam a um tipo de desenvolvimento feito à custa dos muito pobres em favor de poucos ricos. Numa reunião de bispos do Conselho Episcopal Latino-Americano – Celam em Montevideu no final dos anos 1960, caiu da boca de dom Helder a palavra libertação. Ela foi retomada por Gustavo Gutiérrez quando ele, estando em Itaipava-Petrópolis, numa reunião de bispos latino-americanos que faziam um balanço das sessões do Vaticano II, falou que a missão da Igreja em nosso Continente empobrecido deveria ser libertadora (2018, s/p).

Boff continua dizendo que os seguidores da Teologia da Libertação não tiveram mestres para seguirem e que tudo ocorreu mediante a convivência dos teólogos no meio dos pobres e a vontade de ajudarem essas pessoas. Paulo Freire é citado como um dos fundadores da Teologia e pelo seu método libertador, que é possível de ser conhecido por suas duas obras clássicas “Pedagogia do oprimido” e “Educação como prática da liberdade”. Boff (2018, s/n) continua: “descobrimos o método [de Freire] de sempre escutar primeiramente o povo, depois pensar e elaborar o que recolhemos. Ele nos ajudou a assumir o método da Ação Católica mundial do ver, julgar, agir e celebrar e isso é acréscimo da Teologia da Libertação”.

Frei Arrigo Malavolti, italiano, atualmente residente na cidade de Módena na Itália, que concedeu uma entrevista no dia 7 de janeiro de 2019 falando sobre o assunto, explica que a Teologia da Libertação talvez seja muito mais antiga do que se considera, ainda que não tenha levado esse nome:

Bartolomeu de las Casas foi um frade dominicano do tempo da descoberta. Ele foi um dominicano, missionário, no tempo da descoberta das Américas e que foi um dos poucos, senão o único que se opôs abertamente, claramente contra a escravidão. A escravidão dos negros. Muitos escritores latino-americanos, sobretudo brasileiros, o considera o pai da Teologia e ele foi tão forte que o governo pediu à ordem dos dominicanos que mandasse ele embora de volta para a Espanha.

Nesse contexto, em que religião cristã e base trabalhadora se aproximam, Augusto e Alberto, os dois antigos líderes do Movimento dos Trabalhadores, conhecem-se e começam a tecer planos para a origem de um novo movimento justamente ligado a essa Teologia da Libertação que busca libertar os pobres das amarras sociais que os prendem e marginalizam. Augusto continua narrando o surgimento do MT dentro dessa perspectiva, com assídua participação da Igreja:

O Bacurau estava lá em Itaberaí, tinha uma série de camponeses que começaram por sua vez a fazer experiências de organizações populares baseadas em membros que não eram católicos nessa visão, de que tinha que nascer da base, que o importante era o trabalho de base mesmo, foi por isso que nasceu o Movimento dos Trabalhadores né, porque..., quer dizer, já havia essa fermentação lá em Goiás, Goiás Velho, um pouco em Goiânia naqueles municípios que ficam entre Goiânia e Goiás Velho e tinha lá o Frei Fernando Brito que também tinha sido da ALN e que estava lá fazendo trabalho junto com o povo. Ali nós começamos também vários movimentos em Goiânia de ocupar terrenos e construir casas que seriam casas dos companheiros aonde as pessoas podiam fazer reuniões, etc e tal. Aí surgiu o Jardim Nova Esperança também, tinha muita gente. E aí pronto, tudo isso nasceu meio junto, esses camponeses que na época eram chamados lavradores, eu organizei o cântico dos lavradores, que eu ia com eles, gravava umas fitas e disso aí conheci o Bacurau nessas circunstâncias (entrevista concedida no município de Campos do Jordão – SP, no dia 20 de janeiro de 2020).

Augusto ressalta uma trajetória de vida diferente daquela do Bacurau que viria a ser o seu companheiro de lutas no MT. Alberto Gomes, o “Bacurau”, não frequentou os cursos do Frei Mateus, mas foi assessor de Dom Tomás Balduino na cidade de Goiás. Tal fato contribuiu para que ele tivesse a iniciativa de organizar os trabalhadores do campo na luta pela base para alcançar objetivos que representariam uma evolução social. Assim como os outros entrevistados, ele cita a oposição sindical que foi um marco no surgimento do MT porque, por meio da ideologia da libertação, o primeiro passo naquele momento seria retomar as rédeas de espaços considerados para representação popular.

Frei Arrigo Malavoltti auxiliou na compreensão da relação entre Movimento dos Trabalhadores e religião cristã. Ele permaneceu na cidade de Goiás por anos e atuou na militância pelos pobres e menos favorecidos naquele período, caracterizando-se como religioso a favor da comunidade pobre. Padre Arrigo, aqui no Brasil conhecido como Padre Henrique, narra e contextualiza um pouco a sua história de vida com a chegada e o momento em que o Brasil vivia um regime autoritário, culminando no surgimento de diversos movimentos, incluindo o próprio MT:

Nasci aqui na Itália, em Módena, em 1938, estudei nesse Seminário, fiz tudo, Teologia, me formei aqui e depois quando terminei tudo em 64, 68 e depois quis ir em fevereiro de 69 fui para o Brasil e foram 30 anos no Brasil. Foi uma escolha pessoal, naquela época, não só eu, também outros companheiros, não só em Módena, mas em toda a Itália, ia para o Brasil ou para a América Latina para ajudar as comunidades desse continente e foi uma escolha pessoal de um grupo nosso aqui. E fomos fazer essa experiência, organizando sempre, tanto que em 69 quando fui alguns já haviam voltado e os primeiros daqui foram em 1964, foram cinco, cinco padres e moravam em Itaberaí, todos os cinco (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Nesse momento da narrativa, é possível perceber o destino que se encarregou do encontro que se formou entre Alberto Gomes de Oliveira, Augusto de Franco e Frei Arrigo, todos no mesmo período e na mesma localidade.

Outra problemática, narrada pelo frei e que culminou nesse encontro foi o fato de que, depois de 1970, nenhum religioso mais foi para substituir o grupo que lá se encontrava em Itaberaí e na cidade de Goiás, quase que forçando esses religiosos a ficarem por cerca de 20 a 30 anos naquela região. Ele narra:

E assim ficamos. Fiquei 13 anos, não, 14, 14 anos, lá naquela região de Jussara e Britânia. Eu, junto com outro padre, aqui de Carpi, uma cidade aqui perto, que se chama padre Francisco Cavazzuti. Ele é reconhecido porque em 1986 ou 87, não lembro bem, foi baleado e ficou cego, perdeu a vista completamente. Ele ficou ainda uns anos no Brasil e depois já idoso voltou para cá. Foi na Paróquia de Mossâmedes, numa paróquia rural de Mossâmedes, tinha ido rezar uma missa, numa fazenda, à noite, foi baleado com tiro e logo, logo, correu perigo de vida, lembro de tudo. Foi levado para Goiânia, para o Hospital Santa Helena. Dom Tomás Balduino que era bispo de Goiás naquela época veio para a Itália e voltou com ele para Goiás e ficou mais 10 anos como vigário e cego (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Quando questionado sobre o motivo do atentado, Frei Arrigo fala sobre os perigos reais que os circundavam uma vez que os párocos e religiosos, ainda que não brasileiros, formavam uma resistência contra o autoritarismo, como foi possível ver no Capítulo 1 desta tese. Apesar de em 1987, ano do atentado ao padre Francisco Cavazzuti, os militares não estarem mais no poder, os problemas com os latifundiários persistiam e o posicionamento dos religiosos irritava esses grandes proprietários da região:

Nós chegamos em 69, no auge da ditadura, terrível. Tanto que de noite em Jussara nós não saíamos mais nunca à noite e quando tinha que sair à noite nunca era sozinho, sempre acompanhado porque nós sabíamos que tinha muito risco e perigo. Aí aconteceu em 71 ou 72 que a polícia de Goiás, a polícia estadual abriu um inquérito e o padre Francisco foi processado, tinha um processo, para expulsão do Brasil porque, na diocese de Goiás, uma região de roça e grande latifúndio..e então os grandes fazendeiros queriam ou mata-lo ou mandar ele embora, porque eles não gostavam desse padre absolutamente. Passou a ditadura, em plena democracia, porém agora já não era mais o governo, era o latifúndio que continuava, então ele era muito forte nas suas pregações, toda a diocese de Goiás lutou contra o latifúndio desde sempre. E então por causa da luta dele com o latifúndio, foram pagos para mata-lo. De fato, teve o processo, ele foi condenado, como acontece infelizmente (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Em uma notícia, datada de 27 de agosto de 2019, intitulada como “32 anos do atentado ao Padre Francisco Cavazzuti” no site da Diocese de Goiás é possível confirmar a versão do Padre Arrigo, com ênfase em um parágrafo que resume o que foi narrado anteriormente sobre Francisco:

Sua vida é marcada por uma longa jornada de fé, luta pela justiça social, defesa dos direitos humanos e denúncia contra o latifúndio. Este posicionamento profético irritou os poderosos da região, e naquela noite de agosto, após uma celebração na comunidade, Padre Chicão foi alvejado de bala na cabeça. Não morreu, mas perdeu a visão. Cego ele continuou a enxergar muito mais que o latifúndio, e prosseguiu sua missão na construção do Reino de Deus (DIOCESE DE GOIÁS, 2019, s/p).

Apesar de não ser citada explicitamente na reportagem acima e nas falas do Padre Arrigo, a Teologia da Libertação, antes explicada por Augusto de Franco, pode ser percebida como característica desses religiosos que lutavam contra uma ideologia dominante que excluía sempre mais a parte pobre da população. A preocupação principal parecia ser esta por parte desses religiosos que se deslocaram a nível internacional e

atuaram ao lado da classe marginalizada e contra um poder que os colocava até em risco de morte. As denúncias e as lutas foram feitas, por parte dos religiosos, contra as injustiças ao povo trabalhador, a concentração de rendas e a destruição do cerrado.

Uma fonte inesgotável de histórias e lembranças, principalmente no que diz respeito a relação entre a Igreja que foi parte predominante na sua vida e o Brasil, país que escolheu morar, Padre Arrigo tece memórias que contribuem para a reconstituição do período no Estado de Goiás e que contribuem para conhecer o envolvimento dos religiosos com as camadas mais pobres na região e com a consequente formação do Movimento dos Trabalhadores.

Ainda sobre a repressão sofrida no período da Ditadura, dando continuidade ao raciocínio anterior sobre a ação de Francisco Cavazutti enquanto parte da instituição religiosa e da própria igreja, ele continua a contar:

Nós vivemos numa zona agrícola, numa zona rural e no município de Jussara nós tínhamos o Padre Francisco, vivíamos juntos na mesma casa em Jussara, porém a gente fazia trabalho pastoral no município de Jussara e em Britânia e indo para Britânia passávamos dentro de duas fazendas, eram 45 km até as duas fazendas, eram de dois grandes fazendeiros que moravam em São Paulo. E nós íamos uma vez por mês visitar as comunidades, celebrar a missa em uma casa, num quintal, não tinha o frio que tinha aqui. E assim, depois de 2 anos, como se diz, aquele que guia a fazenda, o gerente das fazendas, eram dois irmãos dessas fazendas, os gerentes chamam o Padre Francisco e dizem “nós agradecemos muito mas o senhor não pode mais celebrar a missa aqui porque nós não gostamos do seu jeito de trabalhar com o povo, das suas pregações” e não fomos nunca mais, fechou. E aí então tivemos sempre casos, chegamos em 69 e sempre tinham casos em 70, 71, e sempre naqueles anos íamos sempre em outra fazenda e o dono era Caiado que era governador do Estado de Goiás. Passados uns meses ele expulsou os funcionários do lado para a criação de rãs, para a exportação. E nós tínhamos uma capelinha na região e ficamos sabendo que o governador obrigava esses pequenos proprietários a venderem suas propriedades. A gente ficou sabendo de tudo isso e então com a diocese, com o bispo Tomás que estava muito favorável a todo esse trabalho e então convidamos todo esse pessoal e convencemos a não vender, a resistir (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

A militante de esquerda, Márcia Jorge, que faz parte do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, o Sintsep-GO, foi entrevistada ao dia 12 de fevereiro de 2020 e lembrou do período em que houve essa aproximação entre parte da Igreja com os trabalhadores. Ela entrou para a militância no Movimento Estudantil em 68 e entrou para a Ação Popular (AP), foi presa pela Ditadura Militar, ficou uns dias

confinada e após alguns anos voltou já na atividade dos sindicatos no interior do Estado de Goiás, principalmente Itauçu e Itaberaí:

Aí nessa época comecei na Assembleia do Povo que saiu da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base e foi formando nas periferias de Goiânia, a gente formava associação para reivindicar as questões mesmo dos bairros. Fazia uma grande assembleia de dois em dois meses, ainda era muito complicado esse período por causa da ditadura (entrevista concedida no dia 12 de fevereiro de 2020 na cidade de Goiânia – GO).

Apesar dessa parceria que existiu entre Igreja e base, Márcia lembra também que alguns setores mais conservadores da instituição religiosa permaneciam com o referencial de que deveriam ir contra o comunismo. Apenas parte da Igreja aderiu ao objetivo de lutarem junto aos trabalhadores por melhores condições ou o que ela chama de “um governo para todos”:

A partir daí nós começamos a fazer trabalhos nas periferias junto com um setor da Igreja, tinha divisão, porque a gente tinha o Dom Fernando que apoiava o movimento mas a ala conservadora da Igreja não queria nem saber. Em alguns setores tinha a Comunidade Eclesial de Base que apoiava, a gente fazia alguns cursos de formação junto com a CPT e tinha muita retaliação por estarem seguindo esse caminho. Tinha algumas pessoas dentro do Vaticano mais avançadas né, então o Frei Betto, no interior tinha o Fernando, algumas irmãs que também optaram por esse tipo. Foi um momento da Igreja que ela optou pelos pobres mas a linha conservadora da Igreja continuou a mesma coisa, odiando comunista, odiando movimento, odiando tudo (entrevista concedida no dia 12 de fevereiro de 2020 em Goiânia – GO).

O Frei Marcos, Dom Tomás Balduino. Dom Pedro Casaldáliga, além de alguns grupos religiosos, foram referência na luta dentro da Igreja pelos menos favorecidos no Estado de Goiás, porquanto criavam cursos no sindicato rural nessas regiões e procuravam realizar a formação intelectual da base, articularam também na zona urbana, em Goiânia, e com o passar do tempo as Comunidades Eclesiais de Base foram ficando raras e a ala mais conservadora predominou na Igreja.

No documentário “O Voo da Primavera” (2019) há um depoimento de Dom Pedro Casaldáliga que retrata exatamente essa postura de uma parte da Igreja que, conseqüentemente, sofreu retaliações em alguns períodos da história brasileira. O documentário expõe um movimento histórico de luta e resistência no qual a ala

progressista da Igreja Católica estava unida aos trabalhadores em busca de direitos sociais para todos. A luta pela terra é evidente, assim como a conquista por parte das grandes corporações nacionais e transnacionais marginalizando camponeses, negros, indígenas e quilombolas. Frei Betto é um dos entrevistados no documentário e acrescenta:

Me aproximei de Dom Tomás quando fui preso com outros frades dominicanos e nós éramos 6 presos políticos misturados a 400 presos comuns. A ditadura nos acusava de ser o grande canal de denúncia de tortura e assassinato. Os carcereiros tinham ódio de nós porque nós inibíamos a ação deles sobre os comuns (“O VOO DA PRIMAVERA”, 2019).

Confirmando essa tese de que a Ditadura reprimiu inclusive membros da Igreja Católica que atuavam em prol dos trabalhadores, pode-se analisar ainda a narrativa de Frei Arrigo:

Por fim nós ficamos muito mal vistos por parte das autoridades locais, das autoridades estaduais. Naquela época tinha que apresentar uma série de documentos para viajar, em plena ditadura, de antecedentes penais, de residência e de ideologia política e era a polícia que dava esse documento. Estávamos todos classificados, é..não consegui no começo esse documento para o passaporte, para viajar, era através da polícia federal. A nível federal o policial disse que não tinha nada, era tudo a nível estadual, com o governador de Goiás por causa das fazendas e tudo. Perguntaram se eu sabia o que estava acontecendo no interior, em Jussara, disse “você tem muito problema na região e eu vou dar o visto só se o senhor me firmar aqui um documento que não volta mais para o Brasil” (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Frei Arrigo veio, a 1969, para o Brasil e, quinze anos depois, em 1984, devido a Ditadura Militar, teve dificuldades para sair do país e só conseguiu mediante a assinatura de um documento afirmando que não voltaria mais. Apesar disso, ele volta para o Brasil no mesmo ano sem nenhum problema e aqui permanece até o ano 2009 entre idas e vindas. Nesse período, ele já voltou outras vezes, mas não para ficar um prazo tão longo mais, apenas para visitaçào.

A parte da Igreja ligada aos posseiros ficou mal vista e sofreu represálias em diferentes níveis, no que tange a autoridade governamental daquela época, o que comprova a gravidade da situação e do embate entre os latifúndios e os trabalhadores expulsos das terras. Ao explicar o porquê dessa tomada de posicionamento por parte da Igreja, Frei Arrigo disse que ao ter contato com essa realidade, em que posseiros andavam

“perdidos” com suas terras tomadas, isso foi inevitável, e como líder da Paróquia tomou logo parte na defesa dos agricultores e pequenos proprietários. Ele lembra da atuação nos sindicatos também, explanada por Marcia Jorge acima:

Depois começou a se fazer os mutirões, me lembro bem dos mutirões, para poder trabalhar com o pequeno proprietário, ajudarmos uns aos outros, coisas interessantíssimas na época. Estamos falando de 75 a 80. Ah! E teve o nascimento dos sindicatos de oposição. Tinha os sindicatos rurais do governo e nasceram os sindicatos de oposição porque os do governo eram assim, não eram muito favorável, eram do governo. E aí por diante, começamos por aí a nos envolver nesses problemas comuns aos agricultores e aí por diante. É uma história muito interessante (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Por meio da conversa e entrevista ao Frei Arrigo, é possível perceber que dentro da própria Igreja escondia-se uma guerra ideológica que se dividia em um lado pelos progressistas da Teologia da Libertação e, de outro, os conservadores e contrários ao engajamento político do clero.

O Vaticano fez algumas ofensivas contra a ala progressista brasileira cujo chefe do, até então chamado Santo Ofício, Joseph Ratzinger censurou Dom Pedro Casaldáliga e Leonardo Boff no início da década de 80. O cardeal Ratzinger publica instrução contra a Teologia da Libertação e tem como principal aliado no Brasil Dom Eugênio Sales, cardeal brasileiro e arcebispo emérito do Rio de Janeiro, além de ter sido o religioso brasileiro com o maior número de cargos no Vaticano. Este último também é entrevistado no documentário “O Voo da Primavera” (2019) e diz: “a metodologia, digamos assim, da Teologia da Libertação no sentido comum do termo como é usado aqui, emprega categorias marxistas, digamos, a luta de classes”.

Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, também teve sua atuação reduzida num ato do Vaticano, que visou restringir sua influência e, novamente, silenciar os principais defensores da Teologia da Libertação e atuantes no período. No documentário já citado, a narrativa diz: “Dos 100 novos bispos brasileiros, a maioria é considerada representante da direita católica”, fazendo uma alusão aos membros da Igreja contrários à Teologia da Libertação. Para justificar seu posicionamento e de outros que tiveram sua área de atuação limitada, Leonardo Boff diz no documentário: “Libertação é um tema político, então a Igreja tem além de uma missão religiosa, uma missão social” (“O VOO DA PRIMAVERA”, 2019).

O Movimento dos Trabalhadores é, portanto, um movimento que surgiu a partir de uma articulação com a Igreja que auxiliou em muitos sentidos porque não havia lugar físico para que as pessoas se reunissem e, menos ainda, alguma organização prévia que pudesse direcionar os integrantes para uma ação concreta. A conscientização que a Igreja transmitia era levada para outras organizações como os sindicatos que foram fortalecidos e outras cujos objetivos entrelaçavam-se entre si.

Alberto Gomes, o “Bacurau”, que viria a ser líder do Movimento dos Trabalhadores, trabalhava na diocese na cidade conhecida como Goiás Velho e onde se deu o primeiro contato entre ele e o Padre Arrigo Malavolti. O italiano lembra desse início:

Ele era um rapaz novo, trabalhava nas pastorais da Diocese, na Pastoral da Diocese, Pastoral social, Pastoral do Trabalho e aí por diante, então a gente se conheceu naquele tempo quando nós começamos a eleger presidentes para os sindicatos rurais, na chapa de oposição. Ele reunia os trabalhadores para montar a chapa, fazer as eleições, e aí por diante nas pequenas paróquias, tudo era feito naquele tempo nas paróquias e o Bacurau ajudou muito a gente com isso. Era muito militante (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Percebe-se que, por meio da Teologia da Libertação, a configuração da Igreja muda, ao menos no que se refere ao Estado de Goiás, e parte da instituição se torna responsável, então, por reivindicar direitos sociais dos trabalhadores que estavam se perdendo. A esse objetivo somaram-se lideranças citadas ao longo desta tese e então é possível conformar a estreita relação entre a Igreja e o Movimento dos Trabalhadores, cujas primeiras atuações começaram a se formar devido a própria Igreja.

Os antigos líderes podem não se reconhecer enquanto fiéis e religiosos, mas é inegável que uma das bases do MT tenha sido a própria Teologia da Libertação, além do marxismo-leninismo. Dom Arrigo explica ainda que esse posicionamento em prol dos trabalhadores não era o oficial que prevalecia dentro da Igreja, mas em algumas dioceses no Estado de Goiás era predominante:

É preciso ter isso em mente, algumas dioceses fizeram exatamente uma opção clara pelos pobres, não só a nível de Brasil, não só em Goiás, algumas dioceses fizeram essa opção mas não era oficial. Goiás Velho era bastante, vamos dizer, dentro do quadro de dioceses no Brasil era bastante conhecida por essa opção. Todo mundo sabia dos trabalhos do bispo Dom Tomás no Brasil todo, todo

mundo sabia. Mas tinha outro, tinha São Félix do Araguaia com o Casaldáliga e tinha Vitória no Espírito Santo, Lins em São Paulo e outras dioceses fizeram essa opção. Foi um tempo muito bom. A ditadura militar foi terrível por um lado mas ela fez com que algumas dioceses, algumas igrejas que foram apertadas pela ditadura fizessem opções. De fato, naquela época durante o máximo da ditadura, nasceram os grandes movimentos da Igreja no Brasil. A CPT, a Comissão Pastoral da Terra, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o Centro de Leituras Bíblicas que era o Centro Popular de leituras, as Comunidades Eclesiais de Base, foram tudo dessa época, tudo naquele momento, foram os anos mais vivos, mais fecundos da Igreja Católica no Brasil, realmente (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Nessa configuração, surge o Movimento dos Trabalhadores, inicialmente com a participação da Igreja, ou ao menos com ajuda de parte dela, por possuírem objetivos em comum e compartilharem do mesmo ideal de justiça social para os que mais precisavam. Arrigo Malavolti complementa:

E assim foi surgindo a ideia do Movimento dos Trabalhadores, não sei quantas vezes nos reunimos mas foram bastante. Nós tínhamos uma reunião semanal, me lembro que toda segunda-feira em Goiânia íamos na casa de um casal no Parque Amazonas e aí conversávamos sobre isso. Depois fizemos uma grande assembleia no Centro de Treinamento na Diocese de Goiânia. Tinha o Seminário, tínhamos encontros lá, ficamos reunidos dois ou três dias, dia e noite, não lembro bem a data mas aí foi realmente o surgimento do Movimento dos Trabalhadores. E aí cada um assumiu um nome, digamos assim, um nome de batalha (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Frei Arrigo explica que para entendermos a visão da Bíblia, como um livro de resistência, da luta e da revolução dos pobres, que ele acredita ser uma visão marxista, é necessário interpretá-la como uma leitura libertadora. Nela estão contidas algumas linhas de pensamento como o poder quando as histórias relatadas descrevem os reis e toda a ostentação que havia, mas também contém a linha dos pobres, dos oprimidos e das mulheres. Essa última seria a leitura popular da Bíblia que era realizada no Brasil no Centro de Estudos Bíblicos na época em que ele residiu no país. Arrigo continua sua explicação:

Você tem que interpretar a Bíblia não pela cabeça mas pelos pés, de onde você está pisando, de que parte você está, porque Deus fez uma opção, basta lembrar que os Reis Magos chegaram a Jerusalém, no palácio do rei e não o encontraram, ao contrário, encontraram um perseguidor desse menino que nasceu. Isso é porque Deus não está no palácio, Deus não estava nem no

templo, estava numa casa simples, nascido de uma menina que ninguém conhecia. Deus está de um lado, Ele não é neutro em nenhum momento. Você tem que ler essa Bíblia do lado dos pobres, dos oprimidos e das mulheres, somente assim entenderá (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

O padre ainda explica que essa visão não é a predominante no interior da Igreja Católica, mas é muito mais aceita no Brasil do que na Europa, local onde o comunismo e a Igreja entraram em choque em vários momentos. Ele conta que, na Itália, os bispos convocavam, e ainda hoje isso acontece, os cristãos a votarem no Partido dos Cristãos, considerado a democracia cristã no país, e proibiam os fiéis que lutaram a favor do comunismo de participarem. Atualmente, ele sabe o que pode e o que não pode dizer no Seminário onde reside:

Aqui não se pode falar muito nessa visão da Bíblia que temos no Brasil. Um amigo meu padre me disse uma vez: “tá bom, você ficou no Brasil 30 anos, agora já pode esquecer que foi ao Brasil”. Mas como isso é possível? Não é possível. Eu não fui para um passeio turístico, não fiquei três meses e nem três semanas, veja só. “No Brasil era assim”, essa é uma frase que não se pode dizer nunca aqui e quando não tem justificativa para alguma coisa que digo, eles falam: “isso é coisa do Brasil”, mas é assim mesmo. Eu fui muito ligado a CPT, ao Movimento Estudantil da Casa da Juventude em Goiânia e volto ao Brasil a cada dois anos. Mas a gente sabe como é e fica calado, fala uma coisinha ou outra só (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

As entrevistadas Lúcia Helena de Carvalho e Cícera Bezerra de Moraes, ex-integrantes do MT, explicam que, apesar de não serem tão ligadas à Igreja Católica, percebiam o auxílio desta, principalmente, ao início do Movimento:

A Igreja ajudava com a estrutura e na hora do vamos ver mesmo ajudavam, o Dom Tomás Balduino em Goiás abria a casa dele para encontros maravilhosos e ele não permitia a repressão, ele era um escudeiro. A Igreja foi mesmo esse escudo nosso, atendia as comunidades mais pobres também e eles não censuravam nada do que a gente fazia não, alguns até participavam, outros não participavam não mas não reprimiam, ajudavam abrindo as portas (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

Elas ainda acrescentam que algumas alas da Igreja Evangélica também atuavam como esse escudo contra os agentes repressores, tendo-se em vista a conjuntura nacional. Obviamente, essa não era a postura majoritária das Igrejas, como visto anteriormente, e a

própria instituição religiosa de Brasília não apoiava os trabalhadores. Quando foram questionadas, citaram, pontualmente, alguns nomes; mas disseram que, em Goiás, de fato, era possível ver uma maior participação dos religiosos em relação aos trabalhadores.

Sobre os objetivos do próprio MT, percebe-se que são coincidentes, em alguns pontos, com os elementos abordados pela própria Teologia da Libertação. Lúcia e Cícera explicam:

A gente queria diminuir as desigualdades, a gente queria governar, ter o poder na mão dos trabalhadores para que a vida deles melhorasse. Na verdade, era uma defesa humanista, ecológica e o objetivo também era disseminar isso no maior número de instituições que a gente conseguisse e que pudesse seguir essa linha de pensamento (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

Por meio das entrevistas de ex-integrantes ligados ao Movimento dos Trabalhadores, é possível comprovar que uma das bases dele foi a Teologia da Libertação, representada pela Igreja Católica, que chegou a ser, ao início, responsável para que o Movimento se organizasse e conseguisse evoluir. Apesar de muitos membros não se afirmarem como fiéis e frequentadores assíduos, todos reconhecem a importância e o auxílio prestado pela instituição religiosa.

2.2 – A relação dos trabalhadores rurais com a terra e sua influência na luta urbana

A terra para muitos trabalhadores brasileiros e para os ex-integrantes camponeses do MT, na década de 70 e 80, tinha um papel que ia além do econômico e significava, também, um estilo de vida; ela era o meio com o qual estavam acostumados a trabalhar desde sempre. A familiaridade e a segurança que o campo representava criava uma relação entre os sujeitos e o ambiente, entre os sujeitos e a paisagem. Maia (2008, p. 60) esclarece:

Nestas condições, o acesso direto à terra era interpretado como uma questão essencial para a vida, assumindo o sentido da libertação e da possibilidade para a realização da independência total do domínio dos mais fortes. A terra, neste caso, não era somente a garantia de um meio de sustentabilidade econômica, mas também um mecanismo essencial de libertação social.

O trabalhador rural não possuía outra referência para se basear e seguir adiante com uma nova estratégia de subsistência e de vida. Famílias que moravam, há 20 ou 30 anos, no campo, que dali tiravam todo o sustento e passavam o conhecimento adquirido para as gerações posteriores, viram-se desprotegidas e desamparadas frente ao progresso e mecanização do campo. Toda a relação do sujeito com o mundo, toda a noção e todo o sentido que ele tem de vida e de relação pessoal e profissional estão ligados àquele trabalho exercido por anos.

O campo era, então, repleto de significados simbólicos, afetivos e sociais que representavam o suprimento das necessidades econômicas, sociais e políticas. Essa era a essência também dos sujeitos rurais que, naquele momento, passaram a se constituir organizadamente enquanto Movimento dos Trabalhadores. Essa discussão sobre a identificação dos sujeitos com o ambiente rural deve considerar a relação homem-campo e os vínculos rompidos e criados na trajetória percorrida. A rotina, o modo de vida e os sentimentos devem ser considerados ao analisar o que o domínio sobre a terra representava, além dos códigos e símbolos criados e utilizados por eles, caracterizando a identidade do grupo. A cultura enraizada nesses sujeitos diz respeito à alimentação, à moradia, aos instrumentos de trabalho, à religiosidade, às formas de agir e de desenvolver elos afetivos e até de debater questões voltadas para a política.

A terra seria, talvez, uma estratégia consciente ou não de exercerem uma cidadania que lhes foi negada, era a forma de se sentirem pertencentes a um mundo que sempre os excluiu e que, em determinado período da história, expulsava-os num processo brutal de ocupação e progresso que tinha o respaldo do governo.

Tornar-se posseiro era “o caminho que a sociedade brasileira deixara para os trabalhadores se tornarem ‘pessoas’” (AMADO, s/d, p.36). Entende-se aqui que ser uma pessoa seria ter controle de um meio para subsistência de si e da família, “não estava em jogo obter empregos públicos ou exceções à lei, mas movimentar-se no interior de comunidades pequenas, onde todos se consideravam e se tratavam como pessoas” (AMADO, s/d, p. 35-36).

O campo naturalmente fazia parte da identidade desses grupos e no que se refere à identidade, propõe-se considerá-la determinada, influenciada e/ou condicionada por fatores como lugar, história, nacionalidade, crenças, entre outros aspectos.

A identidade desses sujeitos é permeada, também, pela relação afetiva de familiaridade e valores que eles possuem com aquele que era o seu espaço de vivência, juntamente com outros que reconhecem como seus semelhantes. Nessa perspectiva, existem dimensões e características do entorno físico que são incorporadas pelo sujeito por meio da interação com o ambiente. Maia (2008, p.66) auxilia nessa compreensão:

A lavoura camponesa caracteriza-se por uma produção voltada para a subsistência, assentada, principalmente, no trabalhador familiar e em formas de solidariedade compartilhadas pelos membros da comunidade, as quais garantem braços para lavoura em momentos específicos do processo produtivo [...]. As condições particulares do trabalho e da organização do processo produtivo sobre a terra colocam como questão fundamental para o grupo o deslocamento constante da lavoura, o que exige uma condição de propriedade sobre o solo, a qual só é passível de ser satisfeita em determinados espaços.

A propriedade da terra significava, também, a possibilidade de renovar o plantio, a forma da relação com a terra. “A posse, mais ou menos formal, vem juntar-se aos tipos de exploração e ao equipamento cultural, a fim de configurar uma vida social marcada pelo isolamento, a independência, o alheamento às mudanças sociais” (CANDIDO, 2001, p.60) caracterizando, assim, a identidade desse sujeito rural. “O lugar tem um significado para o indivíduo que o incorpora à própria identidade” (GONÇALVES, 2007, p.76), portanto, ao perder a posse da terra, o trabalhador perde mais do que um bem material de valor econômico e se vê obrigado a reconstruir esse sentido de identidade em um outro local. Ele busca então outra terra, mas não mais como proprietário, e sim um espaço no ambiente urbano que lhe é completamente estranho às noções e valores de vivência que ele carregava.

É nesse espaço do seu cotidiano que o sujeito reproduz, por meio do trabalho, sua vida no campo e seus símbolos como cantigas e hinos no momento de colher a lavoura. D’Abadia (2010, p.19) contribui com essa perspectiva ao dizer que “o cotidiano permite o aparecimento da cultura como aquilo que confere existência ao ser social, a existência prescinde de relações, as quais constituem identidades”. A identidade, então, relaciona-se com a atitude deles perante o campo sob seu domínio, sua fidelidade, participação e ligação com o ambiente rural.

O processo de construção das identidades, de acordo com Claval (2003, p.92), implica na “interiorização de valores”, portanto, à luz dessa reflexão é possível concluir

que a identidade não pode ser desassociada das raízes dos sujeitos e onde habitam. Almeida (2008, p.317) complementa dizendo que “é pela cultura que essas populações fazem sua mediação com o mundo, constroem um modo de vida particular e se ‘enraízam’”. Almeida (2008, p.318) diz ainda que, conclusivamente, “muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o ambiente, todavia os significados desses laços não são marcados pela unicidade e sim pela multiplicidade de percepções”. São as representações coletivas, sociais e culturais que conferem sentido ao lugar e, por meio delas, pode-se identificar o viés emocional ali envolvido do homem com relação ao seu ambiente, a sua terra.

Os integrantes do Movimento dos Trabalhadores possuíam esse laço com a terra e demonstravam tal sentimento por meio de cantigas e versos. Nessas cantigas, eram retratadas realidades duras vividas pelos camponeses e suas mulheres, sacrifícios feitos para continuarem seu ofício nas terras, nas produções e a exploração que estava acontecendo do pequeno proprietário pelos latifúndios. Dom Tomás Balduino (2011, p.1348), envolvido com esses trabalhadores no Estado de Goiás, cita formas de expressão que passaram a ser comuns na reunião dos trabalhadores:

Não custaram a surgir espontaneamente músicas e poesias do povo, cantando a luta, seus sofrimentos e sua esperança. Surgiram os compositores populares muito solicitados e dedicados. Os leigos, geralmente lavradores, tinham encontrado na música o seu jeito mais apropriado de expressão.

Em fevereiro de 1978, as lavadeiras ao norte de Goiás, esposas de pequenos camponeses, reuniram-se porque não estavam conseguindo comprar comida e pagar o material escolar dos filhos e essa notícia foi divulgada no jornal “A Voz dos Trabalhadores” dos meses de março-abril no ano de 1978. Após a reportagem, que foi escrita por uma das lavadeiras, lê-se os versos criados pelo grupo para entoarem como canção enquanto trabalhavam e cujas palavras remetem a origem humilde e campesina da autora:

VERSOS DE UMA LAVADEIRA

As lavadeiras de roupa
Tão tudo de revolução
Porque o salário que ganha
não dá nem prá comprar o pão.

Vai prá fonte de manhã
Sem nem tomar o café
Quando chega é meio-dia

Em casa só é menino chorando
Uns diz: mamãe eu quero comer
Outros diz: mamãe estou com fome
Põe roupa no arame e senta e fica
Pensando: Meu Deus, o que eu faço
Sem ter nada prá comer?

Vai na casa das patroa
Tirar um pouco de dinheiro
E o que ela responde
Você não completou um mês
Eu volto pra casa com a mão
No fecho do cano
E sem nada de dinheiro.
(A VOZ DOS TRABALHADORES, nº 2, 1978)

Outros exemplos dos traços identitários desses camponeses, que passaram a integrar o Movimento dos Trabalhadores, são algumas músicas compostas pelos lavradores e cantadas por eles enquanto capinavam ou ajudavam a levantar uma casa para algum companheiro necessitado. Todos estes trechos compõem músicas e hinos do acervo do Movimento dos Trabalhadores e foram compostos por ex-integrantes no período entre 1978-1985:

LINHA DE FRENTE

Vem companheiro
Vamos prá linha de frente (bis)
Nós somos trabalhadores
Somos de raça valente
A força da nossa classe
Vai mexer com muita gente

A nossa classe é de um povo sofrido
Que viveu sempre oprimido
Sem direito de falar
Porém agora só se vê na voz do povo
É construir um mundo novo
Para a vida melhorar
[...]
Lá da roça já vei
Porque não pode plantar
O patrão não quer a gente
Para não ter que pagar.

JUSTIÇA AMIGA-DA-ONÇA

Tem injustiça acontecendo aqui
Com os posseiros das bandas da serra
E não adianta esconder que eu vi,
Foram expulsos das suas terras.

Sem o trabalho para onde vão?
Aumentar a fila de quem perde o chão!

[...]

Estamos aqui para denunciar
Esta estrutura de dominação
Que até impede de trabalhar
Quem sempre na vida só lavrou o chão
Foi a própria lei que praticou o ato
Não foi capricho do destino não.
Por isso agora contamos o fato
Para impedir esta situação.

O MEIO GRITO

Vamos todos companheiros
Meio grito vamos dar
Quem é surdo abre o ouvido
Quem não é pode escutar

Somos gente como gente
Somos nós trabalhador
Somos criatura humana
Somos povo de valor.

Vamos todos companheiros...

Somos gente de caráter
Somos gota de suor
Somos braços que trabalha
Faça frio, faça calor.

[...]

Nós tem o direito à terra
Prá todos nós trabalhar
Nós precisa achar um jeito
De nós se organizar.

AS MULTINACIONAIS

Como é que vai fazer
Com esta situação
O povo trabalhador
De baixo da exploração

As firmas estrangeiras
No Brasil quer dominar
O governo dá todo o apoio
A essas multinacional.

Como é que vai fazer...

Nossa terra brasileira
Com quem que ela está
É com latifundiário
E com a multinacional.

NÓS TRABALHADOR

Nós vamos buscar de volta
Tudo que eles nos roubou
Arrancando o que é nosso
Das mãos dos explorador

Falo de peito empolado

Sem receio e sem rancor
 Quem construiu este mundo
 Desde que ele começou
 Os progressos e as riquezas
 Fomos nós trabalhador.

[...]

O milho, arroz e feijão
 Os alimentos quem plantou
 E as ervas para o remédio
 Vai prontinhas pro doutor.
 Tudo isso é produzido
 É por nós trabalhador.
 (JORNAL A VOZ DOS TRABALHADORES, 1981, p.5)

Os trechos dos hinos retratam bem a realidade vivida e quem eram os sujeitos do Movimento dos Trabalhadores: pobres, carentes, que desejavam tirar sustento da terra e resistir às mudanças que ocorriam no campo. Faz-se necessário atentar para a solidariedade demonstrada no pronome “nós” ou algum equivalente que significa “conjunto”, “coletividade”. Em uma das fitas K7 do acervo, datada de 1983, gravada pelos integrantes do próprio MT, é possível escutar os trabalhadores cantando algumas músicas em que o aspecto de união e luta é ressaltado entre eles, inclusive no ambiente urbano:

Trabalhadores que labutam lá no campo,
 Trabalhadores que pelejam na cidade,
 Vamos todos fazer um grande movimento
 Pra lutando conseguirmos liberdade (2x)
 Companheirada vamos juntos para a luta,
 Todos unidos com coragem na jornada,
 Pois sabemos que a lei que nos defende,
 É a união e além disso mais nada.

A nossa luta fica grande e mais forte,
 Nós precisamos levantar forças somadas,
 Só alcançaremos a nossa grande vitória,
 Com os trabalhadores seguindo a mesma estrada.

Vem companheiro nossa força está crescendo,
 Vamos em frente sem medir dificuldade,
 Com a luta pela terra em todo o campo,
 E também por moradia na cidade.

Os operários que trabalham por salário,
 Todos unidos nós teremos liberdade.
 O que queremos é o poder de decidir
 Sobre o destino de uma nova sociedade.

Eles se reconheciam enquanto grupo de trabalhadores rurais e valorizavam seus companheiros, cujos laços fraternos transcendiam o laço de sangue familiar. Dom Tomás Balduino (2011, p.1348) dá continuidade:

Na década de 70, 80% da população da Diocese morava no campo e apenas 20% nas cidades. Hoje este percentual se inverteu. Além do mais a maioria dos que moravam no campo eram pobres, sem terra ou com pouca terra para viver e trabalhar. Com a presença da Igreja mais identificada com esses pobres e dando-lhes apoio eles não ficaram parados. Tiveram uma caminhada própria. Criaram suas organizações autônomas, não apenas em âmbito regional, mas nacional.

Obviamente, esses camponeses enfrentaram inúmeras dificuldades, devido ao período de repressão e ao II PND que promoveu a mecanização do campo, mas muitos se juntaram no sentido de resistir a todo esse cenário. As próprias letras das músicas referem-se, muitas vezes, ao abandono, à miséria e principalmente a relação com o campo. Esses laços que os identificam se manifestam na convivência ao comporem um hino juntos e são marcados pela multiplicidade de percepções, com uma base em comum que era a ameaça constante que sofriam. Pode-se dizer que existe uma relação de pertencimento desses trabalhadores porque suas emoções e vivências fazem parte do campo e a identidade não pode ser desvinculada do comportamento dos sujeitos.

A ideia de coletividade chama a atenção ao se perceber que, durante a história do MT, as tentativas existentes de conquista de terra, de auxílio na lavoura ou na construção de uma casa, eram comumente em prol dos companheiros do grupo. Assim, houve a intencionalidade de se reunirem com certa constância para debaterem as próximas ações a serem realizadas pelo grupo. O fato também chamou a atenção de Dom Tomás Balduino (2011, p.1349):

[...] os grupos de trabalhadores rurais começaram a se reunir e se organizar. Trabalhavam seguidamente, com assessores que eles mesmo escolhiam, no estudo da realidade e na criação dos seus instrumentos de luta de forma inteiramente autônoma. Não estavam entrando para uma confraria rural da Igreja, como aconteceu no passado. Eram eles os protagonistas de um caminho novo. Outro apoio estratégico que estes camponeses procuraram foi o Sindicato dos trabalhadores rurais. Entraram, então, para os sindicatos existentes em todos os municípios. Viram, porém, que era um instrumento inteiramente dominado pelos interesses dos latifundiários.

Com a ideia da coletividade, uma das primeiras formas de atuação que o Movimento dos Trabalhadores considerou necessária foi a organização da oposição sindical nos municípios cujos latifundiários, ou parceiros destes, eram presidentes. Outra ferramenta importante foi a solidariedade sempre presente no MT, e por meio dela várias outras ações específicas foram realizadas; a maior parte delas documentada no jornal “A Voz dos Trabalhadores”, uma das fontes principais para a escrita da presente tese.

O destaque em relação ao jornal é para uma coluna reservada somente para a descrição dos “Mutirões”, na qual três ou quatro notícias sobre esses mutirões eram veiculadas. Exemplo de como as reportagens eram narradas pelos próprios integrantes do grupo:

UNIÃO FAZ A “TREIÇÃO”

Aconteceu no dia 2 de março, lá na Mamoneira, no município de Itaberá. Os trabalhadores, vendo o grande aperto que um companheiro estava passando com uma roça de arroz (era uns 350 litros), a maior parte no mato e uma terra muito espraguejada, resolveram dar uma demão. Foi tudo muito bem planejado pro companheiro não ficar sabendo da trama. Bem cedinho, depois de viajar 3 léguas, juntamos os companheiros do lugar. Tinha quase 50 companheiros pro trabalho da roça. Chegamos de surpresa e o susto foi muito grande com os foguetórios. Com essa turma conseguimos capinar toda a roça, com muita animação cantando. Depois que terminou todo o serviço o companheiro agradeceu dizendo que antes da treição ele nem dormia, pensando que o arroz ia morrer no mato. Um companheiro explicou que se cada um dá um dia de serviço, não vai fazer falta e unindo esses dias de cada um, resolve o aperto de um amigo, fazendo o mutirão. Teve alguém que falou que a treição se deu porque todos nós temos um compromisso com ele (o traído), e ele também tem um compromisso com todos nós e com nosso MOVIMENTO DOS TRABALHADORES (A VOZ DOS TRABALHADORES, 1981, p.2).

No caso retratado acima, duas ações distintas e importantes para o trabalhador do campo são citadas: a “treição” e o mutirão. As duas retratam a questão da coletividade fortemente presente nos camponeses e caracterizam-se por trabalhos de ajuda que ocorrem devido a relação de companheirismo estabelecida entre os integrantes de um mesmo grupo. Maia (2008, p.82) explica:

O mutirão, como uma das formas de auxílio mútuo realizado pelo camponês, era a manifestação desta consciência de pertencimento a uma determinada localidade, ao mesmo tempo em que agia como um fator que conferia unidade às relações sociais mantidas para além do grupo familiar, sedimentando-as.

Nesse sentido, o mutirão é uma forma de expressar conscientemente o sentimento de pertença e de autorreconhecimento a um grupo maior que é fruto de uma construção histórica e relacional. Tal sentimento é decorrente, no período abordado, do fato de viverem em condições parecidas de trabalho e estarem sofrendo explorações e ameaças significativas.

A diferença entre os dois conceitos, mutirão e “treição”, dá-se pela espontaneidade com que a ação é realizada; o mutirão é algo já sabido e combinado por parte de quem vai ser auxiliado enquanto na “treição” faz-se uma surpresa ao trabalhador que está precisando da ajuda dos companheiros. Conforme Maia (2008, p.83), no último conceito abordado, “não havia o convite por parte do agricultor apurado com as tarefas, a ação da ajuda era fruto da ação espontânea dos vizinhos reconhecendo as dificuldades daqueles que estavam próximos”. O entrevistado Bacurau, ex-líder do MT, também detalha:

A treição era uma modalidade de ajuda no interior. Isso acontecia muito entre pequenos proprietários, entre parceiros que tocavam a roça, arrendatários, ou seja, normalmente entre trabalhadores rurais que tocavam o seu roçado em regime de trabalho familiar, normalmente sem empregados. Seja na hora de limpa da terra, de plantio ou de colheita, tem um sistema de troca de dias, dez pessoas trabalham um dia na roça de um, na roça de outro, depois na roça de outro. Você não pagava o dia trabalhado com salário, você pagava com outro dia de trabalho. Era uma forma divertida de convivência, de ajudar, de estar junto, de relacionamento e fazia muito serviço. Era o vizinho de uma família com outro. Mas isso era o sistema de troca de dias. No mutirão o dono matava um porco ou uma vaca, chamava o povo pra ajudar e depois geralmente tinha festa, era um dia de muita festividade, ou tinha reza do terço também para comemorar. Era todo um ritual da fertilidade da terra, é um costume milenar dos camponeses. Na traição [treição] às vezes você precisa de ajuda mas não tem recurso para marcar o mutirão, aí as famílias amigas se juntam e marcam mas é surpresa. Aí de repente, 4 horas da manhã, 5 horas da manhã chega aquele monte de gente pra ajudar. Já vi traição de 500 pessoas e cada um ajuda um pouquinho, ajuda com comida, se não tiver lenha até lenha levam e vão ajudar no roçado. Era a maior festa do mundo (entrevista concedida no dia 27 de novembro de 2018 na cidade do Rio de Janeiro – RJ).

Outro antigo líder do Movimento dos Trabalhadores, Augusto de Franco, em entrevista concedida, ao dia 20 de janeiro de 2020, em Campos do Jordão – SP, reforça os conceitos de mutirão e “treição”:

O MT era uma coisa meio descentralizada porque cada lugar tinha suas próprias lutas, aonde a gente estava a gente definia. Teve uma época que teve mutirão para todo lado, mutirão para ajudar os companheiros lavradores e a “treição” porque a gente falava com a mulher do cara mas ele mesmo não sabia. Era uma traição porque de repente chegava a companheirada com a enxada e só a mulher sabia. Geralmente a roça estava suja e chegava todo mundo para ajudar o companheiro mas ele não sabia, só a mulher dele que já tinha feito comida escondido para todo mundo. A gente fez isso demais mas isso nós não inventamos, era tradição do povo da roça. A gente começou a fazer também o mutirão para construir casas, para ocupar terrenos que estavam lá vazios sobretudo em Goiânia.

O mesmo entrevistado associa o mutirão, a “treição” e outros fatores à fidelidade dos integrantes ao Movimento dos Trabalhadores. Eles se viam enquanto coletividade e buscavam auxiliar os companheiros que passavam por situações semelhantes às suas. Essas ações os identificavam e representavam enquanto grupo que formava o MT. Augusto justifica a permanência desses sujeitos à organização sob o viés do sentimento do pertencimento a determinado grupo:

Havia uma mística nisso tudo, era essa mística que era o cimento, era essa mística que era a cola, era essa mística que recrutava as pessoas porque você estava vivendo todo lascado como servente de pedreiro, como pinto de parede, num bairro, numa favela e de repente você tá acolhido por uma turma grande de gente que reconhece você. Isso a Antropologia que explica, você agora faz parte de uma turma, a turma olha você de igual para igual, são seus amigos. Você se sente menos quando você está sozinho, como diz o poeta: “as distâncias somam a gente para menos” (Manoel de Barros), então quando você reduz as distâncias você fica mais plenamente humano. Isso está na emoção e não na razão. A emoção é uma disposição para a ação. A pessoa passa a fazer parte daquele organismo social e você tirar ela desse organismo é um negócio difícilíssimo, o sujeito não quer sacrificar uma dimensão da vida dele por um juízo racional para as coisas (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020, na cidade de Campos do Jordão – SP).

Aceita-se a existência do sentimento de pertença e o fato dos sujeitos estarem inseridos a determinado grupo por causa desse sentimento, como já se falou anteriormente. Compreender essas características dos trabalhadores rurais é fundamental para o entendimento de como o Movimento dos Trabalhadores surgiu e permaneceu em vigência por sete anos. A base, com respaldo na Teologia da Libertação, foi exatamente a preocupação com os companheiros e a necessidade de resistir ao que acontecia no cenário brasileiro.

Ressalta-se que, ao contrário do exposto pelo entrevistado, aqui não se tem a emoção como única responsável por essas ações dos sujeitos ao integrar movimentos.

Entende-se que os conflitos são inerentes à existência humana e o marxismo propõe uma ação transformadora não baseada em emoção; mas, ao contrário, em razão que se transforma em ação. Uma atitude inconformista diante da realidade gera o desejo de construir e transformar essa realidade. A razão seria, nesse sentido, um instrumento para a realização do que se deseja.

Para o marxismo, a luta revolucionária é racional porque é baseada no interesse material, o que justifica o fato da burguesia não ser agente de transformação, uma vez que está confortável diante da realidade exposta. Quem deseja mudança, por não estar satisfeito com o contexto em que se encontra, é o trabalhador e isso é racional do ponto de vista que o trabalhador percebe a sua posição de oprimido diante do sistema. Não se pode dizer que isso seja puramente ligado ao emocional. Tal constatação não descarta a necessidade da existência da utopia, da vontade de mudar, uma ideologia no sentido positivo.

Essa seria a responsabilidade do intelectual orgânico, conceito desenvolvido por Gramsci, que será mais bem aprofundado no decorrer da tese. Esse intelectual deve sistematizar os valores populares e transformá-los em uma projeção de futuro, o que caracteriza uma atitude racional perante o emocional. Nesse sentido, contrapondo-se ao entrevistado, a ideia predominante é a de que não se pode colocar a emoção como único motivo para a inserção de indivíduos e sujeitos em um grupo como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores. Não é somente ela que caracteriza a integração e, principalmente, o planejamento e movimentação em direção a uma possível transformação da realidade social.

No MT, as duas atividades mencionadas anteriormente, mutirão e “treição”, ocorreram durante todos os anos de vigência do Movimento e eram facilitadas pelas informações divulgadas no jornal de circulação interna. Todas essas ações, que se pode chamar de ações solidárias, caracterizavam a identidade dos ex-integrantes do Movimento porque eles passavam a se identificar enquanto grupo e isso os conduzia a emoções que impulsionavam a ação de coletividade tornando isso racional. Eles possuíam laços com elementos que compunham aquele ambiente, seja por meio do trabalho com a agricultura, a residência geralmente antiga e que abrigou gerações; o uso de animais para a realização de trabalhos; ou a vizinhança que, muitas vezes, compunha o grupo maior no qual o trabalhador se sentia inserido.

Além disso, as ações como mutirões e “treições” são, além de simples organizações do trabalho solidário, formas essenciais de resistência contra à circunstância opressora que os cercava; era mais um processo da luta que se travava no período histórico em que se passou toda a trajetória do Movimento dos Trabalhadores. As condições em que se desenvolveram os conflitos pela terra e a consciência construída nesse processo de luta compõem a identidade dos integrantes e a união fazia-se - para além dos laços fraternos -, também, necessária. É a consolidação de um grupo que se ligava a algo maior que era uma classe social determinada. De acordo com Maia (2008, p.87):

A experiência vivida no “estar mudando”, as condições de consolidação das posses e as formas de relações sociais dos camponeses produziram espaços de solidariedade que formaram a base sobre as quais estes indivíduos vivenciaram a luta e os processos de enfrentamento com os supostos proprietários das terras.

A relação com a terra é característica predominante na construção da identidade dos integrantes do MT, no entanto, não só de trabalhadores rurais se constituía o Movimento. Ele também possuía integrantes do centro urbano que sofriam, do mesmo modo, com a exploração dos patrões. Muitos trabalhavam no campo, mas tiveram que se deslocar para as cidades para buscarem formas de sustento devido à mecanização da agricultura, e compuseram o MT; outros, eram essencialmente trabalhadores urbanos e viram no Movimento uma forma de resistir às injustiças, inclusive, a interação campo-cidade era impulsionada por parte dos dirigentes para que o Movimento ganhasse mais força.

Apesar de possuírem trabalhos muito diferentes e relações variadas com os colegas, ao se analisar os grandes problemas da comunidade, da categoria e da classe, poder-se-ia chegar a um resultado comum: a exploração e o abandono da classe trabalhadora por parte do Estado.

No ambiente urbano, as relações eram outras, mas o companheirismo entre os integrantes do MT não deixaria de existir, muitos fizeram parte de greves e eram amparados por outros trabalhadores para que não cedessem à pressão do empregador. Era também nas cidades onde aconteciam as reuniões do MT para discutirem possibilidades de novas ações e debaterem sobre os próximos passos a serem dados. Geralmente, elegia-se algum ponto, a casa de um deles, que fosse de fácil acesso para os companheiros

daquele bairro e/ou município e então ocorriam as reuniões frequentes nas chamadas “casas de reunião”.

Isso posto, as relações do campo e os sentimentos que as caracterizavam se deslocavam também para as cidades e abarcavam outros trabalhadores que se sentiam representados uma vez que a luta era, fundamentalmente, contra a opressão. Ao construir-se identitariamente por meio das lutas e da resistência “enquanto lutavam pela sobrevivência e exerciam seus ofícios, trabalhadores e trabalhadoras criaram identidades coletivas, geraram símbolos, crenças, formas de convivência e de celebração” (FORTES et. al, 2006, p.6).

O senhor Exupério Alves dos Santos, trabalhador da construção civil e integrante do Movimento dos Trabalhadores, concedeu uma entrevista no dia 28 de agosto de 2018, no Parque Amazonas, em Goiânia, em que explica como se dava o espaço de convivência:

O MT era Movimento dos Trabalhadores porque incluía os trabalhadores rurais mas nós tínhamos muitos trabalhadores urbanos também, eu mesmo que participava era da construção civil. Lutei contra o sindicato da construção civil. Eu e a Clemência (esposa) morávamos em uma outra casa que servia como casa de reunião para os companheiros; hoje já não existe nada lá, mas o Lula foi lá uma vez. A Selmira (ex-integrante), ela deu metade do lote e eu morava para tomar conta da casa e reunir os companheiros, era mesmo casa de reunião. Quando o Lula estava fundando a CUT ele foi lá na casa, era no Parque Amazonas mesmo, ali logo do outro lado, mas desmanchou tudo. Mas só aqui no Parque Amazonas tinha duas, a outra era a que o Chico Jovino morava. Tinha também no Nova Esperança.

Exupério também discorre sobre as Comunidades Eclesiais de Base, que muito auxiliaram as reuniões ao início e ajudaram a compor a coletividade que constituía o MT. Para o trabalhador da construção civil, existiam três grandes grupos dentro do Movimento: os trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos e a Igreja. Ele prossegue:

A gente reunia em vários locais, já reunimos lá em Goiás Velho, em Jussara, aí discutia política, tinha um trabalho nas cidades contra a fome também e a gente discutia. E a gente discutia ditadura militar né, porque na época era ditadura militar. Mas não tivemos confronto armado não. Direto não. A gente fazia mutirão para construir casa, também com os companheiros pra quebrar milho, pra plantar feijão na roça. A gente ia nas reuniões em vários locais. Era grande o Movimento, era nacional, teve até no Santarém, no Pará, com o Avelino, eu nunca cheguei a ir mas tinha. Aí fazia mutirão, recolhia alimentos para os companheiros que precisavam, quando teve a greve lá no ABC que nós fizemos, que o Lula era presidente do sindicato, nós recolhemos dois caminhões de alimentos aqui, um chegou o outro não chegou não. Movimentava assim né, com solidariedade mas era com política né, aí depois veio o PT (entrevista concedida no dia 28 de agosto de 2018 na cidade de Goiânia-GO).

O sentimento de pertença que caracterizava o trabalhador rural na sua relação com o campo pode ser notado na fala do entrevistado.

No caso do trabalhador urbano que o MT mobilizou, o sentimento de identidade com a terra tem origem na sua própria origem rural, mas se desloca para a identidade com o lar, com a casa, daí a importância dessa identidade na luta pela moradia. Havia essa movimentação entre campo e cidade e o sentimento de solidariedade e de ajuda mútua estava presente nas ações dos integrantes. A solidariedade, aqui, pode ser entendida como uma “manifestação da vontade” seja em auxiliar o próximo, seja em perceber no Movimento algo que poderia mudar a própria condição de vida.

O termo solidariedade, então, pode ser entendido como uma expressão entre duas ou mais pessoas que possuem interesses em comum, geralmente derivado de uma afinidade religiosa, cultural, ideológica em uma situação historicamente determinada.

No caso do Movimento dos Trabalhadores, o objetivo era de resistência a um contexto ainda ditatorial contra a mecanização do campo que modificava toda a estrutura de vivência do trabalhador rural. Ribeiro (2015, p.1) ajuda a elucidar o conceito empregado:

Empregamos o termo solidariedade enquanto uma categoria heurística para se pensar um conjunto diferente de experiências e comportamentos sociais, mas ao mesmo tempo enquanto expressão de uma sociabilidade marcada pela oposição, emanada ou não de alinhamentos políticos, mas que dependeram essencialmente de uma escolha e de um compromisso.

A noção de pertencimento à terra como local de moradia e, portanto, podendo ser no ambiente urbano ou rural, é concretizada na solidariedade e nas ações coletivas entre os companheiros. Obviamente, o conceito aqui empregado possivelmente se origina de uma cultura política de determinada época e das relações de poder vigentes e não deve ser estendido a conjunturas históricas diferentes.

Os processos socializadores, pelos quais os trabalhadores do MT passaram, constituem a identidade dos sujeitos e resultam nos comportamentos já descritos, nas emoções, ações e na solidariedade entre integrantes do grupo. Essa livre organização dos

trabalhadores funcionou efetivamente durante os anos em vigência valorizando o trabalho e o compromisso com a coletividade.

A luta dos trabalhadores do MT, tanto no ambiente rural quanto no ambiente urbano, significa a luta contra a exploração das classes subalternas do país, contra a expropriação e contra a propriedade privada. Nesse sentido, a luta pela terra tem um novo significado que é a luta contra a crise social que assolava o país devido à implantação de políticas de modernização no campo e a luta por moradia que é representada também pela terra. A discussão, portanto, vai para além da luta no campo, pois questiona a própria política governamental e suas atuações excludentes.

A análise do Movimento dos Trabalhadores supera a perspectiva de que ele representou um movimento camponês isolado e deslocado, e mostra uma organização que valorizou e respeitou a autonomia local, ampliando sua ação sobre o meio rural e influenciando também a luta urbana. A terra é vista como local para trabalho e não como negócio ou para exploração e lucro.

A lógica identitária e social desses trabalhadores, como agentes de resistência enquanto representantes das suas comunidades, é expressa na formação e nos objetivos do Movimento dos Trabalhadores. Compreender todas essas circunstâncias pelas quais passaram os integrantes do MT auxilia na compreensão da formação desse organismo, uma vez que o vínculo com o trabalho é crucial para que exista o sentimento de solidariedade e a vontade de unir-se para resistir ao contexto da época. A emoção transformada em razão originou o Movimento dos Trabalhadores, fato que será mais bem discutido no próximo capítulo.

2.3 – Concepção de partido e movimento em Lênin e Gramsci

Aqui, discorrer-se-á sobre o conceito de partido e de movimento para os dois autores basilares da tese, Lênin e Gramsci. Tenciona-se comprovar que, nas concepções desses autores, o Movimento dos Trabalhadores se comportou como partido, além de movimento e demonstrar as contradições dele ao se autodenominar leninista.

2.3.1 – Lênin

O Movimento dos Trabalhadores denominava-se movimento leninista, conforme pode ser visto nos documentos do acervo da organização, e isso é confirmado nas entrevistas com alguns dos ex-integrantes. No entanto, buscar-se-á explanar a relação contraditória que o MT estabelecia com o leninismo ao analisar a concepção de partido e de movimento para este autor.

Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido pelo pseudônimo Lênin, não fez apologia a um modelo único e universal de organização. Ao contrário, sua obra possui modelos variados e o desenvolvimento de suas ideias está intimamente ligado ao desenvolvimento do próprio movimento revolucionário russo. Na primeira fase da produção teórica de Lênin, cuja principal obra é “Projeto e Explicação do Programa do Partido Social-Democrata”, datada de 1895, o autor acreditava que a consciência de classe (revolucionária) nasceria diretamente das próprias lutas operárias, como por exemplo a luta dos operários contra os patrões dentro das fábricas. A ideia era de que a luta econômica produziria uma consciência de classe socialista e, unindo-se as lutas isoladas, ter-se-ia, por fim, a consciência revolucionária. Em outras palavras, a consciência nasceria de maneira espontânea e inevitável por meio das lutas nas fábricas. Comprovando essa ideia, na obra referida, Lênin afirma:

[...] a luta dos operários contra os fabricantes por suas necessidades quotidianas, por si só e de maneira inevitável joga-se de encontro a problemas relativos ao Estado e a política, problemas referentes a como se governa o Estado russo, como se promulgam as leis e os regulamentos e a que interesses servem (LENIN, 1895, s/n).

Ao contrário do previsto, entretanto, as greves que ocorreram em 1895 e 1896 não fizeram com que se formasse tal consciência defendida pelo autor, tampouco uma organização partidária sólida. Buonicore esclarece:

O resultado deste processo foi que Lênin rompeu definitivamente com as teses economicistas e passou a estudar com mais atenção o problema da relação entre a luta econômica-corporativa dos operários e o processo de constituição de uma consciência revolucionária e socialista. O problema do Partido começou a ganhar relevo na construção teórica de Lênin. Consolidou-se nele a ideia de que somente o Partido revolucionário poderia assegurar às lutas econômicas de massa uma saída política adequada (BUONICORE, 2003, p. s/n).

Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores encaixa-se na tese quando se faz uma conexão entre a sua atuação e as ideias difundidas por Lênin. O Movimento, na medida em que organizou as lutas dos trabalhadores - ainda que tenham ocorrido de maneira isolada - também funcionou, portanto, como partido nas concepções deste autor.

Com base nas entrevistas realizadas e na análise da documentação do Movimento, percebe-se que as lutas tinham cunho econômico; mas, também, político já que um dos objetivos era derrotar a hegemonia da classe dominante por meio das organizações de base. Por tais motivos, defende-se que o MT foi uma organização leninista brasileira, enquanto partido revolucionário, que muito avançou na formulação a respeito da independência dos trabalhadores.

As lutas teriam que ter autonomia dentro de uma organização, ainda que clandestina, o que resultou em um cruzamento vertical, que representou um suposto partido em que os integrantes não se reconhecem enquanto partido, mas que organiza os próximos passos a serem dados pelos membros, e horizontal, que seriam as lutas em si.

Nesse viés, o movimento popular difere do movimento sindical porque este diz respeito à uma categoria profissional, enquanto aquele é mais amplo, aberto às variadas frações das classes trabalhadoras, de onde surge o MT, com a tentativa de unificar as lutas e com a intenção de que existisse uma articulação global de todos esses movimentos, mas sem um partido externo, ou qualquer outra instituição, organizando isso.

O que os integrantes do MT não perceberam é que, portanto, com essas ideologias, ele próprio torna-se, na realidade, um partido com uma visão diferenciada, visto que acreditava na própria autonomia, sem outras instituições externas exercendo qualquer tipo de controle. O próprio Movimento controlava a atuação dos integrantes em todo o momento por meio da hierarquia existente de direção e coordenação, com reuniões, planejamentos, elaboração de quadros de atuações dos grupos políticos de base e em qual localidade, datas reivindicações etc. A contradição se dá pelo fato de que o MT criticava o leninismo por causa do verticalismo, mas ele se configurou como um partido com uma estrutura vertical.

Outra peculiaridade é que o Movimento não é oriundo de uma organização prévia porque a maioria dos integrantes já possuía um histórico de militância de base. Sobre essa autonomia e independência, Lênin contribui novamente:

Em todos os países europeus, o socialismo e o movimento operário em seu início, existiram separadamente. O movimento operário não sendo iluminado pela ciência de vanguarda de sua época continuava reduzido, fracionado, sem adquirir nenhuma importância política. Por isto em todos os países vimos manifestar-se com força a tendência de fundir-se o socialismo como o movimento operário num único movimento social-democrático, essa função dá origem a uma forma superior do movimento operário e socialista, o Partido Social-Democrata independente (LENIN, 1986, s/n).

Lênin começa então a combater energicamente o espontaneísmo que, para ele, negava o papel da teoria revolucionária, da construção de uma sólida organização partidária para evitar que a ideologia socialista sucumbisse à ideologia burguesa sobre os operários. Para ele, todo rebaixamento da política social-democrata, a nível da política sindical, resume-se exatamente em preparar o terreno para fazer do movimento operário um instrumento da democracia burguesa. Nada se poderia esperar do movimento espontâneo das massas e este é, talvez, o principal motivo que levou ao declínio o Movimento dos Trabalhadores.

O mesmo autor também contribui nessa análise porque reforça exatamente o problema de deixar as massas organizarem-se por si mesmas. A autonomia pregada pelo MT pode ter contribuído para a falta de organização das lutas e, conseqüentemente, estas perdiam forças já que aconteciam de maneira “espalhada” e isolada nas localidades de atuação do Movimento. Buonicore (2003, s/n) parece concordar com essa ideia originária de Lênin:

Levando ao limite algumas formulações presentes em “Que Fazer?” poderíamos chegar a conclusão de que o proletariado não teria capacidade revolucionária autônoma e tenderia espontaneamente a fazer, eternamente, o trade-unionismo, submetendo-se, passivamente, a dominação política da burguesia. Lênin parece que, em tese, admitia que o proletariado pudesse ser instintivamente revolucionário e que, até mesmo, tenderia para o socialismo. Mas, de fato, para ele, esta capacidade permaneceria “em potência” enquanto os intelectuais revolucionários não as trouxesse à tona.

Ainda sobre a questão da autonomia, Maciel (2007) percebe que este tema representou uma lacuna na obra de Lênin e no marxismo de maneira geral. A capacidade ou incapacidade dos trabalhadores de organizarem a si próprios e as suas lutas ainda não foi desvendada frente aos movimentos populares. De acordo com esse autor:

Enquanto a questão da tomada do poder é objeto de uma reflexão detalhada e sistemática, que evolui conforme o ritmo e as contradições do movimento revolucionário, a questão do poder proletário ficou limitada a formulações genéricas em torno dos problemas da auto-extinção do Estado proletário, da democracia popular e da superação das diferenças entre dirigentes e dirigidos [...] A ausência de sistematização produziu uma lacuna fundamental na obra de Lênin e por consequência na própria trajetória intelectual do marxismo no século XX: o problema da autonomia (MACIEL, 2007, p.234).

A fórmula desenvolvida por Lênin de organização impunha a necessidade de um partido clandestino e centralizado, mas a realidade russa dificultava a realização de um debate interno. Alguns anos após, já em 1906, Lênin faz uma revisão de suas ideias e culmina naquelas que, de fato, nortearam o Movimento dos Trabalhadores durante sua existência apesar das contradições. Como exemplo dessas ideias, tem-se os apontamentos que Lênin faz sobre os soviets, cuja forma auxiliou na revolução:

Não foi nenhuma teoria, nenhum apelo, nem a tática ou a doutrina de nenhum partido, mas a força da própria realidade que levou um órgão sem partido, de massas, a necessidade de desencadear a insurreição e os converteu em seu órgão. Passando por cima das organizações, a luta proletária das massas converteu-se em revolução. Da greve e política geral, o movimento elevou-se ao grau superior (LÊNIN, 1906, s/n).

Tem-se no trecho anterior uma nova visão de que as massas, espontaneamente revolucionárias, é que indicavam o caminho da revolução aos dirigentes socialistas e não o contrário. Na verdade, Lênin compreendia, nesse momento, o partido como um instrumento que deveria estar à serviço da revolução e não como um fim em si mesmo. O partido deve estar a serviço da classe e não ser um impositor, o partido fala pela classe, o partido é a classe e nisso o Movimento dos Trabalhadores, apesar de dizer o contrário, tornou-se anti-leninista. O partido deve adaptar-se ao processo revolucionário e não a revolução ao partido.

Nessa perspectiva, não existe, como dito anteriormente, um modelo único de organização leninista. O que existem são princípios gerais, ideologias, teorias e pensamentos. Buonicore (2003, s/n) uma vez mais esclarece essa ideia:

O que existem são alguns princípios gerais que poderíamos, a grosso modo, definir: um partido de vanguarda vinculado organicamente com a luta do proletariado, um partido comprometido com a ruptura em relação a ordem capitalista e com a conquista do poder político para os trabalhadores.

A mudança e adaptação à realidade (re)formuladas por Lênin também é objeto de discussão de Maciel (2007), que complementa o posicionamento do outro autor:

Ao longo de quase 30 anos a obra elaborada por Lênin, como intelectual e como dirigente revolucionário, aprofunda e teoriza diversos temas e problemas, adaptando seu pensamento à realidade ao mesmo tempo em que procurava transformá-la. Ao contrário do pretensão dogmatismo de sua formulação e da rigidez de seu raciocínio, afirmada por determinadas leituras, tanto à direita quanto à esquerda, sua obra evolui e se modifica ao longo do tempo, das conjunturas e das tarefas do movimento revolucionário, desenvolvendo e aprofundando determinados temas e problemas; mas também modificando outros radicalmente (MACIEL, 2007, p.238).

Estes talvez sejam alguns pontos principais para o surgimento do MT: a intenção de romper com o sistema capitalista, o contexto em que surgiu, bem como todo o panorama da classe trabalhadora brasileira. Lênin concorda com as ideias proferidas por Marx e, em suas obras, destaca teses deste autor e de Engels relativas à necessidade de extinguir o Estado burguês para a criação do socialismo, ou seja, a necessidade de uma ruptura política com a dominação burguesa o que origina a necessidade da revolução. O marxismo seria essa ciência revolucionária. Maciel (2007, p.239) esclarece sobre a posição de Lênin:

[...] a leitura “realista” e anti-dogmática da sociedade russa o fez conceber o marxismo como um organismo vivo, inserido e elaborado no processo da luta social, e não por qualquer instituição acadêmica. A luta social confirma ou não a sua justeza teórica e é sua fonte de ajustes, correções e novos desenvolvimentos. No entanto, a luta não existe plenamente sem a teoria, daí a sua famosa afirmação de que sem teoria revolucionária não era possível movimento revolucionário. Mais do que nunca, esta perspectiva deve ser retomada.

Esse marxismo tenta romper com as classes sociais, com o Estado e com a relação entre proletariado e donos dos meios de produção. A sociedade defendida por Marx, e aceita por Lênin, deveria obedecer a uma ditadura do proletariado porque somente assim

poderia satisfazer a uma maioria, cujo sistema capitalista tenciona manter como classe dominada.

Lênin, devido à importância de suas teorias, representa uma corrente própria dentro do pensamento marxista, quando renova o debate sobre a questão da organização do proletariado e sua relação com o Estado para constituir a revolução, “acentuando a necessidade de criação de uma organização revolucionária disciplinada, coesa e preparada politicamente para se assumir como a vanguarda do proletariado” (BRAZ, 2015, p.58); apesar de que, posteriormente, ele assume uma postura menos rígida, pois reconhece nos soviets, já em 1917, uma força revolucionária importante. Ele propõe então que o partido se ligue aos soviets e, já ao final da vida, defende que o partido, para se renovar, deve se tornar mais arejado para os setores mais avançados do proletariado.

É dele, como dito anteriormente, a concepção do partido como um instrumento tanto defendida e mencionada pelos ex-integrantes do MT que, de acordo com as entrevistas e anotações escritas sobre as reuniões, não o queriam como instituição de liderança, mas sim como instrumento externo a eles para viabilizar a transição para uma possível sociedade sem classes. Sobre o assunto Braz (2015, p.69) registra que “O partido concebido por Lênin foi o que mais influenciou diversas gerações revolucionárias que dele fizeram as mais variadas interpretações: reafirmando-o, complementando-o ou contestando-o”.

O fato é que o autor transforma suas concepções ao longo da história e de sua vivência já que esteve inserido em contextos históricos distintos e muito relevantes do ponto de vista da luta social. A centralização do partido de vanguarda leninista depende e varia de acordo com as condições históricas e, portanto, deve ser analisada sob uma ótica de flexibilidade política conforme às exigências de cada época. As ideias de Lênin variavam à medida em que as necessidades prático-políticas diversificavam-se, não obstante, a ideia de organização, que desempenha um papel relevante no conjunto do pensamento e da obra deste autor:

O proletariado, na sua luta pelo poder, não dispõe de outra arma senão da organização. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado pelo trabalho servil sob o capital, constantemente atirado ao abismo da mais completa miséria, do embrutecimento e da degenerescência, o proletariado só pode tornar-se e se tornará inevitavelmente – uma força invencível quando a sua unidade ideológica, baseada nos princípios do marxismo e cimentada pela unidade material da organização que reúne milhões

de trabalhadores num exército da classe operária. A esse exército não poderão resistir nem o decrépito poder da autocracia russa, nem o poder em declínio do capital internacional. Esse exército cerrará cada vez mais suas fileiras, apesar de todos os ziguezagues e passos atrás, apesar da fraseologia oportunista dos girondinos da socialdemocracia contemporânea, apesar dos louvores presunçosos do espírito de círculo atrasado, apesar do falso brilho e do palavreado anarquista *próprio de intelectuais* (LÊNIN, 1986, p.434).

O autor defende, então, a liberdade dos trabalhadores, mas desde que haja organização e unidade em suas lutas e reivindicações. Ainda que o partido possa ser visto como instrumento, não como instituição de liderança rígida, o espontaneísmo das massas não daria os frutos necessários transformadores da estrutura social e não resultaria, então, na conquista do poder político pelo proletariado.

Os ex-integrantes do Movimento dos Trabalhadores, quando questionados durante as entrevistas, discorrem sobre uma das bases teóricas que fundamentou a organização em si, que seria Lênin, mas as ideias do próprio autor contrariam, em algum momento, o que o MT buscava. O autor, a partir de 1902, posicionou-se de maneira crítica a respeito do desenvolvimento espontâneo do movimento porque isso resultava em uma possível subordinação à ideologia burguesa, já que esta é mais antiga do que a socialista e possui maior influência e elaboração. Em outras palavras, o proletariado não teria capacidade revolucionária autônoma para combater a dominação política da burguesia.

Posteriormente, quando reconheceu o surgimento dos soviets por uma ação espontânea das massas operárias urbanas, Lênin afirmou: “Não nos isolem do povo revolucionário, mas submetamo-nos a seu veredicto cada um de nossos passos, cada uma de nossas decisões, apoiamo-nos por inteiro e, exclusivamente, na livre iniciativa que emana das próprias massas trabalhadoras” (*In Buonicore, 2003, s/p*).

Nesse momento, vê-se uma mudança nas ideias de Lênin que se posicionou diante das resistências encontradas ao defender que o partido se abrisse para o ingresso de combatentes operários. Buonicore (2003, s/p) expõe que Lênin, ao ser questionado se isso não levaria a descaracterização do partido de vanguarda, responde:

No momento presente, quando o heroico proletariado demonstrou na prática a sua disposição (...) de lutar num espírito puramente social-democrata, seria por demais ridículo duvidar de que os operários que ingressam no nosso partido (...) não sejam social-democratas em 99% dos casos. A classe operária é social-democrata por instinto, de modo espontâneo, e em dez longos anos de trabalho, a social-democracia fez muito, muitíssimo, para converter essa espontaneidade

em consciência. A clandestinidade desmorona-se. Avante, com maior audácia, empunhai as novas armas, entregai-as a gente nova, ampliai as vossas bases de apoio, chamai todos os operários social-democratas, incorporando-os às centenas e aos milhares à fileira das organizações do partido! (...) Deixemos de lado todo o espírito mesquinho na necessária reforma do partido: comecemos sem dilação a nova via!

Tal resposta, segundo Buonicore (2003), foi uma reação de Lênin às resistências, por parte dos bolcheviques, da abertura do Partido temendo sua descaracterização como Partido de Vanguarda. Nessa perspectiva, defende-se que, contrariando os próprios ex-integrantes do Movimento dos Trabalhadores, que se intitulam somente enquanto movimento, esta organização de cunho leninista, ainda que com suas contradições, foi também um partido político além de movimento. A pretensão deles, talvez não de forma consciente, foi atuar enquanto dois núcleos operacionais da classe trabalhadora. Ele foi um movimento que absorvia as pessoas, que tinha pouca rigidez na hora de incorporar novas pessoas; mas, no funcionamento, o MT tendeu a agregar essas pessoas em uma estrutura típica de partido. Daí o sentido de horizontalidade e verticalidade também defendido pelos ex-integrantes.

Em alguns documentos sem título, datados de 1980, e que constituem o acervo do MT, é possível ler o exemplo de movimento que os integrantes queriam constituir e é possível analisar que se trata, efetivamente de um partido nos moldes leninistas:

O Movimento dos Trabalhadores organiza-se buscando articular vanguarda e base dentro de uma mesma estrutura orgânica. Articulando uma estrutura de vanguarda verticalmente centralizada com estruturas de base horizontalmente integradas, o Movimento dos Trabalhadores combina, em seu funcionamento orgânico, os princípios do centralismo democrático com normas de democracia direta próprias das instâncias intermediárias que congrega. É este tipo de articulação “horizontal-vertical”, que constitui o eixo central da forma atual de organização do MT (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES, 1980, s/p).

É possível concluir que o MT se configurou enquanto organização estruturada e hierarquizada, o que contrariava sua defesa de articulação autônoma por parte das massas/bases. Essa foi a contradição que o Movimento nunca conseguiu resolver, pois na teoria pregava algo; mas, na prática, e nos próprios documentos do acervo, o que se identifica é outra postura.

Ainda em defesa da constituição de um partido, no mesmo documento, evidencia-se uma hierarquia típica de uma organização de quadro na qual a direção instrui a base. Segue o texto com as diretrizes do Movimento dos Trabalhadores:

As instâncias de vanguarda regidas prevalentemente por essas normas de democracia centralizada, estão diretamente subordinadas, entre as reuniões dos organismos deliberativos que as congregam, aos órgãos de direção correspondentes. Entre as reuniões do órgão máximo de deliberação nacional, o conjunto e cada uma dessas instâncias de vanguarda, bem como cada militante que dela participa, fica subordinado ao organismo de direção nacional (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES, 1980, s/p).

Nesse sentido, percebe-se que a constituição do Movimento preocupava-se em manter uma certa organicidade combinando-se à questão da autonomia defendida por eles. Uma vez que existia uma direção a qual todos os demais grupos deviam se subordinar, é comprovada a ideia de que o Movimento foi além da palavra que o define e caracterizou-se, sim, como partido. O MT então é um movimento leninista, de acordo com a tese leninista de que os trabalhadores precisam se organizar, e que a forma por excelência de organização deles é o partido. Esse partido é superior ao sindicato porque é uma luta corporativa; e é movimento, também, porque é baseado em categorias, já que o MT agregou trabalhador rural, urbano, luta por moradia, por terra, por melhor condição de trabalho, mas expressa determinadas categorias e demandas. O partido apresenta uma demanda para o conjunto da classe trabalhadora e nisso o MT é leninista; porquanto é preciso ter organização e a organização é o partido.

Ao mesmo tempo, o Movimento contesta Lênin (a concepção do autor muda no decorrer dos anos), que diz que o partido está acima da classe ou é a classe melhorada, é a classe que entendeu o marxismo, contesta a ideia da vanguarda como superior aos setores da classe que não entenderam a teoria marxista. Com essa ideia já se compreende a inserção de Gramsci nas teorias do Movimento porque este autor diz que a consciência de classe não é elaborada por uma pequena burguesia intelectualizada.

Consoante o autor, a consciência de classe vem da própria classe em luta, ou seja, vem da prática, e, ao entender a prática e estudar, é possível tornar-se o intelectual orgânico organizador da classe. A partir daí vem a noção de autonomia que também é uma contradição com o leninismo, pois para Lênin há autonomia enquanto se concorda com o partido, mas o MT recusa essa tradição e incorpora a necessidade da autonomia e

da autoconstrução com a ideia de que “nós fazemos a nossa própria luta” e isso contraria a teoria leninista que o MT diz ser a base da organização.

O Movimento dos Trabalhadores não consegue superar o preconceito de parte da Igreja, pois ela é crítica da tradição stalinista do leninismo; mas, ao mesmo tempo, ela mostra traços de identificação com essa perspectiva stalinista do leninismo. Existe uma estratificação presente na Igreja Católica - por exemplo, a alta hierarquia da Igreja - com capacidade de elaboração intelectual de altíssimo nível, que não se mistura com o baixo clero ao mesmo tempo que precisa do baixo clero e não se pode perder essa conexão. Assim, a regra da Igreja é constituir uma espécie de camada média, entre a alta e o baixo clero, que seja capaz de manter uma ortodoxia para o “rebanho”. Essa divisão de quadros, ainda que não assumidos pelos entrevistados, existiu no MT e isso é claramente visto nos documentos.

O partido, como previa Lênin, deveria ser uma organização coletiva, com caráter de seleção criteriosa de quadros, organizado em direção, funcionários e base, portanto, organizado a partir do princípio da centralidade que garante unidade de ação, que garante ação unitária. Outro elemento apresentado por Lênin na reflexão sobre a luta revolucionária, e endossado pelo MT, é a aliança operário-camponesa, isto é, a percepção da necessidade de uma composição política entre o movimento operário e o movimento camponês. Isso é parte de uma estratégia revolucionária elaborada pelo autor, que se baseia no partido e nessa aliança e, supostamente, adequada à forma histórica assumida pelo capitalismo a partir da fase imperialista. Essa ideia esteve presente nas ações do MT quando tentou agrupar trabalhadores urbanos e rurais, camponeses e funcionários da construção civil, por exemplo, na crença de que os frutos dessa aliança seriam exitosos. A força da união de várias categorias de trabalhadores supostamente faria com que os objetivos da classe trabalhadora, de maneira geral, fossem alcançados.

A partir da ideia de um partido, em Lênin, como uma organização com centralidade e quadros de dirigentes, seria possível que trabalhadores urbanos e rurais formassem uma base com unidade de ação. Além disso, o MT também ingressava na luta de outros movimentos quando a causa era a respeito de algo para a classe trabalhadora em si.

Durante uma das atuações do MT, por exemplo, na ocupação de determinada área - o Jardim Nova Esperança em Goiânia – houve o recrutamento de novas pessoas, inclusive uma outra junção de trabalhadores que já havia tido a mesma iniciativa. A

direção se articulava e novas pessoas poderiam aderir à causa, o Movimento era aberto, mas em sua estrutura interna tinha um partido e tentava atrair as pessoas à essa estrutura partidária de hierarquia, direção e coordenação.

O partido não se submetia, absolutamente, ao Movimento; mas existe uma dialética, o Movimento também poderia determinar aonde iria o partido. Essa junção de instâncias e atuações foi o que tencionava o Movimento dos Trabalhadores com base nas ideias desenvolvidas por Lênin. Autonomia para o movimento e gerenciamento das lutas por meio de uma estrutura partidária presente dentro do próprio Movimento. De fato, eles conseguiram esse feito de 1978 até 1985, aproximadamente, quando, então, a organização ruiu. Esse é o cerne da concepção de partido político para Lênin ditas nas palavras de outro intelectual:

é a relação entre consciência e espontaneidade, pois o partido se constitui no momento em que a teoria revolucionária se articula com o movimento operário; ou seja, para Lênin o partido de vanguarda deve atuar como grande instrumento de mediação entre teoria revolucionária e a prática das massas e a partir de objetivos estratégicos – definidos pela “análise concreta da situação concreta” – operar a construção da unidade ideológica entre os diversos movimentos da classe trabalhadora (LUKÁCS, 2012, p.92).

Essa necessidade da teoria é enfatizada por Lênin nas suas obras e é algo no qual o próprio MT tinha preocupação em promover, com reuniões, debates, confecção de material de estudo e de amostragem para os trabalhadores, discussão de livros e disseminação dos ideais de esquerda na busca por união e solidariedade entre o grupo. A intenção era que percebessem a importância de permanecerem juntos e reivindicarem os próprios direitos em um contexto social nada favorável ao trabalhador. Sobre a organização política do proletariado, Lênin vai dizer que “só um partido orientado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de vanguarda” (LENIN, 2010, p.82).

O partido é visto como um sujeito político oposto à espontaneidade, mas que alimenta as iniciativas e considera que a espontaneidade das massas é:

O elemento embrionário da consciência política, que só se construirá plenamente no desenvolvimento das ações políticas da luta de classes quando for colocado em questão o poder político e a própria legitimidade do Estado burguês. A consciência de classe não surge como um momento de “revelação” para cada indivíduo em particular, como simples decorrência do conhecimento,

mas de uma experiência prática e continuada de um trabalho de educação política (COUTINHO, 2014, p.96).

É imprescindível, portanto, que exista um partido direcionando, organizando e dirigindo as ações políticas, ao mesmo tempo em que recorra à teoria para dialogar sobre as ocorrências sociais, injustas, que atingem diretamente o trabalhador. Obviamente, o conhecimento do universo teórico seria necessário e indispensável para a compreensão das contradições existentes na realidade social, como o fato de quem produz algo ser quem, justamente, tem menos posse do bem que é produzido e menos retorno financeiro, apesar dos altos lucros gerados pela sua força de trabalho. Lênin especifica:

Já afirmamos que os operários nem sequer podiam ter consciência socialdemocrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência trade-unionista, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários, etc. Já a doutrina do socialismo nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas formuladas por representantes instruídos das classes proprietárias, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pela sua situação social, pertenciam à intelectualidade burguesa (LENIN, 2010, p.89-90).

O papel do partido, então, vai além de organizar lutas e formas de atuação coletiva. Para que se alcance uma transformação da sociedade, que é baseada no modo de produção capitalista, o partido leninista precisa ser um instrumento que permita a consciência de classe aos integrantes, por meio de uma política de comunicação, informação e formação política, compatíveis com a luta ideológica da classe trabalhadora. Lukács (2012, p.2) vai auxiliar nessa abordagem:

[...] O partido tem de preparar a revolução. Quer dizer, ele tem, por um lado, de procurar atuar (por meio da influência sobre a ação do proletariado e também das outras camadas exploradas) para a aceleração do processo de amadurecimento dessas tendências revolucionárias; por outro lado, no entanto, ele tem de preparar o proletariado ideológica, tática, material e organizacionalmente para a ação necessária na situação revolucionária aguda.

O Movimento dos Trabalhadores sempre procurou ter essa preocupação em formar os seus integrantes com uma visão crítica e política sobre a realidade, mas antes dessa formulação existiu a prática. Alberto Gomes, o Bacurau, vai detalhar:

O Movimento não nasce da teoria, ele nasce da prática, ele nasce quando nós organizamos a oposição sindical porque o Estado podia fazer intervenção quando quisesse e havia intervenção praticamente em todas as confederações. E no Brasil havia as comunidades eclesiais de base, a pastoral operária mas também dentro de alguns grupos tradicionais da esquerda, alguns trotskistas também, uma discussão sobre a correia de transmissão que é uma concepção leninista. Muitos nem tiveram acesso a essas leituras anteriormente, tinha leitura ali da prática, do dia-a-dia. Aí depois começam a fazer uma reflexão dentro da linha marxista mas com essa crítica ao leninismo sobre a correia de transmissão (entrevista concedida em 27 de novembro de 2018 na cidade do Rio de Janeiro – RJ).

Bacurau explica sua visão de que Lênin elaborou a ideia de que sem o partido não havia como assumir o que ele chama de poder, que corresponde ao enfrentamento da organização política e militar para assumir o Estado. Para alcançar tal objetivo, houve a defesa da formação do Partido Comunista da União Soviética, consoante suas próprias proposições:

Era um partido vertical, militarizado, com democracia, tinha que ser ágil na decisão, com uma linha de atuação e foi exatamente a partir desse partido que teve condições de assumir o poder soviético. No entanto, isso gerou no movimento soviético uma contradição, os soviéticos começaram a discutir a democracia, ela não tinha sido resolvida, foi resolvida com violência e militarização stalinista, ou seja, foi abafada totalmente. No Brasil, a partir de 1970, os movimentos sindicais começaram a defender comissão de fábrica, delegacias, grupos sindicais de base, que pregavam a democracia no movimento. Isso abria não só uma discussão de autonomia em relação ao Estado mas também em relação a concepção de não querer ser correia de transmissão porque dentro da visão tradicional leninista os movimentos sociais só teriam valor se fossem correia de transmissão do partido (entrevista concedida no dia 27 de novembro de 2018 na cidade do Rio de Janeiro – RJ).

Para Bacurau, antigo líder do MT, os movimentos na época de Lênin eram tratados muito mais como um instrumento do partido do que uma gestão de base para gerenciar o pensamento a partir da própria organização de base. Essa crítica começou a surgir e o Movimento dos Trabalhadores nasceu devido a esse posicionamento e contra o stalinismo de forma que caminhou, até certo momento, ao leninismo. Bacurau continua a explicar:

O que você tem que entender é o seguinte, o Movimento dos Trabalhadores é um movimento do campo popular que nasce da base, nasce da experiência e a sua formulação teórica nasce da própria experiência. É claro que depois ela vai tendo contato com a acumulação marxista histórica, porque houve isso mas muita coisa foi feita sem nem pensarmos que existia Marx ou Lênin, a gente fazia ali da própria prática (entrevista concedida no dia 27 de novembro de 2018, na cidade do Rio de Janeiro – RJ).

Essa fala do Bacurau contesta claramente a tese de Lênin de que a consciência revolucionária vem de fora da classe operária, porque vem da inteligência pequeno burguesa, e nisso reside a contradição do Movimento dos Trabalhadores com uma parte da perspectiva leninista de partido. Assim, quando se denomina enquanto movimento leninista, o MT cai em contradição porque idealiza uma forma de organização diferente do que Lênin teorizava ao mesmo tempo em que, na prática, também era diferente do que dizia ser.

Há críticas ao leninismo quanto à ideia promulgada por Lênin de que, por si só, a classe trabalhadora não é capaz de se organizar e de que precisaria de um agente externo a ela, no caso o partido. Para os trabalhadores terem acesso à ciência e ao conhecimento, e isso era importante para a criação da consciência de classe, somente por meio do partido seria possível. Outra crítica feita pelo MT, que também pode ser atribuída aos pensamentos e ideias de Lênin, é a questão de o partido ser um representante da classe, o que nem sempre é verdadeiro.

Confirma-se, uma vez mais, que o Movimento dos Trabalhadores atuou como movimento, por ter surgido da ação coletiva das massas, mas também como partido porque dirigia essas massas, direcionava suas próximas atuações e ministrava cursos e encontros, quando já estava mais consolidado, para a educação política dos integrantes.

A experiência do MT, logo, é popular, pois nasce do movimento popular e com o tempo absorve a perspectiva leninista do partido, com a necessidade de organização com algum grau de verticalidade para tomar o poder. Nesse aspecto, como é um movimento de origem horizontal, de base, faz a crítica da tese da “correia de transmissão”, mas, tal tese remete-se mais ao período stalinista.

Vale ressaltar que, para Lênin, o soviete era um instrumento de organização, bem como o sindicato; mas o partido é superior enquanto representante da classe e é quem tem a direção do movimento, desde que ganhe o consenso dentro desses instrumentos. É aí que surge a defesa da autonomia do MT porque esses instrumentos, no período de Lênin,

tinham maior autonomia dentro do partido e essa perspectiva dos movimentos era respeitada pelo líder político.

Por outro lado, já no período entre 1927 e 1953, a chamada “Era Stalin” ou ‘Era Stalinista”, esses instrumentos de luta autônomos dos trabalhadores são completamente submetidos ao partido e ao governo, ou seja, não têm mais qualquer autonomia. A partir de então passam a funcionar como a “correia de transmissão” citada por um dos antigos líderes do MT. Nesse sentido, a crítica refere-se mais ao stalinismo.

A burocratização já discutida anteriormente é um exemplo do que pode acontecer ao partido, que deixa de representar a classe. O MT acreditava nisso, razão pela qual deixa de defender a existência de um partido para direcionar as lutas sociais e passa a se governar, autonomamente, sem depender de alguma instância como um partido externo a ele. É possível concluir que a intenção do Movimento era, segundo Mattos (2009, p.20), sobre as contradições históricas para a classe trabalhadora: combinar objetivos imediatos sem perder o foco no objetivo revolucionário e “para alcançar esses objetivos reafirma-se a importância de uma relação intelectual-massa, liderança-base, por uma perspectiva dialógica e de mútuo protagonismo”.

No documento da própria organização, intitulado “Sobre a necessidade do trabalho político de organização ao nível das bases de luta das classes trabalhadoras”, confeccionado em janeiro de 1983, lê-se logo na Introdução:

Nossa concepção de revolução e de organização revolucionária é decorrente da luta política movida por Lênin e continuada pela tradição leninista contra o economicismo, contra o espontaneísmo político. Historicamente necessário do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores, o combate ao economicismo, entretanto, foi degenerado por uma tradição leninista dogmática que, no melhor dos casos, carregou uma visão pré-marxista de transformação social e, no pior, deu margem a toda sorte de concepções golpistas das elites revolucionárias, das esquerdas pequeno-burguesas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES, 1983, s/p).

Nesse sentido, afirma-se que Lênin foi um dos principais norteadores teóricos do Movimento dos Trabalhadores, com algumas falhas de periodização, mas sem deixar de ter relevância significativa na análise para a compreensão do objeto de estudo. Para exemplificar a importância de Lênin para o Movimento dos Trabalhadores, segue abaixo a transcrição de parte de documentos em que o líder político é bastante citado (as imagens dos referidos documentos encontram-se nos Anexos II):

Título: Politicismo e Economicismo

O combate ao economicismo gerou o politicismo; a luta contra o espontaneísmo político, reforçou um espontaneísmo ideológico que consistiu em acreditar que a transformação da superestrutura social se verificaria automaticamente, pela ocupação dos aparelhos de Estado.

Afirmar hoje a necessidade da Revolução Social Proletária significa, por um lado, continuar a luta contra o economicismo dos que desconhecem que a luta de classes – e não as transformações da estrutura econômica da sociedade – é o motor da história. Mas esta afirmação, também implica, por outro lado, num combate ao politicismo dos que confundem Revolução Social com “tomada de poder”.

O documento reproduzido expressa o oposto da concepção leninista dogmática, que considera que a revolução limita-se à conquista do Estado. Aqui dá para perceber a contradição do Movimento que se dizia leninista, ao mesmo tempo em que confeccionava e divulgava materiais como este e, também, o leninismo de Gramsci, autor que será discutido no próximo tópico.

O ex-líder do Movimento, e principal responsável pelo desenvolvimento teórico da organização, Augusto de Franco, fornece uma opinião própria sobre a importância de Lênin para eles:

O MT sempre foi anti-leninista, a importância é essa. Ele criticava a teoria leninista da organização, a estratégia leninista, o MT era a favor da autonomia, o Lênin não era a favor da autonomia. O Lênin achava que era função dos intelectuais transferir a sua consciência para a classe operária, os trabalhadores, o povo oprimido, como se fosse possível transferir consciência. Então o negócio do Lênin era uma coisa meio jacobina, vamos dizer assim, para dirigir a insurreição que tinha como objetivo tomar o poder, era tudo ao contrário do que a gente imaginava (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Essa teoria e outras ideias podem ser lidas e confirmadas na obra “Autonomia e Partido Revolucionário”, de 1985, na qual Augusto de Franco tece críticas sobre a organização da teoria leninista. Para Augusto de Franco, o movimento de massa organizado autonomamente seria um fator necessário ao processo de conquista da hegemonia por parte do proletariado. De acordo com o autor,

Lutar juntos por interesses inicialmente comuns é uma ação que exige movimento organizado, organizações permanentes de massa. Exige livre e autônoma atuação do movimento operário – quer dizer: das organizações que representam os interesses concretos do proletariado na sua luta contra a burguesia – dentro do campo popular (FRANCO, 1985, p.88).

O depoimento de Augusto de Franco contrapõe o texto anterior, pois diz que o MT era antileninista; mas, nesse texto, aparece a necessidade da organização, que é um princípio leninista básico. Há que se buscar certa criticidade ao analisar a fala do depoente, uma vez que ele mudou de posição durante sua atuação na política e isso é narrado por ele.

Como teórico do MT, Augusto passou a atuar inserido no Partido dos Trabalhadores e, devido a embates dentro do PT, saiu, trabalhou em campanhas contra a fome e passou a uma parceria com Ruth Cardoso, ex-primeira-dama e responsável pelo programa “Comunidade Solidária”, durante a presidência do marido, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

Outro documento importante do MT, sem título e confeccionado em 1982, segue transcrito abaixo para análise (a imagem do referido documento encontra-se nos Anexos II):

Nossa concepção de revolução e de organização revolucionária é decorrente da luta política movida por Lênin e continuada pela tradição leninista contra o economicismo, contra o espontaneísmo político.

Historicamente necessário do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores, o combate ao economicismo e ao espontaneísmo político, entretanto, foi degenerado por uma tradição leninista dogmática que, no melhor dos casos, carregou uma visão pré-marxista de transformação social e, no pior, deu margem a toda sorte de concepções golpistas das elites “revolucionárias”, das esquerdas pequeno-burguesas.

O combate ao economicismo gerou o politicismo; a luta contra o espontaneísmo político reforçou um espontaneísmo ideológico que consistiu em acreditar que a transformação da superestrutura social se verificaria automaticamente pela ocupação dos aparelhos de Estado.

Afirmar hoje a necessidade da Revolução Social Proletária significa, por um lado, continuar a luta contra o economicismo dos que desconhecem que a luta de classes – e não as transformações da estrutura econômica da sociedade – é o motor da história. Mas esta afirmação também implica, por outro lado, num combate ao politicismo dos que confundem Revolução Social com “tomada de poder”.

Do ponto de vista da Revolução Social podemos verificar que, não raro, o politicismo se faz acompanhar de outros dois desvios importantes da atividade revolucionária: o vanguardismo e o intervencionismo.

Como reação, porém, a esses desvios, verifica-se outros dois tipos de concepções equivocadas do processo de transformação da sociedade: o basismo e o autonomismo.

A tensão entre vanguardismo e basismo, intervencionismo e autonomismo, tem causado dificuldades para um encontro das lideranças emergentes do movimento social com o marxismo revolucionário.

Profundamente marcadas por um corte politicista, a maioria das organizações revolucionárias não conseguiram, ainda, avaliar autocriticamente sua prática anterior desvencilhando-se do vanguardismo e do intervencionismo nas suas relações com o movimento.

Por outro lado, a maioria dos setores organizados a partir das bases de luta das classes trabalhadoras – embora se vejam crescentemente compelidos a desenvolver uma prática de intervenção política sistemática na luta de classes – não lograram, ainda, superar o basismo e o autonomismo característicos de sua ação espontânea e da falta de direção política.

O vanguardismo tem sua raiz numa equivocada concepção da relação do movimento revolucionário com o movimento de massas: a relação vanguarda-massa! Para o vanguardismo, o problema fundamental da Revolução é o problema da direção. Se o movimento não avança é porque há “crise de direção”. As questões de organização são então deslocadas, na concepção vanguardista, para a vanguarda. Não se coloca, prioritariamente, o problema da organização do movimento, mas, de certa maneira, o da organização no movimento.

Se o movimento está sem rumo é porque a vanguarda não está suficientemente organizada para uma intervenção eficaz. Ou seja, trata-se, sempre, mais de um problema de direção do que de organização (interna) propriamente dita do movimento. O que interessa, em suma, ao vanguardismo politicista, é poder dirigir as massas em função da tomada do poder, para depois então organizá-las.

Como reação ao vanguardismo verificou-se o chamado basismo, desvio que tem sua raiz na concepção de uma impraticável relação base-massa!

Desconhecendo o papel da vanguarda, o basismo acredita ser possível fazer avançar o movimento pela gradual e crescente organização dos explorados e oprimidos. Na realidade, o projeto basista, considerado com todas as suas implicações, aponta para uma impossível “organização de todo o povo” como condição subjetiva para a revolução.

A prática basista não consegue jamais impulsionar ações de massas consequentes e abrangentes, uma vez que não formula políticas para a intervenção no conjunto da luta de classes, mas, apenas, para o trabalho de pequenos grupos. É, assim, uma prática moleculista, na qual a imensa maioria dos grupos de trabalho de base se vêm impossibilitados de uma efetiva e real relação com a massa. Além disso, é uma prática despolitizada, uma vez que, negando o papel da vanguarda, não organiza instâncias de direção política capazes de sistematizar sua própria acumulação para elaborar propostas gerais à luz de um projeto revolucionário.

É assim que, enquanto por um lado, o vanguardismo nega na prática a necessidade da base, quer dizer, a necessidade de instâncias de organização do movimento ao nível das bases de luta das classes trabalhadoras, o basismo, por outro lado, nega, como vimos, a necessidade da vanguarda, isto é, a necessidade de instâncias de direção capazes de formular políticas para o movimento numa perspectiva revolucionária.

Uma avaliação crítica do desenvolvimento do Movimento Popular e das experiências de organização e luta revolucionárias, apontam, ao nosso ver, para a necessidade de se estabelecer uma nova relação entre o movimento revolucionário e o movimento de massas que leve em conta tanto o papel da direção quanto o papel da organização.

Evitando o desvio vanguardista, com sua equivocada relação vanguarda-massa, bem como evitando o desvio basista, com sua impraticável relação base-massa, vem se afirmando uma outra concepção: a da relação vanguarda-base.

Trata-se de reconhecer a necessidade da direção política e suas instâncias de organização de vanguarda – sem o que não há movimento revolucionário. Porém trata-se, ao mesmo tempo, de reconhecer a necessidade de atuação do

movimento através de suas instâncias de organização de base – sem o que não há movimento de massas permanentemente organizado, e, portanto, não há Revolução Social.

Trabalhar com a relação vanguarda-base-massa é, assim, reconhecer a necessidade de uma atuação organizada pela base, para o que é necessário, tanto a existência de vanguarda, quanto a existência permanente de organização a partir das bases de luta das classes trabalhadoras.

Reconhecer a necessidade de uma intervenção organizada não significa, entretanto, adotar uma política intervencionista em relação ao movimento. O intervencionismo tem sua raiz na mesma concepção messiânica da vanguarda como agente principal da Revolução. Trata-se, a qualquer preço, de dirigir o movimento dos trabalhadores a partir de instâncias exteriores às suas lutas, para o que é necessário uma intervenção vertical capaz de fazer das organizações de massa correias de transmissão da vanguarda organizada, aparelhando essas organizações, criando “fracções” partidárias no seu interior. Os Estatutos da III Internacional fornecem o melhor exemplo desse tipo de desvio político: “Cap. I, §6 – Em todas as organizações operárias e camponesas sem partido, que tenham um caráter de massa, assim como nos seus órgãos (sindicatos, cooperativas, associações desportivas, organizações de combatentes de guerra), nas suas conferências e congressos... devem ser organizadas fracções comunistas, ainda que nas mesmas não existam mais que 2 membros do Partido e isto com o objetivo de reforçar a sua influência e levar à prática a sua política no seio de tais organizações. §7 – As fracções comunistas encontram-se sujeitas aos órgãos correspondentes do Partido.”

Em oposição ao intervencionismo manifesta-se, como desvio diametralmente oposto, o autonomismo que nega, na prática, a necessidade de intervenção organizada no movimento.

Examinando com todas as suas implicações, o projeto autonomista revela a crença na possibilidade das massas organizarem-se espontaneamente em função da transformação revolucionária da sociedade.

Intervencionismo e autonomismo são fenômenos da prática revolucionária que, embora opostos, concorrem igualmente para dificultar a compreensão da necessidade da Autonomia do movimento dos trabalhadores – em especial do movimento operário – em relação ao Estado, aos partidos, as organizações religiosas e filosóficas, sem a qual não se conseguirá garantir um processo permanente de intervenção do proletariado na luta de classes. Evidentemente a questão da autonomia é a questão do poder. O movimento tem autonomia na medida em que tem poder de se organizar e de se administrar por si mesmo, e é tanto menos autônomo, quanto mais recebe, de instâncias externas, as normas as quais se submete.

Parece óbvio, desse ponto de vista, que o intervencionismo é, por sua própria natureza, contrário a autonomia, uma vez que, partindo da equivocada concepção politicista de que a política do movimento operário espontâneo é necessariamente uma política burguesa, procura construir linhas verticais de comunicação para transmitir, a partir de instâncias externas, normas políticas às quais o movimento deve se submeter.

Mas também contrária a autonomia é a prática autonomista, que desarma o movimento face as necessidades de conquista dessa autonomia.

Autonomia, como liberdade, não pode ser concedida, tem que ser conquistada, o que exige elaboração de projetos e ação organizada. Espontaneamente o movimento dos trabalhadores jamais conseguirá conquistar autonomia, e, mesmo que conseguisse eventuais conquistas nesse sentido, jamais conseguiria garanti-las.

Já que a autonomia não pode ser “concedida” pela vanguarda nem gestada espontaneamente no movimento de massas, cabe, para evitar o intervencionismo e o autonomismo, desenvolver uma atuação organizada pela base no sentido de conquistar a autonomia.

Construir estruturas de autonomia no interior do movimento é hoje a tarefa fundamental para os grupos de luta das classes trabalhadoras que pensam politicamente a sua prática popular.

Esse documento mostra o que o Movimento dos Trabalhadores absorveu e o que critica acerca do leninismo, ou seja, na concepção do MT o leninismo não é vanguardista, não é autonomista, não é basista, não é espontaneísta, não é economicista e não é politicista. Existe uma justa relação entre vanguarda, base e massa; a vanguarda emana da organização da massa e não intervém na massa de fora para dentro. Já o que eles chamam de “versão dogmática do leninismo” é o que eles criticam nessa teoria, mas não deixam de ter uma concepção leninista porque diz no texto que se baseiam em Lênin.

As contradições, portanto, em relação ao Movimento dos Trabalhadores com as ideias leninistas, estão presentes em diversos momentos e, por isso, foi importante trazer o teórico para elucidá-las. Mais do que isso, as contradições estão presentes nos próprios depoimentos de alguns entrevistados, uma vez que alguns defendem o MT como movimento leninista enquanto outros dizem que eram anti-leninistas, alguns documentos confirmam determinados posicionamentos enquanto a prática os contraria. Não há possibilidade de estudar o MT sem se considerar as teorias desenvolvidas por Lênin, uma vez que ele foi a base teórica do Movimento.

2.3.2 – Gramsci

Antônio Gramsci é apontado como um intelectual relevante na discussão e compreensão do mundo da política e, portanto, inseri-lo como teórico basilar para a análise do Movimento dos Trabalhadores é essencial para a instauração de novos horizontes sobre o objeto de estudo.

O MT em si não faz alusão ao intelectual e, somente quando questionado, Augusto de Franco, antigo líder teórico do Movimento, citou algumas características da organização que podem ser remetidas às ideias de Gramsci. Ainda assim, não é o posicionamento predominante do MT; mas, defende-se aqui que as ideias gramscianas, propositalmente ou não, foram incorporadas pelo Movimento nas suas ações e formulações teóricas.

Essa incorporação pode ser exemplificada em dois pontos: a defesa de Gramsci de que a consciência de classe não vem de fora para dentro, não é elaborada por uma pequena burguesia intelectualizada; e o MT como partido, segundo o mesmo autor,

porque ele buscou ser o dirigente da luta, ou seja, buscou ser o que Gramsci denomina de “intelectual coletivo”, não só dirigindo, mas educando os integrantes.

A questão educacional não era somente importante, mas fundamentalmente necessária e foi criado um órgão responsável pela elaboração de material didático para os integrantes, o Centro de Reflexão e Documentação (CRD), dirigido pelo líder teórico do Movimento, Augusto de Franco. A ação do CRD no MT funcionava para dar voz e educar os trabalhadores e, ainda, elevar a massa da população pertencente ao MT a determinado nível cultural que a permitisse criar mecanismos intelectuais para isto. Outra contribuição, ainda de Gramsci, que elucida na análise do MT e do contexto no qual ele funcionou, foi por exemplo, o transformismo do qual o Movimento foi vítima devido às circunstâncias e isso também será objeto de análise na tese em momento posterior.

A teorização sobre a questão do partido político começa em Gramsci com o estudo histórico da criação da “vontade nacional-popular” e o autor dedica parte de sua obra a entender os sucessivos fracassos de se criar essa vontade principalmente na Itália, ambiente no qual Gramsci viveu e presenciou as transformações ocorridas. O autor utiliza a obra de Maquiavel, intitulada “O Príncipe”, para explicar a conjuntura de frequentes insucessos:

Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política. Isso é o que Maquiavel pretendia através da reforma da milícia, isso é o que os jacobinos fizeram na Revolução Francesa; na compreensão disso, deve-se identificar um jacobinismo precoce de Maquiavel, o germe (mais ou menos fecundo) de sua concepção da revolução nacional (GRAMSCI, 2000, p.18).

Gramsci faz uma mudança nos ditos de Maquiavel ao mostrar que o agente da vontade coletiva transformadora não é mais “o príncipe”, ou seja, um indivíduo isolado. Com a evolução do sistema capitalista e, conseqüentemente das relações e do poder da classe dominante, para ocorrer uma mudança seria necessário um organismo social para desempenhar as funções descritas por Maquiavel:

O Moderno Príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo

desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2000, p.16).

Para que essa formação de partido político fosse possível, seria necessário haver uma reforma intelectual e moral nos seus integrantes porque fazia parte do papel do partido, assim como Maquiavel disse, “educar o povo”. O significado dessa expressão, para considerá-la atual, também está em Gramsci:

[...] torna-lo convencido e consciente de que pode existir uma única política, a realista, para alcançar o fim desejado e que, portanto, é preciso cerrar fileiras e obedecer exatamente àquele príncipe que emprega tais métodos para alcançar o fim, porque só quem almeja o fim almeja os meios adequados para alcançá-lo. Em tal sentido, a posição de Maquiavel deve ser aproximada daquela dos teóricos e dos políticos da filosofia da práxis, que também procuraram construir e difundir um ‘realismo’ popular, de massa (GRAMSCI, 2000. p.307).

O Movimento dos Trabalhadores acreditava na importância de se educar o povo e na importância do partido político como um centro organizador, mas não como um centro imposto de fora para dentro do movimento, mas como parte dele e sujeito a ele, como uma síntese organizativa do movimento.

O MT, como partido, revelou uma expressão coletiva relevante e organizou as lutas de uma classe social; além disso representou os anseios de outras classes subalternas, fato que o situa, então, como “o príncipe moderno” de Antônio Gramsci. Para o autor, este papel organizativo e intelectual não pode ser realizado pelos indivíduos considerados isoladamente, mas somente pelos partidos políticos, aqui entendidos como sujeitos que organizam a vontade coletiva de uma classe ou fração de classe.

O MT participava formalmente do Partido dos Trabalhadores (PT) e, inclusive ajudou a formá-lo, mas ele também funcionava como um partido, tanto no sentido ideológico como na prática porque ele tinha uma proposta, uma organização interna, uma perspectiva teórica e política. O Movimento pretendia, dentro do PT, ganhar a direção, ou seja, é um partido no sentido de Gramsci porque busca organizar a ação da classe, ainda que os próprios ex-integrantes não tenham assumido esse posicionamento ao longo de toda a pesquisa. O MT funcionava como partido porque atuava como um organizador

dos trabalhadores, numa perspectiva ético-política, com o objetivo de organizar para buscar a hegemonia e conquistar o Estado.

Essa hegemonia, oriunda de uma classe social sobre as demais, tem relação direta com a capacidade que ela tem de elaborar a sua própria visão de mundo e, portanto, trata-se de um processo permanente, pois tal visão está sempre em construção e/ou reconstrução. Souza (2008, p.16) elucida sobre a hegemonia:

[a hegemonia é um processo permanente de construção/reconstrução] pois se torna necessário à classe identificar no cotidiano seus próprios interesses, processo que passa não só pelo seu aprimoramento organizativo como intelectual, no sentido de permitir identificar nos valores, nos símbolos, na cultura e na própria ideologia aquilo que mesmo sendo universalizado não lhe é próprio. A hegemonia, é, portanto, a formulação de uma nova forma de civilidade que passa necessariamente por uma reforma intelectual e moral, ou reforma ético-moral, como mais normalmente é conhecida.

A hegemonia é, então, resultante de aspectos de luta e de construção da dominação. Como a sociedade capitalista é uma sociedade expansiva e altera permanentemente as condições da vida até para que ela continue existindo, isso envolve que processos de hegemonia sejam sempre processos de luta por hegemonia. Atualmente, reafirma-se que essa relação social que se vive, a hegemonia capitalista, é natural, que corresponde à natureza humana, é necessária e insuperável, ou seja, é um processo de naturalização do sistema tal como ele é.

Para Gramsci, esse processo está ligado a todo o aparato cultural e intelectual da sociedade que impõe valores coletivos, portanto, para se construir a hegemonia, é necessária uma reforma intelectual e moral que transforme as condições de existência das classes subalternas. Cabe ao partido, então, mobilizar as vontades coletivas para construir e/ou desconstruir valores e visão de mundo hegemônicas organizando e dando sentido a um projeto popular. Souza (2008, p.17) acrescenta:

A homogeneidade aqui nada tem a ver com o apagar das diferenças. Diz respeito à elaboração de um programa político e de um instrumento de análise comum, que permita às classes subalternas uma intervenção consciente na história, tirando-as de suas visões de mundo fragmentárias e impregnadas de preconceitos pelo senso comum. Ou seja, acaba sendo visão de mundo que pensam ser sua própria, mas que na verdade lhes é estranha, pois é a visão da classe hegemônica transformada em visão de mundo e valores universais.

Uma das indagações de Gramsci, serve como princípio basilar para se pensar em partido político nos termos do Movimento dos Trabalhadores: “Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar em ‘partido político’?” (GRAMSCI, 2002, p.349). Ainda, segundo o mesmo autor,

[...] todo grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 2004, p.15).

Gramsci complementa dizendo que os intelectuais citados são historicamente formados e compõem “categorias especializadas para o exercício da função intelectual” (GRAMSCI, 2005, p.18). Nesse sentido, é possível que as duas classes, tanto proletariado quanto burguesia, criem intelectuais, especializados, cuja função é conscientizar a classe à qual pertencem, de forma a garantir uma coesão e uma coerência com o campo econômico e impulsionando as vontades coletivas. Sobre a questão do papel organizativo que cumprem esses intelectuais, Gruppi (1980, p.84) acrescenta:

Intelectual é o dirigente da sociedade, o quadro social. Um cabo do exército, embora analfabeto, segundo Gramsci, é um intelectual porque dirige os soldados; intelectual é também um chefe das ligas de assalariados agrícolas, ainda que analfabeto, como era muitos deles na época de Gramsci, porque organiza os trabalhadores, dirige-os e educa-os.

O partido político seria, então, o intelectual orgânico coletivo, pois são pessoas que adquiriram consciência na própria luta e se tornaram os próprios organizadores da classe. Partindo-se dessa premissa, o MT não foi somente um movimento, mas também um partido nos termos de Gramsci, que salienta, também, o papel do intelectual em uma tríade: organização-direção-educação, que não deve ser separada e nem deve ser realizada por um intelectual solitário; mas deve ser realizada com outras pessoas em uma organização, em uma instituição, enfim, em um partido. Gramsci se atém ao problema dos intelectuais com relação ao partido:

O que se torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais? É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido

político é nada mais do que o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dada as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva [...] 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que se realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um grupo, o dominante e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente da dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2004, p.24).

O autor complementa ainda que o partido, independente da qualidade de seus intelectuais, exerce uma função “que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2004, p.25). Ele faz uma reflexão sobre a arte e a ciência da política na qual culmina a noção, já citada, do príncipe de Maquiavel, traduzida como partido político no mundo contemporâneo porque ele é capaz de fundar uma nova ordem e, para Gramsci, quem conseguiria fundar uma nova ordem seria o partido político, ou seja, o partido é então o “príncipe moderno”. Nessa perspectiva, é possível visualizar o Movimento dos Trabalhadores, novamente enquanto partido político, porque tinha organicidade, grupos de estudos e educação dos membros sobre as teorias marxistas.

Pode-se entender, com a leitura de Gramsci, que a função do partido é transformar seus componentes em agentes políticos qualificados, dirigentes e organizadores. São entidades dedicadas à formação, desenvolvimento e qualificação de novos intelectuais, além da realização de atividades fundamentais à classe da qual pertencem e são “orgânicos”.

Esses intelectuais são para Gramsci, ao mesmo tempo, organizadores e expressão de sujeitos coletivos ou partidos e “esses partidos surgem e se organizam para dirigir as situações em momentos cruciais para as suas classes” (SOUZA, 2008, p.20). Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, porém nem todos exercem este papel na sociedade. Souza (2008, p.20) ainda diz:

O partido que é o intelectual das classes subalternas tem duas tarefas básicas; a primeira é formar uma vontade coletiva nacional-popular e a segunda é promover uma correlata reforma intelectual e moral das massas, construindo para além de uma nova forma de ordenamento social, uma forma civilizatória.

Não há como cumprir as duas tarefas mencionadas pelo autor sem que se reforme o sistema de relações intelectuais e morais sobre o qual está organizada a sociedade, desconstruindo velhos padrões hegemônicos burgueses. Esse é o papel do “intelectual orgânico coletivo”, ou seja, este é o papel do partido segundo Gramsci. Souza (2008, p.21) contribui sobre o assunto:

Trabalhar a questão da formação de uma vontade coletiva significa trabalhar as formas de articulação mental das classes subalternas e das dominantes. Significa construir uma racionalidade distinta da racionalidade dominante, baseada numa nova concepção de mundo e de vida orgânica das classes subalternas, contrapostas às concepções oficiais, geralmente marcadas pela presença de até elementos populares, porém, fragmentadas, sem qualquer tipo de elaboração e sistematização, ou seja, deslocados de sua lógica original.

Outro ponto discutido pelo autor, é “o partido como organização prática (ou tendência prática), isto é, como instrumento para a solução de um problema, ou de um grupo de problemas da vida nacional e internacional” (GRAMSCI, 2004, p.326). De acordo com essa perspectiva, pode-se perceber que o partido está voltado à resolução de problemas que não podem ser enfrentados na área da produção, da infraestrutura, mas sim na região da superestrutura. Isso posto, muitas organizações autodenominadas “não-governamentais” e “apartidárias” na verdade funcionam sim como partidos políticos, uma vez que tencionam organizar, educar e dirigir, tendo como princípio base a formação dos dirigentes.

Assim, “os partidos podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação dos partidos’” (GRAMSCI, 2004, p.326). Segundo este raciocínio, o autor complementa dizendo que “o partido é essencialmente político e até mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural” (GRAMSCI, 2004, p.334).

O Movimento dos Trabalhadores é, portanto, um partido político nas concepções de Gramsci uma vez que tentou organizar por determinado período a luta dos trabalhadores urbanos e rurais por melhores condições de vida e de trabalho. Além disso, preocupou-se em educar seus integrantes, tanto no sentido teórico - com debates e estudos sobre referenciais teóricos relevantes, como Marx e Lênin - quanto na luta em si. O MT buscou, ainda, refletir sobre as próprias lutas, ou seja, buscou conscientizar os

trabalhadores a partir das lutas realizadas, problematizando e teorizando sobre as situações dessas lutas e isto significa formar o intelectual orgânico coletivo nos termos de Gramsci.

Conscientes de que o MT foi um partido, é possível, portanto, acoplar essa noção de partido com a noção de movimento em Gramsci porque o MT não só se autodenominou movimento, ele também foi de fato um movimento. Quanto foi aberto a quem não era do “partido”, ele foi fluido, agregou e perdeu pessoas a depender da luta na qual estava envolvido. Segundo Dias (1991), um movimento político e social deve necessariamente criar uma leitura da história através da qual possa apresentar-se como alternativa, mediante análise e avaliação das situações políticas. Essas ações permitem colocar um projeto alternativo que vise destruir as bases de sustentação do projeto vigente, destruindo suas condições de existência. Conforme ressalta ainda o autor:

[...] desagregar o velho senso comum é vital para romper a unidade ideológica vigente; é separar os *simples*, que consentem, dos intelectuais que organizam esse consentimento. Em resumo, aqui está a possibilidade para a ruptura entre as superestruturas vigentes e sua base material (DIAS, 1991, p.11).

O Movimento dos Trabalhadores buscou ser essa alternativa porque propunha a consolidação da sociedade socialista, a destruição do Estado e das classes sociais e a inversão dos valores burgueses que eram, e ainda são, hegemônicos na sociedade. O MT não só propôs, mas formulou, ações para a conquista desses objetivos e, inclusive, uniu-se a outros movimentos quando a causa era comum aos integrantes de ambas as organizações.

Abaixo, é possível ler a transcrição de partes do material didático elaborado pelo Centro de Reflexão e Documentação (CRD), para discussão junto com os integrantes do Movimento e nos quais é perceptível a tentativa de instruí-los no que se refere à teoria marxista existente (a imagem do referido documento encontra-se nos Anexos II). Tal documento serve como referência para analisar e discutir a noção de partido e movimento do Movimento dos Trabalhadores. Ele foi transcrito mediante respeito à forma original, para melhor compreensão:

Título: A Relação entre Partido Político e Movimento Popular

O MOVIMENTO POPULAR

- 1.1 Por movimento popular entendemos todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo. São movimentos populares as associações de bairros da periferia, os clubes de mães, as associações de favelados, os grupos de loteamento clandestino, as comunidades de base, os grupos organizados em função da luta pela terra e outras formas de lutas e organização populares. É também parte integrante do movimento popular o movimento sindical que, pela sua própria natureza, possui um caráter de classe definido pelas categorias profissionais que o integram.
- 1.2 Nos últimos anos o movimento sindical tem encontrado nos bairros, animados pelos movimentos populares, um campo de apoio e de trabalho decisivo à sua organização e lutas. Ao mesmo tempo, a repressão e o controle direto nos ambientes de trabalho, fazem com que o bairro seja um local de mobilização do próprio movimento sindical. Nesta interrelação, o movimento popular adquire sempre mais um caráter de classe, pois assume como suas as lutas dos trabalhadores, como se viu recentemente na greve do ABC paulista.

2. A NECESSIDADE DO PARTIDO POLÍTICO

- 2.1 As lutas reivindicativas travadas nos últimos anos, pelo movimento popular nos bairros, na zona rural e nos sindicatos revelam a necessidade de um canal de representação, mobilização e expressão política. A estrutura social agravada pela conjuntura do país impõe, às classes populares a necessidade de articularem suas lutas específicas com a luta política entendida, não apenas como atuação parlamentar, mas sobretudo como um fator de organização das classes populares capazes de em busca de sua libertação, transformarem o sistema político-econômico e social que nos domina e criarem seu próprio projeto social alternativo.
- 2.2 Chamamos de partido político a este canal de expressão, mobilização e representação políticas, capaz de contribuir para a libertação das classes populares. Frequentemente encontramos no movimento popular certos preconceitos quanto a questão do partido político, como “o partido não é necessário”, “quem está em partido não deve estar em movimento popular”, “partido é para políticos e nós da base nada temos a ver com isso”... Entre as causas deste preconceito situa-se a tradição política das classes dominantes, fomentando a política do clientelismo, dos currais eleitorais, do coronelismo, do populismo e da demagogia em véspera de eleições.
Em defesa de seus interesses a ideologia dominante, manipulada pelos partidos políticos com acesso aos instrumentos do poder, incutiu em grande parcela de nosso povo a ideia de que “política é coisa de político”, entendida como os membros das classes dominantes que “em nome do povo”, exercem o poder. Em contrapartida, o povo estava excluído do poder e não deveria preocupar-se com a instância política; bastava votar delegando sua representação aos políticos profissionais burgueses, e tudo mais viria por acréscimo...
Uma outra causa do preconceito político do movimento popular é a maneira como certos setores, teoricamente identificados com este movimento preocupam em “politizá-lo”, ou seja, de fora para dentro ou de cima para baixo, como seres dotados de toda ciência política a ser mecanicamente infundida na consciência popular...
- 2.3 Romper este preconceito é contribuir para que o movimento popular crie os seus próprios instrumentos de luta política, eis um desafio urgente que se apresenta na atual conjuntura brasileira.

3. A EDUCAÇÃO POLÍTICA

- 3.1 Faz-se urgente desenvolver junto aos movimentos populares, um intensivo trabalho de educação política que desperte o operário, o trabalhador rural, a dona de casa e demais pessoas do povo, para o direito inalienável à sua condição de cidadão que é o de ativa participação na vida política do país, inclusive na vida partidária.
- 3.2 Cabe à educação política criar consciência de que este direito é exercido dentro de um processo de engajamento social que, sem ser excludente passa por diferentes etapas, desde a mais simples luta pela água no bairro ou pela defesa da posse da terra até à elaboração de um projeto político alternativo. A atividade partidária não deve ser exclusiva e jamais desvinculada do trabalho de base e da inserção do militante nos movimentos populares.
- 3.3 Através da educação política, isenta de qualquer proselitismo e de discussões centradas em siglas, o militante encontrará os critérios que lhe permitem equilibrar sua atuação no movimento popular com sua atuação nas esferas do partido.

4. O PARTIDO POLÍTICO

- 4.1 As classes populares devem ter o seu partido político cujos princípios norteadores tenham suas raízes na prática, inclusive histórica dos movimentos populares, tendo em vista a tomada do poder a serviço da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos.
- 4.2 Caráter do partido político:
 - A prática democrática, com ampla participação dos trabalhadores da cidade e do campo e demais pessoas do povo, em cujas mãos deve estar o poder de decisão;
 - Assumir os interesses populares;
 - Promover a organização política das classes populares observando e respeitando as prioridades e especificamente regionais;
 - Instrumento das lutas populares;
 - Não pretender ser único instrumento de unificação política das lutas populares e buscar representar, sempre mais as aspirações objetivas da classe trabalhadora.
 - Não pretender fixar-se somente na luta parlamentar ou dar prioridade a ela.

5. A RELAÇÃO ENTRE PARTIDO POLÍTICO E MOVIMENTOS POPULARES

- 5.1 O partido político deve respeitar a autonomia dos movimentos populares, sem pretender torna-los meros reflexos de sua atuação ou extensão de suas esferas.
- 5.2 O partido político não deve atrapalhar o movimento popular nem pretender ser seu tutor. Antes, o partido político deve fazer ressoar a voz dos movimentos populares, coordenando seu ritmo de atividades com o ritmo próprio dos movimentos populares.
- 5.3 A luta partidária não deve ser confundida com a luta sindical. Ao pretender unificar as bandeiras de luta levantadas no campo e na cidade, o partido não deve pretender açambarcar os movimentos que encarnam ou hasteiam essas bandeiras.
- 5.4 Devem os militantes do movimento popular comparar a prática política dos partidos com seus respectivos programas; avaliar se o partido coloca-se a serviço do movimento popular e não vice-versa, se caminha rumo ao poder exercido pelas classes populares, se desenvolve trabalho de educação política nas bases.

- 5.5 O partido é um dos instrumentos de luta das classes populares e deve evitar todo o risco de exclusividade absoluta assumindo as decisões da base, ainda que elas não estejam em seu programa.

Ao tempo que se analisa o escrito acima, confrontando-o às formulações de Antônio Gramsci, é possível perceber que o Movimento dos Trabalhadores tinha uma direção que coordenava a luta política e organizava outras células orgânicas com a sua própria autonomia, além de se preocupar em formar os próprios intelectuais orgânicos e isso o caracterizava enquanto partido.

A educação foi um dos elementos mais importantes para o MT e ver-se-á que ela foi contemplada em várias iniciativas do Movimento, passando pela formação de trabalhadores que o integravam e pela própria direção. Nesse ponto, ainda que no documento haja uma separação entre movimento popular e partido político, defende-se que o MT atuou nas duas instâncias.

Há a percepção desse intelectual orgânico, segundo a qual o MT, que é o partido político, como sujeito organizador de uma vontade coletiva nacional-popular principalmente por meio da valorização da educação como elemento fundamental. Ela poderia vir a ser o ponto de partida para uma reforma intelectual e moral dos trabalhadores urbanos e rurais que compunham o Movimento na tentativa de consolidar uma nova hegemonia. Esses foram os desafios do MT e, Bogo (1999, p.45), auxilia a explicação de que para a conquista de nova hegemonia, “a sociedade no seu conjunto deve se converter em uma gigantesca escola, produtora de uma consciência em que os valores adquiram categorias novas”.

Por meio, então, do partido político e a adequação a uma nova consciência, o povo seria conduzido para a fundação de um novo Estado que, de fato, o representasse e não fosse apenas mais um mecanismo de dominação da classe no poder. Gramsci (2007, p.14) diz:

Em todo o pequeno volume, Maquiavel trata de como deve ser o Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado, e o tratamento é conduzido com rigor lógico, com distanciamento científico: na conclusão, o próprio Maquiavel se faz povo, confunde-se com o povo, mas não com um povo “genericamente” entendido e sim com o povo que Maquiavel convenceu com seu tratamento precedente, do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual ele se identifica: parece que todo o trabalho “lógico” não é mais do que uma auto-reflexão do povo, do que um raciocínio interior que se realiza na consciência popular e acaba num grito apaixonado imediato.

Gramsci contrapõe as ideias de Sorel, que ele mesmo cita, cuja defesa é no sindicato como organização de uma vontade política, não no partido. A máxima realização desse sindicato deveria ser a greve geral, o que para Gramsci é considerada uma atividade passiva, cujo caráter é negativo, porque não possui uma fase ativa. Para ele, atitudes similares serviriam para manter o poder em um sistema de equilíbrio passivo e não resultaria no desenvolvimento de algo relevante. A solução é encontrada “no moderno príncipe”:

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de respeito, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. Estes dois pontos fundamentais – formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral – deveriam constituir a estrutura do trabalho (GRAMSCI, 2007, p.16).

O MT se adequou à visão acima, à medida que foi organizador, propôs ações coletivas dos trabalhadores apesar de auxiliar e também impulsionar greves. Todas essas ideias e ações, ainda que feitas de modo intuitivo, como disse o antigo líder teórico do MT, Augusto de Franco, são parte das formulações de Gramsci e, por isso, foi tão importante utilizar das abordagens do autor para pensar e compreender o Movimento dos Trabalhadores. A direção do Movimento acreditou e apostou nas atividades educativas para que as fases ativas, citadas por Gramsci, ocorressem, uma vez que os valores se transformariam por meio das práticas relativas à educação.

Segue abaixo a foto de pessoas lendo os informativos sobre as lutas políticas elaborados por antigos integrantes do MT, confeccionados e publicados pelo Centro de Reflexão e Documentação – CRD:

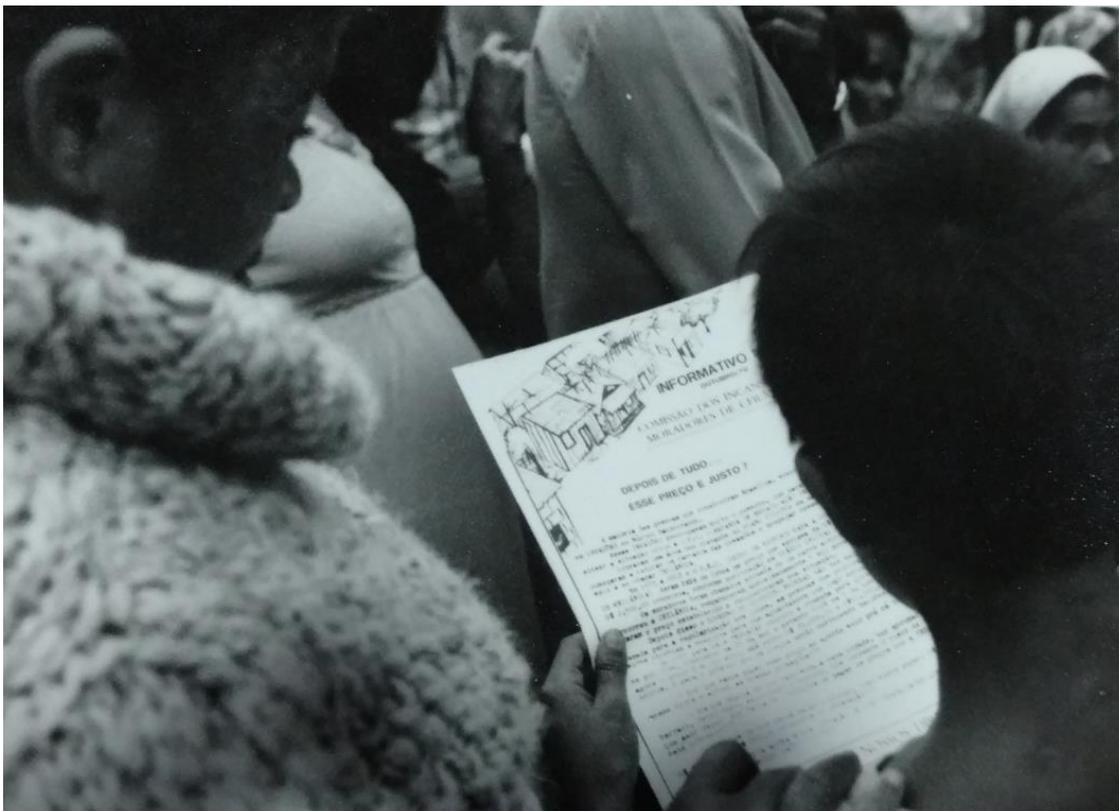


Foto 1 - Pessoas lendo um dos materiais educativos e didáticos confeccionados e distribuídos pelos integrantes do MT (fonte: arquivo pessoal dos antigos integrantes)

Os entrevistados Marcio Eudes Teixeira e Élcio José Teixeira contam como se dava a educação dos integrantes do MT, tanto daqueles que coordenavam os grupos políticos de base (GPB) quanto dos que o compunham. Ainda que muitos tivessem dificuldade de leitura, os materiais eram produzidos de maneira simples para compreensão e absorção por parte de todos os integrantes que se interessassem:

Naquela época nós tinha muitos livros, tinha uma bibliotéquinha mesmo e emprestava para os companheiros ler. Às vezes era difícil para a massa entender o que é direita e esquerda mas nós trabalhava com eles muito a questão do Primeiro de Maio, o que que é o Primeiro de Maio, a história da luta da classe trabalhadora, trabalhava mais na formação popular. E os companheiros já iam lendo né, todo mundo já leu por exemplo o livro que tem a Domitila, “Se me deixam falar”, tinha “Cem Anos”, livro do Jorge Amado, tinha o livro da história da revolução da Nicarágua, muito bom que conta como que começou a revolução, como que foi, então quer dizer, todo mundo lia. Então quer dizer, o Movimento dos Trabalhadores tinha um plano de formação, tinha o inicial, o plano básico e ia até o plano de vanguarda mesmo. E arrumava texto mesmo pra ler porque você ver um trabalhador pegar um livro pra ler é raridade mas a militância de base pegava. E o CRD [Centro de Reflexão e Documentação] tinha um curso sabe, tinha os programas, tinha uns livrinhos, 1, 2, 3, então tinha uma preocupação com isso. (Marcio Eudes Teixeira, entrevista concedida no dia 20 de outubro de 2018 na cidade de Itaberaí-GO).

A veracidade das afirmações acima podem ser comprovadas em um documento elaborado pelo MT, de 1981, intitulado “Cadernos de Ideia do povo trabalhador – As Ferramentas” nº 2. Abaixo seguem a capa do documento e o índice de publicações feitos pelo CRD e destinados à educação dos integrantes:

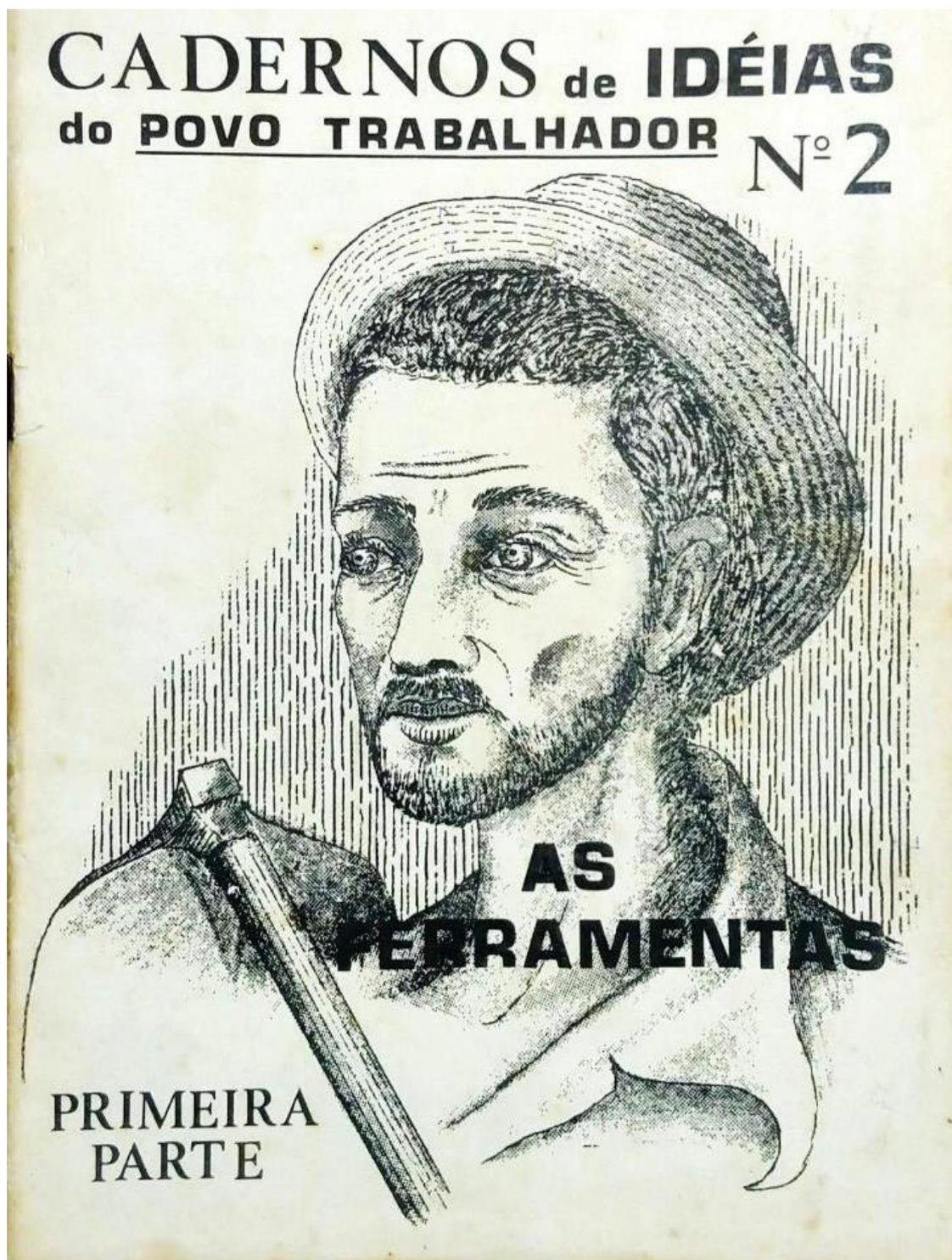


Figura 1 - Documento do MT produzido e divulgado pelo CRD (fonte: acervo de antigos integrantes)

6

PUBLICAÇÕES DO CRD

O CRD já publicou:

- em Maio de 79: "1ª DE MAIO, LUTAS E VITÓRIAS DA CLASSE TRABALHADORA"
- em Agosto de 79: "DOMITILA", que foi o 1º volume da série CADERNOS DE IDÉIAS DO POVO TRABALHADOR.
- em Setembro de 79: "CANTOS DOS LAVRADORES DE GOIÁS, Nº1" (um livrinho acompanhando uma fita gravada pelos violeiros de Goiás).
- em Janeiro de 80: "AS FERRAMENTAS, Primeira Parte", que é este 2º número da série CADERNOS DE IDÉIAS DO POVO TRABALHADOR.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

- em Abril de 80: "1ª DE MAIO, LUTAS E VITÓRIAS DA CLASSE TRABALHADORA" (continuação).
- em MAIO de 80: "AS FERRAMENTAS, Segunda Parte", que vai ser o 3º número da série CADERNOS DE IDÉIAS DO POVO TRABALHADOR.

Estão previstas ainda, para este ano de 1980, uma re-edição de "DOMITILA" e uma nova fita "CANTOS DOS LAVRADORES DE GOIÁS, Nº 2".

Figura 2 - Documento do MT produzido e divulgado pelo CRD (fonte: acervo de antigos integrantes)

Outra forma de testemunhar a veracidade das afirmações, dá-se ao se analisar um livreto intitulado "Uma proposta de educação para luta e organização" criado pelo

Movimento dos Trabalhadores, em 1983, no qual se encontra uma série de propostas a serem debatidas e toda a estrutura de um curso para os trabalhadores. Na página 11 tem-se a oportunidade de ler:

Tentamos utilizar, durante os cursos “maneiras de ensinar e aprender” que motivem os trabalhadores a discutir e a refletir sobre os seus problemas, suas condições de vida e de trabalho e sobre sua própria história enquanto classe. Para tanto devem ser utilizadas técnicas participativas (debate em grupo, simulações, etc) que permitam a todos a possibilidade de dizer o que pensam, sentem e o que querem. Trata-se, portanto, de saber combinar dinâmica e dialeticamente – através de discussões de grupo, de plenárias e exposições – a prática, a teoria e a ação planejada de modo a entendê-las como atitudes únicas indissoluvelmente ligadas.

Percebe-se uma preocupação da direção do Movimento com os seus integrantes em relação ao conhecimento. Quando se considera que a emancipação da população do regime de exploração e de alienação ao qual está inserida ocorre com a tomada de consciência de que os trabalhadores constituem uma classe social, o curso é completamente justificado para ajudar nessa formação do trabalhador.

Aqui, não se defende que cursos e discussões teóricas sejam imprescindíveis para tal tomada de consciência, mas, certamente, auxiliam na percepção de que os interesses da classe popular são antagônicos aos do capital e de que o trabalho, e não o próprio capital, é a verdadeira e única fonte de riqueza. Nessa perspectiva, a classe trabalhadora torna-se sujeito concreto e transformador, capaz de estar na direção da própria vida enquanto classe.

Os dois ex-integrantes do Movimento - Márcio e Élcio - ressaltaram a importância de reunirem os trabalhadores no dia Primeiro de Maio, dia do Trabalhador, porque dessa forma aumentava a autoestima dessas pessoas e valorizava o trabalho em conjunto; além de demonstrar a importância de se reunirem e formarem um grupo ao qual podiam recorrer quando precisassem. Essa era uma das maneiras de despertarem o sentimento de pertencimento, conforme já discutido, e a consciência de classe nos integrantes, bem como mostrar que juntos tinham força para se ajudarem e tentarem transformar a realidade.

Para que houvesse essa elevação da massa popular, deveria haver uma reforma econômica em concordância à reforma intelectual e moral, sem que isso significasse algum exercício de poder por parte do Estado. Isso porque, qualquer ato por parte do

Príncipe, ou partido político, poderia ser julgado como algo bom ou ruim no que diz respeito à direção da sociedade.

Mais uma vez, as ideias do Movimento dos Trabalhadores possuem uma sólida relação com as de Gramsci, uma vez que havia uma tentativa de elevar os integrantes do MT culturalmente e intelectualmente e isso era considerado importante dentro do Movimento. Não no primeiro momento, mas, depois que a organização já estava solidificada, essa preocupação é visível como é comprovada por meio de entrevistas e material educativo produzido pelo MT. Outro referencial é a consciência crítica dos trabalhadores em perceber que alguns sindicatos do Estado de Goiás, no final da década de 70, estavam longe de representá-los, ao contrário, como Gramsci defende, eram apenas mais um instrumento para perpetuar a hegemonia do Estado, ainda que disfarçados de boas intenções para com a sociedade, como as escolas, que também são em geral apenas formas de se estabelecer e prevalecer no poder.

Para Gramsci, a vida social não pode ocorrer independentemente da vontade e da consciência humanas, ao contrário, ela seria produto da ação de sujeitos sendo a vontade humana um fator essencial como a vontade coletiva dos homens, já mencionada. O homem seria capaz de afirmar a sua liberdade frente às estruturas sociais, ainda que condicionado por elas, principalmente as econômicas, mas ele poderia “gerar novas iniciativas”. Assim, a ideologia seria uma realidade prática sendo que para este autor o conceito de ideologia é contrastante à “falsa consciência”, significado atribuído por uma tradição marxista e incorporado pelo próprio Movimento dos Trabalhadores. Para Coutinho (1996, p.108),

[...] Gramsci insiste em que as ideologias são realidades sócio-práticas. Ele distingue, entre, por um lado, o que chama de “ideologia cerebrina”, que resulta de uma especulação individual ou de poucos e que não se torna um fenômeno de massa; e, por outro, o que define como “ideologia orgânica”, que corresponde à tomada de consciência de grupos ou classes decisivos numa dada formação social. O marxismo, por exemplo, independentemente de ser ou não uma verdade científica, tornou-se ideologia quando se converteu em fenômeno social objetivo: não se pode ignorar o papel dos valores forjados pelo marxismo na formação da sociedade contemporânea.

Gramsci acata a ideia da interação entre consciência e práxis e/ou ação e estrutura e, assim, discute, também, a existência e a relação entre governantes e governados, como isso se propaga e a ideia da coerção e do consenso. Para ele, essa divisão que é, enquanto

princípio marxista, baseada no surgimento das classes sociais, não é algo “natural” porque elas nem sempre existiram e então podem não ter que existir para sempre. Para explicar essa correlação política entre classe, deve-se recorrer à totalidade histórica porque, para Gramsci, é impossível compreender adequadamente o que ocorre a uma esfera da sociedade sem entender o todo social.

Verifica-se, por conseguinte, que Gramsci segue rigorosamente o princípio marxista da totalidade. A um outro momento, o autor vai desenvolver as ideias de Marx e dizer que enquanto persistisse a desigualdade econômica entre os indivíduos, a igualdade política não teria lugar. Essa ideia também está contida em Rousseau, na obra “O Contrato Social” (1757), que diz que para a democracia funcionar os indivíduos não poderiam ser tão diferentes. Dando continuidade às ideias de Gramsci, o Estado coercitivo que preza pela permanência da desigualdade seria superado pela sociedade regulada, no qual ele desenvolve a teoria da transição para o comunismo. Nesse tipo de sociedade, o partido dominante não se confunde organicamente com o governo porque o partido tem como prioridade a elevação das massas:

Na realidade de qualquer Estado, o ‘chefe de Estado’, isto é, o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta contra o interesse predominante, mas não exclusivista em sentido absoluto, é exatamente o “partido político”, ele porém, ao contrário do que se verifica no direito constitucional tradicional, não reina nem governa juridicamente: tem ‘o poder de fato’, exerce a função hegemônica (e, portanto, equilibradora de interesses diversos) na ‘sociedade civil’, mas de tal modo está se entrelaçando de fato com a sociedade política que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa. Sobre esta realidade, que está em contínuo movimento, não se pode criar um direito constitucional do tipo tradicional, mas apenas um sistema de princípios que afirmam como finalidade do Estado seu próprio fim, seu próprio desaparecimento, isto é, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil (GRAMSCI, 2007, p.223).

Pode-se perceber uma preocupação de Gramsci por haver uma sociedade sem “uma divisão perpétua do gênero humano” (GRAMSCI, 2002, p.235) e essa também é a base do marxismo e do Movimento dos Trabalhadores cujo objetivo – um deles - era justamente acabar com o Estado e com a sociedade de classes.

Alguns entrevistados disseram que o MT não era um movimento/partido revolucionário, mas a partir do momento em que os documentos da organização falam em extinção do Estado, das classes sociais e da burguesia, isso significa dizer que ele é revolucionário. Gramsci irá defender a construção de uma verdadeira democracia radical,

na qual as classes subalternas são elevadas à condição de protagonistas, dirigentes e responsáveis pela sua própria história tornando-se agentes e necessariamente ativos. Esse era exatamente o objetivo do MT e, portanto, pode-se dizer que ele era, sim, um partido revolucionário.

Augusto de Franco, como já dito anteriormente, responsável pela elaboração teórica do MT, tem a sua própria visão do significado de Gramsci para a organização:

Sobre Gramsci, a gente não tinha uma visão tão clara assim porque tem uma visão de hegemonia que é mais gramsciana, que é construir um novo bloco histórico e produzir intelectuais orgânicos que seriam os intérpretes desse novo bloco histórico e que isso não ia ser feito como o Lênin queria, através de um comando. Isso teria que ser feito através da conquista de determinados valores de uma sociedade etcetera e tal. A gente tinha um pouco de gramscismo no sentido que a gente achava que essas ideias e as práticas do povo trabalhador tinham a semente de uma mudança, o que estava errado basicamente porque eram as ideias que tinham surgido em condições de opressão mas elas hospedavam o opressor. A gente sabia um pouco disso, que o oprimido hospeda o opressor e a opressão introjetada é terrível. Se você desse o poder para o pessoal ali que era do MT não significaria que eles exerceriam isso de forma mais cooperativa, generosa, mas a gente acreditava um pouco nessa história de homem novo (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos de Jordão – SP).

Para Augusto de Franco, nessa perspectiva, nenhuma mudança poderia ser possível porque quem deseja a mudança é o oprimido e carrega os valores do opressor, de tal sorte que, por mais que ele queira mudar, a opressão está no seu interior. Isso significa que, ao momento que for detentor do poder, vai se comportar como o opressor com quem teve contato ou ainda pior. Seria uma situação circular cujo resultado seria somente a opressão.

Na perspectiva de que o indivíduo pertencente à massa popular, busca dirigentes locais, que façam parte da própria massa, a opressão viria de alguém anteriormente oprimido e de nada adiantaria a busca por representantes pertencentes à própria classe. Aceita-se a formulação de que qualquer liderança de movimento popular pode se degenerar se não for fiscalizado pelo coletivo e, isso, o Movimento dos Trabalhadores propunha e procurou fazer durante sua vigência.

Gramsci, em seu Caderno 28, comprova tal tese ao afirmar que um dos grupos subalternos exercerá certa hegemonia sobre outros em algum momento. Ele diz que entre os grupos subalternos, um exercerá ou tenderá a exercer uma certa hegemonia através de

um partido, e é preciso estabelecer isso, estudando também o desenvolvimento de todos os outros partidos, por incluírem elementos do grupo hegemônico ou dos outros grupos subalternos que sofrem tal hegemonia.

Quando se considera o que está escrito em “A ideologia alemã”, que “os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra outra classe” (MARX & ENGELS, 1998, p.61), quando um deles ocupa uma posição, ainda que temporária, de superioridade, já deixa de representar a classe à qual estava ligado anteriormente. Isso se deve ao fato de que não possuem mais uma luta em comum, uma vez que os objetivos passam a ser diversos aos anteriores porque certo poder já foi conquistado e, com ele, os benefícios provenientes dos cargos de um partido político. Galastri (2014, p.42) contribui com essa teoria ao analisar as obras de Gramsci:

Recorrendo aqui a minhas hipóteses a partir de Gramsci, poder-se-ia afirmar que as classes dominadas formam-se, enquanto *classes*, desde que frações dos grupos subalternos estejam organizadas com o objetivo de colocar em xeque, combater, questionar ou ameaçar algum fundamento material das relações de classe vigentes. Enquanto as classes e frações de classes dominantes encontram-se permanentemente organizadas por meio dos aparelhos do Estado capitalista, as classes dominadas encontram-se política e ideologicamente dispersas na forma de *grupos subalternos*.

Se, portanto, para fazer parte da classe dominada, faz-se necessário se posicionar contra as relações antagônicas das classes vigentes, aquele que ocupa uma liderança pode deixar de querer combater esse fundamento que caracteriza as classes subalternas e conseqüentemente acreditar pertencer a uma nova classe, de sorte que já não poderia mais ser um representante das classes subalternas.

Gramsci teve uma preocupação com a questão dos partidos, dos dirigentes e dos dirigidos e não se limitou a analisar os partidos institucionalizados ou que se apresentavam como partidos. Ele analisou as formas de organização e sociabilidade existentes na sociedade capitalista e suas relações com as classes sociais e identificou que nessas organizações da vida social muitas vezes se constituíam partidos que não eram partidos institucionais. Muitas vezes, essas organizações atuavam como estado maior de uma determinada classe social, ou como momento de decisão em um determinado período da luta mais importantes até do que os partidos nomeadamente partidos políticos.

O partido revolucionário é, assim, o novo príncipe ou o moderno príncipe e é aquele partido capaz de enraizar-se no conjunto da sociabilidade dos trabalhadores, da sua experiência de vida, um partido capaz de ter acesso ao senso comum desses trabalhadores de forma que o convívio na prática e no estudo seja possível erguer-se do senso comum em direção ao bom senso. Acredita-se que o MT tenha agido dessa forma, indo além da ordem que parece natural e petrificada para a construção de uma visão de mundo coerente, crítica e capaz de compreender historicamente o processo no qual os seres sociais estão mergulhados. Essa configuração do moderno príncipe, envolveria uma organização que não estivesse crispada na distinção entre altos dirigentes, médios quadros e uma base extensa, ainda que a tendência na sociedade capitalista seja reproduzir essa estratificação. O papel desse moderno príncipe deve ser a capacidade de elaboração intelectual e de reflexão de alto nível conectada com a base formando intelectuais para a ascensão de uma nova hegemonia. Para Gramsci, um partido é muito mais do que um partido estruturado para concorrer às eleições, é um partido cuja organização tem uma escala muito maior e que consiga ser formador, capaz de fazer circular e vivificar essas diferentes tendências.

O Movimento dos Trabalhadores tentou ser esse partido revolucionário, esse moderno príncipe de Antônio Gramsci, porquanto visava a constituição de uma cultura que operasse mudanças substantivas na maneira de pensar e de agir da sociedade e tinha como horizonte as mudanças no capitalismo. Tal qual o pensador, o MT apresentou uma proposta educacional opositora à proposta apresentada pelo sistema atual vigente, contudo foi vítima do transformismo, também uma categoria desenvolvida por Gramsci, que será mais bem debatida em outro tópico.

2.4 – Que tipo de movimento social é o Movimento dos Trabalhadores

Os movimentos sociais, sob a ótica do marxismo, são vistos como parte do processo das lutas de classes cujos objetivos, de maneira geral, são superar a opressão e a desigualdade e nisso estão englobados a luta por moradia, por melhores condições de vida, por salários mais justos, contra o preconceito, entre outras. Nesse sentido, o marxismo é “uma teoria orientadora para os próprios movimentos” (GOHN, 1997, p.93), ou seja, seria uma espécie de guia de ação que permite uma reflexão sobre a prática.

A compreensão dos movimentos sociais, sob o viés marxista, é aceitá-los como movimentos de classe e, portanto, parte das leis do movimento do capitalismo. Sobre isso, Marx (1988, p. 271) diz:

Juntamente com a constante redução do número de magnatas capitalistas, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, cresce a massa de miséria, opressão, escravidão, degradação e exploração. Mas, com isso, cresce igualmente a revolta da classe operária, uma classe cujo número aumenta constantemente e que é treinada, unificada e organizada pelo próprio mecanismo do processo capitalista de produção. O monopólio do capital torna-se um grilhão para o modo de produção, que floresceu juntamente com ele e sob ele.

Do movimento operário nascem teorias que podem ser adequadas aos outros movimentos sociais cuja tarefa é transformar o mundo. Para compreendê-los, o método marxista, ou seja, a dialética materialista como conhecimento da realidade, é possível por ser vista pelo olhar do proletariado e como produto da luta dessa classe. As profundas contradições sociais e instabilidades políticas, além da presente acumulação do capital, possibilitou, ao longo dos anos, o surgimento de manifestações emancipadoras por parte da camada social pouco beneficiada.

Os movimentos devem estar voltados para a conscientização das classes trabalhadoras e para a solidariedade entre os diversos setores do trabalho como, por exemplo, no campo e na cidade. Rodrigues (2002, p.12) vai dizer sobre o que seria essencial em um movimento social:

A categoria solidariedade é fundamental para entender que relação Marx propunha entre os movimentos da classe subordinada. A solidariedade seria uma relação social a ser construída em torno do objetivo comum: a emancipação dos trabalhadores. Esta categoria de solidariedade é retomada nos estudos dos movimentos sociais como condições para a ação coletiva, no sentido de se perceberem iguais na construção de uma identidade.

O conceito acima fala sobre a solidariedade e a conscientização que foram fundamentais na constituição do Movimento dos Trabalhadores, uma vez que a sua base foi a Teologia da Libertação, fundamentada no auxílio aos mais carentes. A exclusão provocada pelo sistema capitalista facilitou o surgimento de movimentos sociais de maneira geral e do próprio MT ao mesmo tempo em que impulsionou essa solidariedade

entre a classe trabalhadora. Obviamente o termo é incapaz de abranger a realidade múltipla e complexa do Movimento, mas ajuda na compreensão das formas de ações coletivas determinadas por fatores estruturais e conjunturais promovidos pelo sistema excludente. Borja (1975) inclusive situa esses movimentos como ações coletivas para evitar a degradação das condições de vida, fator no qual está inserido o MT.

Em Goiás e no Pará, a questão da exploração da terra evidencia um coronelismo no campo exercido por parte do grande latifúndio em que predomina a “lei do mais forte” e que promoveu a expulsão dos camponeses e pequenos trabalhadores de suas terras, inflando as cidades em busca de moradia e de melhores condições de vida.

Isso posto, o MT teve como projeto político principal a luta por moradia no campo e na cidade e outras reivindicações secundárias como a luta contra a fome. Foi, portanto, um movimento social formado por trabalhadores rurais e urbanos que lutaram por uma distribuição mais igualitária da terra apoiando-se, juntamente com a ala progressista da Igreja Católica, na função social da terra estabelecida pela Constituição Federal, e que se estende à luta por direito à moradia no cenário urbano.

Ao analisar as principais reivindicações, é impossível dissociá-lo do conceito de classes uma vez que, se estas não existissem, o MT e os outros movimentos, possivelmente teriam outros ideais. Como fora um movimento ligado à classe trabalhadora, foi também político, pois questionou e reivindicou a atuação do Estado enquanto agente que deveria garantir os fatores pelos quais lutavam. O movimento é a

[...]intervenção das massas na vida política. Não há nada que possa determinar que tais intervenções vão produzir resultados sociais revolucionários mas elas são o elemento necessário, embora não suficiente, dessa possibilidade (BARKER, 2014, p.17).

A perspectiva marxista está presente mais uma vez, pois os movimentos e o próprio MT foram e são resultado da resistência aos processos de exploração e de dominação capitalistas. Considera-se aqui o MT como popular e como uma expressão de luta de classes. Castells (1983) não dissocia a luta de classes dos movimentos sociais uma vez que se refere a uma relação, ainda que indireta, entre problemas urbanos e interesses de classe.

Diante do exposto, tem-se o MT como um movimento popular, composto por trabalhadores urbanos e rurais, marxista, político, cujas reivindicações foram de cunho social baseadas na solidariedade e na conscientização da classe trabalhadora contra um sistema opressor e excludente.

Capítulo 3 – Surgimento, estrutura e ação do Movimento dos Trabalhadores

Neste capítulo, a ênfase será dada ao próprio Movimento dos Trabalhadores, quando surgiu e por quais motivos, além da estrutura interna do MT, para analisar o funcionamento dele como partido organizador de lutas, fato defendido anteriormente. A origem do MT será demonstrada, bem como a sua estrutura, por meio de documentos da organização e, também, por meio das entrevistas, nas quais os ex-integrantes relembram as suas atuações.

A Igreja Católica, por meio da sua vertente mais progressista, auxiliou no surgimento do MT e, posteriormente, cedendo espaço físico para que ocorressem algumas reuniões e incentivos para ações. Neste capítulo será possível verificar a luta pela terra, muitas vezes com o auxílio dos religiosos, em vários locais do Estado de Goiás, Distrito Federal e no Pará, particularmente em Belém e em Santarém, o que possibilitará ter uma ideia da dimensão do MT e das principais ações nas quais se envolveu e demonstrar a relevância desse estudo e da pesquisa aqui propostos.

3.1 – O surgimento

O Movimento dos Trabalhadores foi uma organização que avançou na formulação a respeito da independência dos trabalhadores e foi um movimento que lutou contra a conjuntura política e econômica da época. Foi fundado, ao final de 1978, por Augusto de Franco e Alberto Gomes de Oliveira (Bacurau), entre outros, e valorizava, sobretudo, o autonomismo que defende a necessidade de intervenção organizada no Movimento, mas nega a subordinação do Movimento às instâncias exteriores a ele, como o Estado, partidos e outras organizações.

Seu declínio deu-se devido a contradição entre a organização horizontal, a base de massas e a vertical, o partido de quadros, ainda que os ex-integrantes não se denominem enquanto partido. Durante esse processo, houve o surgimento do Partido dos Trabalhadores e da CUT, nos quais os militantes passaram, então, a concentrar seus esforços e lutas na década de 80. Esse tópico será mais bem abordado no último capítulo,

em que se discorrerá sobre as possíveis causas do término do Movimento. Segue abaixo o símbolo do Movimento dos Trabalhadores:

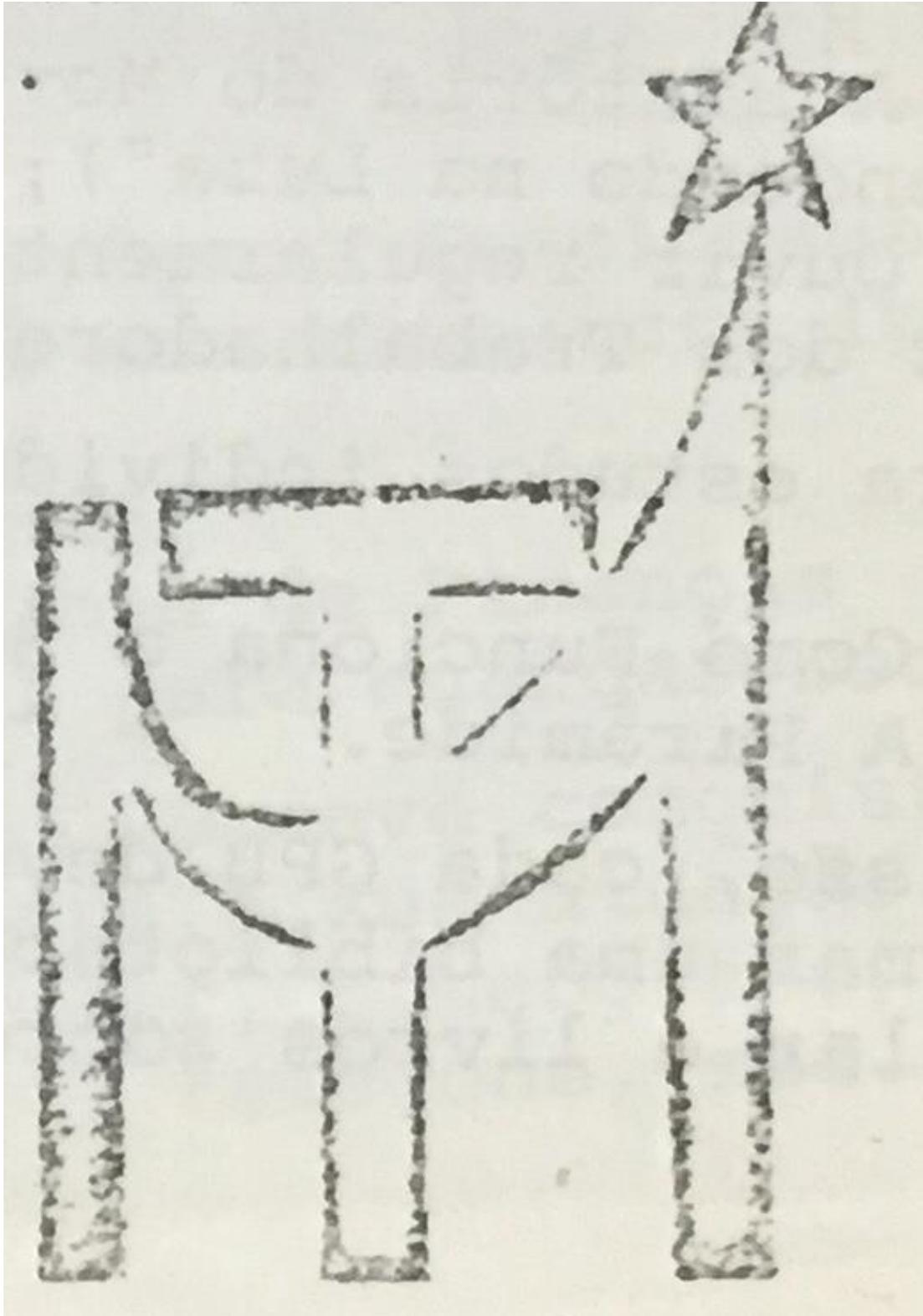


Figura 3 - Símbolo do Movimento dos Trabalhadores (fonte: documento “Sobre os Grupos Políticos de Base (GPB)”, 1985)

O MT possuiu ao todo 5 (cinco) integrantes considerados da liderança da organização, seja no sentido mais teórico de formular material e escrever teses e referenciais teóricos, seja na coordenação da ação de militância com os Grupos Políticos de Base (GPB's). Os integrantes mencionados foram todos contatados e entrevistados, são eles: Alberto Gomes de Oliveira, Amauri Barros da Silva, Augusto de Franco, Everardo Lopes de Aguiar e Raimundo Alberto Damasceno.

Augusto de Franco, em entrevista concedida, ao dia 20 de janeiro de 2020, na cidade de Campos do Jordão – SP, explica o quadro geral do surgimento do Movimento dos Trabalhadores:

Bom, na época [1978/1979] tinha uma luta muito grande interna porque o pessoal, tinha esse sindicalismo autêntico do Lula que era um negócio assim despolitizado do ponto de vista teórico mas era muito forte, o sindicalismo autêntico do ABC, tinha esse pessoal da Igreja e tinha os caras que participaram de organizações de esquerda antes e que não refizeram o seu pensamento e continuaram com as mesmas ideias marxista-leninista, então estabeleceu-se uma luta de quem era da base e de quem não era. Então quando surgiu o PT nós sempre éramos o pessoal que era considerado muito basista, muito espontaneísta, eram os termos que usavam na época. Bom, esse é o quadro geral em que surgiu o Movimento dos Trabalhadores de 78.

Amauri, em entrevista concedida, ao dia 18 de dezembro de 2019, em Brasília – DF, também fala sobre o Movimento dos Trabalhadores sob a sua ótica:

O MT é fruto de um processo militante né. A maioria dessas pessoas se encontraram no Movimento contra a Carestia. Foi um movimento que em Goiânia foi muito forte, era no Brasil inteiro mas em Goiânia era muito forte. Era ditadura militar ainda né. Na verdade, o Movimento contra a Carestia era um movimento possível de fazer naquela época, era um movimento contra a carestia, contra a fila do INSS, eram as bandeiras bem fraquinhas pra não dar prisão, pra não dar cadeia. Era o que era possível ser feito. E ali tinha um monte de gente doida pra fazer um monte de coisa, doida pra fazer a revolução comunista. As pessoas do MT se conheceram aí, nesses movimentos, foram tendo algum grau de identidade, de militância, de pensamento e foram procurando uma forma de se organizar e refletir mesmo.

A forma principal de organização citada pelos integrantes entrevistados ao longo dos 5 (cinco) anos de pesquisa era a formação dos GPB's, Grupos Políticos de Base, cuja definição se encontra em um panfleto do acervo do MT denominado “Sobre os Grupos Políticos de Base (GPB)” datado de 1985:

Os Grupos Políticos de Base (GPB) são grupos de trabalhadores que nascem no interior de uma luta concreta, se organizam em função de uma organização popular, pensam politicamente sua prática atual pela base de modo permanente. Os GPB são constituídos por trabalhadores que participaram efetivamente das lutas travadas nos seus locais de trabalho e moradia e que concordam com os objetivos, os princípios, a prática do Movimento dos Trabalhadores e se submetem às suas decisões democráticas.

Esses GPB's são comparados às células de reuniões por Amauri e tinham por objetivo a formação de organizações independentes e autônomas dos trabalhadores nos seus locais de trabalho como organismos de representação do Movimento. Ainda no mesmo documento é possível ler:

Cada GPB nasce no interior de uma luta concreta e trabalha em função de uma organização popular. Após certo período de existência, o GPB acumula um nível de discussão e compreensão política que dificulta a participação de novos companheiros. Entretanto, o GPB deve trabalhar no sentido de possibilitar o crescimento político das novas lideranças emergentes, organizando sua própria ampliação a partir dos resultados concretos que obtém na sua luta.

Cada GPB deve observar permanentemente os companheiros que, na prática e no entendimento, trabalham de acordo com os objetivos da luta e da construção de organizações independentes e autônomas dos trabalhadores (SOBRE GRUPOS POLÍTICOS DE BASE, 1985, s/n).

Alberto Gomes de Oliveira, o Bacurau, antigo integrante, cuja atuação era coordenar os Grupos Políticos de Base, em entrevista concedida, ao dia 23 de novembro de 2018, explica o ideal perseguido pelo MT:

Normalmente a concepção tradicional, clássica, você tem a vanguarda e você tem a massa, a vanguarda de certa forma pensa e a massa segue. Aquela velha ideia de que a vanguarda tem que estar preparada para estar sempre à frente da massa, para poder encaminhar a massa para a revolução e tal. É uma concepção leninista da relação de vanguarda e massa. No Movimento, naquele período, nós trabalhamos isso: que talvez a questão não fosse somente vanguarda/massa, você tem que ter bases organizadas, então é a relação vanguarda, base e massa, é a base articulada e como elemento de ligação entre a vanguarda e a massa, ela rompia, ela aprofundava essa questão de vanguarda e massa.

Essa relação, discutida há anos, critica - como Marx - o aburguesamento da vanguarda em uma inversão na qual ela assume para si o papel dos trabalhadores, mas

não os representa mais, mesmo pertencendo à mesma categoria. A vanguarda dita as regras do que fazer, quando e como, impedindo uma ação criativa na busca de estratégias talvez mais adequadas. Isso era o que o MT combatia na busca por sua autonomia.

A amplitude de um movimento social pode ser percebida pela sua capacidade de expressar as necessidades variadas e interesses e o modo como vai fazer tais reivindicações. Nesse sentido, pode-se constatar que o Movimento dos Trabalhadores possuiu uma relevância nacional evidente porque atuou em âmbito nacional. Barker (2014, p.16) vai dizer que:

Em cada grande ou pequena conjuntura a característica do movimento é, de alguma maneira, reconfigurada ou recomposta. Novas formas de aliança ou divisão emergem, e com elas novas constelações de ideias e identidades, novas correlações de forças. Em cada ponto de virada, as diferentes forças sociais envolvidas devem reavaliar suas próprias posições, suas relações com os aliados e oponentes, o que a nova situação significa para suas próprias aspirações, o senso de possibilidades, se seus quadros interpretativos anteriores requerem modificações e de que maneira estas poderiam ocorrer.

Assim, enquanto houve engajamento para que o Movimento dos Trabalhadores continuasse, o resultado foi alcançado; mas, por fim, a busca por autonomia mostrou-se como um problema que resultou no fim da organização. Sobre esse alcance e a dimensão do MT, Lúcia Carvalho e Cícera Bezerra de Moraes, antigas integrantes entrevistadas conjuntamente em Brasília – DF, explicitam a visão delas:

Não tem como saber a dimensão do Movimento porque só eu [Lúcia] como liderança influenciei mais de mil pessoas porque a ideologia do MT estava presente nas ações de outros movimentos, a concepção democrática e tudo. Começou, sei lá, com 50 pessoas mas ele era difusor então acho que chegou a milhares de pessoas. O Movimento dos Trabalhadores foi um dos movimentos que ajudou o PT, a CUT, mas teve outros também. De qualquer maneira o MT pode ter começado com 50, 100 pessoas no início mas se transformou em uma influência de milhares de pessoas. Ele começou em Goiás com 50 pessoas mas como ele tinha uma visão de não ser isolado, ele começou a observar outros movimentos e influenciava eles. O Movimento dos Incansáveis, por exemplo, ele ajudou e teve uma vez que colocamos nas ruas dez mil pessoas em frente do palácio, então a nossa linha de pensamento ia para aquelas pessoas. O Movimento era grande porque atingia as massas, era pequeno do ponto de vista das principais lideranças e a coordenação, mas era multiplicador e agregador e construía células nos estados, reunia, discutia as ações, o que ia fazer (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

Apesar do quadro de dirigentes do MT ser considerado pequeno, as entrevistadas consideram que ele teve grande área de atuação e influenciou outros movimentos e outros trabalhadores que estavam engajados em ações sociais destinadas à melhoria de vida. Devido a essa característica, entre outras obviamente, é que se defende o MT como partido além de movimento, porque apesar da fluidez das pessoas entrando e saindo da organização, os coordenadores, as pessoas consideradas lideranças, permaneciam e influenciavam sempre outros grupos. O auxílio aos protestos dos outros trabalhadores também era frequente, o que permitia a união de várias pessoas e o aumento no número de participantes interessados contribuía para a disseminação das ideias e ideologias do MT.

Toda “onda de protesto”, termo utilizado por Barker (2014), tem em seu padrão um momento de crescimento, florescimento e estagnação apesar de cada uma progredir de maneira desigual e passar por configurações de articulações de forças sociais que mudam conforme a conjuntura política e econômica do momento em que ocorre o movimento. Ele pode significar a superação de uma barreira significativa, mediante a tentativa de várias soluções para os problemas reivindicados, ou pode não resistir aos obstáculos e deixar de progredir na sua busca. Barker (2014, p.19) explica:

Nos movimentos, o aprendizado e a busca são conduzidos por meio de *argumentos e deliberação*. Em cada encruzilhada de sua trajetória, diferentes vozes confrontam-se oferecendo análises rivais ou, algumas vezes, mutuamente cooperativas, propostas para avançar no caminho, novas descrições sobre a natureza do movimento e seus dilemas, argumentos estratégicos a respeito das forças e fraquezas dos oponentes. Agrupamentos e instituições – partidos, tendências e outras formações – confrontam-se por “hegemonia” em interações comunicativas contínuas e necessárias, embora muitas vezes exasperadas.

Apesar do descrito acima, a possível disputa por hegemonia dentro dos próprios movimentos sociais, é válido ressaltar que as sementes de novas formas de resistência foram plantadas e germinam a cada dia, ainda que lentamente, e despertam movimentos de esquerda que desafiam, como o MT, o capitalismo. De certa forma, pode-se considerar tais movimentos como um “movimento global” uma vez que as campanhas são, em sua essência, contra desigualdades econômicas gerais e visam a derrubada das estruturas do capitalismo contemporâneo.

A colaboração entre diferentes atores, como no caso do MT, que uniu trabalhadores do campo e da cidade, de diversos setores e de várias localidades do país é capaz de comprovar que existe uma base comum, um objetivo que, se atendido, satisfaria tanto um grupo quanto o outro porque todos são trabalhadores, conseqüentemente, explorados pelo regime capitalista.

Michael Hardt (2005) vai dizer a respeito dos movimentos que emergiram após 1968, em sentido global: “é claramente um tipo de ciclo, uma linguagem comum e inimigos comuns estão se desenvolvendo” (p. 129-130).

O padre Arrigo Malavolti, na entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019, confirma a atuação de trabalhadores rurais e urbanos que compuseram o MT: “era 90% de trabalhadores rurais, mas alguns eram urbanos. Era mais no rural porque ele nasceu dessa realidade rural e depois foi alcançando outros trabalhadores também da cidade”.

Em relação aos integrantes da área urbana, as entrevistadas Lúcia Carvalho e Cícera Bezerra de Moraes explicaram como se dava a atuação delas na cidade:

A gente participava das reuniões do coletivo, a gente disseminava os documentos produzidos, ajudava a produzir os documentos também, eles eram entregues pra nós, geralmente era o Augusto de Franco que passava pra gente e nós mudávamos tudo o que a gente achava que tinha que mudar e aprovava nesses encontros. Tenho aí uns documentos pra você ver como a gente fazia (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

O surgimento ocorreu em um momento caracterizado pela repressão da Ditadura Militar, mas o MT evitou o confronto direto ao mesmo tempo em que propôs resistência às ações militares que contrariavam uma ética social ao desapropriar pequenos camponeses e perseguir aos que se opunham ao regime. O MT surgiu, portanto, das necessidades e das novas demandas sociais que se agravaram em decorrência do regime militar.

O contexto, em 1978, não é mais o da repressão aberta como no início da ditadura, mas sim o da distensão lenta e gradual, como foi visto no capítulo 1 desta tese, e o governo procurava controlar os movimentos sociais, também, pela estrutura sindical e partidária. Bacurau auxilia na explicação sobre o contexto nacional:

Naquele momento, parte dos integrantes do movimento da esquerda tinha sido exilada, a outra parte estava presa nos porões da ditadura e alguma resistência de grupos armados que ainda houvesse, fazia uma autocrítica de sua política e prática (entrevista concedida no dia 9 de julho de 2016 na cidade do Rio de Janeiro – RJ).

Entre os anos 1970 e 1975, alguns grupos e raras diretorias de sindicato, influenciados pelas reflexões críticas promovidas pelas comunidades eclesiais de base da Diocese de Goiás, iniciaram uma análise da política sindical dos trabalhadores rurais e da estrutura fundiária no Brasil. Este e outros acontecimentos marcaram o início de novas iniciativas nos movimentos de Trabalhadores Rurais em Goiás e, a partir de 1974, trabalhadores rurais e urbanos de diversos municípios iniciam a formação de grupos de oposição sindical.

Nesse contexto, nasce o Movimento dos Trabalhadores com as seguintes bases como elementos fundadores: Movimento de luta dos moradores de Ceilândia – DF, Movimento de luta no Jardim Nova Esperança (ocupação em Goiânia), Oposição Sindical dos Trabalhadores na construção civil de Goiânia, entre outros. Toda a conjuntura nacional influenciou esses movimentos e, inclusive, no surgimento do MT. O entrevistado e ex-líder do Movimento complementa:

O certo é que a ditadura militar influenciou toda a esquerda brasileira, provocando uma profunda autocrítica quanto aos seus projetos e propiciando o nascimento de novas formas de organização dos trabalhadores em todo o Brasil de Norte a Sul. No interior do campo popular se estabelecia uma consciência generalizada da necessidade de uma autocrítica pois avaliava-se o isolamento da esquerda durante a ditadura militar, mas também as antigas convenções principalmente em relação a partido e movimentos sociais. Discutia-se a necessidade de lutar pela independência e autonomia dos movimentos sociais não só em relação ao Estado, mas também em relação aos partidos, e outras coisas. É inserido nesse contexto que nasce o Movimento dos Trabalhadores (Alberto Gomes “Bacurau”, entrevista concedida no dia 9 de julho de 2016 na cidade do Rio de Janeiro – RJ).

Os membros do Movimento acreditavam que o centro organizador das ações não existe, por si, mas é fruto da articulação entre as próprias instâncias de base do Movimento. Ainda no que se refere aos documentos do acervo do MT que o definem, existe um caderno de rascunho com as três primeiras páginas escritas à mão, com tentativas de explicá-lo de maneira clara. Abaixo segue um dos trechos da parte referida como Introdução:

O QUE É O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES?

Nós somos uma corrente de companheiros espalhados por este Brasil afora.

O aço desta corrente é a esperança viva de que os trabalhadores sejam os senhores da

História em uma nova sociedade a ser ainda construída: A SOCIEDADE SOCIALISTA.

Somos um movimento ao nível de base em construção permanente aprendendo a cada conquista e cada retrocesso na luta de classes, e a cada nova experiência adquirida pelos trabalhadores.

Desde o seu nascimento o Movimento dos Trabalhadores traz uma ideia que vem amadurecendo: a certeza de que a construção de uma nova sociedade deverá estar orientada pelos interesses dos trabalhadores mas para que isto aconteça é necessário a destruição do poder dos patrões e a construção de um novo poder: o poder dos trabalhadores.

Sabemos também que o poder não é uma coisa que se toma, e passa de uma mão para a outra. Milhares de anos se passaram, e as diversas formas de exploração desde o escravismo até o capitalismo tiveram as diversas formas de poder dos detentores dos meios sobre os que nada tiveram.

Portanto o poder só é possível para a classe que o construiu. Hoje é o capital, a terra, o exército, ou melhor, os meios de produção e os instrumentos necessários para garantir a continuidade desses meios nas mãos daqueles que o possuem.

As classes trabalhadoras só construíram este novo poder nas conquistas adquiridas no fogo da luta de classes. Por isto existe a necessidade da construção de instrumentos próprios mais eficientes e que possam golpear melhor.

Será difícil chegarmos a passos decisórios, se andarmos no cabresto da atual estrutura sindical.

Será difícil dar passos efetivos no rumo da mudança se a classe trabalhadora não contribuir na prática com suas organizações independentes e autônomas sendo o alicerce do novo poder.

A busca por autonomia entendida como poder real de decidir coletivamente o que fazer e como fazer é o objetivo principal do Movimento dos Trabalhadores.

A autonomia só será plenamente conquistada quando for construída a sociedade comunista, e o comunismo só existirá quando a autonomia for conquistada, mas como se trata de um processo de conquista e construção, é necessário localizar a cada etapa da luta de classes, as novas tarefas fundamentais que acumulem nesta direção.

O texto ainda cita as OIAT (Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores) como modo de se organizar o Movimento dos Trabalhadores, assim como os GPBs (Grupos Políticos de Base). Ele ainda faz uma reflexão sobre a Revolução Bolchevique na Rússia, as vitórias das lutas revolucionárias em Nicarágua e as possibilidades de vitória em El Salvador. Apesar de não ter autoria, é fácil perceber que o rascunho foi escrito por alguém que possui domínio da norma culta da Língua Portuguesa, além de conhecimentos acerca da história dos movimentos ligados aos trabalhadores ao redor do mundo. É, portanto, notável que a divisão existia dentro do Movimento dos Trabalhadores originando uma estrutura verticalizada que será discutida posteriormente.

Apesar dos inúmeros documentos que comprovam o caráter marxista do Movimento dos Trabalhadores, devido aos ideais socialistas explícitos, ao contrário de outros entrevistados, Augusto de Franco, antigo líder teórico do MT, não acredita que o Movimento tenha tido, de fato, um caráter marxista. A opinião do ex-líder é importante, mas deve ser analisada de forma crítica devido a todas as comprovações que dizem o contrário do argumentado por ele. Necessário ressaltar o fato dele ter sido o maior elaborador de todos os documentos e demais materiais utilizados pelo MT. Segue a opinião de Augusto:

O MT não era marxista, tinha uma raiz libertária, tinha elementos do marxismo mas não do leninismo, era um “troço” meio Rosa Luxemburgo, era mais uma oposição operária, era um troço assim...tentando... achando que...Tinha esse negócio do marxismo de achar que uma classe... nós acreditávamos em classe, o que já é um problema (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

É possível ver de forma bastante clara a mudança de posicionamento do autor do livro “Partido e Movimento Revolucionário” cuja teoria é completamente adversa ao que foi dito atualmente. A obra foi escrita em 1985, o que leva a crer que este era o pensamento predominante no período em que o MT funcionou com suas lutas em várias localidades do país e reuniões entre os integrantes. Nela, Augusto defende e explica de que maneira um partido-movimento deve atuar para que a transformação social ocorra:

É possível mostrar que somente através de um exercício prático-direto de construção e manutenção de organizações próprias do seu movimento, podem os trabalhadores capacitar-se para uma participação como sujeitos do processo de transformação. Além disso, é possível mostrar que, para cumprir este papel, as organizações do movimento dos trabalhadores têm que ser independentes e autônomas (FRANCO, 1985, p. 37).

De forma clara, o autor defende uma independência política dos trabalhadores e isso só é possível por meio do desenvolvimento de um caráter classista da organização de massa. O trecho e a análise da obra como um todo permitem perceber a mudança do autor nas concepções do que foi o Movimento dos Trabalhadores.

A organização teve como principais bases e fundamentações o marxismo e a Teologia da Libertação e, apesar da fala contrária, defende-se essa ideia como a predominante quando se analisa o Movimento. Ainda sobre as ideias do mesmo autor:

O livro “Autonomia e Partido Revolucionário” não é uma síntese teórica do MT, era uma crítica às ideias leninistas de organização e que o MT também criticava, mas ele criticava por outro viés porque ele não sabia que havia uma teoria leninista da organização. Era mais, como é que eu posso dizer, era mais intuitiva a coisa (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Aceita-se que a maior parte dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores não sabia do que se tratava a teoria marxista ou leninista porque muitos eram homens do campo com pouco contato com essa literatura. Apesar disso, sabe-se que quem elaborava e confeccionava os materiais distribuídos entre os trabalhadores para direcionamento das lutas tinha pleno conhecimento sobre as temáticas.

Uma vez que um dos coordenadores, Augusto de Franco, escreveu um livro inteiro analisando criticamente a teoria de Lênin, não se pode aceitar a ideia de que o MT tenha sido um movimento/partido unicamente guiado pela intuição. Ao contrário, os cinco membros considerados coordenadores já eram pessoas letradas e conscientes da formação marxista que procuravam promover aos integrantes.

Inúmeros são os documentos, alguns já expostos, que comprovam o conhecimento acerca do assunto. Interessante perceber as diferentes visões de um mesmo movimento e por isso foi relevante entrevistar alguns antigos integrantes e os antigos coordenadores, ao mesmo tempo cruzar os dados com a documentação existente.

Outro ex-integrante, Exupério Alves dos Santos, trabalhador da construção civil e membro desde a formação do MT, esclarece sua versão sobre o que foi o Movimento:

O MT foi antes do PT né, era Movimento dos Trabalhadores que incluía os trabalhadores rurais mas os trabalhadores urbanos também né. Nós tínhamos muito contato com os trabalhadores rurais mas também com outros, eu mesmo participava da construção civil. Eu e a Clementina [esposa do entrevistado] morávamos numa casa de apoio do Movimento, até que um dia o Lula foi lá, nós estávamos todo mundo lá. Servia como casa de reunião né, aqui mesmo no Parque Amazônia mas agora já destruiu tudo lá. Naquele tempo as comunidades eclesiais de base ajudavam muito a gente, a gente fazia muita reunião e discutia política, tinha trabalho contra a fome e contra a ditadura militar. A gente também fazia mutirão pra ajudar na roça, pra plantar milho, os camponeses todos participavam com nós. Mas um dia vimos que não tínhamos força política né, precisava era de um partido mesmo, o Lula disse isso (Exupério Alves dos Santos, entrevista concedida no dia 27 de agosto de 2018 na cidade de Goiânia – GO).

Conforme Regimento Interno elaborado em 1980, cujo acesso foi possível graças ao acervo guardado por antigos integrantes, pode-se dizer que o MT foi, então, uma organização política revolucionária cujo objetivo era, simultaneamente, a destruição do Estado burguês e a construção das bases da nova hegemonia e do novo poder político do proletariado rumo a uma sociedade sem classes sociais e sem Estado (Regimento Interno, 1980). A preocupação social era sempre o objetivo maior do MT, característica marcante na ideologia da denominada “esquerda”.

Os integrantes do Movimento deveriam formar e manter em funcionamento as organizações independentes e autônomas dos trabalhadores, cuja sigla é OIAT. Consequentemente, haveria a construção de “estruturas de autonomia” no interior do Movimento capazes de possibilitar as lutas reivindicatórias e de resistência. O ápice de seu surgimento se dá quando há um rompimento entre grupos de oposição sindical (ligados a Comissão Pastoral da Terra – CPT) e isto será melhor discutido adiante. O MT teve atuação, também, no nascimento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e participou, então, do ENOS (Encontro Nacional de Oposições Sindicais), posteriormente, participou do ENTOES (Encontro Nacional de Trabalhadores de Oposições Sindicais) e ainda da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais). O MT defendeu a construção de uma central que não fosse apenas sindical, mas sim pela base e articulasse movimentos sindicais e populares. O já citado entrevistado Bacurau contribui:

A primeira direção da CUT, Central Única dos Trabalhadores em Goiás, contou com a participação de representantes de lutas populares de periferia, de oposições sindicais, e de diretorias de sindicatos. Depois também participamos da fundação do PT, onde defendemos prioridade aos núcleos de base e defesa das bandeiras sociais, como por exemplo, “TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA”. Quanto às pessoas, o movimento era mais conhecido pelas lideranças e quadros do que massivamente, até porque quem era conhecido da massa era o sindicato, as lutas, o PT, que é ainda o Partido dos Trabalhadores e outros. Na verdade, a gente tentou né, lutar pelos nossos ideais, aquilo que a gente acreditava e pelas causas sociais dos operários e trabalhadores do campo principalmente. A situação não estava fácil, pode ser que sem a existência da ditadura o MT existisse da mesma forma, não sei, imagino que lutaríamos de todo jeito por melhores condições mas talvez não fosse tão urgente assim o ideal comunista, não sei. Difícil saber. (Alberto Gomes “Bacurau”, entrevista concedida no dia 9 de julho de 2016 na cidade do Rio de Janeiro – RJ).

Nessa perspectiva conclui-se que a Ditadura Militar brasileira influenciou na organização do MT, nos seus ideais defendidos e objetivos, mas não se pode afirmar que

sem ela a preocupação social presente no Movimento não existiria e não se organizaria enquanto movimento para transformação social.

Bacurau afirma ainda que “o MT era como o fermento do bolo, era ele que impulsionava para que novas ações fossem tomadas e as lutas fossem discutidas”. Compreende-se, portanto, que o Movimento não era a resistência em si, mas ele era o que fazia com que os trabalhadores resistissem diante da opressão e como resistência pode-se pensar em várias maneiras e não só com luta armada e confronto direto com os militares.

Em um livreto do acervo do Movimento, denominado 6ª Assembleia, elaborado em 1978, cuja linguagem é acessível para todos os trabalhadores alfabetizados, há uma descrição que relaciona o MT ao Movimento do Custo de Vida em Goiás. A capa do documento segue abaixo:

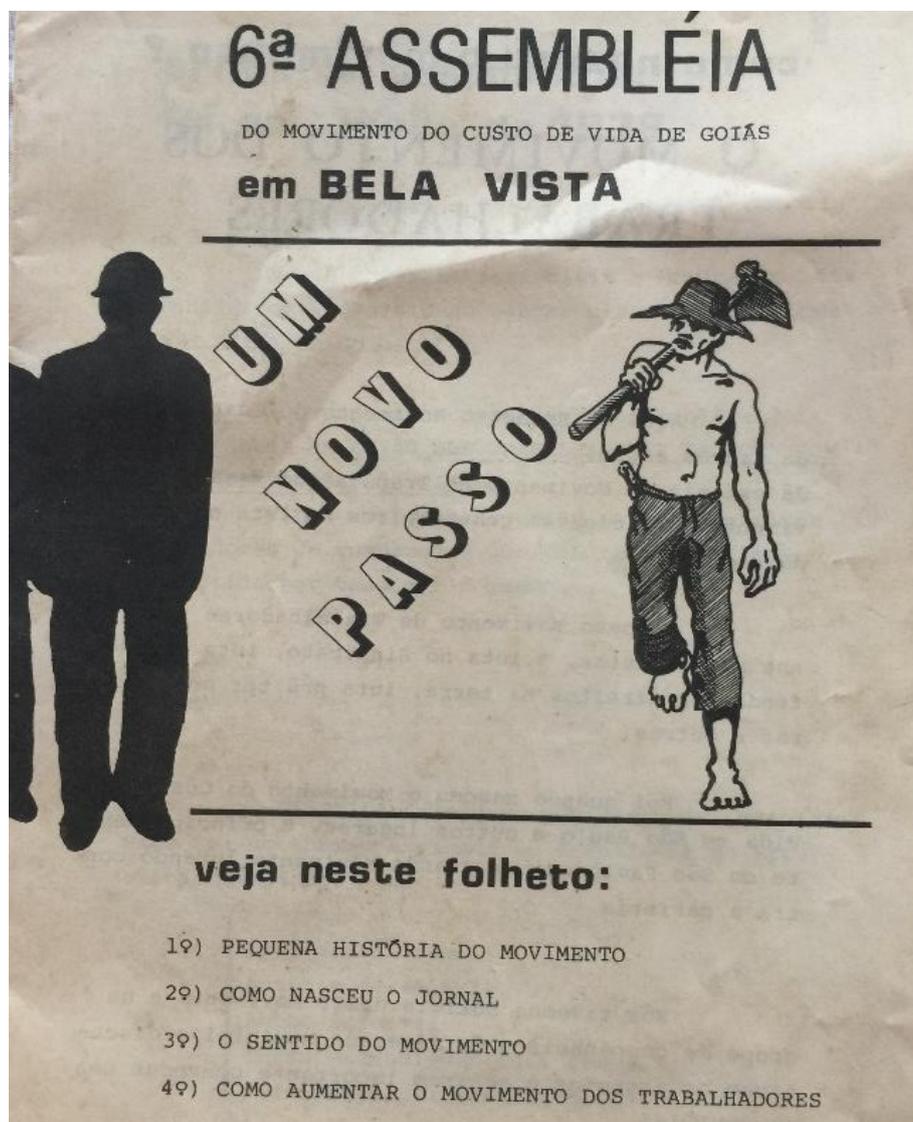


Figura 4 - Capa do documento sobre o Movimento Custo de Vida de Goiás (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

No documento mencionado acima é possível ler o seguinte questionamento e consequente explicação:

Como nasceu o movimento?

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

Aqui no Estado o Movimento do Custo de Vida nasceu assim: Já existia um Movimento de Trabalhadores. Neste Movimento participavam companheiros da luta na roça e da cidade.

O nosso Movimento de Trabalhadores já tinha muitas lutas, a luta no Sindicato, luta prá defender os direitos na terra, luta prá ter onde morar e outras.

Foi quando nasceu o Movimento do Custo de Vida em São Paulo e outros lugares. E principalmente em São Paulo era um grande Movimento lutando contra a carestia.

Nós tivemos notícia deste Movimento e um grupo de companheiros de diversos municípios discutiram os assuntos e acharam importante convocar uma Assembleia.

Sobre os resultados desta Assembleia seguem abaixo partes transcritas do documento referido (as imagens do referido documento encontram-se nos Anexos III):

primeira assembleia: foi em junho de 1978

Participaram uns 100 companheiros de mais de 20 municípios e bairros diferentes.

Nesta primeira assembleia o Movimento dos Trabalhadores decidiu de lançar o Movimento do Custo de Vida em Goiás.

A grande discussão desta assembleia foi a importância da **UNIÃO DOSTRABALHADORES DA ROÇA COM OS TRABALHADORES DA CIDADE.**

Tinha uma carta escrita por companheiros lavradores de Mossâmedes que foi repartida lida e discutida por tudo que é canto.

A primeira tarefa do Movimento do Custo de Vida foi um abaixo assinado ao Presidente da República, exigindo:

- Preços melhores
- aumento do salário
- Abono salarial
- Terra e condições para trabalhar
- Eliminação do intermediário

(ROÇA E CIDADE NA COORDENAÇÃO)

Este abaixo assinado somou mais de 30.000 assinaturas colhidas assim de casa em casa.

Na primeira Assembleia ficou decidido que a coordenação do Movimento do Custo de Vida tinha que ser de trabalhadores e assim nasceu a primeira Coordenação formada por companheiros da roça e da cidade.

o movimento CRESCE.

Mesmo com 30 mil assinaturas e todo mundo reclamando contra a carestia, nossa situação continuou do mesmo jeito prá pior.

Nós vimos então que só assinaturas não ia resolver nada.

O importante era crescer o Movimento.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES CONTINUOU CRESCENDO...

(na roça)

Na roça os companheiros lançaram chapas de oposição Sindical em diversos municípios, e em abril de 79 teve uma grande Assembleia de Trabalhadores Rurais, onde foi lançada oficialmente a Oposição Sindical dos trabalhadores Rurais no Estado de Goiás.

Em alguns municípios foram fundados Sindicatos de Oposição. Mas o povo na roça continuou lutando também fora do Sindicato para melhorar de vida. Em mutirão, colaborando uns com os outros na hora do aperto. Se unindo prá defender dos patrões e dos grileiros. Como é o caso dos companheiros posseiros do Norte.

(na cidade)

Na cidade os companheiros cresceram bastante o tanto de lutas.

Foram fundadas muitas Associações de Bairros. E os companheiros que moram nas invasões foram encontrando meios de se defender dos grandes que querem expulsar.

Os operários da construção civil e outros fizeram até greves por causa da exploração das empresas.

O documento comprova a origem do Movimento dos Trabalhadores e a tentativa de unir trabalhadores do campo e da cidade para formarem um grupo sólido de pessoas resistindo aos opressores. Além disso, vê-se as principais atuações nos dois ambientes de forma simplificada e a solidariedade dos companheiros uns com os outros.

Outro documento importante do acervo do MT, o jornal “A Voz dos Trabalhadores”, feito para divulgar, internamente, as ações dos trabalhadores em várias partes do Brasil, comprova o que foi dito no documento anterior ao expor alguns objetivos das lutas:

- 1 – Melhores condições de vida;
- 2 – Aumento de salário;
- 3 – Terra prá quem trabalha e precisa dela prá viver;
- 4 – Terreno para moradia (lugar para o povo pobre morar);
- 5 – Acabar com o intermediário;
- 6 – Sindicatos livres, onde quem manda é o TRABALHADOR;
- 7 – Associações livres.

Todos os companheiros, lavradores e operários, moradores de bairros, juntos formamos este movimento.

(A VOZ DOS TRABALHADORES, 1980, s/p).

Este anúncio está presente em um dos números da edição do referido jornal, cuja distribuição era trimestral e que fornecia notícias de várias cidades e variados problemas enfrentados pela população mais carente, entre eles: fechamento do posto de saúde em

Novo Brasil; mutirão para ajudar um companheiro a capinar uma plantação de arroz em Itaberaí; construção de ranchos para companheiros necessitados em Fazenda Nova e Córrego do Ouro; denúncia e oposições a sindicatos pelegos em Colatina; Goianésia e outros; desemprego no campo; organização das lavadeiras que reclamavam da falta de comida e auxiliavam no orçamento da casa para manter os filhos; a luta pela terra no norte do país; lavradores perseguidos por grileiros; a necessidade de escola no Jardim Nova Esperança; a cobrança abusiva do governo aos trabalhadores na compra do terreno em que trabalhavam/moravam em Ceilândia; acidentes de operários e pedreiros em Itapuranga etc.

Foram muitas as reivindicações feitas pelo Movimento dos Trabalhadores, que conseguiu unir trabalhadores de variados setores e de localidades distantes em uma mesma luta. Marcio Eudes Teixeira e Élcio José Teixeira, irmãos que integraram e atuaram no MT, em diversas cidades do Estado de Goiás na oposição sindical e em outros Estados, concederam uma entrevista em Itaberaí, no dia 20 de outubro de 2018, durante a qual explicaram o que foi o MT e sua atuação:

Já existia um conjunto de trabalhadores né, de vários municípios que já trabalhavam, tinham práticas em comum, de dez municípios mais ou menos. Mas o Movimento surgiu em 74, 75 mais ou menos quando o Sindicato dos Trabalhadores aqui em Itaberaí teve intervenção né. Foi uma briga que o Sindicato comprou contra o Ubirajara Caiado e veio a Federação aqui abafar o caso. Essa intervenção ficou 5 anos, de 74 a 79, 80. E aí começou uma luta de resistência, tinham assembleias com 500 trabalhadores para tirar os pelegos. A partir disso começou a criar a oposição sindical porque os sindicatos que existiam eram pelegos né, estavam a favor dos interesses dos patrões. Aí a gente começou a ver a necessidade dos trabalhadores terem seus meios de coletividade né, meios de comunicação porque até então isso era feito de forma extrema, pela Igreja (Marcio Eudes Teixeira em entrevista concedida no dia 20 de outubro de 2018, na cidade de Itaberaí – GO).

A Igreja Católica foi peça fundamental para a luta dos trabalhadores nesse período. Ela cedia o espaço do salão paroquial para reuniões, cedia o transporte para deslocamento dos trabalhadores; mas em troca, segundo os relatos, exercia uma autoridade que os trabalhadores se viam forçados a obedecer. Além disso, havia o fato de que quando um padre era realojado e outro assumia a sua posição na paróquia, o risco desse novo religioso não apoiar os trabalhadores existia, portanto, o MT era refém da “vontade da Igreja”, como pontuou Marcio Eudes na entrevista citada anteriormente.

Sobre esse posicionamento da diocese de Goiás, em relação aos trabalhadores, o padre Arrigo Malavoltti conta a própria experiência:

Dentro da diocese de Goiás, vou te contar esse caso que aconteceu no começo: D. Tomás era um bispo muito pra frente, muito aberto e organizou as dioceses com base nas assembleias diocesanas. A cada 2 anos tinha uma assembleia com representantes de todas as paróquias, de todas as comunidades, daí se discutia o trabalho da diocese, as opções que tinha, daí por diante e era votadas por toda a comunidade. Tinha duas paróquias que não entravam na linha, dois espanhóis, um era vigário, de Carmo do Rio Verde e o outro era vigário em Inhumas, eles não entravam dentro da linha da diocese, das linhas que assumimos juntos votadas dentro das assembleias. Então de acordo com o bispo, numa reunião dos padres, éramos mais de 20, e nós convidamos eles e falamos da nossa igreja e que sabemos que eles não estavam assumindo as decisões, porém se nós estávamos nessa igreja, fizemos assembleias, adotamos determinadas linhas de trabalho, eles precisavam assumir também. Então demos a eles a decisão, ou assume ou muda de decisão, então os dois foram embora, não quiseram assumir as nossas condutas em prol dos trabalhadores (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019, na cidade de Módena – Itália).

A narrativa acima do padre italiano comprova que o posicionamento da Igreja não era uniforme e, em determinados momentos, havia uma rachadura entre aqueles religiosos que apoiavam os trabalhadores e aqueles outros que se negaram a fazer parte e assumir uma postura nesse sentido. O envolvimento da Igreja é inegável, mas vale ressaltar que dentro da própria instituição houve dificuldades na atuação a favor dos mais pobres.

Élcio José Teixeira também narra sobre o assunto destacando a iniciativa dos trabalhadores em romperem com a Igreja em momento posterior, quando o MT já era um movimento mais sólido:

Começa a gerar nos trabalhadores uma vontade de se unir, de ter seus meios de comunicação pra gente gerar nossos boletins, meios de acumulação de experiência. A gente começou a trabalhar para cada grupo de trabalhador ter seu próprio lugar pra reunir, sem influência externa. Naquele tempo era reco-reco né, o mimeógrafo que a gente utilizava, aprendemos com o pessoal da Bahia, do Nordeste. Aí a gente juntava história dos trabalhadores de cada lugar para contar a história e colocar no nosso jornal (entrevista concedida no dia 20 de outubro de 2018 na cidade de Itaberaí – GO).

Lúcia Helena de Carvalho e Cícera Bezerra de Moraes, professoras e residentes na área urbana em Brasília, participaram do Movimento dos Trabalhadores e explicam que havia instituições, inclusive internacionais, cujo objetivo era ajudar as comunidades

periféricas pelo Brasil. Elas trabalhavam em uma dessas entidades, desenvolveram o Movimento dos Incansáveis em Ceilândia e conheceram os integrantes do MT, ao qual passaram a fazer parte desde aquele momento. Durante as entrevistas, explicaram como ocorreu essa junção de movimentos distintos, porém com objetivos em comum:

Surgiu o Movimento dos Incansáveis, em 79 e nós fomos procurados pelo Movimento dos Trabalhadores que começou com o Movimento Custo de Vida que o Dom Tomás Balduino impulsionava lá em Goiás. Tanto o Movimento Custo de Vida quanto aqui o Pró-Gente eram movimentos ligados às igrejas, tanto às igrejas evangélicas progressistas quanto a Igreja Católica progressista. Não existia PT ainda e nós não nos identificávamos com nenhum partido. Quase todos do Pró-Gente fizeram parte do Movimento dos Trabalhadores depois. Então nós nos ligamos, nós fomos convidadas a participar de mutirões, eu e Cícera fomos em vários e nós duas fizemos esse caminho aqui de Brasília para Goiás sei lá quantas vezes, cansadas, quase dormindo, mas nós íamos. Isso tudo foi em 78, 79, por aí (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

Importante explicar que a Pró-Gente era uma entidade formal e legalizada, segundo a própria Lúcia, com o objetivo de promover atividades sociais na Ceilândia – DF e ela, o Chico Morbeck e a Cícera (todos que integrariam o MT em momento posterior) foram contratados para fazer alguns programas dentro dessa entidade. A verba era proveniente de várias instituições no exterior, que investiam na área social no Brasil naquele período, como, por exemplo, a “Pão para o Mundo”. Foi a Pró-Gente que realizou a primeira reunião do Movimento dos Incansáveis com os moradores de Ceilândia e oferecia programas esportivos, educacionais, de saúde, para a população daquela localidade. Além disso existia a militância de alguns envolvidos, como os três citados anteriormente, de promover a união dos moradores para defender os seus direitos como o próprio direito de moradia em Ceilândia. A Pró-Gente, que a entrevistada caracteriza como social e progressista, apoiava também essas iniciativas assim como a Igreja Católica oferecendo espaços para reuniões e debates entre os que lutavam pela causa.

Devido ao envolvimento da Igreja e ao próprio destaque que o Movimento dos Incansáveis teve, a união entre eles e o Movimento dos Trabalhadores ocorreu de forma a unir os objetivos em comum, uma vez que se tratava de trabalhadores em busca de melhorias nas condições de vida. Cícera, na entrevista, resume: “éramos de um movimento separado do MT, mas depois juntou tudo e eu fui pra lá [Itaberaí] e fiquei participando mais no MT. A Lúcia ficou aqui em Brasília, mas participava de tudo também e eu fiquei morando em Itaberaí, né”. Lúcia e Cícera explicam sobre como se

dava o auxílio financeiro para além do financiamento das instituições internacionais e que, segundo elas, caracterizava o MT de fato como uma organização que visava o socialismo:

Tinha o CRD que era ligado ao MT, era um centro de documentação que recebia dinheiro também através de projetos e esse centro rodava, fazia documentos e o dinheiro era para todo mundo. Eu [Cícera], por exemplo, dava aula em Itaberaí e o dinheiro que eu ganhava era para todo mundo. Todo mundo tinha uma tarefa, a Virgínia era médica, trabalhava no hospital, o dinheiro que ela ganhava no hospital era para a caixa do MT e também tinha uma parte que ia para o PT quando já tinha os dois, o MT e o PT. Quantas vezes nós fazíamos rifas das nossas coisas para construir esse movimento e esse partido, muitas vezes. Era uma coisa baseada mesmo no socialismo, na solidariedade, uns ajudando outros e influenciando outros movimentos e auxiliando outros grupos, era assim (Cícera de Bezerra Moraes em entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

Essa é a comprovação de que o MT também funcionava como partido, pois somente partido exige cota de militantes. Nesse sentido, querer compreender ou até notificar a dimensão do Movimento dos Trabalhadores se torna tarefa difícil de ser alcançada porque, como partido, ele tinha um quadro permanente de pessoas; mas, como movimento, ele aglutinava integrantes de variadas frentes de luta. Percebe-se, portanto, as características existentes e responsáveis por fazerem do MT um movimento. Existe um coletivo social com objetivos comuns para a realização de ações em conjunto, no caso, em oposição à ideologia dominante. Como diz Gohn (2000, p.12), “o movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamentos à ação. Trata-se de uma *práxis*, portanto”. Arrigo Malavolti complementa referindo-se aos objetivos práticos do MT:

O objetivo do Movimento era muito político claramente, queria uma mudança na sociedade através da via política mas também se fosse necessário através da via mais radical no sentido de revolução e daí por diante. O objetivo para nós era muito claro, o objetivo. Queríamos colaborar, por exemplo, tinha o movimento contra a fome, dos Sem-Terra, dos Sem-Teto, daí por diante. Era tudo movimento que a gente achava interessante e colaborávamos, entrávamos, participávamos, fazíamos parte mesmo. Era muito bom quando havia manifestação nos sindicatos, nas cidades, no campo, a gente participava. Fizemos mutirões de trabalhadores para ajudar, por exemplo, um trabalho específico no campo, naquela roça, mas também para entrar dentro na amizade ali com os trabalhadores, ocupar os sindicatos e depois com o PT (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019, em Módena – Itália).

Ainda nessa linha de raciocínio, Cícera explica que sua inserção no Movimento dos Trabalhadores fez com que ela se mudasse para Itaberaí, no Estado de Goiás e, apesar de ter sido uma realidade difícil, ela tinha o objetivo de transformar o contexto social. No decorrer da sua fala, é possível analisar a amizade entre os trabalhadores também citada pelo padre Arrigo e a tarefa que os integrantes do MT tinham de tentar cooptar mais pessoas para lutas com objetivos em comum. Ela conta:

Eu fui pra lá [Itaberaí] e eu morei lá dois anos, a gente morava na mesma casa, tinha mais jovens que também foram para esse projeto do trabalho do Movimento dos Trabalhadores no campo, de construir o Centro de Documentação junto com os sindicatos, o CRD. Então tinha muita coisa que a gente fazia, a gente concorreu como candidatos depois também e foi difícil porque fazer campanha em Goiás era fazer campanha com fazendeiro mostrando a arma, e eu era professora, e o povo falava em matar essa professorinha. Tanto é que eu saí de lá porque eu estava muito ameaçada e esse foi um dos motivos que me fez sair (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília-DF).

As dificuldades relatadas ainda dizem respeito à conquista da confiança dos trabalhadores que eram desconfiados e não aceitavam, de imediato, a entrada de alguém com propostas diferentes em suas residências. Esse cenário apresentado pela entrevistada deve-se ao fato de que, diferentemente de outros integrantes, ela não era proveniente do ambiente rural. Ao contrário, tanto Lúcia quanto a Cícera, além do Exupério, também citado em outro contexto, são exemplos de ex-integrantes que residiam na área urbana e se uniram aos trabalhadores do campo devido à união promovida pelo próprio Movimento. Dessa forma, eles participaram de mutirões e frequentaram casas de companheiros localizadas na zona rural, participaram de hortas coletivas, ajudaram na criação de cânticos, entre outras ações. Nas palavras de Cícera:

A minha dificuldade é porque eu sempre fui uma liderança desde muito cedo, e chegando lá eu tinha que me adaptar a uma realidade de conversar com o trabalhador rural na casa dele e eu não podia entrar. Primeiro conversava com as mulheres, depois ia ganhando confiança e só depois entrava na sala. Tinha que chegar com essa roupagem, com calma, primeiro vai na cozinha, conversa, pergunta do clima e só depois chegava na sala e tal. Aí tinha aquela horta gigante na casa em Itaberaí e a gente vivia da venda disso né, cada um tinha uma tarefa, uma função e eu além disso ainda dava aula num colégio lá em Itaberaí, então foi uma luta muito boa. Acho que foi uma bela experiência, a luta não parava (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

No mesmo período de surgimento do MT, surgiu o CRD, citado pela Cícera em fala anterior, o Centro de Reflexão e Documentação, órgão responsável pela confecção, reprodução e divulgação das ações dos trabalhadores, coordenado por Augusto de Franco que era responsável por este centro. Era uma forma, também, de dar continuidade à luta dos trabalhadores. Augusto explica:

O CRD a gente fundou em 78 também, foi tudo nessa época, era o Centro de Reflexão e Documentação. Naquela época não tinha esse nome de ONG que foi inventado pelo Banco Mundial, eram os chamados centros populares de documentação. Nós até fizemos uma reunião em Olinda e juntou lá os centros que existiam e o CRD foi. Nós fundamos ele no Centro Comunitário do Parque Amazônia, ele foi fundado lá (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Ele continua dizendo que o CRD surgiu um pouco antes do MT, mas que eram as mesmas pessoas que estavam envolvidas e tanto um como o outro cumpriu o papel de resistência ao contexto nacional:

O CRD surgiu antes do MT mas claro, éramos nós mesmos que estávamos tocando aquilo e o CRD se dedicava a divulgar literatura popular, canto dos lavradores, fazer análise de conjuntura e que cumpriu o papel de resistência nacional como muitos outros centros que existiam naquela época. Era tudo meio misturado, eram organizações que a gente fazia para tentar resistir e traçar um outro caminho (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

O Centro era responsável por confeccionar e publicar vários materiais, alguns mais didáticos voltados para os trabalhadores e outros mais complexos, voltados para a direção em uma tentativa de instruir os participantes e divulgar as ações que estavam sendo feitas pelos trabalhadores em todo o país. Em uma das várias reuniões dos integrantes do MT foi produzida uma espécie de cartilha pelo CRD, na qual está escrito o que eles entendiam por Movimento Social:

Por Movimento Social entende-se Movimento Popular e por movimento popular entendemos todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo. São movimentos populares as associações de bairros da periferia, os clubes de mães, as associações de favelados, os grupos de loteamentos clandestinos, as comunidades de base, os grupos organizados em função da luta pela terra e outras formas de lutas e organizações populares. É

também parte integrante do movimento popular o movimento sindical que, pela sua própria natureza possui um caráter de classe definido pelas categorias profissionais que o integram (CARTILHA DO CRD, 1980, p.5).

O documento do qual foi extraído o trecho acima foi produzido pelo CRD, que observou o posicionamento de dirigentes sindicais e militantes do movimento popular brasileiro, reunidos em Taboão da Serra, SP, aos dias 4, 5 e 6 de julho de 1980, que discutiram, elaboraram e aprovaram os textos reunidos na cartilha. Esse encontro realizou-se em continuidade ao de João Monlevade, MG, ocorrido aos dias 7, 8 e 9 de fevereiro do mesmo ano, do qual saiu o texto “Proposições para o Fortalecimento da Atuação Sindical”, mais conhecido como “Documento de Monlevade”. Naquela ocasião, marcou-se a data desse encontro, a ser realizado em São Bernardo do Campo – SP, sob responsabilidade dos companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

O MT adquire um caráter de classe, pois assume as lutas dos trabalhadores em várias regiões do país como a greve do ABC paulista por exemplo. A luta deveria ser de dentro para fora e de baixo para cima e não o contrário para que o Movimento fosse capaz de criar seus próprios instrumentos de luta política e despertar o operário, o trabalhador, a dona de casa e demais pessoas do povo para o direito inalienável à sua condição de cidadão cujos direitos devem ser garantidos.

Nesse momento, em 1980, data do documento, o próprio Movimento já defendia a criação de um partido que representasse as aspirações populares e buscava livrar os integrantes de preconceitos como “o partido não é necessário”, “quem está em partido não deve estar em movimento popular”, “partido é para políticos e nós da base nada temos a ver com isso”. Vale ressaltar que o MT antecedeu o surgimento do PT e foi um dos grandes defensores para que o Partido dos Trabalhadores fosse criado e alguns integrantes ainda participam dele na atualidade. A ideia defendida era a de que as classes populares deveriam ter o seu partido político cujos princípios norteadores tenham suas raízes na prática, inclusive histórica dos movimentos populares, tendo-se em vista a tomada do poder a serviço da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos.

O mesmo documento, “Documento de Monlevade”, faz uma alusão a isso caracterizando como deveria ser e como deveria atuar o partido político:

- tornar a prática democrática, com ampla participação dos trabalhadores da cidade e do campo e de mais pessoas do povo, em cujas mãos deve estar o poder de decisão;
- assumir os interesses populares;
- promover a organização política das classes populares observando e respeitando as prioridades e especificamente regionais;
- servir como instrumento das lutas populares;
- não pretender ser único instrumento de unificação política das lutas populares e buscar representar, sempre mais as aspirações objetivas da classe trabalhadora;
- não pretender fixar-se somente na luta parlamentar ou dar prioridade a ela;
- o partido político deve respeitar a autonomia dos movimentos populares, sem pretender torna-los meros reflexos de sua atuação ou extensão de suas esferas (DOCUMENTO DE MONLEVADE, 1980, s/n).

Nesse sentido, ainda que surgisse de fato um partido político ligado à classe trabalhadora, o MT deveria continuar exercendo suas reivindicações, com lutas e de maneira autônoma. Caberia ao Movimento comparar a prática política dos partidos com seus respectivos programas, avaliar se o partido se coloca a serviço do movimento popular e não o contrário.

Os movimentos sociais, então, geram uma série de transformações e a solidariedade entre aqueles que lutam e reivindicam algo costuma ser o princípio comum da articulação. Existe dentro do movimento uma espécie de afinidade e coerência que podem ser percebidas pelos gestos, pelas linguagens nos discursos e na produção dos documentos. Tal fato não significa dizer que os movimentos são necessariamente homogêneos e livres de conflitos porque obviamente não são, mas existe um denominador comum que facilita a interação dos integrantes. O próprio Augusto de Franco cita que o MT foi um movimento mais social do que político justamente porque surge da movimentação causada pelo contexto nacional:

Foi um movimento que tinha muita efervescência social, foi mais um movimento social do que político, isso é importante você perceber. Era uma fermentação social, era uma movimentação social que tentou ser organizada de diferentes maneiras, ou pela Igreja, ou pela esquerda, entendeu? E nós não éramos nem a Igreja e nem a esquerda tradicional, nós queríamos gerar uma nova coisa, quer dizer, não era fazer um partido. O próprio PT começou com essa ideia de dar voz aos que não tinham e dar vez para quem nunca teve vez. Tinha um basismo naquela época porque as organizações verticais, piramidais e de quadros, elas tinham sido dizimadas de certa maneira pela ditadura (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

O MT queria gerar uma nova visão e uma nova prática social que considerasse a junção de lavradores, pedreiros, ajudantes de pedreiros, mulheres, povo das periferias e o pessoal ligado a sindicatos dos trabalhadores rurais ou à oposição sindical no interior. Augusto diz que o Movimento começou sendo mais rural do que urbano, todavia, como as periferias estavam crescendo à época, devido ao êxodo rural, então os lavradores expulsos foram para essas periferias e alguns também fizeram parte do MT. No que se refere ao Movimento a solidariedade entre cidade e campo era defendida de forma contínua e permanente para uma maior eficácia da organização:

Deve-se, por um lado, promover visitas de lideranças de trabalhadores urbanos ao campo para que tenham um contato direto com a realidade do trabalhador rural. Por outro lado, deve-se, também, promover a vinda do trabalhador rural, particularmente as lideranças à cidade, afim de não só desmascarar a falsa imagem criada pelo Governo de que a cidade oferece vida melhor, mas também, de conhecer as formas de luta e de organização do trabalhador urbano (CARTILHA DO CRD, 1980, p.9).

A intenção era intercambiar as experiências a partir de ações concretas em conjunto o que foi possível graças ao jornal “A Voz dos Trabalhadores” que circulou durante um tempo na vigência do MT e ao CRD (Centro de Reflexão e Documentação do MT referido anteriormente) que arquivava e produzia muitos documentos para divulgação posterior. A questão da posse da terra para morar, a melhoria das condições de vida e o aumento de salário tanto para os trabalhadores rurais como para os urbanos, eram objetivos que unificavam os interesses de ambos os grupos e por isso essa luta era incentivada a ser levada em conjunto.

Quanto ao tamanho do Movimento dos Trabalhadores, assim como Lúcia e Cícera, Augusto também disse não ser possível fazer tal análise porque não existia filiação e, portanto, não havia controle dos integrantes que faziam parte ou que deixavam de fazer:

Não tem como saber né [o tamanho do MT em quantidade de pessoas que o integravam] porque não existia filiação, tinham várias pessoas em vários lugares e essas pessoas tinham lá cada uma o seu pessoal. Por exemplo, em Britânia, pra falar de um lugar longe, lá tinha um ou dois caras mas aí eles juntavam aquele monte de gente e quando a gente ia pra lá tinha muita gente. Em todo lugar era mais ou menos assim, tinha um grupo pequeno, mas que juntava mais um monte de outros grupos (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Augusto de Franco explica ainda o que o Movimento dos Trabalhadores se propunha para ser diferente dos demais movimentos:

A gente teve a ideia de fazer as Organizações Independentes e Autônomas dos trabalhadores, as OIAT e isso surgiu no MT. Na verdade movimentos assim como o MT era o que Hakim Bey chamou de “zonas autônomas temporárias”, eles são bolhas que surgem e que existem até a bolha estourar, entendeu? Porque a sociedade, a civilização patriarcal é hierárquica mesmo. Então é uma bolha, ela não tem continuidade, ela lança esporos que podem cair em terreno favorável e florescer. Você vai organizar uma empresa, você constrói uma pirâmide, com presidente e tal, nós do MT não queríamos uma pirâmide! Era engraçado isso porque nós não tínhamos a teoria e nós queríamos fazer uma coisa não-piramidal e por isso foi uma bolha mesmo e todo mundo foi capturado, um virou deputado, o outro se reeleger, todo mundo acabou capturado (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Quando questionado sobre a existência de uma coordenação dentro do MT, e citada pelos demais integrantes entrevistados, Augusto explica que não existia uma direção formal, não havia uma reunião para eleger aqueles que fariam parte de uma direção, era mais ou menos natural o processo de encontro e discussão das pessoas mais próximas. Não havia, por exemplo, um corpo de gerentes ou graus de poder aumentativos em relação aos demais. Essa conjuntura não era proposital porque os integrantes desconheciam essa teoria que Augusto hoje explica com facilidade:

Nós, sem saber, porque nós não entendíamos nada de rede na época, nós queríamos uma estrutura distribuída, tipo a estrutura do cérebro que não tem um neurônio gerente. Nós não sabíamos dizer isso mas nós queríamos isso no fundo. Isso era muito positivo e correto, mas o problema era a ideia de luta porque a luta leva a uma hierarquia. Você acha que tem um inimigo e você precisa de um inimigo. É você construir um inimigo porque é assim que você junta pessoas ao seu lado que ficam sob o seu comando, obedientes a você porque o inimigo vem e vai te pegar, é sempre a mesma coisa (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Lúcia Carvalho e Cícera Bezerra discorreram sobre o fato de parte dos integrantes do Movimento não terem muito conhecimento sobre as teorias marxistas e leninistas que envolviam a organização e a própria ideologia de esquerda. Acreditam que, apesar de não terem conhecimento teórico, a vivência deles fazia com que compreendessem a luta e a dimensão dos objetivos pelos quais lutavam. A troca de experiência era algo valioso e

valorizado pelo MT que buscava, segunda elas, aproximar-se e compreender a necessidade desses trabalhadores. Sobre os trabalhadores do campo, Lúcia diz:

Eles têm uma noção tão grande de teoria de vida, eles são tão inteligentes, o nosso conhecimento formal é importante mas esse conhecimento de vida, o que eles tem como ideal, como eles gostariam que o mundo fosse, como eles gostariam que o campo fosse, isso é muito importante, tanto quanto a teoria. E o MT perguntava, ele dava valor, é diferente de outros que iam para doutrinar. A gente dizia que tinha muito o que aprender com eles, ensinar e aprender. Os movimentos de esquerda sempre foram muito autoritários e intervencionistas, o MT nasce rompendo com isso (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

Essa característica do Movimento dos Trabalhadores de preocupar com o que os integrantes pensavam e objetivavam é narrada em outras ocasiões por outros integrantes. A solidariedade, no que se refere à identidade dos sujeitos, é perceptível nas narrativas, nas ações coletivas e na preocupação de alguns em relação aos demais integrantes.

Os documentos eram elaborados para vários níveis de trabalhadores atuantes. Havia aqueles integrantes, principalmente os da coordenação e/ou que compunham algum nível de liderança, que liam, interferiam e modificavam esses documentos, mas os que eram levados para a prática eram mais simplificados, como cartilhas e o jornal “A Voz dos Trabalhadores”. Existia uma preocupação em levar o conhecimento até esses trabalhadores que não tinham estudo escolar, mas possuíam uma vivência que condizia com o que era pregado e defendido pelo MT e, então, fazia sentido para eles participarem do Movimento, das reuniões e das ações. Lúcia e Cícera falaram sobre como era feita essa aproximação e essa tentativa de disseminar o conhecimento teórico:

Quando você entrava em contato com os trabalhadores você não ficava falando em Marx e Lênin, você falava que em outros países, em outros tempos existiam pessoas que já diziam as coisas que nós estávamos dizendo ali. A gente conversava do tempo, do clima, da plantação, e a gente tinha níveis de documentos, as teses teóricas a gente não levava para eles. Para eles eram o jornal e cartilhas que a gente fazia, cartilhas mais simplificadas de coisas que você tem que responder sobre sindicato, sobre a ação dos trabalhadores, porque eles queriam saber sobre isso. A gente fazia pelo CRD que era do Augusto de Franco, o Augusto era o CRD, que é muito inteligente, muito capaz (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

Como partido, que é a tese defendida aqui, o Movimento dos Trabalhadores comprovadamente se preocupava em elaborar materiais que conseguissem chamar a atenção daqueles integrantes que não tinham uma formação ou uma base de estudos mais sólida. As cartilhas eram compostas por desenhos, quadrinhos, todas com teor educativo e sobre a temática que envolvia o Movimento e a busca por seus objetivos, principalmente, no que dizia respeito aos sindicatos e à formação de um partido já na década de 80.

3.2 – Estruturação do Movimento dos Trabalhadores

A seguinte estruturação do MT foi definida pelos dirigentes e escrita em ata de reunião no ano de 1983:

A) Eleição da Coordenação: ficou assim constituída: 5 membros distribuídos por 7 cargos e 6 funções seguintes:

1 peão externo – com a tarefa de manter contatos e trocas de experiências com outras organizações e movimentos de trabalhadores;

2 peões internos regionais – com a tarefa de visitar pelo menos 1 vez por mês todos os GPBs da região, com o objetivo de unificar a linha política e prática do MT levando informações de um lugar para outro, animando e acompanhando o desenvolvimento e a expansão dos GPBs.

1 secretária – com a tarefa de cuidar dos relatórios, fichários, arquivos etc.

1 tesoureira – com a tarefa de cobrar e recolher as contribuições do MT.

1 responsável pela Formação – com a tarefa de apresentar à coordenação os planos de formação para o MT. A coordenação assumirá a responsabilidade pela aplicação dos Planos de Formação aprovados.

1 peão interno nacional – com a tarefa de manter contatos com os GPBs de outras regiões do país.

1 responsável pela divulgação – com a tarefa de elaborar o Jornal Interno. A coordenação reúne pelo menos uma vez por mês, tendo a duração de 1 ano, podendo, se necessário, substituir algum(s) membro(s) nos Coletivos Regionais.

B) Instâncias do MT:

Instância Máxima: Coletivo Nacional anual com a participação de todos os militantes dos GPBs do Brasil.

Entre dois coletivos nacionais a instância máxima é o Coletivo Regional que se realizará duas vezes por ano. Do Coletivo Regional participam todos os militantes de GPBs da região mais pelo menos 1 representante de cada região do país.

Entre dois Coletivos Regionais a instância máxima é o Ativo Regional trimestral com a participação da coordenação regional mais 1 companheiro de cada GPB da região. Entre dois Ativos Regionais a instância máxima é a Coordenação Regional.

OBS: Caso uma região ainda não tenha formado suas próprias instâncias, os companheiros participam das instâncias de outro regional mais antigo.

C) Jornal:

Será um Boletim Mensal Interno de informações aos GPBs, com o objetivo de manter o intercâmbio entre os GPBs ao nível da informação sobre o Movimento operário-popular. As matérias serão elaboradas pelos GPBs, pelos peões e pela Coordenação. Os meios necessários à elaboração do Jornal serão transferidos para o responsável pela divulgação. As matérias deverão ser encaminhadas pessoalmente ou para a Caixa Postal já divulgada. A data para a edição do 1º número será no final de agosto de 1983.

D) Formação: foi aprovado um Plano de Formação baseado no aprofundamento das 7 teses.

Um conjunto de 7 companheiros (a Coordenação + 2 companheiros de Brasília) ficaram de assumir as funções de orientadores passando 1 vez por mês em cada GPB existente e se responsabilizando pela aplicação do plano. O Plano compreende: 2 dias por mês em cada GPB com o seguinte conteúdo: Em agosto – teses 1 e 2, em setembro – teses 3 e 4, em outubro – teses 5 e 6, em novembro – tese 7 + Relação entre MT (Movimento dos Trabalhadores) e PR (Partido Revolucionário), em dezembro – Avaliação Final.

E) Quadro de Metas e Prazos:

Cada GPB deverá preencher a um quadro sobre as metas e prazos até o próximo ATIVO de setembro de 1983 para o MT geral e para o seu próprio GPB.

F) Finanças: foi aprovada a previsão orçamentária de gastos regulares. Foi aprovado ainda:

1 – Cada companheiro deve contribuir com 5% do que ganha mensalmente.

2 – 5% de cada Projeto feito pelos companheiros do GPB devem ser imediatamente entregues a Tesoureira do MT.

3 – 10% dos lucros dos empreendimentos financeiros (de tudo que dá renda) feitos pelo GPB devem ser entregues mensalmente a Tesoureira do MT.

4 – 2% do salário-mínimo devem ser pagos mensalmente pelos desempregados.

5 – A coordenação encaminhará projetos e montagem de estruturas capazes de render fundos para o MT geral.

G) Tarefas: enviar o dinheiro das contribuições a partir de julho para a conta da Tesoureira.

Concluir o Plano de Formação exposto no folheto “Sobre os GPBs” até o próximo Coletivo Regional (em janeiro de 1984).

H) Datas importantes:

Próximo Coletivo Regional: 27, 28 e 29 de janeiro de 1984.

Próximo Ativo Regional: 7 de setembro de 1983.

Data de Regularização das Finanças: a partir de julho de 1983.

(Fonte: Estruturação do Movimento dos Trabalhadores, 1983, CRD).

O documento citado acima, chamado “As Sete Teses”, não foi encontrado no acervo dos antigos integrantes do Movimento, mas os entrevistados disseram se tratar de textos sobre processos revolucionários para fins de estudo, conhecimento e elaboração de possibilidades de ação por parte dos trabalhadores.

É possível perceber, por meio dessa estrutura, que o MT era uma organização que desejava unir a estrutura horizontal com a vertical, ou seja, base e vanguarda, de maneira que a base não se transformasse somente em “correias de transmissão”, mas fosse constituída por trabalhadores autônomos. Tal estrutura é a base do estudo da presente tese; primeiro, porque ao longo do tempo foi uma contradição que, possivelmente, culminou no declínio do Movimento e; segundo, porque analisou-se tal estrutura por meio das teorias dos autores marxistas já citados Lênin e Gramsci.

Abaixo segue a foto de um rascunho elaborado pelos integrantes do MT, ao final da década de 70, intitulado “Circuito Regional”, sobre como deveria se organizar, regionalmente, a estrutura do Movimento:

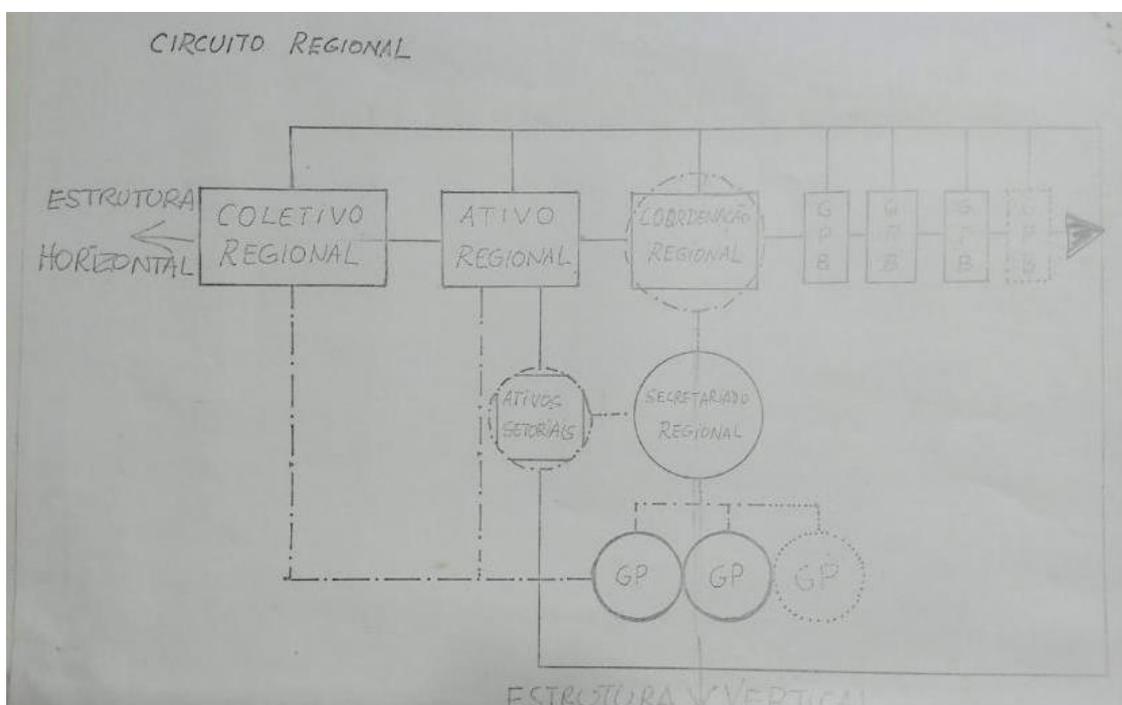


Figura 5 - Documento produzido pelo MT em 1979 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)

Aqui, é possível ver a divisão entre estrutura horizontal e estrutura vertical e como essas estruturas deveriam estar compostas em grupos determinados. A Estrutura Horizontal seria composta pelo Coletivo Regional, Ativo Regional, Coordenação Regional e Grupos Políticos de Base (podem ser vários GPBs), todos interligados e sem hierarquia, o que é típico da horizontalidade defendida pelo MT.

Inseridos na Estrutura Vertical, estariam organizados hierarquicamente: o Ativo Regional acima dos Ativos Setoriais que por sua vez estariam ligados horizontalmente ao Secretariado Regional. Em um outro grupo estariam a Coordenação Regional acima do Secretariado Regional que estariam acima dos outros Grupos Políticos.

O esboço desenhado e demonstrado acima é a comprovação de como a organização do Movimento dos Trabalhadores deveria acontecer de forma a unir as estruturas verticais e horizontais. Nesse sentido não é possível negar a existência de uma hierarquia dentro do Movimento que possuía os integrantes do quadro que compunham a coordenação e que deveriam organizar outras instâncias compostas predominantemente pela massa de trabalhadores.

Em um texto intitulado “Sobre Construção Partidária e Estrutura Orgânica” de 1978, do acervo do Movimento, tem a descrição sobre como deveria ser o funcionamento dessa estrutura representada no esboço e, em determinado momento da escrita, chama-se a atenção dos integrantes com letras maiúsculas. Pede-se que respondam a algumas questões sobre essa estrutura já que estão inseridos no Movimento e devem pensar sobre como se daria essa hierarquia interna. No documento referido está escrito:

ATENÇÃO – QUESTÕES PARA TODAS AS DUPLAS

1. Na estrutura atual do MT, os GPBs não funcionariam, na realidade, como organismos inferiores, sendo, na prática, dirigidos pelos membros de GPBs?
2. A maioria de militantes de GPBs em Coletivos e Ativos, garantida por dispositivos regimentais, visa assegurar o que?
3. Na realidade uma minoria de participantes mais ativa e com maior capacidade de intervenção, não acaba efetivamente sempre dando a linha nessas instâncias deliberativas?

(SOBRE CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA E ESTRUTURA ORGÂNICA, 1978, s/p).

Na conclusão do mesmo documento ainda é possível ler “A forma que os trabalhadores se organizam hoje, será a forma que os trabalhadores exercerão o poder amanhã”. Ressalta-se a importância que o Movimento dava à forma de se organizar internamente para que os integrantes pudessem, de fato, honrar com o que era defendido sobre os trabalhadores terem a verdadeira autonomia. Ainda que a estrutura vertical existisse e, conseqüentemente, pode-se então falar em hierarquia, o Movimento deveria ser democrático e acatar sempre as sugestões da massa e não considerar somente a opinião da coordenação. Por esse motivo pede-se que as duplas que representavam os GPBs se manifestassem e respondessem às questões propostas.

Os demais documentos analisados sobre essa temática afirmam que as tarefas, ao nível da vanguarda organizada, são fundamentais no processo revolucionário. Sem base política, organizada por meio das lutas dos trabalhadores, também não existiria revolução

social. Nessa linha de pensamento, tem-se, na estrutura da organização do MT, a combinação entre duas instâncias que poderiam ser capazes de desenvolver tais tarefas: o GPB e o GP. No documento “Contribuição à discussão do R.I.” de 1979, a sigla R.I. significando Regimento Interno, tem-se uma explicação e uma demonstração em forma de traços na vertical e na horizontal:

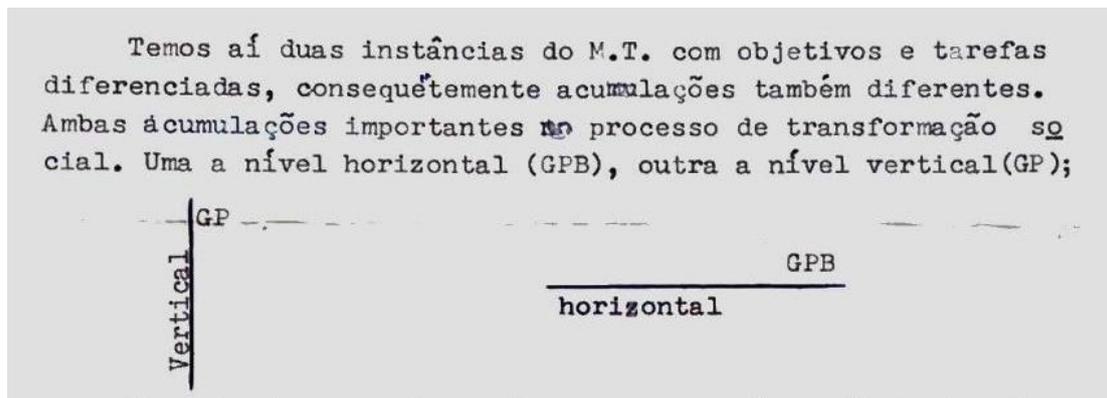
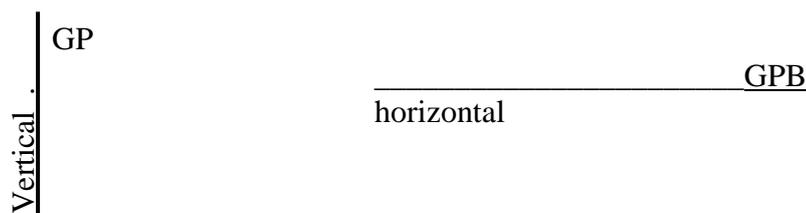


Figura 6 - Trecho do documento “Contribuição à discussão do R.I.” produzido pelo MT no final da década de 70 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes).

Para melhor compreensão, o trecho está transcrito abaixo:

Temos aí duas instâncias do M.T. com objetivos e tarefas diferenciadas, consequentemente acumulações também diferentes. Ambas, acumulações importantes no processo de transformação social. Uma a nível horizontal (GPB), outra a nível vertical (GP);



No mesmo documento, os deveres dos dois grupos mencionados estão explicados:

GPB – Cumprem as tarefas ao nível das lutas dos trabalhadores, construindo e consolidando os organismos independentes e autônomos.

GP – organizam nossa intervenção no movimento popular, sindical e político das Classes Trabalhadoras.

Temos aí duas instâncias do M.T. com objetivos e tarefas diferenciadas, consequentemente acumulações também diferentes. Ambas acumulações importantes no processo de transformação social. Um nível horizontal (GPB), um nível vertical (GP) (CONTRIBUIÇÃO À DISCUSSÃO DO R.I., 1979, s/p).

O MT defendia o encontro dos trabalhos dessas duas instâncias em uma mesma estrutura orgânica, ainda que responsáveis por áreas diferentes, eles deveriam repassar as experiências adquiridas a fim de melhorar o nível das lutas. A organização deveria estar ciente da soma das experiências das duas instâncias e esse encontro entre GP e GPB poderia acontecer nos encontros da Coordenação Regional, do Ativo Regional e do Coletivo Regional. A nível nacional, havia também essas três instâncias: Coordenação Nacional, Ativo Nacional e Coletivo Nacional. Essa estrutura contemplaria as preocupações do MT e a ideia era que ambas trabalhassem para o fortalecimento da luta dos trabalhadores. A entrevistada Lúcia Carvalho explica melhor essa visão:

A vanguarda é o dirigente, é o dirigente da base. O Lênin dizia que tinha que haver as organizações intermediárias, os grupos de discussão, eram as células, os soviets. Nós defendíamos essa ideia, os grupos organizados que recebiam os documentos, que reproduziam esses documentos e a base que é a grande massa que age assim como se fosse uma onda, direcionada. Eu e a Cícera ocupamos esses grupos intermediários (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2018 em Brasília – DF).

Ela ainda discorre sobre a característica principal do Movimento dos Trabalhadores que, ao se envolver com a população, com os trabalhadores, os coordenadores eram vanguarda e base. Não seria possível, dentro da linha que eles defendiam, ser o tempo todo vanguarda, era preciso ter essa conexão com a base, não perder as raízes de homem simples que praticamente todos ali diziam possuir.

Na “Proposta de Regimento Interno” do MT, documento elaborado em 1978, o Capítulo II, cujo título é “Estrutura do MT”, explica mais minuciosamente sobre como era a ideia de estruturação do Movimento e confirma o que foi dito pela entrevistada acima:

Art. 2. De acordo com seus objetivos, o MT se organiza a nível regional e nacional a partir das seguintes instâncias:
 Horizontais – Grupos Políticos de Base, Ativos e Coletivos.
 Verticais – Grupos Políticos, Secretariados e Comissão Política (da Coordenação Nacional).
 Mistas – Coordenações Regionais e Coordenação Nacional.
 Parágrafo único – A articulação entre as instâncias horizontais e verticais, em cada nível, se dá cotidianamente através das Coordenações (PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO, 1978, s/p).

Ainda no mesmo documento, os Grupos Políticos de Base formavam a estrutura horizontal do MT e os trabalhadores que integravam esses GPBs atuavam, efetivamente, nas lutas nos seus locais de trabalho e moradia. Uma das funções deles era construir “estruturas de autonomia” no interior do Movimento capazes de possibilitar a formação, a manutenção e o funcionamento de Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores (OIAT).

Outra preocupação retratada no documento sobre a estruturação do MT é a defesa da democracia interna e todas as instâncias que deveriam preocupar-se em mantê-la para que a estruturação, de fato, funcionasse como o esperado, nessa conexão entre base, vanguarda e estruturas intermediárias. No Capítulo XV, intitulado “A Democracia Interna”, no artigo 56, diz:

Todas as questões de linha política, ideológica ou organizativa tratadas nas instâncias do MT devem ser aprovadas por maioria de 2/3, ressalvadas aquelas relativas ao GP, Secretariados e Comissão Política, onde vigorará a maioria simples. As questões de encaminhamento prático devem ser aprovadas por maioria simples.

A hierarquia das instâncias do MT é a seguinte:

Nacionais:

- a) A instância máxima do MT é o Coletivo Nacional;
 - b) Entre 3 Coletivos Nacionais a instância máxima é o Ativo Nacional;
 - c) Entre 2 Ativos Nacionais a instância máxima é a Coordenação Nacional.
- (PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO, 1978, s/p).

Sobre as Instâncias Regionais, o texto é repetitivo, mas relaciona-se à organização regional, e diz que os GPs estão diretamente subordinados à Coordenação Regional a que pertencem. O documento referido detalha cada instância que existia na organização e a quais elas se submetiam, constituindo, assim, uma visão hierárquica do Movimento, que é conciliada com a defesa enfática na democracia e na autonomia dos trabalhadores.

A ideia prevalecente para a conquista dessa autonomia almejada é a de que nenhum tipo de luta é superior a outra, pois cada uma delas seria uma ferramenta e isoladas não resolveria o problema da classe dos trabalhadores. É preciso que essas reivindicações, ainda que em lugares e em momentos diversos, estivessem ligadas a serem de fato fortes e eficazes.

A representação dessa teoria é mostrada nos documentos do MT de acordo com a figura abaixo:

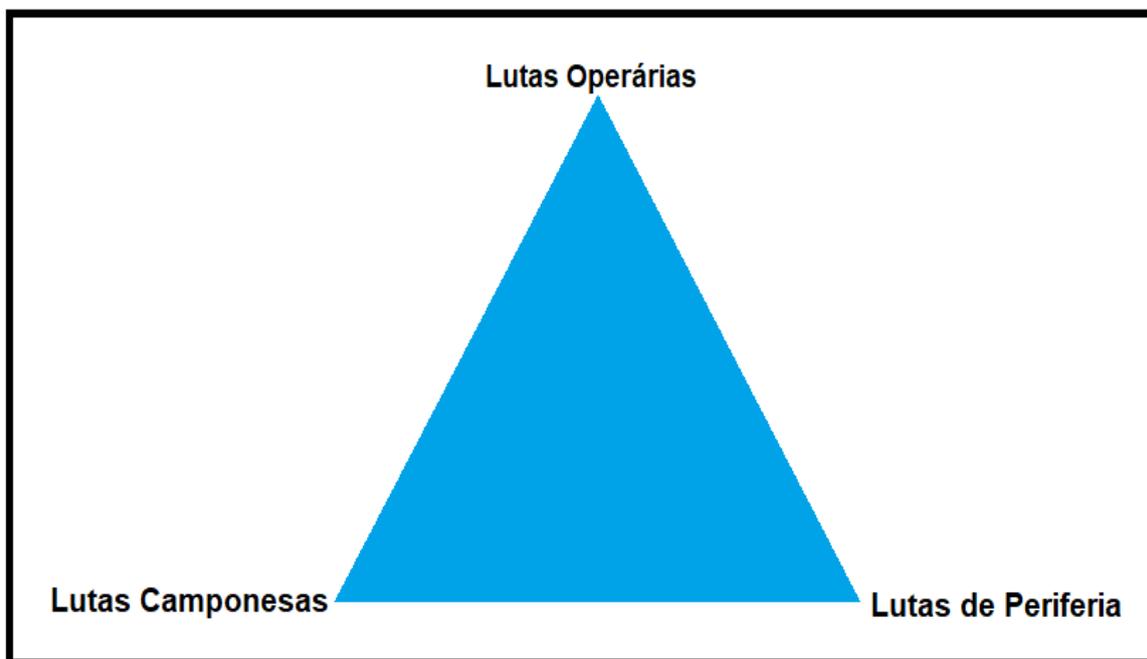


Figura 7 - Representação da figura encontrada nos Estatutos do Movimento dos Trabalhadores, produzido em 1979

No mesmo documento, tem-se uma explicação mais objetiva sobre o triângulo encontrado na folha impressa:

O Movimento dos Trabalhadores leva o seu trabalho de organização dos trabalhadores baseado na importância da articulação operário-camponesa-morador de periferia como a ideia do “banquinho de três pernas”. Esta ação sempre foi realizada onde os militantes do MT morava ou tinham relações pessoais. Para expansão do projeto os nossos esforços devem estar voltados para a implantação de trabalhos em áreas consideradas prioritárias, se quisermos que a organização pela base dos trabalhadores tenha peso decisivo no processo revolucionário (ESTATUTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES, 1979, s/p).

As lutas deveriam ser independentes e resultantes de iniciativas dos grupos de integrantes, mas juntas comporiam um tripé que teria mais força para enfrentar o Estado burguês e alcançar os objetivos traçados e propostos pelo Movimento dos Trabalhadores. Inclusive, o próprio MT se descreve como mais uma ferramenta para ajudar a crescer a união dos trabalhadores com a iniciativa de reunir grupos de vários setores e com objetivos definidos. Tais objetivos encontram-se registrados nos Estatutos do Movimento dos Trabalhadores em 9 (nove) parágrafos que poderiam ser assim resumidos:

- 1 – Organizar um espaço onde diversas lutas da classe trabalhadora possam ficar em contato permanente;
- 2 – Fortalecer as lutas por meio do apoio concreto de integrantes de outras lutas;
- 3 – Defender as lutas e os companheiros que estiverem sendo atacados, seja por particulares, seja pelo próprio aparato estatal;
- 4 – Favorecer a troca de experiências entre as lutas de maneira regular;
- 5 – Divulgar notícias sobre as lutas dos trabalhadores no jornal impresso “A Voz dos Trabalhadores”;
- 6 – Promover encontros de aprofundamento sobre assuntos que interessam as lutas;
- 7 – Estimular a participação dos trabalhadores em todas as tarefas de organização e direção, ao nível das próprias lutas e movimentos;
- 8 – Votar em um Programa Geral de lutas e aprovar mediante a aceitação da maioria dos trabalhadores presentes;
- 9 – Expandir o Movimento dos Trabalhadores com a participação de mais lutas e de mais colaboradores.

(ESTATUTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES, 1979, s/p).

Qualquer trabalhador que concordasse com os objetivos enumerados acima, e com as atividades propostas, poderia participar do Movimento dos Trabalhadores desde que contribuísse na prática, também, para a propagação dessas ideias e auxiliasse nas lutas dos demais companheiros.

3.3 – O Movimento dos Trabalhadores em ação

Para melhor compreensão da dimensão do Movimento dos Trabalhadores considerou-se viável confeccionar dois mapas nos quais estão ilustrados os locais de atuação direta do Movimento. Compreende-se, pelas entrevistas realizadas, que o MT influenciou trabalhadores de outras localidades e regiões, no entanto, nos mapas abaixo procurou-se ilustrar as ações diretas realizadas pelos próprios integrantes do Movimento no período de vigência.

Dessa forma, no primeiro mapa é possível visualizar os dois Estados: Goiás e Pará, além do Distrito Federal. Ao longo deste capítulo, perceber-se-á que essas foram as três localidades cujas lutas se concentraram e foram registradas em documentos, atas, fotografias e narradas por meio das inúmeras entrevistas realizadas. Impossível seria

anexar nesta tese todos os documentos de posse da autora e todas as informações obtidas por meio das fontes mencionadas.

No mapa número dois, a ênfase foi dada aos municípios do Estado de Goiás devido ao fato de ser o Estado no qual o Movimento se originou e, também, onde ocorreu o maior número de manifestações oriundas dessa organização. Por meio da análise deste mapa, é possível compreender que ele esteve envolvido com a história da própria região e isso não passa despercebido aos antigos integrantes. O fato de ser uma área cuja atividade agrícola tinha destaque no período não pode ser ignorado porque, com certeza, colaborou para uma das principais características do MT que foi a junção entre trabalhadores urbanos e rurais. Além disso as próprias ações no campo caracterizavam as identidades dos sujeitos cuja solidariedade era notória nos hinos criados, entoados e escritos por eles. Por fim, no mapa número três, é possível visualizar o Estado do Pará e as três localidades que se destacaram em relação a atuação do Movimento dos Trabalhadores.

A confecção desses três mapas tem o propósito de inserir o Movimento dos Trabalhadores não só no tempo; mas, também, no espaço. Dessa forma é possível obter uma maior clareza da dimensão do MT. Seguem abaixo os três mapas:

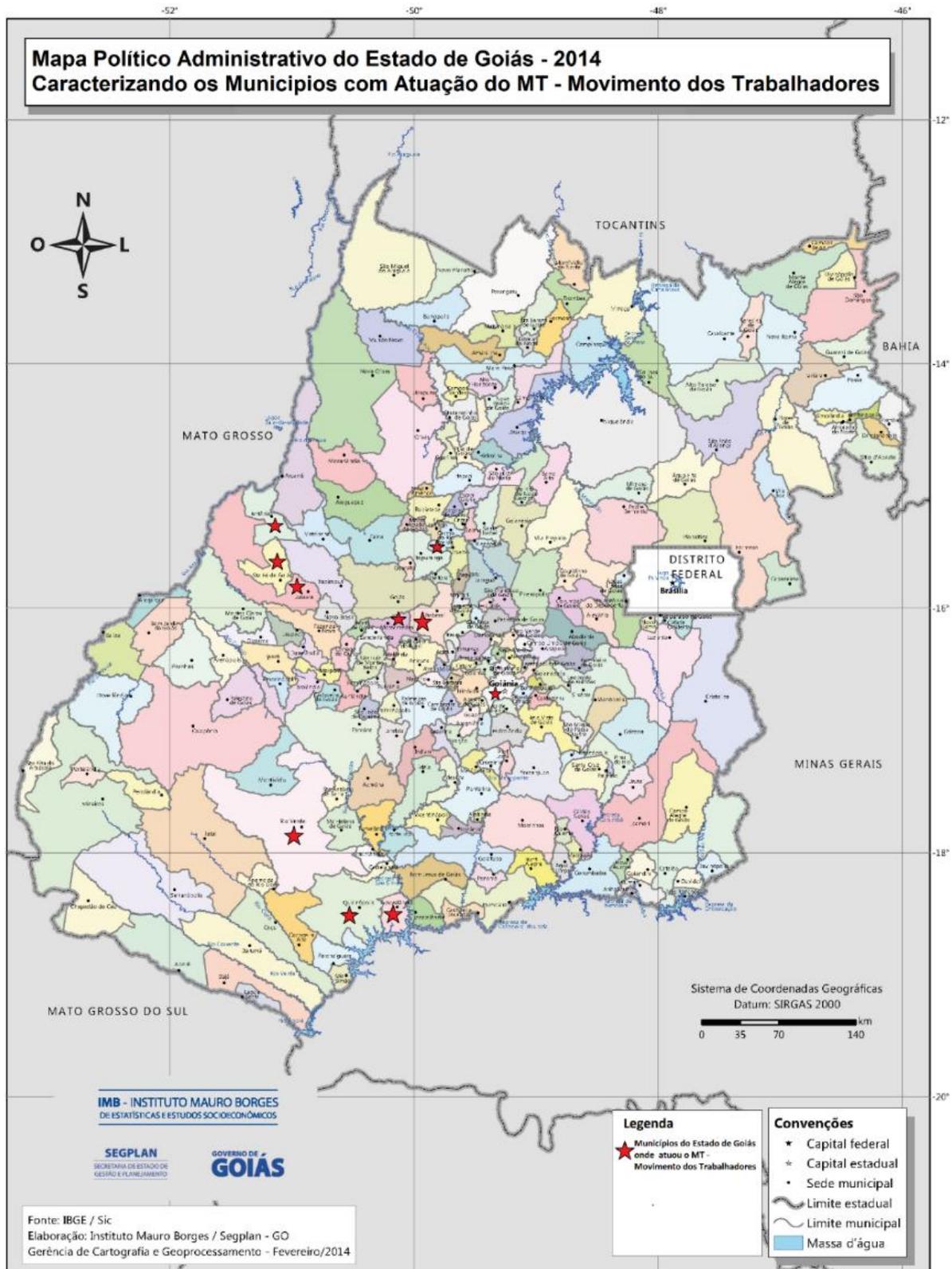
Locais com atuações do MT - Movimento dos Trabalhadores



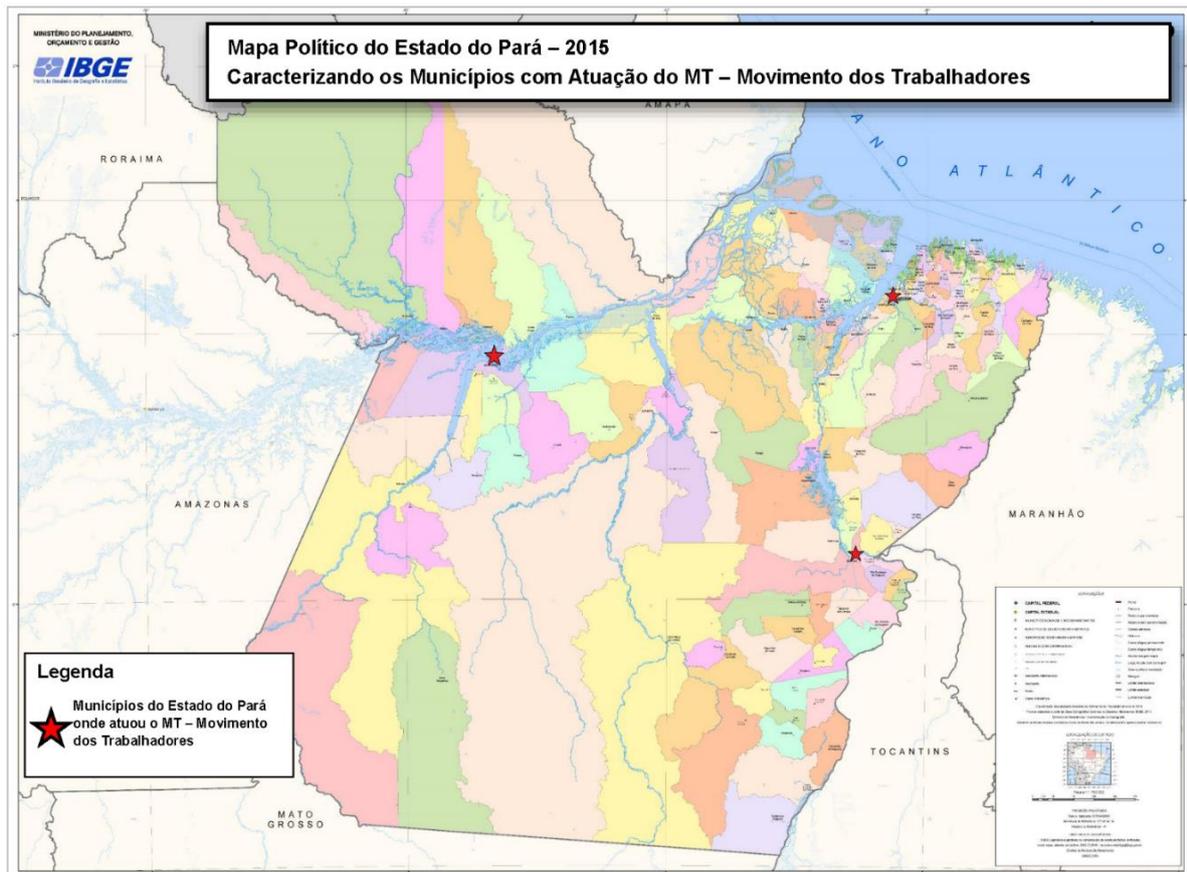
Legenda

- | | | | |
|---------------------|--|------------|----------------|
| — Limite de Estado | ★ Locais com atuações do MT - Movimento dos Trabalhadores. | Região | |
| — Limite do País | | ■ Norte | ■ Sul |
| ● Capital de Estado | | ■ Nordeste | ■ Centro-Oeste |
| ★ Capital de País | | ■ Sudeste | |

Mapa 1 - Mapa ilustrando os Estados e Distrito Federal em que o MT atuou dentro do território nacional (autor: Francesco Palermo Neto. Janeiro, 2020)



Mapa 2 - Mapa ilustrando os principais municípios em que o MT atuou dentro do Estado de Goiás (fonte: IBGE, 2014. Modificado por Francesco Palermo Neto, 2020)



Mapa 3 - Mapa ilustrando os principais municípios em que o MT atuou dentro do Estado do Pará, 2021 (fonte: IBGE, 2015. Modificado por Francesco Palermo Neto, 2020)

O Movimento dos Trabalhadores surge da prática dos integrantes. Em momento posterior, após a prática já consolidada, assimila a teoria na qual os intelectuais do Movimento encontraram suas bases para pensar as lutas historicamente, planejar as ações e confeccionar o material destinado à massa que integrava a organização. Alberto Gomes “Bacurau”, na entrevista concedida ao dia 21 de julho de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, cita algumas atuações do Movimento:

O MT é formado de pequenos núcleos de trabalhadores, núcleos concretos de pessoas que pensavam politicamente a sua luta. Esses trabalhadores criavam estruturas como casa de companheiros para reunião, refletiam essa luta como encaminhar, planejar um mutirão, ocupação de moradia, a participação na assembleia de um sindicato, a participação em uma greve, refletiam sobre seu município. Em Carmo do Rio Verde, por exemplo, chegando a usina eles pensavam a reflexão das ferramentas. Tinha encontro de coletivos que pensava a luta e esses aspectos em diversos lugares.

Um dos documentos panfletários produzido pelo MT e com linguagem simples, o que comprova a produção destinada aos trabalhadores de base, explica a ideia do Movimento se unir a outros, desde que não perdesse a essência da luta. Segue abaixo:

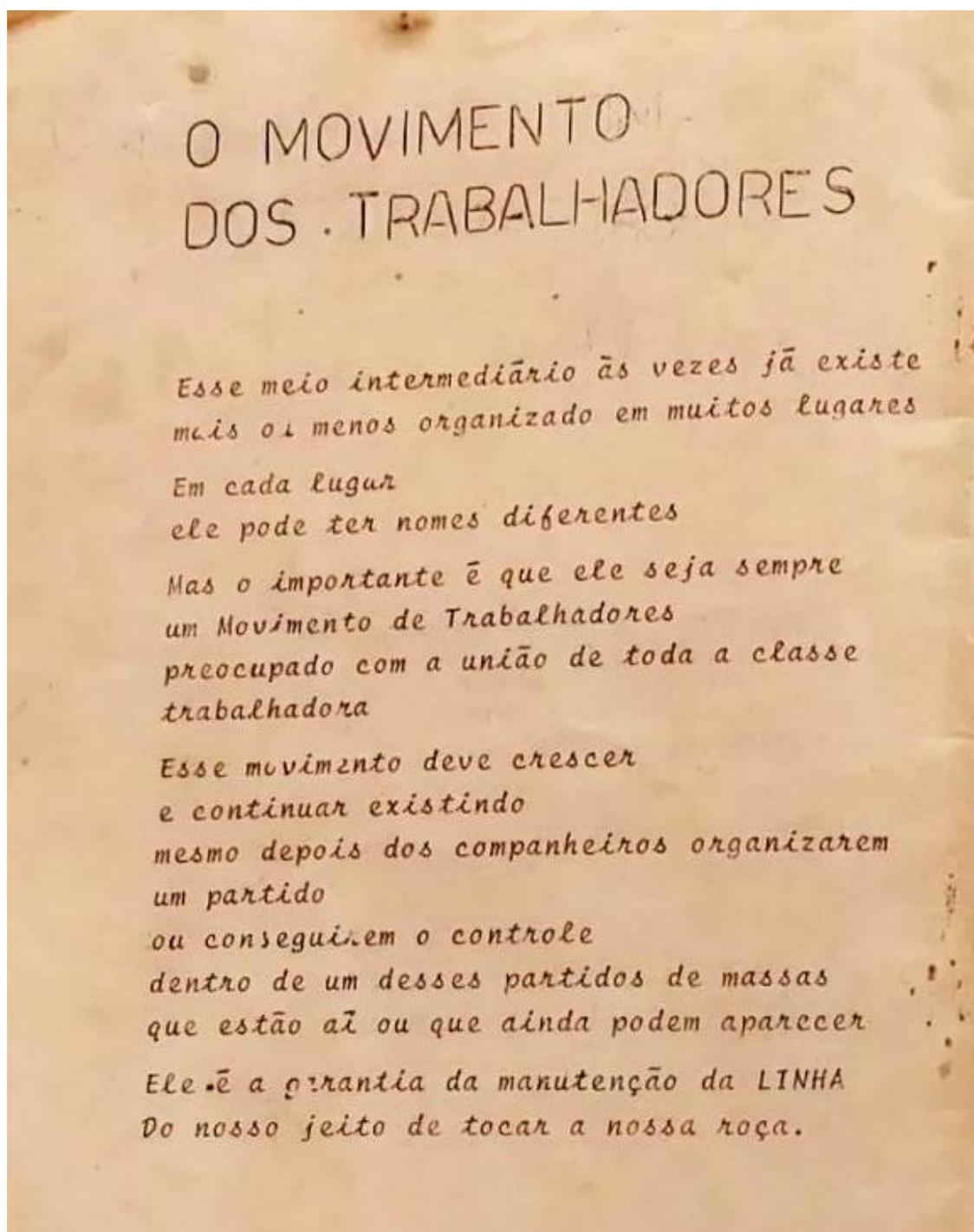


Figura 8 - Documento "Movimento dos Trabalhadores", 1978 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)

Para melhor análise e leitura do documento segue a transcrição abaixo:

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

Esse meio intermediário às vezes já existe
 mais ou menos organizado em muitos lugares
 Em cada lugar
 ele pode ter nomes diferentes
 Mas o importante é que ele seja sempre
 um Movimento de Trabalhadores
 preocupado com a união de toda a classe
 trabalhadora
 Esse movimento deve crescer
 e continuar existindo
 mesmo depois dos companheiros organizarem um partido
 ou conseguirem o controle
 dentro de um desses partidos de massas
 que estão aí ou que ainda podem aparecer
 Ele é a garantia da manutenção da LINHA
 Do nosso jeito de tocar a nossa roça.

É possível observar que a descrição do Movimento dos Trabalhadores está escrita em versos, o que caracteriza uma forma romantizada de se unirem a uma causa. Um documento referido acima, também produzido pelo MT e intitulado “A Linha” foi confeccionado na década de 70 e fornece algumas instruções de como os trabalhadores camponeses deveriam se organizar para a luta, escrito – novamente – na forma poética para fazer refletir acerca do próprio Movimento:

Introdução:

Da experiência das lutas
 Que a gente tem enfrentado aqui
 Está nascendo uma Linha.

Essa Linha é como a direção de uma estrada
 Que os companheiros estão abrindo
 Com suas lutas.

Ela tá marcando o rumo
 Da nossa caminhada.

1º Ponto:
 As lutas concretas
 Quem tem que cuidar de uma roça
 Não pode ficar de fora
 Conversando sobre as pragas
 E sobre as plantas.
 Tem que entrar na roça e trabalhar.
 Quer dizer, tem que
Participar da luta concreta
 É na luta concreta que nós
 Da classe trabalhadora
 Descobrimos que temos força

Prá mudar a situação.
 E é só dentro da própria luta
 Que nós vamos conseguindo,
 Junto com nossos companheiros
 Escapar da dominação das ideias dos grandes.
 E aí vamos começando a colocar
 A nossa maneira de ver as coisas.
 Vamos começando a traçar
 O nosso próprio caminho
Foi nas lutas concretas
Que nasceu a Linha

O que é base:
 A experiência mostrou
 que não adianta nada
 os trabalhadores ficarem se reunindo só prá discutir
 só pra refletir.
 Se não tiver luta concreta
 a discussão não vai fazer ninguém crescer.
 E a classe nunca vai se libertar.

Um grupinho de trabalhadores
 que se reúne só prá discutir, só prá refletir,
 nunca passa de um grupinho “lenga-lenga”.
 E ainda fica desligado do conjunto da classe
 do seu lugar de trabalho ou de moradia.

Ao contrário, quando nos reunimos prá enfrentar
 uma situação que está prejudicando a classe, aí
 sim.
 Aí tem que haver discussão, tem que haver
 reflexão,
 Mas em função da luta.

Pode até haver outras discussões maiores, mais
 gerais,
 desde que o chão
 no qual a gente tá pisando firme
 seja o chão da luta.
 Luta que não estamos enfrentando sozinhos,
 Mas com os outros companheiros
 do nosso lugar de trabalho ou de moradia.

É SÓ ASSIM QUE NÓS SOMOS UMA BASE,
 QUANDO ESTAMOS LIGADOS À MASSA.
 (A LINHA, 1979)

Ressalta-se que o texto acima foi transcrito da maneira como está o original, preservado os destaques sublinhados, as letras maiúsculas e a ortografia. Nele, estão alguns trechos do que pode ser encontrado no documento “A Linha”, reflexões, instruções sobre os trabalhadores essencialmente do campo e palavras de otimismo para lembrarem de que formam um conjunto, pertencem à mesma classe, possuem objetivos em comum e, portanto, deviam seguir juntos na luta pela conquista deles tanto no campo como na cidade. Deviam, também, confiar nos seus companheiros; pois, com essa união, seriam

capazes de transformar a realidade do homem do campo que, naquele momento, era crítica. Essa parceria era exemplificada com os mutirões nas roças, nas “treições” e nos demais auxílios entre os camponeses. A insistência é a de que a luta concreta é o centro da ação política, ou seja, a consciência vem da luta e não das reuniões ou da pregação dos intelectuais.

A luta não é só o momento de realização da discussão, mas momento de conscientização, consoante a teoria de Gramsci de que a consciência não vem de fora da classe, mas de sua luta. Essa formação da consciência presente no pensamento de Gramsci é elucidada por Cardoso (2005, p.3):

A formação da consciência nacional popular no pensamento gramsciano depende da capacidade das classes subalternas do campo e da cidade, de se constituírem em uma alternativa de reorganização social e política da sociedade. Esta questão está relacionada a uma perspectiva que coloque na ordem do dia o problema da construção de hegemonia de novo tipo. O tema de hegemonia é central, entre as preocupações de Gramsci, em relação às possibilidades de as classes subalternas se tornarem protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria.

Nessa perspectiva, a vontade coletiva manifestar-se-á na capacidade de uma classe de dirigir o grupo em favor dos interesses de seus integrantes e operará, além do âmbito intelectual, prioritariamente, na ação conjunta transformadora capaz de gerar a consciência de classe, de sorte que seria possível superar a condição de subalternidade, romper com a dominação ideológica imposta por classes adversárias e com a dependência absoluta da estrutura social que vigora. Sader (1988, p.55) contribui com o pensamento gramsciano:

a organização das classes subalternas é uma exigência fundamental, porque é na luta organizada que os segmentos subalternos da sociedade elevam sua consciência e sua solidariedade e se constituem em sujeitos coletivos, isto é, coletividades onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.

São tais interesses que determinam a ação coletiva coordenada, importante para romper com as amarras e libertar-se do capitalismo. Para Gramsci (1978, p. 21), “uma massa humana não se distingue e não se torna independente por si, sem organizar-se”. Com a tomada de consciência ocorre o que o autor chama de catarse e o proletariado,

então, deixa de ser “classe em si” (a classe objetivamente, saiba ela ou não) e torna-se “classe para si” com os três elementos necessários para isso: o proletariado se identifica enquanto classe, tem interesses diversos e luta e se organiza. Nas palavras de Gramsci (1978, p.53):

Pode-se empregar a expressão catarse para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade.

Dessa forma, o MT pode ser, claramente, um exemplo das ideias de Gramsci e o exemplo disto é o documento “A Linha” referido anteriormente e que trata da união dos trabalhadores enquanto classe social, no intuito de auxiliar na tomada de consciência dos ex-integrantes. Abaixo, é possível visualizar a capa do documento em questão:

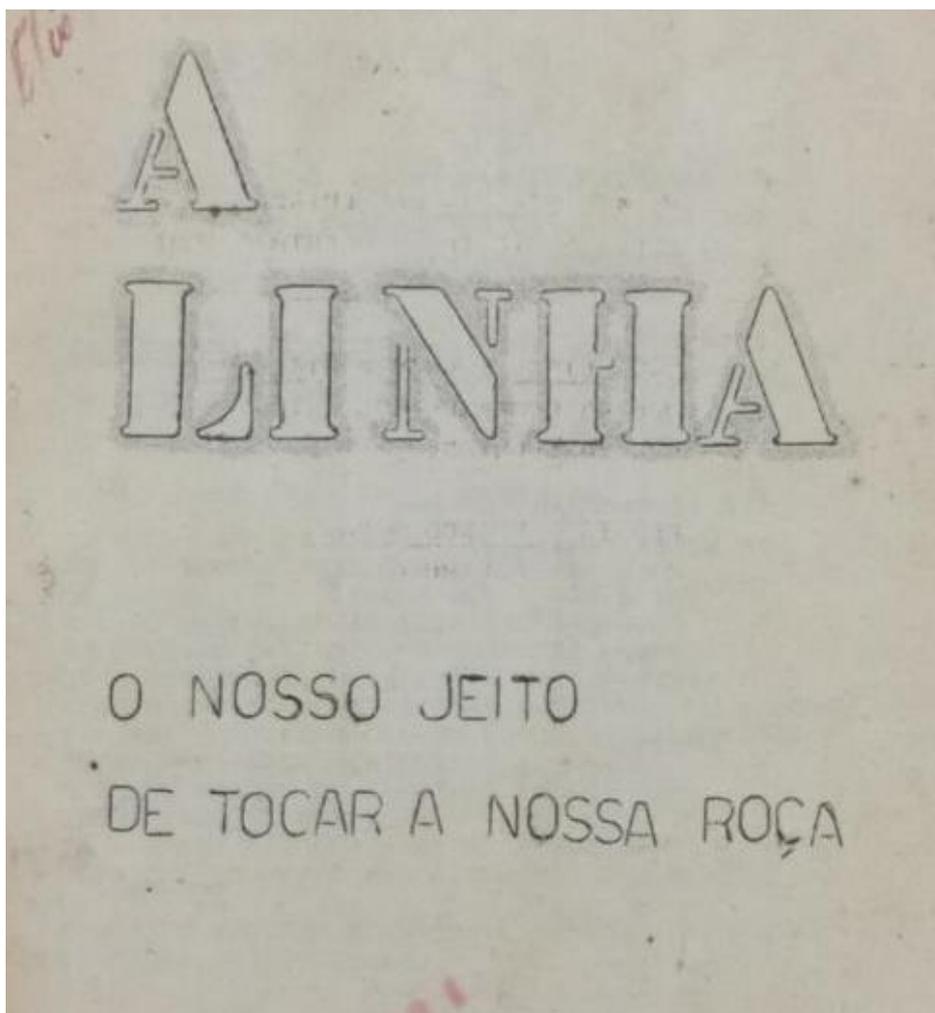


Figura 9 – Documento “A Linha” produzido pelo MT em 1979 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)

Sabe-se que o Movimento dos Trabalhadores atuou no campo e nas áreas urbanas de diversas cidades. Aqui tratar-se-á das ações do Movimento que não incluíam confronto direto com os militares, uma vez que este nunca foi o objetivo da organização. As várias lutas por moradias, ocupações de terras nas cidades, atuações dentro de sindicatos e igrejas, dentre outras, não eram lutas armadas ou rebeliões violentas no que diz respeito à oposição em relação ao governo. Ainda assim, houve morte de líderes e integrantes do Movimento que serão relatadas por terem se constituído como símbolos do que era se opor aos governantes no período.

3.3.1 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores no Estado do Pará: Belém, Marabá e Santarém

- Belém

O Movimento dos Trabalhadores não atuou somente no Estado de Goiás, teve atuações marcantes também no Estado do Pará com algumas lideranças que lá passaram a residir, ou que se deslocavam com frequência para o local: Everardo Lopes de Aguiar, Raimundo Alberto Damasceno e Alberto Gomes de Oliveira, conhecido por “Bacurau”.

Já se discorreu acerca do contexto de maneira geral do Estado do Pará durante o regime militar e cabe aqui rememorar alguns fatos: após o golpe que implantou a ditadura no Brasil, o governador apoiou, oficialmente, o regime militar. A atuação dos estudantes contra o regime instaurado foi algo relevante e o principal marco dessa atuação foi a chamada “vigília cívica pela democracia”, no dia primeiro de abril de 1964. Na capital Belém, parte da Igreja Católica apoiou os camponeses, estudantes e demais manifestantes contra a opressão, característica da Ditadura Militar; a repressão, por parte dos militares, assim como em outros lugares do país foi dura e violenta, o que piorou após atos como a promulgação do AI-5 e expandiu aos setores da sociedade contrários ao governo adotado, incluindo os religiosos.

Apesar do contexto ditatorial, as formas de resistência continuaram acontecendo e, durante a década de 70, não foi diferente. O Movimento dos Trabalhadores foi um movimento de resistência que atuou em algumas localidades do Estado do Pará. Sobre isso, o ex-integrante Raimundo Alberto Damasceno explica:

Em 1975 eu comecei a militância política aqui em Belém, no movimento estudantil, principalmente na Pastoral Universitária, eu era coordenador da Pastoral Universitária em nível nacional e Belém era uma referência importantíssima. A gente teve uma atuação muito forte aqui na UFPA. Na verdade, eu entrei no movimento pela Igreja e depois no movimento estudantil e posteriormente eu conheci o Everardo que chegou de Goiânia pra cá, para se instalar no Bairro da Pedreira que é um bairro de periferia e a gente acabou se cruzando pelos movimentos sociais, nós fomos ficando amigos e ele me convidou para participar do trabalho comunitário lá na Pedreira, no Centro Unidos Venceremos. Esse trabalho frutificou graças ao empenho e capacidade do Everardo de organização, de diálogo com a comunidade e eu era uma espécie de parceiro dele nesse trabalho né, inclusive cooptando outros companheiros e companheiras para fazerem parte desse movimento. O MT então ficou muito forte aqui, tivemos uma expressão significativa aqui, inclusive depois no âmbito do PT, éramos uma tendência importante no PT aqui (entrevista concedida no dia 14 de janeiro de 2020 por meios eletrônicos).

Alberto, como prefere ser chamado, foi convidado pelo Everardo para participar da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores e os dois narram as viagens para Goiânia para participarem das reuniões com os demais integrantes. Alberto se destacou no movimento estudantil e chamava os companheiros deste movimento para participarem do MT em Belém. A atuação dele e a do Everardo diferenciavam-se quanto à militância, pois Alberto era mais ligado aos estudantes e Everardo aos camponeses e moradores das periferias, mas sempre visavam a melhoria da realidade para esses grupos. Alberto continua na mesma entrevista:

Com o tempo ficamos uma organização com a visão mais aberta, mais flexível, menos fechada em termos da proposta política e isso ampliou em termos quantitativos também porque éramos uma organização inicialmente de três Estados: Goiás, Brasília e Pará e passamos a ter uma relação nacional com a participação do Augusto e de outros companheiros em São Paulo, do Rio, do Rio Grande do Sul. Foi um processo interessante de ampliação inclusive aumentando a nossa influência depois nas decisões do partido.

Quando questionado sobre a estrutura do Movimento dos Trabalhadores, Alberto diz que existia sim uma estrutura verticalizada que centralizava as decisões numa coordenação e principalmente na figura de Augusto de Franco que era uma liderança teórica e coordenador também do Centro de Reflexão e Documentação. Quando narra as ações do MT em Belém, Alberto comprova a tese de que, além de movimento, o MT era então um partido de quadros, segundo a teoria de Gramsci, que foi desenvolvida em momento anterior:

Mesmo o MT tendo aquela ideia mais democratizada de criticar a ideia de vanguarda, nós tínhamos uma estrutura vertical sim, a relação era bem vertical, as decisões eram tomadas numa pequena coordenação e muito centradas na figura de Augusto de Franco que era um grande intelectual. Ele era uma figura brilhante que naturalmente centralizava tanto as análises de conjuntura quanto as tomadas de decisão em relação ao movimento político que a gente vivia. Então era sim uma estrutura verticalizada, não tinha essa conversa de muito debate não, até porque nós vivíamos na ditadura né, então não dava para ficar divulgando, difundindo, discutindo muito as decisões que eram de natureza estratégica numa conjuntura muito adversa. Agora havia a visão de organização mais aberta que envolvesse o trabalhador rural principalmente, embora a gente já tivesse uma inserção mais na área urbana, o MT tinha uma diferente em relação aos outros projetos existentes por causa disso (entrevista concedida no dia 14 de janeiro de 2020 por meios eletrônicos).

Diante do exposto, também se comprova o caráter heterogêneo do Movimento dos Trabalhadores que atuava no âmbito urbano e rural em Belém, no Estado do Pará. Apesar de muitos serem críticos do vanguardismo, segundo Alberto, eram até acusados de basistas, a organização era vertical e existia uma coordenação centralizada.

Ainda em Belém, Everardo, como citado por Alberto, tinha uma ação intensa no bairro da Pedreira que consistia em um movimento popular, movimento de moradia, em defesa dos direitos dos moradores do local, por melhoria das condições das ruas, da urbanização, do esgotamento sanitário, enfim, por direitos considerados fundamentais. Já Alberto, além de apoiar os movimentos liderados por Everardo, tinha uma atuação mais no movimento estudantil e na Pastoral Universitária, ambos direcionados também à efetivação de maiores direitos de grupos específicos. Ele continua:

Se a gente juntar a minha atuação, a do Everardo e a de outros companheiros que fizeram parte, a gente tinha sim uma atuação muito interessante aqui em Belém como MT. O Everardo era reconhecidamente do MT e depois foi presidente do PT, ele foi inclusive candidato a vereador, então teve uma ação muito forte aqui, eu acho que em alguns momentos até mais forte do que em Goiânia, com certeza absoluta do que Brasília... ou talvez não, porque em Brasília tinha a Lúcia no sindicato. Enfim, o MT foi durante um bom tempo, em Belém, uma força reconhecida (entrevista concedida no dia 14 de janeiro de 2020 por meios eletrônicos).

O entrevistado, além das informações, também forneceu uma fotografia de seu acervo, datada de 1981 referente ao movimento popular pela libertação dos presos do Araguaia em Belém:



Foto 2 - Movimento Popular pela libertação dos presos do Araguaia em 1981 em Belém (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores Raimundo Alberto Damasceno)

Alberto, na mesma entrevista, explica esta foto: “Bem a esquerda, segurando uma espécie de cajado, embaixo da primeira faixa do lado esquerdo, você vai ver o Everardo com a mão na cintura e à direita, com o braço direito levantado para cima estou eu, bem à direita da foto”. A imagem comprova o envolvimento do Movimento dos Trabalhadores nos movimentos populares em prol daqueles que eles consideravam necessitados, também, em Belém.

Em 1983, por meio do áudio da fita k7 nº1, gravada pelos integrantes do MT durante as reuniões trimestrais que faziam para acompanharem as ações dos grupos, é possível ter uma narrativa direta do que ocorria em Belém. O importante é que para o uso desta fonte não foi necessário recorrer à memória de uma pessoa, tendo-se em vista que a fita foi gravada ao ano referido e falava sobre as ações do mesmo ano em questão. Everardo foi o representante escolhido para narrar sobre as ações do MT, por meio dos Grupos Políticos de Base - GPBs, explicados anteriormente, naquela localidade:

O GPB está reunindo e estudando o material fornecido para o grupo permanentemente. Está fazendo ainda, participando do movimento popular concretamente e do movimento sindical com alguns companheiros que estão entrando devagar na oposição sindical da construção civil e na oposição sindical dos metalúrgicos e participando do PT claramente a nível da direção e com outros companheiros. Uma questão interna do GPB e uma questão para o Movimento dos Trabalhadores como um todo, para o GPB a iniciativa tomada é que cada companheiro contribua com 5% do seu salário para o GPB, certo? A nível do Movimento nós estamos colocando o seguinte: aprofundando a autonomia do Movimento, é discutido formas alternativas de organização popular conforme a conjuntura. Nós estudamos em conjunto as Sete Teses, o documento base né e estamos adquirindo os livros que foram orientados no Plano de Formação, estamos adquirindo esses livros a partir da contribuição dos 5% do salário de cada companheiro do GPB (FITA K7 n° 1, 1983).

Ele ainda continuou relatando sobre suas reuniões com os companheiros residentes da mesma cidade, que ocorriam, semanalmente, para relatar os encaminhamentos concretos da luta em Belém e a cada quinzena, discutiam e aprofundavam sobre os documentos teóricos do Movimento. Posteriormente, os resultados dessas reuniões eram discutidos com todos do MT que se encontravam a cada três meses para discutirem o que estava acontecendo em cada localidade. Everardo ressalta a importância do estudo para os companheiros de luta dele em Belém:

Através do estudo estamos podendo ter clareza melhor da questão política incentivando as seguintes coisas: formação de associações de moradores, discutindo com alguns companheiros a importância de grupos de oposições sindicais nos bairros e outras coisas. Há a possibilidade de ampliação do grupo, está sendo discutido com alguns companheiros e já houve iniciativa desse jeito, inclusive coletiva nos bairros mais longes (FITA K7 n° 1, 1983).

Everardo era ligado aos moradores de determinada periferia em Belém; alguns haviam sido expropriados de suas terras no campo devido à modernização e expansão do latifúndio e estavam ocupando terras na área urbana, outros não eram provenientes do campo, mas também ocupavam espaços na área urbana para fins de moradia. Quando chegou no local, passou a atuar reunindo essas pessoas com o objetivo de conscientizá-las e melhorar suas condições, por meio de reivindicações ao governo por direitos fundamentais como saneamento básico, educação e local para moradia. Ele atuou, enquanto integrante do Movimento dos Trabalhadores, e residiu em Brasília, Itaberaí, Carmo do Rio Verde e, por fim, Belém. Everardo foi para Carmo do Rio Verde para auxiliar Nativo da Natividade nas eleições porque era um forte candidato e estava sendo ameaçado de morte. Everardo relata que a falta de estrutura no município era grande, nem

asfalto tinha e, nesse contexto, explica como se deu o processo de sua ida para Belém e seu envolvimento na luta naquele local:

Eu fui para Belém, eu já estava cansado de ficar ali [entre Itaberaí e Carmo do Rio Verde], já tinham dois anos e realmente não era uma vida fácil não, era muito difícil porque você sai de uma vida urbana como eu, não tinha muita coisa mas perde tudo, eu dava aula em Brasília, tinha meu carro e você vai para um lugar e perde tudo nesse sentido. Aí eu fui trabalhar na FASE do Pará, fui trabalhar lá e logo que eu cheguei dei muita sorte e fui morar num bairro, passar um período na casa do meu irmão até me estabilizar e esse bairro teve muito problema com a luta pela terra urbana e eu acabei entrando nessa situação. Acabei participando ativamente disso, já conhecia muita gente, participei ativamente das eleições também em Belém, já conhecia Lula e tudo e participei ativamente lá da luta na área urbana pela moradia. Não demorou muito e o Movimento dos Trabalhadores ficou conhecido em Belém, as pessoas nos conheciam, conversavam conosco, o Brasil estava ficando pequeno, todo mundo sabia quem era quem e fomos envolvendo com essa luta lá (entrevista concedida no dia 3 de julho de 2017 em Brasília – DF).

A FASE, citada por ele durante a entrevista, é a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, fundada em 1961 como órgão não-governamental e sem fins lucrativos. A resistência à Ditadura e a formação de oposições sindicais e dos movimentos operários de base passaram a ser o foco da entidade, que atuou junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do Nordeste etc. Quando Everardo decidiu ir para Belém morar com o irmão, trabalhou também com a Federação envolvendo-se, ainda mais, com a luta por moradia principalmente da área urbana e levando o nome do Movimento dos Trabalhadores ao conhecimento de muitas pessoas que ali estavam.

- Marabá

Em Marabá, cidade localizada também no Estado do Pará, o Movimento dos Trabalhadores ficou conhecido, mas a luta na qual se envolveu, diferentemente de Belém, foi pela terra no ambiente rural. Se trata, portanto, de situações diferentes no mesmo Estado, uma é de luta urbana, por moradia, e a outra é de luta pela terra, envolvendo os camponeses e o latifúndio. Há reportagens no jornal “A Voz dos Trabalhadores” que denunciam os grileiros tentando tomar as terras dos posseiros. A resistência existia apesar

das ameaças, mas a violência contra o trabalhador do campo era retratada pelo jornal em várias ocasiões:

Agora a coisa está pior ainda. É que o governo criou um órgão chamado GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins) que era pra resolver esses problemas. Mas esse órgão está resolvendo o problema apoiando os grileiros, dando pra eles o direito de expulsar posseiros que vivem nas terras há muitos anos. Em Nova Jacundá, os posseiros fizeram uma declaração a todos contando as safadezas dos funcionários do GETAT, que estão comercializando terras da nação. Nessa declaração pedem o afastamento desses funcionários e a anulação de processos do GETAT a favor de 2 grileiros (A VOZ DOS TRABALHADORES, 1979, s/p).

Ainda no jornal, há o relato de ameaças a mais de 100 famílias de posseiros na região dos Igarapés, Cametaú Grande e Cametauzinho nas glebas Geladim e Praiaalta por parte dos grileiros Manoel Cardoso Neto conhecido por Nelito, Abílio Amaral Fernandes e José Pereira da Nóbrega. A Delegacia Sindical de Marabá fez um relatório contando o caso e que também foi publicado pelo jornal do MT, “A Voz dos Trabalhadores” de 1980:

No Km 12 da PA 70, no município de Marabá, Pará, existe um posto do GETAR, do Projeto Fundiário Tocantins que atua seus serviços no local acima citado e que está ajudando os grileiros a expulsar os posseiros de suas roças. O Dr. Régis é o responsável por esse Projeto Fundiário Tocantins e ele é engenheiro agrônomo deste projeto.

Dr. Régis junto com os grileiros Manoel Cardoso Neto, Abílio Amaral Fernandes e José Pereira da Nóbrega, conhecido por Marinheiro, foram na área de terras entre os rios Cometaú Grande e Cometauzinho, nas localidades de Lontra, Sapiri e Ubpa e Fortaleza, aonde ocupa mais de 100 famílias desde muito tempo e delas que tem mais de 19 anos de posse.

Eles foram e mandaram que todos os posseiros deveriam desocupar as terras e encontraram primeiro com dona Joana Batista, na sua residência, e eles perguntaram porque que ela estava lá e ela respondeu que era uma mulher sem marido, só tinha os filhos. Aí o dr. Régis falou com ela porque que ela não casou quando era nova.

E em seguida foi no barraco do seu Francisco de Souza e furou as panelas, derramou as comidas e carregou um facão.

E em seguida saíram dizendo que ia entrar com um trator e fazer estradas em volta das posses e derrubar as barracas dos posseiros.

No dia 8 de setembro Manoel Cardoso Neto, conhecido também como Nelito, entra com um trator acompanhado de 8 capangas armados de rifle e revólveres e espingardas calibre 20 e ameaçaram os posseiros com armas apontadas na direção deles mais os posseiros resistiram as ameaças e o Nelito se retirou com os capangas e o trator e foi no Juiz de Marabá, Dr. Eronildes Primo, para dar parte. O juiz, através de ação de manutenção de posse mandou intimar o presidente e o secretário da delegacia sindical de Marabá e mais dois posseiros da área.

Foram mais de 50 posseiros para a audiência e passamos primeiro no GETAT e o coronel Carneiro Leão disse para os posseiros ficar na terra. Nós fomos para a audiência mais o juiz só recebeu os quatro intimados e só deixou um falar que foi o nosso testemunha.

Os posseiros estão sendo considerados pelo juiz como turbadores e invasores da posse que o Nelito, ou seja, Manoel Cardoso Neto, disse ter comprado de Maria Mussallem.

A audiência foi às 16 horas do dia 17 de setembro de 1980.

A reportagem segue ainda com informações sobre os trabalhadores no Estado do Pará e diz que até aquele momento não havia atuação significativa por parte do INCRA e nem do GETAT no auxílio aos posseiros.

Abaixo, segue a transcrição de parte de uma das reportagens referentes à situação dos trabalhadores no Estado do Pará no jornal “A Voz do Trabalhadores”, de 1980 (a imagem do referido documento encontra-se nos Anexos III):

Marabá (continuação):

Na audiência as testemunhas falsas de Nelito, foram o Abílio Amaral Fernandes e o José Pereira da Nóbrega, conhecido como Marinheiro que disseram muitas mentiras condenando os posseiros.

Quando os 50 posseiros com mulheres e crianças iam para a audiência, a polícia rodoviária prendeu o caminhão que levava os posseiros e todo mundo teve que ir a pé no sol quente andando mais de 3 quilômetros até São Félix na beira do rio Tocantins.

Os lavradores já estão esgotados de tantas perseguições e já estamos unindo para enfrentar as perseguições e resistir as injustiças das autoridades de Marabá e perseguições dos grileiros.

João Lourenço de Paula

Presidente da Delegacia Sindical de Marabá

23 de setembro de 1980

NEM GETAT NEM INCRA

Até agora nem o INCRA nem o GETAT tomaram uma providência séria. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) através da Delegacia Sindical de Marabá já mandou 2 ofícios ao presidente do INCRA, Sr. Paulo Iokota pedindo providência a favor dos trabalhadores.

Parece até que quanto mais se faz denúncias, se pede providências para os casos de conflitos, mais as autoridades se omitem e apoiam a violência e a grilagem das terras, como é o caso do Coronel Fernando Carneiro Leão, responsável pelo GETAT em Marabá que disse a um dos posseiros desta área em litígio que “recebi uns documentos da CONTAG mas não vou perder tempo em olhar aquilo porque é coisa de subversivo”.

Com isso a situação vai se agravando, e os posseiros agora dizem que “não temos mais pra quem apelar e o jeito que tem é a gente resistir na terra e o GETAT vai ser o responsável por tudo que acontecer de agora em diante.”

Por meio das reportagens e do jornal “A Voz dos Trabalhadores” foi possível ver a atuação do MT também em Marabá, no Estado do Pará.

- Santarém

Santarém é um município a oeste do Pará e alguns dos antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores também foram para o local para se envolverem em alguma questão relacionada aos trabalhadores e camponeses.

Os efeitos da Ditadura foram sentidos com maior intensidade, no município, a partir da posse do interventor Capitão Elmano Melo, em 1969 que disse ter ido implantar a revolução no interior da Amazônia. O plano de valorização da localidade era transformá-la num mercado fornecedor de produtos agrícolas e agropecuários de exportação. Segundo a historiadora Terezinha Amorim, em entrevista ao jornal G1, em 2014:

Dentro desta proposta se cria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) que vai ter uma sede em Santarém e os próprios Planos de Desenvolvimento Nacional (PDNs), tendo como eixo ordenador a Transamazônica, para trazer os homens que iriam trabalhar nesses projetos embasados na tal ideia de homens sem terra, para terra sem homens (AMORIM, 2014, s/p).

Segundo o “Estudo de delimitação da Região Metropolitana de Santarém”, de 2017, feito pelo Governo do Estado do Pará, na década de 1970 até, aproximadamente, o final da década de 1980, Santarém foi declarada área de segurança nacional e assumiu papel geograficamente estratégico para a segurança da Amazônia. “Esse foi o momento em que os militares desenvolveram vários projetos na região, resultando na construção das seguintes obras: Hidroelétrica de Curuá-Uma, BR – 163 (Cuiabá-Santarém), porto de Santarém, aeroporto de Santarém, etc” (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2017, p.18). Amorim et. al (2015, p.3) discorre sobre o assunto:

As diretrizes para promover a chamada redistribuição de terras foram implementadas ao longo da década de 1970 para garantir o ingresso da Amazônia ao projeto de modernização aos moldes do capitalismo

internacional. Nada poderia ser obstáculo. [...] Certamente o acesso à terra, com a proteção e apoio financeiro por parte dos militares era restrita a poucos. Os projetos de colonização pouco davam respostas às necessidades reais dos trabalhadores rurais.

Os autores seguem discorrendo sobre mais uma localidade com problemas de luta pela terra envolvendo camponeses e trabalhadores rurais. Nas décadas de 70 e 80, houve uma maior estruturação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Amazônia que buscaram romper com sindicatos conhecidos como “pelegos” e opuseram-se à exploração desordenada da floresta. Amorim et. al (2015, p.6) dá continuidade:

A relação de promiscuidade entre o STR e os políticos locais de Santarém demarcou um clima de insatisfação nos trabalhadores, fazendo com que a Federação de Órgão para Assistência Social e Educação (FASE) e Comissão Pastoral da Terra, sistematizassem várias reuniões com a categoria. Na pauta discussões sobre os problemas da vida cotidiana com conflitos agrários, ambiental e sindical. Desses encontros, a Fase e os agentes pastorais propuseram em reunião com os trabalhadores, a criação de uma Oposição Sindical para concorrer à presidência nas próximas eleições que aconteceriam e assim colocar em pauta as questões que estavam ligadas à classe rural.

Assim foi o início do envolvimento do Movimento dos Trabalhadores. Alberto Gomes de Oliveira, o Bacurau, disse ter ido conhecer de perto o trabalho que estava sendo feito no local e explica o contexto de Santarém no período:

Era um trabalho de organização sindical assessorado pela FASE que é uma ONG de formação popular que tinha escritório e tem ainda hoje em diversos escritórios no Brasil e que se dedicou, principalmente na época da ditadura militar a assessorar a formação de grupos de camponeses e de operários na área urbana e por aí fora. E Santarém foi uma experiência que concentrou um volume importante de formação popular, tinha um educador no campo popular chamado Vieira, tinham dois frades, que se dedicaram completamente a formação popular. E Santarém é uma região que aconteceu a colonização durante a ditadura militar, a partir de 70 e pouco, iniciou um processo de colonização em que camponeses de diversas partes do Brasil foram transferidos para lá para assumir lotes na área da Amazônia. O município era gigantesco, ali na beira da Transamazônica e aí foi feito esse processo de colonização (entrevista concedida no dia 25 de dezembro de 2020 por meios eletrônicos).

A ideia de colonização, diz o entrevistado, era para a ocupação da Amazônia com o fim de desenvolver o território na perspectiva do PND. Bacurau continua:

Mas ao colonizar não se preocupou muito em.., por causa dos objetivos da colonização que era a ocupação da Amazônia, então camponeses eram despejados lá e não sobrava muitas condições para trabalho não, isso gerou condições objetivas para esse trabalho de formação porque faltava transporte para as colheitas, faltava comércio, os produtos que os camponeses precisavam era uma fortuna e era 100km de distância, 150km de distância para poder ir comprar. Era um município gigantesco, eu mesmo viajei mais de 100km (entrevista concedida no dia 25 de dezembro de 2020 por meios eletrônicos).

Santarém destacou-se por ter reunido um grupo de 2 mil camponeses em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e derrubado a intervenção do Ministério do Trabalho, cujo ministro era Jarbas Passarinho. Bacurau diz que “foi a primeira experiência em que o primeiro movimento conseguiu derrubar uma intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato, foi a primeira intervenção derrubada durante a Ditadura Militar” (OLIVERA, 2020, s/p). Outra consequência foi a criação da Corrente Sindical dos Lavradores Unidos porque dentro do sindicato era difícil atuar, de tal sorte que nessa corrente sindical participavam homens, mulheres e jovens que tinham autonomia em relação à estrutura engessada do sindicato. Bacurau explica:

Ela [Corrente Sindical] atuava muito mais como elemento de pressão e controle do sindicato do que se deixava controlar pela administração sindical mas aí eles começaram a desenvolver algumas iniciativas, criaram grupos de revenda, eram grupos em uma determinada região que reunia famílias lá num ranchinho qualquer que às vezes servia de escola, servia de lugar de missa, de reunião, de tudo da comunidade. Era uma espécie de casa de reunião. E as famílias ali se reuniam organizavam faziam uma lista dos produtos que precisavam durante um período, criavam uma caixinha da cooperativa, iam nas grandes cidades, e compravam os produtos necessários que as famílias mais precisavam. Eu vi, quando cheguei na região, lá no meio do mato, 8h tocava a campainha, o sino com badalo e tal e de repente as famílias começavam a aparecer para a reunião. Eu vi assim jovens de 12 anos, 13 anos com o mesmo nível de conhecimento sobre as questões que estavam sendo colocadas que pessoas de 70, 80 anos, 30, 40, porque era uma formação comunitária e não só de um grupo (entrevista concedida no dia 25 de dezembro de 2020 por meios eletrônicos).

Continuam os relatos sobre Santarém e o entrevistado informa que presenciou a compra, por parte dos trabalhadores, de caminhões comunitários que faziam o transporte de pessoas e alimentos, com a finalidade de um comércio coletivo. Houve a compra de barcos também porque muitos desses moradores residiam na beira do Rio Amazonas e as embarcações serviam às populações ribeirinhas. Há a demonstração da experiência de

coletividade vivida pelos trabalhadores em Santarém e que chamou a atenção do Movimento dos Trabalhadores a ponto de alguns integrantes se deslocarem até o município do Pará. Bacurau explica como ocorreu esse envolvimento:

Todo trabalho nosso [Movimento dos Trabalhadores] voltado para a questão de organização popular deparava com uma deficiência muito grande que era a organização de boias-frias. Aí nós do Movimento fizemos uma proposta de reunir experiências diferenciadas e aí convidamos uma experiência de base que foi Santarém, uma segunda experiência também que foi a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e uma experiência que tinha mais experiência no campo da vanguarda que era o PCBr, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. E a ida lá em Santarém foi exatamente nessa perspectiva da troca de experiência (entrevista concedida no dia 25 de dezembro de 2020 por meios eletrônicos).

O antigo integrante disse que a experiência em Santarém o ajudou, depois, na ida ao sudoeste goiano, onde ele continuaria a sua atuação inserido no Movimento dos Trabalhadores. A perspectiva foi a troca de experiências na busca para somar forças na organização dos trabalhadores em Goiás.

3.3.2 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores em Ceilândia – DF

Ao final da década de 70, no Distrito Federal, estava acontecendo o Movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, que cobrava do governo o cumprimento da lei que financiava as casas cedidas, a partir de 1971, a preços acessíveis para os novos moradores. Acontecia também em Brasília, concomitantemente, o Movimento Custo de Vida que protestava contra a política econômica defendida pelo governo que resultou em condições de vida insustentáveis. Lúcia Carvalho estava envolvida nesses movimentos todos quando conheceu e passou a integrar o Movimento dos Trabalhadores que se uniu e apoiou as causas dos outros movimentos. Segue abaixo um dos panfletos com protestos sobre o Movimento dos Incansáveis em Ceilândia:

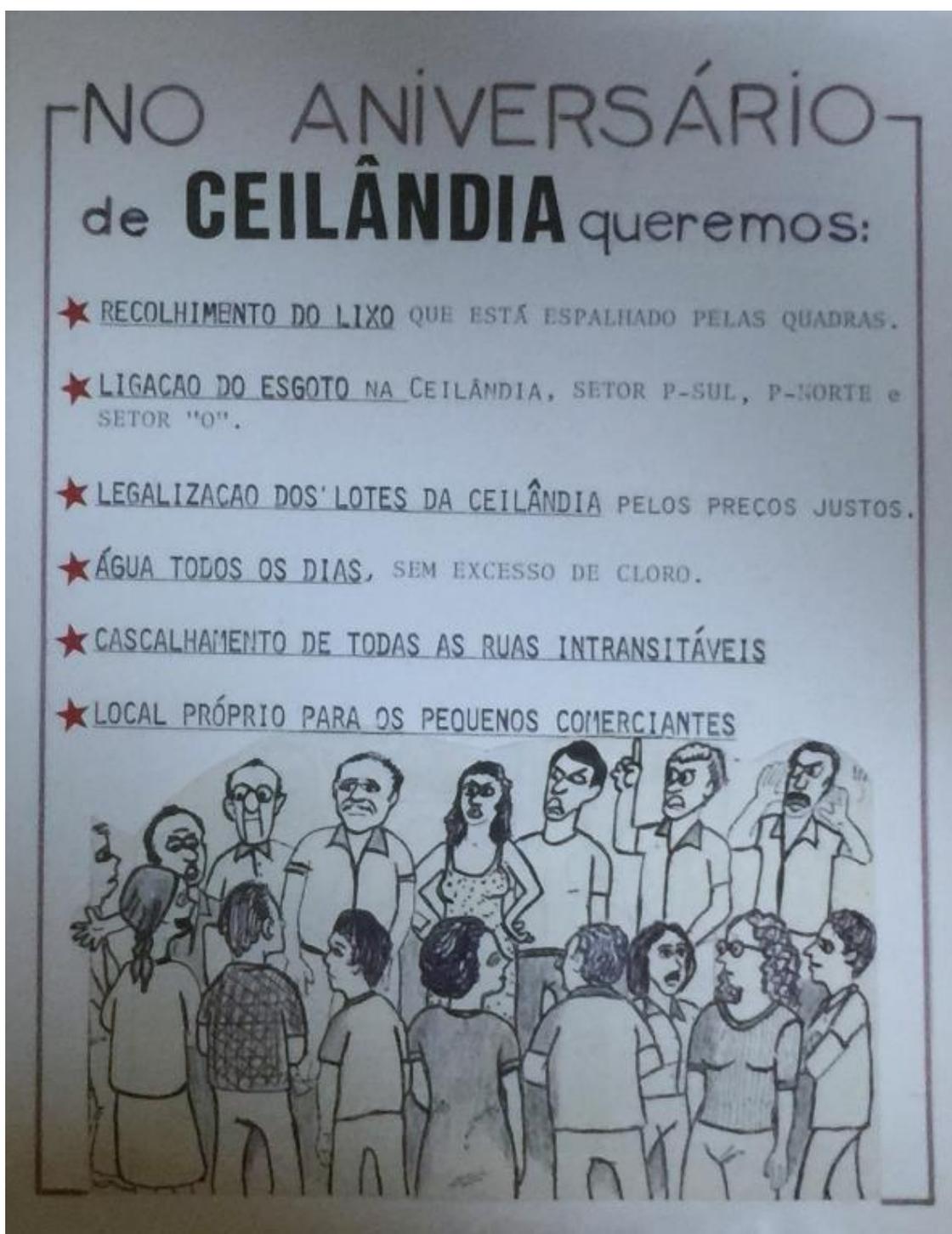


Figura 10 - Material sobre o Movimento dos Incansáveis em Ceilândia (fonte: acervo pessoal da antiga integrante do Movimento dos Trabalhadores, Lucia Carvalho)

Everardo de Aguiar Lopes também foi um dos grandes atuantes nos movimentos em Brasília e passou a integrar o MT. Ele explica como aconteceu a junção desses movimentos:

Eu conheci o Bacurau em 78, eu morava aqui em Brasília. Acontecia em Brasília um movimento que chamava Movimento dos Incansáveis da Ceilândia que foi a transferência da população do Plano Piloto para a cidade satélite. E foi assim que a gente se conheceu, pelo movimento pela terra na cidade, movimento urbano e foi assim que eu conheci o Bacurau e o Augusto de Franco que se envolveram junto. Esse movimento de Brasília, em Ceilândia, estava começando forte, era a luta pela terra na cidade, lá na Ceilândia era coisa de 3 mil pessoas, 5 mil pessoas porque também tinha a Igreja lá com as comunidades eclesiais de base da igreja. Em 77, 78, as coisas eram menos clandestinas mas era assim, ou do sindicato ou da associação, cada um num movimento, então a partir daí comecei a ir em Goiás, ia lá nos mutirões, ia nas reuniões e tal. Nessa época nós tínhamos era o apoio aos movimentos de oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás. O Movimento dos Trabalhadores então começa a chamar gente para articular essas oposições no campo. As pessoas de fora foram morar em Goiânia, no meu caso fui direto para Itaberaí, era uma casa coletiva e cada um ajudava do jeito que podia. No meu caso eu sabia ler e escrever então fazia o jornal de oposição sindical, outro fazia a quermesse, a gente tinha horta lá e outro cuidava porque a gente precisava sobreviver, casa um ajudava então o Movimento dos Trabalhadores (entrevista concedida no dia 3 de julho de 2017, em Brasília – DF).

Na fita k7 nº 1, de 1983, Lúcia Carvalho e Elisa Magalhães, integrantes do MT, explicam a forma de atuação do Movimento na localidade e quem eram as principais categorias de trabalhadores que participavam:

Nós temos levado assim: trabalhos, principalmente em associações de moradores, nós participamos de duas associações em Ceilândia e estamos em vias de criar também, temos perspectiva de criar em outro lugar. Então tem 11 companheiros e eles fazem parte de categorias diferentes, tem funcionários públicos, tem professores, tem vendedores, tem comerciários, então cada um atua dentro do seu sindicato. Brasília tem uma característica diferente, conversamos já inclusive com os companheiros, nós lá não temos assim no Distrito Federal todinho, não existe assim, sindicatos fortes de operários e nem tampouco um sindicato atuante do pessoal que trabalha na terra lá no Distrito Federal. Então basicamente os sindicatos que tem lá são de médicos, professores, servidores públicos, são sindicatos e associações profissionais de, podemos dizer, categorias médias né, ou a pequena burguesia que mais atua. Então é insignificante o movimento sindical no nosso ponto de vista no sentido das lutas e já o movimento de bairros é mais importante a nível de Distrito Federal porque é toda uma cidade né, que diz que direciona o país todo ali, que passa todas as coordenadas nacionais, no entanto a periferia é muito pobre.

Lucia discorre sobre as características de Brasília, sobre as centenas de invasões que lá existem e então diz que é possível trabalhar duro e, enquanto MT, atuar nesse sentido, já que o movimento sindical é inexpressivo. Emilia Magalhães, nesse momento, começa a relatar a constância das reuniões e o motivo da ocorrência delas:

Bom, a gente se reúne todos os domingos 5 horas da tarde, tá? Estudo a gente tem estudado intensamente, tanto as teses do Movimento dos Trabalhadores como outros materiais que chegam pra gente. Em relação a parte de expansão do GPB a gente tem visto que isso vai acontecer lá. A gente tem um GPB atuando que é esse que a Lúcia falou que a gente está trabalhando e um companheiro está chegando amanhã e está disponível para fazer um trabalho numa dessas invasões que existe em Brasília e eu e a Lúcia ficamos também de criar outro GPB em Ceilândia. A gente já tem a relação das pessoas, só falta reunir, agora tem esse caráter também, a gente vai procurar é chamar mais, ter mais operários, vamos ver se consegue mais, porque como ela disse é mais fácil ter servidores, comerciários.

A fala de Emília comprova a participação de trabalhadores de diversas categorias, e não somente trabalhadores do campo ou operários, o que também exemplifica o caráter do Movimento dos Trabalhadores como representante da classe trabalhadora de maneira geral, desde que suas ações tenham caráter social. Sobre a questão financeira, coincide com a forma de organização do GPB da cidade de Belém, eles também arrecadavam uma porcentagem de dinheiro entre os participantes que era destinada a compra de material ou estrutura deles próprios.

Ainda durante as gravações na fita k7, mais uma vez Lúcia tem a palavra e explica sobre a possibilidade de expansão que também coincide com a visão de Everardo em Belém:

Existe a possibilidade de expansão, dos GPBs né, grande possibilidade e o que a gente está pensando é esses companheiros que estão há mais de ano se dividirem, uns vão para fundar um novo GPB e os outros vão para novos GPBs. Dentro dessa linha também, reunindo todo fim de semana, a gente reúne todo fim de semana, reunião de mais de 3 horas que é dividida em três partes: os informes, o que cada um fez né, a discussão teórica e a divisão de tarefas de novo, sempre essas três coisas, todo domingo.

A ex-integrante também auxiliava na confecção de materiais para distribuição e divulgação entre os trabalhadores, sejam eles pertencentes ao MT, sejam para outros grupos de trabalhadores para que pudessem conhecer as ideias e até aderir à organização. Em seguida, a capa do jornal “A Voz dos Trabalhadores” confeccionado pelo MT, em que Ceilândia é destaque na luta por moradia:



Figura 11- Jornal A Voz dos Trabalhadores nº 1, 1980 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores Alberto Gomes Oliveira)

Do lado direito da página, embaixo, é possível ler uma manchete sobre Ceilândia no jornal do Movimento dos Trabalhadores sobre a questão de moradia que é coincidente em tantas outras localidades em que ele atuou.

3.3.3 – O Jardim Nova Esperança

O Movimento dos Trabalhadores, ao longo de sua vigência, uniu-se a outros movimentos já existentes em várias localidades e que se propunham a lutar pela terra, seja no ambiente urbano ou rural, seja por direitos dos trabalhadores. A experiência com a ocupação do Jardim Nova Esperança não foi diferente. Quando souberam dos camponeses expulsos do campo e que procuravam moradia naquela região, o Movimento se envolveu para fortalecer a luta por moradia e para auxiliar na resistência à pressão do Poder Público para retirar as pessoas do local.

Maria de Jesus Rodrigues, pioneira no processo de ocupação do Bairro Jardim Nova Esperança publicou, em 2009, uma obra denominada “Retalhos de Lembrança” em que descreve detalhadamente todo esse processo. A mesma obra teve sua 2ª edição lançada no ano de 2013 e serve como base para a compreensão deste movimento, em conjunto com outras obras, estudos e entrevistas com pessoas envolvidas.

Apesar de ser um movimento independente do Movimento dos Trabalhadores, em certo momento houve a união dos integrantes de ambos os grupos com o objetivo de ocupar e permanecer no Jardim Nova Esperança, situado em Goiânia. Nem sempre a ocupação foi conhecida por esse nome, a autora explica:

Esse bairro, foi palco de tantos conflitos e se tornou tão notório quanto um referencial no movimento popular. Num pequeno espaço de tempo recebeu vários nomes como: invasão caveirinha, porque ficava situado às margens do córrego que leva esse nome, Invasão da Vila João Vaz, porque ficava próximo a um bairro chamado Vila João Vaz e que a imprensa tomava como referência, Nicarágua e Malvinas, porque a luta dos moradores para conquistar a terra se assemelhava à luta dos povos da Nicarágua e das Malvinas para libertar seu país da tirania de um regime ditatorial. Até que finalmente e por escolha dos próprios moradores, foi batizado por Jardim Nova Esperança, a esperança que, até hoje, se renova no coração de seus orgulhosos pioneiros (RODRIGUES, 2013, p.8).

Segundo informações da própria obra e de entrevistas realizadas com pessoas que lideraram a ocupação, o Jardim Nova Esperança, que está localizado na microrregião Mendanha, era um depósito de lixo, área ignorada pelo poder público e, em 1979, deu-se o processo que levou à construção do atual bairro goianiense. O ocorrido foi mais uma

consequência da expansão tecnológica e da industrialização no meio rural que levou os trabalhadores do campo a irem para as cidades em busca por empregos e sobrevivência digna, já que muitos pequenos camponeses não conseguiram acompanhar o ritmo acelerado de produção provocado pela maquinaria nova que surgia.

Abaixo segue o primeiro mapa que fizeram do Jardim Nova Esperança:



Mapa 4 - Primeiro mapa do Jardim Nova Esperança dividido em lotes, confeccionado por Robinho Martins (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo, esposa de Robinho Martins de Azevedo)

Na pesquisa desenvolvida por Lopes (1999), que resultou na dissertação intitulada “Ocupação Fazenda Caveirinha: Arquipélago de Memórias Goianas: 1979-1989”, é possível encontrar uma entrevista com Robinho Martins de Azevedo, um dos líderes do movimento de ocupação que era ainda vivo no período. O autor da dissertação descreve:

Robinho diz que a ocupação, naquele tempo, passou a ser um polo irradiador na cidade. Também que o acontecimento marcou dois tempos do movimento popular, isto é, os movimentos anteriores e os posteriores. Pois, antes do Jardim Nova Esperança, a ocupação urbana era tratada de forma marginal na cidade. Porém, a partir da mesma, como diz Robinho, “passa a ser uma questão social”. Comenta ainda que naquele tempo a dignidade de morar era vista como direito apenas para quem possuía um lote com escritura, com registro em cartório e que naquele tempo o movimento social que participou questionou tais comportamentos. A motivação vinha do pensamento de que ter uma moradia era possível. Ao mesmo tempo, não seria aceitável que tal direito só pudesse ser conquistado apenas a quem pudesse comprar (LOPES, 2011, p.28).

Por meio das entrevistas e conversas com os envolvidos, constata-se que os trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores e do Jardim Nova Esperança uniram-se em torno de uma causa comum naquele momento: a luta por moradia, uma vez que possuíam experiências semelhantes no deslocamento da vida do campo para a cidade.

Em entrevista concedida no dia 1º de outubro de 2018 no bairro Vera Cruz na cidade de Goiânia, Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo, esposa de Robinho, citado na narrativa de Lopes, e também antiga líder do movimento de ocupação, comenta sobre a união de vários movimentos ao movimento liderado por ela e pelo marido, bem como o contexto já conhecido de êxodo rural que originou vários desses movimentos de trabalhadores no Estado:

Nós temos um projeto de museu lá no Nova Esperança para contar a história de lá e a história não só do Nova Esperança mas essa vivida também com o Movimento dos Trabalhadores, com a União das Invasões, União dos Posseiros Urbanos, está tudo ligado. O Jardim Nova Esperança surgiu em 79 e foi na época em que o êxodo rural, principalmente nessa região noroeste de Goiânia, nessa época estava um estímulo muito grande da vinda do homem do campo para a cidade. A maioria das pessoas que ocuparam o Jardim Nova Esperança eram das cidades dessa região. Nessa época podíamos dizer que no Nova Esperança estavam os camponeses que perderam a relação de trabalho que tinham no campo e vieram para a cidade. O sonho aqui, já que muitos perderam tudo, era ter um lugar para morar, um lugar para os filhos estudarem.

Ainda na mesma entrevista, Geralda Maria relata sobre a pressão feita pela Prefeitura e pela polícia para que os moradores deixassem o local, o que resultou, inclusive, na morte de uma criança que foi atropelada por um trator, mas o fato foi ocultado pelo próprio Poder Público. As tensões experienciadas entre os ocupantes do Jardim Nova Esperança e o Poder Público puderam ser comprovadas na análise de diversos jornais da época, guardados pela própria Geralda que, prontamente, mostrou o acervo de reportagens. Edmar Joaquim de Oliveira participante da ocupação do Jardim Nova Esperança foi entrevistado por Lucius Fabius Bem Jah Jacob Gomes para sua dissertação e acrescentou sobre as ideias de Geralda Maria:

Em 79, a década de 79 para 80, foi um período de grande formação política, formação das lutas, os movimentos estavam muito organizados no Brasil inteiro, foi as grandes greves no ABC, a luta contra a ditadura né, essas questões todas influenciou diretamente no Jardim Nova Esperança quando ele surge. No princípio, quando ele vai aparecer né, como uma resistência da posse urbana, e conseqüentemente quando o movimento começa a se organizar, também se sentiu necessidade de politizar as pessoas, as pessoas precisavam ser politizadas. É a partir desse princípio que surge a proposta de se criar uma forma de organizar as informações né, e de poder assim nortear um caminho de resistência com essa população que estava chegando no Jardim Nova Esperança (GOMES, 2019, p.84).

Essa vontade de politizar a massa foi, também, uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores que identificou a necessidade de instruir seus integrantes para as lutas a que se propunham, conforme explanado no capítulo no capítulo 2. Abaixo, seguem fotos sobre a ocupação do Jardim Nova Esperança cedidas por Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo:



Foto 3 - Início da ocupação do Jardim Nova Esperança, no ano de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)



Foto 4 - Detalhe da ocupação do Jardim Nova Esperança, no ano de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)



Foto 5 - Detalhe da ocupação do Jardim Nova Esperança, no ano de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)



Foto 6 - Detalhe da ocupação do Jardim Nova Esperança, no ano de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)



Foto 7 - Alberto Gomes Oliveira, o "Bacurau", na época líder do Movimento dos Trabalhadores na luta por moradia com os ocupantes do Jardim Nova Esperança em 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)



Foto 8 - Carros de polícia no Jardim Nova Esperança, tentativa de retirada dos ocupantes/moradores em outubro de 1979 (fonte: acervo pessoal da antiga líder do movimento de ocupação Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo)

Assim, comprova-se o envolvimento do Movimento dos Trabalhadores na ocupação do Jardim Nova Esperança, além da pressão do Poder Público para a retirada dos moradores, fato que não ocorreu somente uma vez, segundo as pesquisas consultadas e entrevistas concedidas. Geralda Maria explica sobre a foto acima de Alberto Gomes, o Bacurau, antigo líder do MT, em entrevista concedida no dia 13 de janeiro de 2020:

O Bacurau nessa foto estava no Jardim Nova Esperança, nós estávamos fazendo uma comemoração do 1º de maio porque o Movimento dos Trabalhadores incluía trabalhador do campo e da cidade. Então, o movimento de expressão que tinha na cidade era o Jardim Nova Esperança e logo depois a União dos Posses Urbanos que nós fundamos depois. Ele estava lá como um representante de lideranças do campo que estava apoiando a festa e a festa era deles também, dos trabalhadores do campo também.

Geralda conta ainda que trabalhava na Comissão Pastoral da Terra que, opondo-se à prefeitura, apoiou as reivindicações por moradias, uma vez que a prefeitura havia abandonado os moradores do Jardim Nova Esperança, por não conseguir retirá-los do local. Houve o apoio dos camponeses das cidades próximas, em razão da coincidência das reivindicações por várias localidades do país. Geralda Maria, na entrevista, explica como houve essa união com o Movimento dos Trabalhadores:

Nós começamos a fazer contato com gente do Brasil todo procurando o Nova Esperança e fortaleceu o pensamento de que existia um déficit muito grande de moradia. Ainda hoje tem mesmo com o programa Minha Casa Minha Vida. Naquela época nós conhecemos, fomos procurados e conhecemos a organização do campo com a questão sindical, o pessoal de Itaberaí, de Bela Vista, o pessoal do campo veio fazer o apoio, se organizaram lá e vieram dar apoio no Jardim Nova Esperança e isso foi muito importante para nós. Aí conhecemos mais profundamente o “Bacura” [referindo-se a um dos líderes do MT na época, apelidado Bacurau], os companheiros, a questão do sindicalismo deles que era diferente daquela que o governo queria impor né. Então foi assim, foi muito interessante essa junção nessa época, então ocorre que o pessoal do MT nos convida e começamos a reunir com o pessoal do campo. Quantas e quantas vezes fomos em Itaberaí reunir com o pessoal do campo! (entrevista concedida no dia 13 de janeiro de 2020 na cidade de Goiânia – GO).

A entrevistada cita a cidade de Itaberaí, que era um dos focos de organização e concentração dos trabalhos do Movimento dos Trabalhadores. Como já citado por outros integrantes, havia uma casa coletiva em que moravam as pessoas que participavam do Movimento e auxiliavam na oposição sindical. A entrevistada cita novamente Bacurau como o grande responsável pela iniciativa de efetivar um movimento que unisse os

trabalhadores do campo e os trabalhadores da cidade porque as lutas eram parecidas e o contexto político exigia uma organização sólida, que tivesse um número relevante de participantes. Essa união acrescentou, segundo a entrevistada, grande conhecimento aos militantes e promoveu aprendizado entre todos os que estavam envolvidos. Ela detalha sua opinião pessoal:

Foi ideia dos líderes, do Bacurau que pensa num movimento de campo e cidade. Então fizemos uma assembleia em Itaberaí e aí fundou-se o Movimento dos Trabalhadores que então tinha trabalhador do campo e trabalhador da cidade. O campo com muita mais experiência porque já tinha efetivado sindicatos e tinham lutas e lutas. Tinha o Nativo da Natividade que foi um dos líderes e foi morto em Carmo do Rio Verde, tinha o pessoal de Itaberaí, Céres e aqui da região de Goiânia. Aconteceu muita coisa boa nessa época, muito ensinamento, só tivemos a ganhar, tanto a cidade quanto o campo. O Movimento dos Trabalhadores queria então, e estava correto, que fosse então mais longe esse movimento de campo e de cidade junto. Então o pessoal da direção fez contato com vários municípios, com vários estados, articularam muitas coisas, esse negócio era pra realmente crescer (entrevista concedida no dia 13 de janeiro de 2020 na cidade de Goiânia – GO).

Os trabalhadores perceberam que poderiam se fortalecer unindo as duas frentes e as conquistas que obtiveram, com a legalização do Jardim Nova Esperança, ocorreram porque os trabalhadores estavam sofrendo pela falta de estrutura digna para uma vivência digna e resolveram lutar juntos por este objetivo. Outra característica que vale ser ressaltada, e que também foi a proposta do Movimento dos Trabalhadores, é que não existisse uma pessoa que decidisse sobre algum assunto, todas as questões eram postas em votação para todos os moradores para que pudessem opinar em assembleias.

A militante Geralda ia semanalmente com outro líder do MT, Augusto de Franco, em Itaberaí reunir-se com o pessoal para decidir sobre as questões que apareciam envolvendo seus interesses e militância com os movimentos. Itaberaí era uma das principais sedes do Movimento dos Trabalhadores, onde havia a casa coletiva e residiam algumas lideranças do Movimento como Bacurau, Everardo, Cícera e o próprio Augusto em determinado período. Geralda continua:

Os trabalhadores do Jardim Nova Esperança, eles compreendiam o apoio recebido do campo e muitos participaram do Movimento dos Trabalhadores. Eles estavam passando muita dificuldade de alimentação, então o pessoal do campo, eles vinham de ônibus trazer. Estabelecia uma diferença né, tinha os intelectuais e o trabalhador mesmo, aí eles trouxeram pra nós alimentos, foi muito bacana, foi uma experiência mesmo interessante. Era uma organização

de base, todos podiam opinar, todos podiam decidir. Não veio de fora um e começou a mandar. Todos tinham a participação e era realmente de base, todos participavam e definiam (entrevista concedida no dia 13 de janeiro de 2020 na cidade de Goiânia – GO).

Para a entrevistada, a chamada “direita” destoa totalmente dos interesses do povo, algo que era absolutamente contrário a todo esse movimento que ela participava. A esquerda pensa e quer resolver o problema do povo e, por isso, o MT estava enquadrado nessa perspectiva, além do PT (Partido dos Trabalhadores) que surgiu depois pelos próprios trabalhadores. “É questão de visualizar o que é melhor para todo mundo, para uma maioria, e não para 5% de uma população” (AZEVEDO, 2020, s/p).

Importante perceber a atuação do Movimento dos Trabalhadores sempre em prol da melhoria de vida dos homens do campo e da cidade que procuravam vidas mais dignas. O movimento de ocupação do Jardim Nova Esperança representa os interesses coletivos da população privada de seu direito de moradia e, para retratar essa característica, Maria de Jesus Rodrigues (1989), na obra intitulada “Os 10 anos de uma Nova Esperança: posses, lutas e vitórias”, conta a história dos povos e do local, também, por meio de versos:

Há muitos anos, esta terra vivia abandonada;
Era depósito de lixo e ponto da molecada,
Que assaltava as pessoas, e até dava pancadas.

No mês de julho, porém, esta terra foi invadida
por pobres trabalhadores, que estavam sem saída,
porque o custo de vida massacrava suas vidas.

Com enxada, foice e machado a área foi desmatada.
Em poucos dias, estava quase toda loteada.
Cada um cercava um pedaço, pra fazer sua morada.

Os materiais chegavam em carroças ou caminhões.
De sol a sol trabalhamos, como aqueles sete anões,
construindo com afinco, nossos próprios barracões.

“Quem te viu e quem te vê”, era a manchete do dia!
Esta área abandonada, hoje cheia de moradia!
Nos gritos da criançada, transbordava alegria.

Mas se existe a pobreza, também existe a ganância.
Depois da terra habitada, apareceram as onças,
que eram os pretensos donos, tirando-nos a esperança.

Nos seus carros importados, e com um papel na mão,
Disseram ser o documento desse pedaço de chão,
Dizendo pra nós irmos fazer casas no sertão.

[...]

Os aflitos moradores, sem saber o que fazer,
Pediam a ajuda de Deus, e também da CPT,
Sindicato, Igreja e imprensa, e também da UCG.

Os jornais chegaram a área, dando cobertura total,
Entrevistando morador, e também policial,
Denunciando as autoridades por este ato injusto e mau.

Com a ajuda desses órgãos, as pessoas se uniram
e, na frente dos soldados, seus gritos se confundiram,
Os tiras, temendo o pior, suas armas sacudiram.

Fizeram várias prisões, mas nem isto adiantou,
porque nosso povo estava gritando a todo vapor:
“Vocês brigam com as armas, e nós, com o nosso furor”.

Os soldados se retiraram, para fazer a sua ceia,
e voltariam depois pra terminar a bagaceira,
Mas deixaram suas máquinas, o que foi a maior besteira.

Nós fomos às suas máquinas, fizemos uma quebradeira:
danificamos os pneus, fizemos dessa maneira:
só não ateamos fogo, por causa da fumaceira.

A Prefeitura, depois de provocar aquela briga,
Ficou com medo de nós, e quis achar uma saída.
Mas suas máquinas já estavam conosco e bem destruídas.

(RODRIGUES, 1989, p.8-9).

Rodrigues (1989) conta toda a história do Jardim Nova Esperança, a chegada dos moradores, seus sonhos e ideais, as primeiras construções e, claro, a resistência diante do Poder Público que inicialmente tentou expulsá-los de lá. Esta foi uma das ações em que a participação do Movimento dos Trabalhadores foi essencial para a obtenção do objetivo.

3.3.4 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores em Carmo do Rio Verde

Em Carmo do Rio Verde, a principal figura que atuou como líder dos trabalhadores foi Nativo da Natividade de Oliveira cuja militância teve destaque na década de 70 quando realizou trabalhos de conscientização política junto aos camponeses. Naquele período, ele se aproximou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que era uma organização liderada por Dom Tomás Balduino no Estado de Goiás, e ficou conhecendo Alberto Gomes, o Bacurau. Juntos a outros companheiros eles fundaram o Movimento dos Trabalhadores e Nativo atuou predominantemente em Carmo do Rio Verde onde residia e onde presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais a partir de 1982. No município, durante o final da década de 70 e 80, ocorria a intervenção por parte do

governo nos sindicatos dos trabalhadores e foi nesse sentido que Nativo se preocupou em agir, candidatando-se às eleições e no movimento de oposição sindical. Everardo Aguiar Lopes morou com Nativo em Carmo do Rio Verde durante parte do período em que o MT esteve em vigência. Ele narra:

Por causa do Movimento dos Trabalhadores eu saí de Brasília para Itaberaí, fiquei em Itaberaí um período e depois fui morar em Carmo do Rio Verde com o Nativo porque o Nativo estava lá na oposição sindical e tinha sido ameaçado e essas coisas. Sempre tinha ameaça, de morte era muita e ele tinha chance de ganhar a eleição. Ele tinha concorrido a primeira eleição e o sindicato dos fazendeiros lá acabou cancelando a eleição do Nativo e aí precisava de alguém com formação X para ajudar o Nativo, foi por isso que eu fui pra lá. Eu fui para Carmo do Rio Verde, outro foi para Mossâmedes e os outros ficavam em Itaberaí que era mais próximo de Goiânia e já tinha certa estrutura. Carmo do Rio Verde não tinha nada, estrutura nenhuma, não tinha nem asfalto e eu fui pra lá morar com o Nativo por segurança. Então na verdade o Movimento dos Trabalhadores foi isso, você tinha um movimento de oposição sindical e esse movimento ficou forte no campo e aí foi o Movimento dos Trabalhadores. Anos depois mataram o Nativo porque ele era uma influência muito forte, ele morreu no meu carro que eu deixei lá (entrevista concedida no dia 3 de julho de 2017 em Brasília – DF).

Ressalta-se que o assassinato do Nativo da Natividade ocorreu porque ele era dirigente sindical, compunha a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e, além disso, era integrante do Movimento dos Trabalhadores. Ele auxiliou na luta dos trabalhadores do campo em Carmo do Rio Verde enquanto integrante do MT e participante de outras instâncias.

O periódico “A Voz dos Trabalhadores” registrou atuações do Movimento dos Trabalhadores na cidade de Carmo do Rio Verde:



Foto 9 - Jornal A Voz dos Trabalhadores nº 1, 1980 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores, Alberto Gomes Oliveira)

A roda de violeiros mostrada no jornal produzido pelo MT aconteceu para comemorar o Dia do Trabalhador e reuniu companheiros de outros municípios que narraram situações vividas em cada localidade e as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora. Reuniões como esta eram comuns e mostravam a união dos integrantes tanto para festejarem suas conquistas quanto para simbolizarem a resistência e a luta do dia a dia representadas nos hinos, nos cânticos entoados e nas próprias falas dos trabalhadores. Um lavrador, na comemoração do Primeiro de Maio de 1980, fez um breve discurso que foi escrito, posteriormente, no jornal “A Voz dos Trabalhadores” de outubro de 1980:

Os trabalhadores, os animadores desta festa está contentíssimo em receber todos os companheiros aqui presente prá comemorar essa grande data que é o 1º de maio. A data que é considerada no mundo inteiro, a data do nosso povo trabalhador. Essa data foi conseguida com luta, não foi dada de presente prá ser comemorada, à classe trabalhadora.

Na mesma ocasião, são registradas algumas falas de companheiros de outros municípios, o que comprova o deslocamento e a interação entre eles. São falas que representam a união e a consciência da necessidade de manterem-se juntos enquanto classe com objetivos em comum. No jornal “A Voz dos Trabalhadores”, de outubro de 1980, há um trecho do discurso de um integrante de Jussara que estava representando os trabalhadores rurais do município:

A gente veio trazer um abraço de todos os nossos companheiros lá de Jussara e no mesmo tempo dizer que eles estão apoiando a luta e, apesar que não estão aqui mas eles estão de antena ligada e quando a gente voltar a gente vai transmitir prá eles tudo aquilo de belo que nós encontramos aqui. Nós temos a luta da Oposição Sindical e estamos aqui para reforçar e trazer o recado dos companheiros para o pessoal daqui de Carmo do Rio Verde que estão firmes e devem ficar cada vez mais que a luta é nossa e esperamos que um dia vamos alcançar uma vitória bem merecida.

Uma outra companheira de Santa Fé, até aquele momento distrito de Jussara, complementou a fala acima: “me perguntaram se a gente vinha cantar, mas eu não vim cantar, não, porque a gente não é poeta, a gente canta com o povo, a gente veio porque tá na luta contra a injustiça” (A VOZ DOS TRABALHADORES, 1980, s/n). As falas demonstram que esses momentos de confraternização eram caracterizados pela resistência, por meio dos discursos e dos cânticos entoados.

Na fita k7 intitulada “Relatórios 02/07/1983”, do acervo do Movimento dos Trabalhadores, é possível escutar a narrativa das ações dos integrantes em Carmo do Rio Verde em outras ocasiões em que se reuniram. A voz é atribuída ao antigo líder Nativo da Natividade e ele explica, de maneira sucinta, que a liderança do sindicato era composta por membros do MT e detalha a atuação do GPB (Grupo Político de Base) na cidade:

A gente está reunindo com alguma ineficiência devido ao acúmulo de tarefas sindicais, mas mesmo assim o GPB está atuando no encaminhamento do movimento sindical e unido ao Partido dos Trabalhadores. Está discutindo, de maneira geral, a luta e a melhor forma de encaminhar as iniciativas que o GPB está tendo na construção da OIAT (Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores) e estamos preocupados..é que lá nós temos três pontos bases que são: a formação do movimento de assalariados canavieiros na região, o movimento de pequenos proprietários e a organização de uma pequena cooperativa de baixa renda independente, é o que temos lá. Quanto à regularidade do GPB de reuniões, a formação prática nós temos pouco né, estamos reunindo uma vez por semana toda segunda-feira e sobre aquisição de

meios já conseguimos um trator cujo objetivo é render mais meios para telefone, máquina de escrever, mimeógrafo, carro e etc.. Sobre a possibilidade de expansão, a gente tem algumas, tanto de ampliar o grupo quanto de formar mais GPB lá. Agora somos seis pessoas no GPB. O GPB reúne, discute o que vai fazer e depois leva a discussão né, encaminha para o resto da diretoria do sindicato.

A morte de Nativo foi citada por todos os entrevistados que integraram o Movimento dos Trabalhadores, além de sua importância como militante. Ele era a liderança nas ações que diziam respeito aos trabalhadores e conquistou relevante notoriedade na região, o que culminou no seu assassinato. Em 2019, o documentário “O voo da primavera” narra os acontecimentos que envolveram a morte do militante:

Segundo pistoleiros, Júlio Santana, Nativo da Natividade, deveria morrer porque o prefeito da época, Roberto Pascoal Liegio, se dizia incomodado com a influência política de Nativo na região e temia pelas eleições de 1988. Em 1996 o prefeito foi julgado como mandante do crime e foi absolvido. O advogado Geraldo Reis e o fazendeiro Genésio Pereira da Silva foram condenados a treze anos de prisão, porém nunca cumpriram pena. Geraldo Reis foi eleito em 1988 como prefeito de Carmo do Rio Verde, Roberto Pascoal Liegio assumiu a prefeitura novamente em 1997. Já o pistoleiro que matou Nativo assassinou outras 492 pessoas no Brasil a mando do latifúndio.

A impunidade dos mandantes do assassinato foi retratada enfaticamente nos jornais publicados pelo CRD, além dos panfletos e protestos por escrito que colheram centenas de assinaturas de trabalhadores de todo o Brasil. O antigo integrante do MT, Adão Honore Rosa, também concedeu uma entrevista para o documentário referido em que contou: “Vieram nove vezes aqui para matar o Nativo, na décima vez é que conseguiram matar. Deu cinco tiros”.

Apesar de o Movimento aqui estudado não ser caracterizado pela violência ou pelo uso de armas de fogo, a morte de Nativo em Carmo do Rio Verde comprova a repressão, muitas vezes violenta, sofrida pelos integrantes.

3.3.5 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores em Itaberaí

Os principais representantes do Movimento dos Trabalhadores em Itaberaí foram os irmãos Marcio Eudes Teixeira e Elcio José Teixeira, que também eram irmãos de

Alberto Gomes de Oliveira, o Bacurau, já citado líder do Movimento. Eles dizem, por meio de entrevistas, que o MT começou em Itaberaí quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais sofreu intervenção e a briga principal foi contra Ubirajara Caiado. A intervenção durou cinco anos, de 1974 a 1979, e, durante este período, houve assembleias com até 500 trabalhadores reunidos desejosos de tirar os pelegos do sindicato. A partir disso, começou a se criar movimentos de oposição sindical em outras localidades também porque as pessoas perceberam que esses sindicatos defendiam os interesses dos patrões e dos fazendeiros. Élcio e Márcio contam:

E aí começou movimento para um monte de lugar, Carmo do Rio Verde, Jussara, Tapira, Britânia. Nós fundamos os sindicatos de Mossâmedes, Americano do Brasil, Goiás, Santa Fé que era o de Jussara. E aí a gente assim, na oposição sindical, começou a ver a necessidade dos trabalhadores terem seus meios de coletividade, meios de comunicação, de transporte porque antes o que tinha era cedido pela Igreja né, mas aí saía um padre entrava outro e acabava com tudo. Então começou a sentir necessidade da própria classe trabalhadora ter seus meios, meio de acumulação de experiência, de contar as experiências porque antes quem contava isso era externo. E aí surgiu, começamos a trabalhar para que cada grupo de trabalhador tivesse um lugarzinho para reunir, tivesse um mimeógrafo bem simples mesmo, feito no álcool, depois criamos o jornal A Voz dos Trabalhadores que juntava a história de cada lugar para contar (entrevista concedida no dia 20 de outubro de 2018 na cidade de Itaberaí – GO).

Élcio ressalta como eles começaram a reunir os trabalhadores:

É interessante nesse meio tempo aí também a gente para poder organizar, para juntar os companheiros, como é que nós fazia? Através dos mutirões, fazia sempre os mutirões, num lugar e no outro, numa região e outra. Aí pra mostrar força pra que outros companheiros comessem a participar mesmo, às vezes estava até com um problema, com causa trabalhista lá no sindicato aí a gente fazia as coisas e ganhava a causa, nós chegamos a ganhar uma causa aqui que o cara não plantou nem um grão de arroz nem de feijão e recebeu a quantidade de coisa, isso com força, a gente ia nas assembleias do sindicato, expunha o caso do homem lá, eles arrumaram advogado, teve que contratar advogado pra poder defender ele nesse caso porque ele foi contratado pra tirar leite e isso e aquilo e depois foi mandado embora sem direito nenhum (entrevista concedida no dia 20 de outubro de 2018 na cidade de Itaberaí – GO).

O Movimento dos Trabalhadores formou-se então e em Itaberaí havia uma casa coletiva onde muitos habitavam e, de acordo com os entrevistados, chegaram a passar de 40 a 50 trabalhadores por dia para conversar, reunir, cuidar da horta coletiva, entre outros afazeres. É possível escutar o entrevistado Márcio também na gravação da fita k7

intitulada “Relatórios 02/07/1983” na qual cita a morte do Tarcísio, companheiro de luta e integrante do MT, em Itaberaí, e a atuação dos companheiros em busca de justiça diante dessa situação. Além disso, explica com detalhes as ações promovidas na cidade pelo GPB e seus membros:

A gente usa a Rádio Difusora pra falar né, amanhã tem mutirão, então os companheiros que a gente não tem acesso, mesmo através de boletim ou conversas, ele escuta no rádio e às vezes vai no mutirão né. A gente tem promovido e organizado os mutirões, a gente fez aí uma média de 4 ou 5 mutirões desde a morte do companheiro Tarcísio, confeccionamos um cartaz que a maioria dos companheiros deve conhecer e uma grande vitória do GPB, e que não é uma vitória só desse GPB mas dos companheiros todos de luta né, foi no caso da audiência agora do dia 28. Foi uma audiência que a gente qualificou assim muito boa e se a gente não tivesse organizado e discutido o encaminhamento dessa luta, talvez não tivesse obtido essa vitória. A vitória no caso da audiência que foi a conquista que a gente teve do fazendeiro irmão do assassino de 1 milhão de cruzeiros pagando, indenizando, o direito que ele tinha de ficar terra porque o Tarcísio lutou sete anos praticamente, quase oito por isso e a gente agora conseguiu (fala de Márcio Eudes Teixeira na fita “Relatórios 02/07/1983”).

Márcio, na gravação da fita, relatou sobre a questão da morte do Tarcísio e convocou os companheiros das demais localidades, onde o MT atuava, para colaborarem no dia 17 de agosto de 1983 para a próxima audiência que seria em relação ao assassinato propriamente dito. Ele detalhou alguns planejamentos do GPB de Itaberaí:

A gente tá pensando em preparar um boletim também, apesar das ameaças que a gente sofreu do fazendeiro, a gente tá pensando em preparar um boletim e soltar porque uma vitória como essa que a gente teve, a gente não pode ficar com ela só entre nós né. A gente tem que esparramar para os outros companheiros, a gente acha inclusive que é uma forma de incentivar outras lutas e mesmo divulgar, a gente quis divulgar essa vitória que a gente teve. Com relação a criação de OIAT's, a gente criou o Comitê, criamos um comitê que é uma OIAT, que é controlado e organizado pelos companheiros, não tem interferência de meio nenhum, é tudo a partir dos próprios companheiros. É o comitê que acompanha a luta para justiça no caso do companheiro Tarcísio e não está restrito só a esse problema. O GPB também acompanha a causa contra o assassino, presta assistência jurídica, faz campanha financeira para ajudar nos gastos, no caso os gastos da viúva, com mutirões, vê um ou outro advogado para ajudar, sabe como é.

Sobre a questão financeira, reforçou o que é dito por outros entrevistados atualmente, sobre a contribuição dos próprios integrantes para ajudar a manter o MT e os GPBs e a dificuldade dessa articulação, em razão de os integrantes não possuírem boas condições materiais. Márcio detalha:

Com relação às finanças, a gente tá com um problema grande na região e aqui eu já falo pela região, são lugares pobres, os companheiros na sua maioria estão desempregados, os empregados são boias-frias, então colaboram muito pouco financeiramente com os GPBs. A gente inclusive tava pensando em fazer assim uma campanha, um projeto, para adquirir alguns meios importantes para o GPB, para servir não só ao GPB de Itaberaí, mas para servir também ao GPB de Mossâmedes, Americano do Brasil e futuramente o município de Anicuns também. Em Itaberaí a gente mantém uma colaboração, no momento ela está aberta porque são dois companheiros, um está desempregado então fica difícil assim de manter uma porcentagem, mas colabora na medida da necessidade, mas importante é que todo mês tem colaboração.

Como nas outras localidades, a atuação do Movimento dos Trabalhadores em Itaberaí foi registrada no jornal “A Voz dos Trabalhadores” que recebia narrativas de integrantes de várias cidades. Abaixo, segue o registro feito da festa do dia primeiro de maio, considerado o “Dia do Trabalhador”, para enaltecer aqueles que se enquadram nessa categoria e que estavam unidos na mesma luta:



Figura 12 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Edição Especial, 1980 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

Nessa mesma festa, alguns discursos foram registrados e convém transcrever parte de um deles para que a análise possa ser realizada e comprovados os sentimentos de união, solidariedade e consciência de classe que estavam presentes nos trabalhadores do MT. A fala abaixo foi atribuída a um lavrador de Itaberaí cujo nome não foi divulgado, mas o discurso feito durante um mutirão de violas foi escrito no jornal A Voz dos Trabalhadores – Edição Especial de 1980:

Uma coisa ficou bem clara na cabeça de todos nós: é que nossa vida não tá fácil. Companheiros, nós, escutamos do companheiro de cada município que falou, de cada música cantada, da importância da nossa união, da importância na união da classe trabalhadora. Prá que essa união? É prá gente não ficar vivendo a vida inteira explorado pelo patrão, essa união é pra isso, é pra que os outros não fique roubando o suor da gente. Porque nois tá trabalhando pros outros carregar e os outros carrega e nós passa fome, a nossa união é pra isso. Ficou bem claro. Então eu acho que a maneira de nós ficar junto é essa que nós tá fazendo: trabalhador com trabalhador, todo mundo juntando a força, companheiro da roça e da cidade. Companheiro da roça mais companheiro da roça, companheiro da cidade mais companheiro da cidade, todos trabalhador.

Em Itaberaí, como nas outras localidades nas quais havia integrantes do Movimento dos Trabalhadores, muitos mutirões ocorriam para o auxílio aos companheiros do campo. É possível visualizar notícias sobre este assunto veiculadas no jornal A Voz dos Trabalhadores – Edição Especial de 1980:

Itaberai



UNIÃO FAZ A "TREIÇÃO"

Aconteceu no dia 2 de março, lá na Mamoneira, no município de Itaberai. Os trabalhadores, vendo o grande aperto que um companheiro estava passando com uma roça de arroz (era um 350 litros), a maior parte no mato e uma terra muito espraguejada, resolveram dar uma demão.

Foi tudo muito bem planejado pro companheiro não ficar sabendo da trama.

Bem cedinho, depois de viajar 3 léguas, juntamos com os companheiros do lugar.

Tinha quase 50 companheiros pro trabalho da roça. Chegamos de surpresa e o susto foi muito grande com os foguetórios.

Com essa turma conseguimos capinar toda a roça, com muita animação.

Depois que terminou todo serviço o companheiro agradeceu dizendo que antes da treição ele nem dormia, pensando que o arroz ia morrer no mato.

Um companheiro explicou que se cada um dá um dia de serviço, não vai fazer falta e unindo esses dia de cada um, resolve o aperto de um amigo, fazendo mutirão.

Teve alguém que falou que a treição se deu porque todos nós temos um compromisso com ele (o traído), e ele também tem um compromisso com todos nós e com o nosso MOVIMENTO DOS TRABALHADORES.

Mutiroês

5

FAZENDA NOVA

LAVRADORES LEVANTAM RANCHO QUEIMADO

Nós trabalhadores da Oposição Sindical de Fazenda Nova fizemos um mutirão para comemorar uma vitória.

É que um jagunço queria tomar um pequeno pedaço de terra do companheiro Jandir José Medeiros, dizendo que a terra era sua.

O jagunço conhecido por Negrão, mandou até botar fogo no rancho de Jandir Mas, Jadir e sua família unido com os companheiros não desanimou.

O caso foi parar na justiça. No dia da audiência muitos companheiros de Jadir foram para o Fórum dar seu apoio a ele.

E conseguimos recuperar a terra do companheiro.

O MUTIRÃO

Depois fomos com Jadir para sua terra para construir o rancho que foi queimado. Era uns 100 companheiros e fizemos o rancho.

Cantamos e contamos o acontecido para os outros companheiros e festejamos essa grande vitória.

CÓRREGO DO OURO

LAVRADORES CONSTROEM RANCHO PROS
COMPANHEIROS REUNIR

No dia 8 de dezembro de 1979 houve um grande mutirão em Córrego do Ouro com a participação de várias pessoas de diversos lugares (municípios).

A finalidade deste mutirão era construir um rancho para os lavradores poder se reunir para discutir seus problemas e o jeito de lutar para conseguir fundar o sindicato de trabalhadores rurais do município.

Esse dia foi muito animado e houve uma boa participação dos companheiros com a presença de umas 60 pessoas, e o rancho ficou pronto.

A noite foi a inauguração e teve um pagode animado e canto dos lavradores. No outro dia os companheiros já estavam reunidos lá.

Figura 13 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Outubro, 1981 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores Alberto Gomes Oliveira)

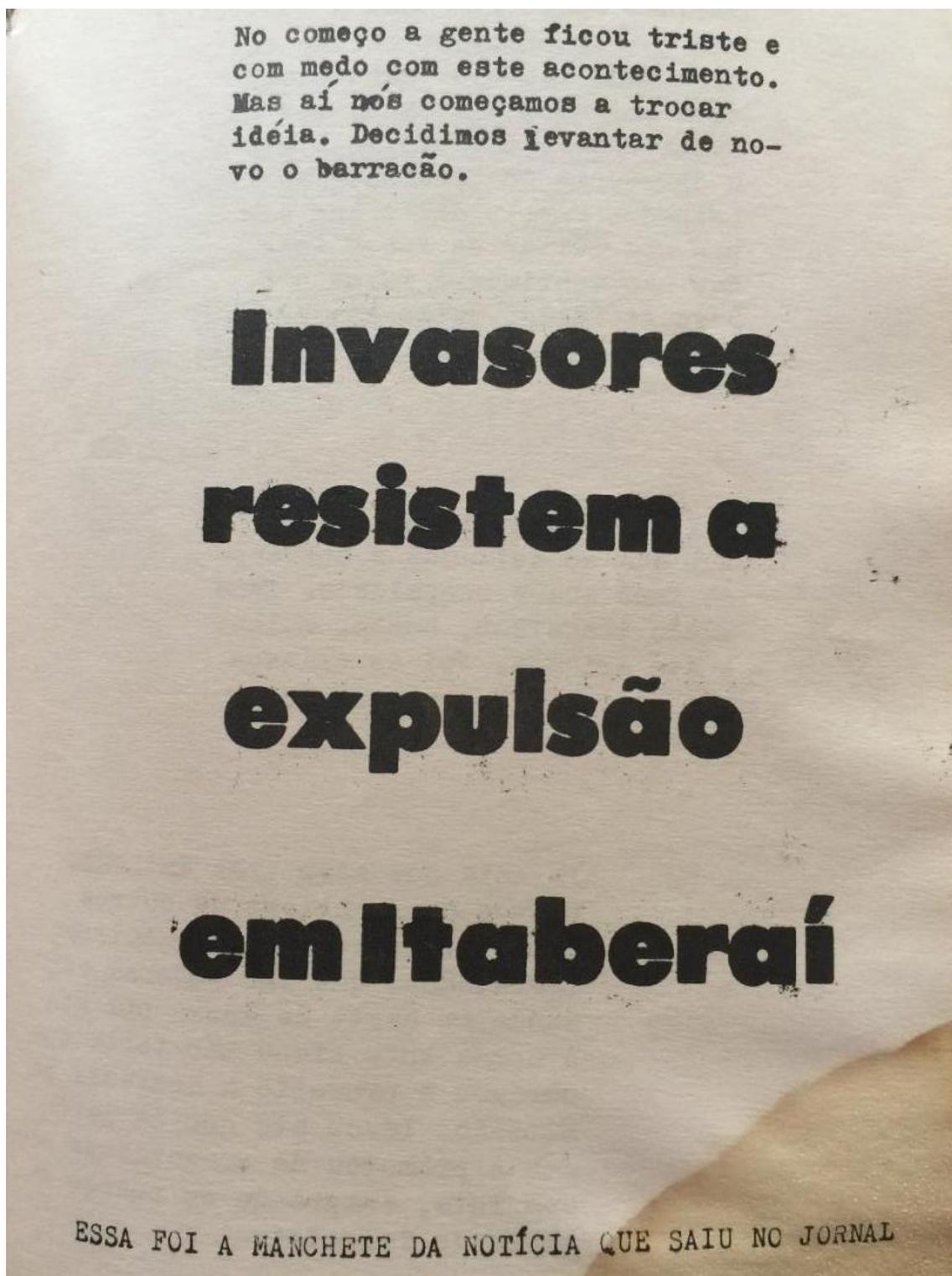


Figura 14 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Outubro, 1981 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

Os aspectos ressaltados pelos dois entrevistados, Élcio e Márcio, sobre a união dos trabalhadores em Itaberaí, a consciência da força dessa união e a realização dos

mutirões para atrair mais trabalhadores para o MT podem ser comprovados na análise do jornal referido.

3.3.6 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores na Cidade de Goiás

O contexto da Cidade de Goiás durante a vigência do Movimento dos Trabalhadores era, também, de luta pela terra devido a modernização no campo, expansão do latifúndio e, conseqüentemente, expropriação dos pequenos camponeses e trabalhadores rurais. Na cidade, a principal personalidade era Dom Tomás Balduino que já foi citado anteriormente como um dos principais representantes da luta em prol dos trabalhadores, inserido na linha da Teologia da Libertação. O filme/documentário “O Voo da Primavera”, lançado em novembro de 2018, no Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental em Goiás (FICA) e com direção e roteiro da jornalista Dagmar Talga retrata bem a atuação do arcebispo da Cidade de Goiás.

O longa-metragem mostra imagens e entrevistas que exemplificam a luta pela terra por parte dos camponeses, que foram expropriados de suas terras e cuja atuação da Igreja Católica foi imprescindível para auxiliar esses “excluídos” do campo e das cidades. A história da luta pela terra é parte da vida de Dom Tomás Balduino que fez alianças com alguns religiosos, mas que também sofreu represálias por parte de algumas alas da própria Igreja Católica.

Aguinel Fonseca, historiador concede uma entrevista que aparece no documentário:

Imagine uma cidade histórica, super conservadora, onde a Igreja sempre foi aliada dos grandes, aí vem um bispo goiano, do norte do Estado, que hoje é o Tocantins, vem e abre as portas para a participação das pessoas excluídas da cidade, excluídas do campo e começa a colocar em prática tudo aquilo que definiu no Vaticano. Começa a desencadear uma série de ações onde os trabalhadores que eram expulsos das terras não mais admitiam sair das terras onde ficou morando trinta anos, quarenta anos, sem buscar seus direitos no sindicato.

Carlos Rodrigues Brandão, antropólogo do mundo rural, acrescenta informações sobre como era o contexto naquele período de Ditadura Militar e predominância de latifundiários na cidade em questão:

Aqui não havia praticamente pequeno campesinato, havia um punhadinho de alguns pequenos proprietários sitiantes mas era uma região de latifúndio. Com o Estatuto da Terra [de 1964], quando trabalhador rural adquire direitos isso se volta contra eles, os fazendeiros põem pra fora todo mundo. Já que pela lei agora tem que pagar direitos, todo mundo na rua. A gente via pelas estradas, famílias inteiras com trouxas nas costas, na cabeça, pelas estradas, indo para Itaberaí, Itapuranga, etc. Então o primeiro momento quando o povo tá sendo expulso, totalmente desorganizado, os sindicatos são pelegos, quase todos vendidos aos fazendeiros, ao governo, então começa a haver todo um trabalho por parte da Igreja de oposição sindical, de criação de sindicatos que realmente representassem essa população que tava sendo expropriada, expulsa, roubada das suas terras. Sem a presença da Igreja era impossível, não havia nem lugar físico, nenhum apoio.

Nesse contexto, insere-se o Movimento dos Trabalhadores que, inicialmente, teve todo o apoio da Igreja para iniciar e dar impulso aos seus objetivos e ações para alcançá-los. Esse apoio existiu na Cidade de Goiás, mas se estendeu por outras cidades e regiões como já foi demonstrado.

Frei Marcos Lacerda, também em entrevista ao documentário, explica sobre as conquistas que obtiveram na luta junto aos trabalhadores:

Me alegra ter participado, com dom Tomás, de todo esse tempo, de toda essa luta e ter conseguido todos os objetivos porque ficou bem claro, basta dizer que o município de Goiás hoje tem o maior número de assentamentos proporcionalmente de todo o Brasil. São 24 assentamentos e isso para nós foi uma grande vitória porque o homem que estava nas periferias da cidade, que tinha vindo da roça, voltou para a roça e conquistou a sua terra. Essa foi a nossa luta.

Apesar da importância fundamental da Igreja na conscientização dos trabalhadores, Dom Tomás Balduino, no mesmo documentário, mostra-se modesto: “Goiás era o miolo mesmo da reação, os latifundiários dominavam aquilo ali e a mudança não veio porque a Igreja tomou a dianteira, os trabalhadores mesmos tomaram a frente”. Apesar da fala do arcebispo, aceita-se a teoria de que, sem a Igreja, parte dessas organizações, incluindo o MT, possivelmente não teriam existido ou não teriam tido força suficiente para perdurarem por anos. Dom Tomás encerra a participação no documentário

com uma fala emocionada: “eles que são o novo céu, eles que são a primavera, os trabalhadores rurais”.

3.3.7 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores em Jussara, Santa Fé e Mossâmedes

A região no Estado de Goiás, onde se localizam os municípios de Jussara e Mossâmedes, foi marcada pela atuação de padres que se posicionavam contra o regime autoritário implantado pela Ditadura Militar e pelos próprios trabalhadores rurais que se uniram e fizeram movimentações contra o governo. Segundo reportagem divulgada pela Secretaria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás,

Os relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre atuação de padres e religiosos na região, na resistência à ditadura são datados a partir de 1970, pois a Igreja Católica deu sustentação ao golpe de 1964. A mudança de posição ocorreu após casos de tortura e o assassinato de presos políticos virem à tona, em 1968 (SECOM, s/d).

Alguns religiosos do Estado uniram-se com o objetivo de auxiliarem os camponeses e foram vigiados, de perto, por agentes do governo, mas não deixaram de atuar na militância a favor dos trabalhadores rurais. A nota da SECOM - UFG (s/a) continua:

Nesta época, um informante do Departamento de Polícia de Ordem Política da Secretaria de Segurança Pública de Goiás esteve em Jussara para bisbilhotar o padre Chicão que vinha dando conselhos aos pequenos proprietários da região do Rio Vermelho a não venderem suas terras ao governador do Estado (SECOM, s/d).

Já em Mossâmedes, que também se destacou pela atuação de líderes religiosos e do próprio Movimento dos Trabalhadores, houve o atentado ao padre Francesco Cavazzuti em 27 de agosto de 1987, atribuído ao rancor dos proprietários de terras na região. Ainda a reportagem da SECOM – UFG (s/d) contribui:

Assinado pelo agente Paulo Celso Braga, o relatório que se encontra no Arquivo Nacional diz que os fazendeiros dessa região [Jussara e Mossâmedes] encontravam-se temerosos com a movimentação dos posseiros, que estavam criando um sindicato. As tensões no campo estão entre os maiores temores dos militares e civis que apoiaram o golpe e Goiás tinha o histórico da luta dos camponeses em Trombas e Formoso, em que pequenos agricultores conseguiram expulsar grileiros de terras e ganhar títulos de propriedades das glebas.

Alberto Gomes de Oliveira, o Bacurau, (entrevista concedida em 29 de janeiro de 2021) disse que integrantes do Movimento dos Trabalhadores deslocaram-se a alguns municípios com a intenção de conhecerem os trabalhadores rurais e iniciar o movimento de oposição sindical. Dessa forma, conheceram os trabalhadores de Jussara e Mossâmedes e fizeram um mutirão para reunir diversas pessoas desses municípios:

Nós fizemos um mutirão grande, grande de mesmo com pessoas de uns 20 municípios fora da capital e tal. Nesse mutirão nós lançamos a oposição sindical dos trabalhadores rurais do Estado de Goiás já com Nativo [Carmo do Rio Verde], trabalhadores rurais de Mossâmedes, de Jussara, de diversos municípios. Nessa época nós já tínhamos uma articulação estadual e lançamos a oposição sindical que começou a discutir não só a oposição às direções sindicais mas também oposição à estrutura sindical porque nós percebemos que não adiantava só trocar as direções, era necessário trocar a estrutura sindical, tanto que tem uma música nossa, feita pelo Nativo e pelo Adão que diz: “nós vamos derrubar, nós vamos derrubar, essa estrutura pelega que só quer nos dominar”. Nesse período nós já tínhamos uma série de companheiros, trabalhadores rurais de base e em Mossâmedes não tinha sindicato e com essa companheirada foi fundado o sindicato dos trabalhadores rurais de Mossâmedes, com o apoio de todos nós, foi o segundo sindicato nesse período fundado sem a tutela da FETAEG e do Ministério do Trabalho. Até fizemos cartilhas sobre como fundar sindicato e tal mesmo acompanhando o estatuto padrão do Ministério do Trabalho a nível nacional. Jussara já tinha também comunidades de base, lá iniciou todo um trabalho social há muitos anos, iniciando com mutirão de casas para casa própria, iniciando com mutirão comunitário de roça comunitária e lá conhecemos o companheiro Adésio, o companheiro Orlando.

A entrevistada Lúcia Carvalho, antiga militante, diz que uma freira conhecida por tia Alzira, da Comissão Pastoral da Terra, engajou-se no Movimento dos Trabalhadores e organizou essas duas cidades em relação a reunião dos trabalhadores para que pudesse atrair mais integrantes ao Movimento. Bacurau também fala sobre ela e sobre os municípios da região:

Companheira Alzira Bianca, a Alzira fazia de tudo e ela foi se aproximando do movimento de oposição sindical e firmou ali junto com o grupo, com o grupo

de trabalhadores e acabou escolhendo, optando por não fazer só um trabalho de caridade mas também ajudando a fomentar grupos de trabalhadores com resistência. Tanto que ainda nesse período da Alzira e junto com nós né do Movimento dos Trabalhadores, nós ganhamos a direção do sindicato de Jussara com a presença do Orlando na cabeça. Uma eleição totalmente planejada. E aí Santa Fé, o local onde eu nasci, Santa Fé do Paraíso não era emancipado ainda, era onde o Orlando morava se envolveu e também o município de Britânia. Britânia era um negócio interessante porque lá morava o grande poeta chamado Adelcio e o Adelcio era um repentista capaz de em qualquer encontro, durasse 2, 3, 5 dias o tempo que fosse, o Adelcio fazia tudo em verso. Os primeiros congressos do PT, por exemplo, o Adelcio fez tudo em verso e tinha além dele um grupo bom de companheiros ali que fazia parte do Movimento dos Trabalhadores mas lá até recentemente nunca conseguimos ganhar a direção do sindicato. Eram trabalhadores mais preocupados em organizar mutirões, eram pescadores, era uma terra de latifúndio praticamente.

O Movimento dos Trabalhadores, tinha, em cada um desses locais, um Grupo Político de Base (GPB) que tocava o Movimento e fazia com que a luta e a resistência acontecessem em várias localidades.

- Santa Fé e Jussara

No período de vigência do Movimento dos Trabalhadores, Santa Fé era distrito do município de Jussara e só foi desmembrado em 1988 e oficialmente considerado município em 1989. Dessa forma, na fita k7 intitulada “Relatórios 02/07/1983”, alguns representantes descrevem as atuações do MT nessas duas localidades de forma conjunta, tendo-se em vista que se tratava de um único município, mas com GPBs próprios. É possível escutar uma mulher narrando as iniciativas do Movimento no local e, posteriormente, um homem, cujos nomes não foram citados durante as gravações da fita. A mulher diz sobre Jussara:

Sobre o GPB de Jussara, já pensamos e decidimos que precisamos ganhar as eleições sindicais em 85. Vimos a importância também da organização da classe trabalhadora a partir de um bairro e estamos iniciando esse trabalho no bairro Goiás. Os estudos estão indo regularmente, estudamos e discutimos a pirâmide, os documentos do MT e a leitura de alguns livros. Sobre as reuniões, reunimos semanalmente em Jussara e uma vez por mês com o GPB de Santa Fé. A questão da formação prática vimos que temos que avançar mais, a ida do peão tem ajudado muito a discutir e aprofundar certos assuntos. E sobre os meios, em Jussara temos a casa e com planos de ter o restante e sobre as possibilidades de expansão vai depender muito do avanço da luta.

Neste momento da gravação, um homem acrescenta dados na fala da mulher que começou a narrativa:

Os GPB's de Santa Fé e Jussara né, são companheiros já antigos de luta, agora como GPB em Santa Fé é de pouco tempo, estamos iniciando algumas coisas, uma movimentação a nível sindical com a intenção de ganhar o sindicato em 85. Já perdemos duas vezes, então isso é uma das coisas que estamos fazendo, contato e tal. Agora também estamos sempre reunindo toda semana e estudando a possibilidade de ter uma estrutura, em Jussara já tem uma estrutura mas em Santa Fé não temos, estamos usando casas de companheiros e estamos estudando a possibilidade de criar outro GPB ou mesmo lá dentro ou fora um pouco mas tem possibilidade, haverá tempo para isso.

Após alguns questionamentos dos outros companheiros presentes na reunião e explicação por parte de quem expôs a situação em Jussara e Santa Fé, os integrantes seguem dizendo que estão atuando também na discussão a respeito do Partido dos Trabalhadores e a necessidade de organização do partido. A narrativa comprova o estreito laço entre MT e PT além de atuações nessas localidades do Estado de Goiás.

A reportagem que segue abaixo sobre Santa Fé (Jussara) descreve o encontro dos trabalhadores em Santa Fé na chácara de alguns companheiros e que contou com janta e apresentação de músicas feitas pelos trabalhadores da localidade. Teve a presença de companheiros de outros municípios, como Carmo do Rio Verde, e a troca de experiências entre eles trouxe força e a certeza de continuarem na luta.

Abaixo segue a notícia da cidade no jornal A Voz dos Trabalhadores, Edição Especial de 1980:



Figura 15 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Edição Especial, 1980 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores Alberto Gomes Oliveira)

- Mossâmedes

Outro município da região que foi palco de ações dos trabalhadores pertencentes ao MT, é Mossâmedes, onde alguns mutirões foram feitos para auxiliarem os companheiros na colheita das plantações e na luta contra os grandes fazendeiros. Abaixo, segue uma das reportagens presentes no jornal A Voz dos Trabalhadores – Edição Especial de dezembro de 1980:



Figura 16 - Jornal A Voz dos Trabalhadores: Edição Especial, 1980 (fonte: acervo pessoal do antigo integrante do Movimento dos Trabalhadores, Marcio Eudes Teixeira)

Está registrado no jornal a seguinte escrita:

De manhã cedinho já começavam a chegar os primeiros companheiros do lugar. Armar a barraca, preparar a comida, ajuntar e afiar as enxadas. Era dia de mutirão. Mas que mutirão era esse? Prá que ele estava sendo organizado? O mutirão era o apoio que várias lutas de Goiás unidas no Movimento dos Trabalhadores davam ao Martinho (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais), ao Jeconias, aos lavradores do Roncador e a todos os companheiros trabalhadores de Mossâmedes ameaçados pelos fazendeiros da região. Estava presentes companheiros de lutas de bairros e invasões de Goiânia, Itumbiara e Brasília, lutas de Oposição Sindical Operária de Goiânia, lutas camponesas e de Oposição Sindical Rural de Carmo do Rio Verde, Goiás, Jussara, Itaberaí e Britânia. Também vieram dar seu apoio agentes pastorais da Diocese de Goiás e outras pessoas ligadas as lutas populares do Estado.

Percebe-se que o Movimento dos Trabalhadores conseguiu integrar moradores de várias regiões que se deslocavam, quando necessário, para fortalecer as ações dos companheiros. Em outros documentos sobre o município, é retratada a pressão que os fazendeiros estavam fazendo sobre os trabalhadores para que saíssem de suas terras.

Alguns casos emblemáticos sobre essa situação são citados e explicados, tais como o caso Jeconias, caso Adélio, Geraldo e José Nunes, caso Martinho e a união de Fazendeiros que procuraram o delegado contra os trabalhadores. Houve uma tentativa de impedirem os trabalhadores de se reunirem nas terras desses fazendeiros, que foi respondida, segundo a descrição do texto, “o dia que tiver uma lei que proíbe fazer reunião nós não faz”.

Abaixo segue outra notícia de jornal que relata a união dos trabalhadores para realizar o mutirão em Mossâmedes:

MOSSÂMEDES



O MUTIRÃO

No dia 27 de dezembro os companheiros de vários lugares e daqui de Mossâmedes vieram limpar as roças de Jeconias e Martinho e também dar apoio aos companheiros que estão sofrendo as pressões dos fazendeiros e da polícia.

Teve também mutirão das companheiras para fiar o algodão.

Bem cedinho os companheiros começaram a chegar na casa de Martinho. Com um pouco de atraso, por causa da estrada ruim, chegavam os companheiros mais de longe. Todos chegavam alegres e cantando.

Juntou muita gente. Os homens com as enxadas caminhavam para a roça e as mulheres foram tomando o seu lugar na fiação e na cozinha.

Ao meio dia todos se reuniram na barraca para almoçar.

Logo depois, todos juntos, fomos ouvir os companheiros prejudicados contar os fatos acontecidos.

VISITA AO FAZENDEIRO

Em seguida saímos todos, homens, mulheres e crianças para ir pra roça do Jeconias, passando pela sede da fazenda de Jean.

Ele soltou os cachorros e ficou do lado de fora com a família, olhando o cordão de gente passar cantando.

Na volta ainda tentou intimidar, tirando fotografias, mas ninguém ligou, e continuamos a caminhar.

Chegando na casa do companheiro, serviço terminado, e fomos conversar um pouco, trocar ideias.

FALA DOS COMPANHEIROS

Todos cansados mas muito animados e cantando, fomos sentando para ouvir o que os companheiros tinham pra falar.

Companheiros de cada lugar contavam as suas lutas, a situação que estão vivendo e suas vitórias.

Depois um companheiro resumiu o que tá acontecendo assim: "O que está acontecendo aqui é isso: pisaram num dedo da nossa classe e nós que faz parte desse corpo é como se fosse a mão que viesse socorrer. Mas é um negócio que estava prejudicando todos nós. E quando aquilo sarar vai aliviar todo sentimento que nós tem. O sentimento de tristeza que nós tem porque aquele dedo tá doendo."

Os companheiros do Rencador falavam de toda raiva que estão sentindo.

Uma companheira disse: "Merece a gente ser unido e acabar com esse povo que vive oprimindo a gente, que a gente é muito mais do que eles. Mostrar pra eles que a gente tem braços fortes, apesar, das vezes, a alimentação da gente ser a alimentação que nem os cachorros do Jean não come. Mas a gente é forte na luta e na experiência de lutar."

A VOZ DOS TRABALHADORES - 9

Figura 17 - Jornal A Voz dos Trabalhadores nº 10, de 1980 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

Para melhor leitura, compreensão e análise, segue a transcrição do documento abaixo:

O MUTIRÃO

No dia 27 de dezembro os companheiro de vários lugares e daqui de Mossâmedes vieram limpar as roças de Jeconias e Martinho e também dar apoio aos companheiros que estão sofrendo as pressões dos fazendeiros e da polícia.

Teve também o mutirão das companheiras para fiar o algodão.

Bem cedinho os companheiros começaram a chegar na casa de Martinho. Com um pouco de atraso, por causa da estrada ruim, chegavam os companheiros mais de longe. Todos chegavam alegres e cantando.

Juntou muita gente. Os homens com as enxadas caminhavam para a roça e as mulheres foram tomando o seu lugar na fiação e na cozinha.

Ao meio dia todos se reuniram na barraca para almoçar.

Logo depois, todos juntos, fomos ouvir os companheiros prejudicados contar os fatos acontecidos.

VISITA AO FAZENDEIRO

Em seguida saímos todos, homens, mulheres e crianças pra ir prá roça do Jeconias, passando pela sede da fazenda de Jean.

Ele soltou os cachorros e ficou do lado de fora com a família, olhando o cordão de gente passar cantando.

Na volta ainda tentou intimidar, tirando fotografias, mas ninguém ligou, e continuamos a caminhar.

Chegando na casa do companheiro, serviço terminado e fomos conversar um pouco, trocar ideias.

FALAS DOS COMPANHEIROS

Todos cansados mas muito animados e cantando, fomos sentando para ouvir o que os companheiros tinham prá falar.

Companheiros de cada lugar contavam as suas lutas, a situação que estão vivendo e suas vitórias.

Depois um companheiro resumiu o que tá acontecendo assim: “O que está acontecendo aqui é isso: pisaram num dedo da nossa classe e nois que faz parte desse corpo é como se fosse a mão que viesse socorrer. Mas é um negócio que estava prejudicando todos nois. E quando aquilo sarar vai aliviar todo sentimento que nois tem. O sentimento de tristeza que nois tem porque aquele dedo tá doendo.”

Os companheiros do Roncador falavam de toda raiva que estão sentindo.

Um companheiro disse: “Merece a gente ser unido e acabar com esse povo que vive oprimindo a gente, que a gente é muito mais do que eles. Mostrar prá eles que a gente tem braços fortes, apesar das vezes, a alimentação da gente ser a alimentação que nem os cachorros do Jean não come. Mas a gente é forte na luta e na experiência de lutar.”

Na mesma edição é possível ver que os trabalhadores compuseram uma música para retratar a luta na região, valorizar ações em conjunto e falar das vitórias conquistadas e almeçadas:

Quem é aquele que vem lá
 COMPANHEIRO VAMOS LÁ
 Salta aqui, salta acolá
 É o francês e não é o outro
 Com a canga no pescoço
 De cangalha e cassoar

É o patrão do Jeconias
 Querendo nos espantar
 Mas ele já tá tremendo
 Com a força do Movimento
 Que nós tamo a implantar

Motivo do mutirão
 Agora vou explicar
 É porque os fazendeiros
 Tão um pouco presepeiro
 Querendo nos expulsar

Mas eles tão enganado
 Com sua fraca opreção
 Enquanto ele nos oprime
 Reforçamos nosso time
 Com a força da união

Nosso time é união forte
 Não tem medo de tumulto
 Se o inimigo apertar
 Nós vamos ter que marcar
 30 gols por minuto
 Nós lutando tudo unido
 A partir de mutirão
 São a canga do pescoço
 Construimo um mundo novo
 Acabará com a opreção.
 (A VOZ DOS TRABALHADORES, 1980, s/d)

Optou-se por deixar a transcrição na forma original como foi encontrada, a fim de demonstrar as características presentes nos hinos entoados pelos trabalhadores integrantes

do MT. O mutirão em Mossâmedes era considerado uma vitória para a classe trabalhadora porque retratava a união do povo contra quem os oprimia. Enquanto os homens faziam o mutirão, as mulheres ajudavam a fiar o algodão em uma demonstração de solidariedade e cuja importância da coletividade é retratada nos hinos e cânticos entoados. Essa era uma forma de se reunirem e contarem os casos de como alguns companheiros sentiam-se prejudicados com a pressão de alguns fazendeiros.

O conflito em Mossâmedes, entre trabalhadores rurais e fazendeiros, remete à década de 70, mas estende-se por vários anos até a pós-formação do Partido dos Trabalhadores. Alguns membros do partido, que eram membros do MT, e se envolveram nessa questão anteriormente, auxiliaram e acompanharam de perto os conflitos entre lavradores e fazendeiros daquela região. Na reportagem do jornal “O Diário da Manhã”, de 1983, é possível ler sobre os problemas referidos e o nome de um integrante do MT envolvido nas tentativas de solução:

Alberto Gomes de Oliveira, o Bacurau, representante da Comissão Estadual do PT, afirma que “os incidentes de Mossâmedes não são um caso isolado e não é essa a primeira vez que os patrões se servem da polícia para reprimir os trabalhadores”. Lembra Bacurau, ainda, que recentemente um trabalhador foi morto por jagunços em Jussara e nenhum resultado concreto das investigações foi apresentado até hoje.

Sobre a situação em Mossâmedes, Bacurau citou reclamações feitas pelos trabalhadores sobre o delegado acatar as queixas dos fazendeiros e passar a intimar os lavradores, além de pressioná-los a abandonarem as terras que cultivavam. Os trabalhadores acusavam ainda o delegado da tentativa de proibir ilegalmente as reuniões do Sindicato e do PT em suas casas, ferindo a Constituição e os princípios mais elementares da democracia.

Abaixo, segue uma das reportagens sobre o envolvimento da Igreja Católica, favorável ao trabalhador, quando denunciou o delegado da região em 1978:

Goiania, 15 a 21 de maio de 1978

Bispo denuncia delegado de Mossâmedes

O bispo diocesano da cidade de Goiás, dom Tomás Balduino, distribuiu circular a todas as paróquias de sua diocese, na última sexta-feira, denunciando pressões que o delegado de polícia de Mossâmedes vem fazendo contra religiosos daquela cidade.

Dom Tomás Balduino assinala que "a partir do dia 4 deste mês de maio, o sr. delegado de polícia de Mossâmedes, Ataliba Mateus Tinoco, está interrogando os responsáveis por aquela paróquia. Começou pela irmã Oscarilina Vieira Gomes. Depois intimou monsenhor Medardo Odorici, pároco do lugar e vigário-geral da diocese, e anunciou que vai chamar outras três irmãs. Interrogou também as leigas que trabalham na comunidade rural do Roncador, o vice-presidente do Sindicato e já intimou também o presidente do mesmo".

A ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO

A circular do bispo da cidade de Goiás prossegue dizendo que "para o advogado da diocese, que lá enviou, o sr. delegado afirmou categoricamente que está fazendo apenas a identificação das pessoas. Na verdade, porém, ele estava procedendo a um amplo interrogatório sobre o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mossâmedes. Ele nem pediu a documentação da irmã Oscarilina. Mas

interrogou-a, durante uma hora e meia, sobre o objetivo do sindicato, quais as pessoas que ajudaram a organizá-lo, quem veio de Itaberaí e de outras cidades no dia da fundação, quem ensinou a fazer a ata da fundação. Se a irmã tinha feito reuniões do sindicato. Se o vigário tinha ajudado na sua criação".

Mais adiante, dom Tomás Balduino explica que "diante desta encenação, o povo de Mossâmedes, que está se reunindo diariamente para celebrar o novenário do padroeiro, está sem compreender o que se passa e perguntando uns aos outros: quem está comandando esta operação policial? E por que estão visando ao sindicato?".

Esclarece ainda que "o sr. delegado diz a todo mundo que a ordem por ele recebida é absolutamente secreta e vem de uma alta autoridade. Tão alta, acrescenta, que ele não é digno de se aproximar dela. Mas quem será esta alta autoridade que tem medo de se manifestar? Quem é este cidadão tão importante que prefere ficar assim encapuzado e rebufado, mas não tem escrúpulos de usar e expor um delegado do interior, desequipado e até desprovido de diplomacia? Outras perguntas o povo faz: por que este inquérito justamente contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Por acaso a Lei não favorece a criação dos Sindicatos? Estes não são órgãos



Dom Tomás Balduino. "será que Sindicato Rural Mossâmedes?"

Cinco de Março

Continua

Figura 18 - Recorte de reportagem do Diário da Manhã de 1978 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

Segue a transcrição do trecho da reportagem da figura acima:

Bispo denuncia delegado de Mossâmedes

O bispo diocesano da cidade de Goiás, dom Tomás Balduino, distribuiu circular a todas as paróquias de sua diocese na última sexta-feira, denunciando pressões que o delegado de polícia de Mossâmedes vem fazendo contra religiosos daquela cidade.

Dom Tomás Balduino assinala que “a partir do dia 4 deste mês de maio, o sr. delegado de polícia de Mossâmedes, Ataliba Mateus Tinoco, está interrogando os responsáveis por aquela paróquia. Começou pela irmã Oscarlina Vieira Gomes. Depois intimou monsenhor Medardo Odorici, pároco do lugar e vigário-geral da diocese, e anunciou que vai chamar outras três irmãs. Interrogou também as leigas que trabalham na comunidade rural do Roncador, o vice-presidente do Sindicato e já intimou também o presidente do mesmo”.

A ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO

A circular do bispo da cidade de Goiás prossegue dizendo que “para o advogado da diocese, que lá enviei, o sr. delegado afirmou categoricamente que está fazendo apenas a identificação das pessoas. Na verdade, porém, ele estava procedendo a um amplo interrogatório sobre o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mossâmedes. Ele nem pediu a documentação da Irmã Oscarlina. Mas interrogou-a, durante uma hora e meia sobre o objetivo do sindicato, quais as pessoas que ajudaram a organizá-lo, quem veio no dia da fundação, quem ensinou a fazer a ata da fundação. Se a Irmã tinha feito reuniões do sindicato. Se o vigário tinha ajudado na sua criação”.

Mais adiante, dom Tomás Balduino explica que “diante desta encenação, o povo de Mossâmedes, que está se reunindo diariamente para celebrar o novenário do padroeiro, está sem compreender o que se passa e perguntando uns aos outros: quem está comandando esta operação policial? E por que estão visando ao sindicato?”.

Esclarece ainda que “o sr. delegado diz a todo mundo que a ordem por ele recebida é absolutamente secreta e vem de uma alta autoridade. Tão alta, acrescenta, que ele não é digno de se aproximar dela. Mas quem será esta alta autoridade que tem medo de se manifestar? Quem é este cidadão tão importante que prefere ficar assim encapuzado e rebuçado, mas não tem escrúpulos de usar e expor um delegado do interior, desequipado e até desprovido de diplomação? Outras perguntas o povo faz: por que este inquérito justamente contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Por acaso a Lei não favorece a criação dos Sindicatos?”

A reportagem continua mostrando fatos denunciados pelo bispo como perseguição aos trabalhadores, mas considerou-se, esta, a parte mais importante a ser exposta, pois comprova como a luta dos trabalhadores incomodou as autoridades em Mossâmedes, mas também recebeu apoio da Igreja Católica com religiosos que se envolviam com os objetivos dos trabalhadores rurais.

3.3.8 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores no bairro Finsocial em Goiânia

Ao Capítulo 1, descreveu-se que a cidade de Goiânia passava por um processo de modernização no campo, que foi impulsionado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento do governo federal. O processo de mecanização, não só na cidade referida, mas no Estado de forma geral, fez com que camponeses e pequenos trabalhadores rurais saíssem de suas terras por não conseguirem acompanhar as inovações tecnológicas, ou fossem expropriados por grandes latifundiários. Tal êxodo rural originou várias ocupações por parte desses camponeses que procuravam moradia nas periferias da capital, uma delas já descrita foi o Jardim Nova Esperança e a outra que será assunto neste momento foi o bairro Finsocial.

Padre Arrigo Malavoltti, um dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores, morou no Finsocial desde o surgimento do bairro e acompanhou o crescimento do local. Na sua trajetória como religioso no Brasil e no Estado de Goiás, ele narra o surgimento do bairro e explica o motivo pelo qual foi morar naquela localidade:

Quando saí da diocese de Goiás, na zona rural, escolhi morar em Goiânia, no bairro Finsocial. O Finsocial era um bairro, além da Capuava, aquela região na saída indo para Inhumas, foi uma grande ocupação de terras urbanas e em três ou quatro meses nasceu um bairro de 24 mil pessoas. O Jardim Nova Esperança também nasceu assim e anos depois nasceu esse outro bairro que se chamou Finsocial e saindo de Goiás fui morar naquele bairro. Foi uma experiência para mim muito importante de vida, muito interessante como padre e como pessoa porque eu cheguei como chegavam os outros, sem casa, sem igreja, sem carro, sem nada. Fui procurando e achando um lugar para viver como todo mundo fazia (entrevista concedida no dia 07 de janeiro de 2019 em Módena – Itália).

O religioso explica o inchaço da cidade de Goiânia naquele tempo, resultado do contexto já mencionado anteriormente em que o trabalhador rural foi forçado a deixar o campo e procurar um local de moradia na cidade. Para Chaves (1985), existiu uma presença marcante da “Teologia da Libertação” na questão das ocupações visto que a Igreja Católica foi defensora daquelas pessoas que lutavam por pedaços de terra. Silva (2014, p. 80) vai explicar a atuação da Igreja nesse momento:

Nessa fase, a atuação da Igreja Católica estava sendo feita com muito cuidado, para que não parecesse que ela havia assumido uma grande guerra com os gestores públicos e o restante da sociedade goianiense. Ela teria que figurar como uma ajudante no que dizia respeito a dignidade humana, aos direitos à terra e as ações eram, pelo discurso, muito mais religiosas que sociais, como nas missas e procissões realizadas nos bairros em determinados momentos.

Padre Arrigo conta que foi por decisão própria que escolheu residir na periferia da cidade. Em uma conversa com Dom Tomás Balduino, concluíram que deveriam ir aonde o povo estava, disse Dom Tomás a Arrigo: “nós precisamos acompanhar o povo aonde ele vai até porque nas periferias não tinham padres, era uma vida dura, sem nada, não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto, então ninguém queria ir”. Ele descreve a ocupação Finsocial logo ao seu início:

Foi muito interessante, eu fui bem no começo do bairro, depois foi tudo loteado e cada um pegou um pedaço e começou a construir a sua casa. No começo eram lonas pretas, depois aparecia um pedacinho de casa construída e outro pedacinho. O pessoal da roça vinha tudo para a cidade, os distritos rurais acabaram, fechou, não tinha mais ninguém, eles tinham que sair da zona rural. Fiquei catorze anos mais ou menos ali naquele bairro Finsocial. Naquele tempo que fiquei nasceram outros bairros da mesma forma como os Mutirões, o Mutirão I, Mutirão II, Mutirão III e Mutirão IV, depois nasceram quatro Curitiba, do lado ali ficou tudo ocupado com dezenas de bairros, todos abrigando esses trabalhadores pobres (entrevista concedida no dia 07 de janeiro de 2019 em Módena – Itália).

Aqui, relatou-se apenas as principais ações práticas, noticiadas pelo próprio Movimento como mais expressivas e que evidenciam como ele atuava em linhas gerais.

Capítulo 4 – Inserção institucional e crise do Movimento dos Trabalhadores

O Movimento dos Trabalhadores é rico em experiências vividas pelos integrantes na luta por melhores perspectivas de vida durante um governo que os negligenciava a favor da industrialização, do desenvolvimento tecnológico, do latifúndio, da exploração etc. As ações do MT, nas três localidades: Goiás, Distrito Federal e Pará demonstraram o engajamento dos integrantes que se reuniam, frequentemente, para atualizarem ações e perspectivas diante do cenário da época. Ainda assim, o Movimento declinou e foi extinto por volta do ano de 1985, o que gerou diversas interpretações.

Neste capítulo, o objetivo maior é esmiuçar as visões que compõem essa trajetória do declínio, os possíveis motivos e qual o destino dos integrantes após o fim do Movimento dos Trabalhadores. Inicialmente, considera-se a narrativa contada pelos ex-integrantes, as especificidades de cada indivíduo são pautas de contradições entre eles e a mudança de posicionamento político também é objeto de indagações.

Acredita-se em algumas possibilidades que favoreceram o declínio do MT como: o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o foco dos integrantes em uma luta institucionalizada, o que demonstra que o Movimento pode ter sido “vítima” do transformismo da época, além das próprias contradições da autonomia.

4.1 – O início da crise e o fim do Movimento dos Trabalhadores

Alguns integrantes do Movimento dos Trabalhadores, como Alberto Gomes de Oliveira, o “Bacurau” e o padre Arrigo Malavolti, parecem crer em uma contradição existente entre a questão vertical e horizontal que teria levado ao declínio do Movimento, fato que não pode ser comprovado. É uma das leituras de alguns militantes, mas que permanece aberta para o debate político.

A tese que emerge que pode justificar o fim do MT é a de que a inserção dele no PT e na CUT esvaziou a perspectiva da autonomia porque são aparelhos institucionalizados e que funcionam em uma perspectiva burocrática centralista. Quando o Movimento dos Trabalhadores passa a se organizar em torno dessas instituições, a

defesa da autonomia é descaracterizada. A submissão do MT à lógica institucional do PT e da CUT, a guerra interna entre opiniões divergentes e a disputa entre correntes dentro do Partido dos Trabalhadores, também culminaram para o fim do Movimento, que se transformou em uma tendência do PT e da CUT e reforça a tese de Maciel (2004) de que a reforma partidária e sindical foi criada pela Ditadura para impor o transformismo aos trabalhadores, canalizando a luta deles para a disputa eleitoral e para a luta corporativa sindical, uma vez que o sindicato é tutelado pelo Estado.

O Estado, portanto, conseguiu cooptar o MT por meio do PT e da CUT, por ser mais fácil exercer o controle, uma vez que se o Estado não reconhece o sindicato ou o partido, eles não existem. Dessa forma, o que existe como forma de luta contra a hegemonia da classe dominante, é o que o Estado permite que exista.

Importante acrescentar as versões dos integrantes sobre o fim do Movimento. Algumas serão narradas e os elementos coincidentes serão analisados como possíveis fatores do declínio. O padre Arrigo Malavolti conta, de forma prática, como ocorreu o fim e a relação, muitas vezes conflituosa, entre o Movimento de esquerda e a Igreja:

Para mim foi um dilema, acabou o Movimento dos Trabalhadores e acabou assim, teve uma reunião em que falamos: “fechamos aqui então essa nossa experiência” porque não acontecia mais aquele crescimento que a gente esperava. As ideias eram boas, muita gente aceitava o MT e o PT, aceitava a ideia, mas muitas pessoas aceitavam mas não quiseram mais se comprometer. Era um movimento claramente de esquerda. Eu sempre me perguntei: por que o religioso tem que ser de direita? Se você é de direita ninguém diz nada, parece normal entre aspas, mas se você diz que é de esquerda ficam todos se perguntando como existe um religioso de esquerda (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Padre Arrigo explica que esse preconceito contra religiosos ligados à esquerda tem a justificativa ligada à própria história da Europa, na qual “todo movimento de esquerda, de partidos comunistas, das revoluções de esquerda, foram muitas vezes contra a Igreja, contra os padres, a religião, o clericalismo” (MALAVOLTTI, 2019, s/p). Para ele, os acontecimentos nesse sentido foram muito diferentes na Europa e na América Latina e por isso foi possível que a Igreja apoiasse os trabalhadores e, posteriormente, o Partido dos Trabalhadores:

O PT que é de esquerda tem uma grande parte, uma fatia dele que são de cristãos, de católicos, porque na América Latina não teve essa história de contraposição de esquerda e religião. Todo católico podia entrar nesse movimento e na Europa isso era impossível! As duas coisas sempre ficavam uma contra a outra. Tanto é verdade que um bispo aqui em Módena, alguns anos atrás, eu ainda estava no Brasil, veio me visitar no Brasil, eu estava em Goiânia, ajudando na diocese, no centro pastoral, na Vila Regina. O bispo de lá me pediu para um dia ter uma conversa com o bispo de Modena, fui com prazer, eles conversaram e tudo e em um certo ponto o bispo aqui de Módena entrou no argumento, no assunto da reforma agrária e diante desse problema falou: acho que está certo, vocês da Igreja devem lutar pela reforma agrária, é uma coisa boa, muito importante, porém nessa luta pela terra é importante não usarem a Bíblia nem a religião. O problema é que naquela época se você não motivasse também religiosamente a luta, não “pegava”, mas o bispo disse que se é movimento de esquerda, era comunista e na Europa o comunismo e a Igreja são dois movimentos incompatíveis, um lutou contra o outro. Os comunistas também perseguiram os cristãos na Igreja e então a Igreja dizia que o comunismo é contra Deus, é o próprio diabo, é contra tudo, mas não na América Latina (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Quando questionado como ele, sendo um padre europeu, aceitou integrar um Movimento e um Partido de esquerda, Arrigo explicou que passou mais de 30 anos no Brasil e teve a oportunidade de mudar o pensamento e ter outra percepção sobre os movimentos sociais de esquerda. “É o que Casaldáliga disse em uma ocasião: nós temos que ter um outro jeito de ser igreja, de ser cristão e eu pude mudar muita coisa da minha cabeça, é outro jeito de ver as coisas” (MALAVOLTTI, 2019, s/p). Para ele, o surgimento do Partido dos Trabalhadores não interferiu no esvaziamento do MT como é a versão de outros antigos integrantes porque o Partido, desde o início da concepção teórica do Movimento, era visto como uma ferramenta, um instrumento necessário para alcançar os objetivos a que se propunha o MT. O problema que culminou no fim da organização foi a descrença dos integrantes em colocar em ações práticas o que foi formulado desde o início:

Todos nós estávamos no PT e tudo bem, não tinha problema porque entrava também na ideia do Movimento dos Trabalhadores de usar os partidos. Os partidos eram instrumentos para chegar ao nosso objetivo e, portanto, eram bem-vindos os partidos como o PT. O esvaziamento foi um pouco..., a motivação inicial que nos ligou e nos fez caminhar por quase 10 anos sem dúvida, começou um pouco a diminuir, a força do objetivo começou a diminuir. Eu acho que muitos de nós começaram a não acreditar mais nesse objetivo de uma mudança radical e uma mudança de um modo bastante forte como uma revolução. A gente começou a ver a impossibilidade de chegar a isso, então, devagarzinho resolvemos a não continuar mais esse trabalho mas, claro, cada um de nós tinha assumido e se comprometido com o objetivo e tudo mais, uma espécie de compromisso pessoal de cada um de nós com o Movimento. Mas na vida tudo serve, foram experiências muito boas, os nossos

encontros, análises, a gente aprofunda em tanta coisa, no trabalho, no movimento com a sociedade (entrevista concedida no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Padre Arrigo não compartilha das preocupações presentes em um dos documentos do Movimento dos Trabalhadores que levanta alguns questionamentos em relação aos Partidos Políticos:

Preocupações e Perguntas:

- 1) Como levar essa discussão dos partidos prá base e prá massa?
- 2) Será que a criação desses novos partidos não é uma forma que acharam prá esvaziar as lutas?
- 3) Num partido manda quem tem: dinheiro, poder, ferramentas na mão.
- 4) O Partido é uma ferramenta. Mas no caso dos partidos que estão aí, eles são ferramenta prá ajudar as lutas da classe ou estão querendo usar nós como ferramenta?
- 5) Como nós vamos garantir a independência das nossas lutas entrando ou não num partido?
- 6) Como a classe vai conseguir aumentar a união das nossas lutas dentro ou fora de um partido?

(PARTIDOS POLÍTICOS, s/d)

O excerto do documento transcrito acima discorre, por 4 páginas, sobre a preocupação dos partidos políticos não se tornarem motivo de enfraquecimento do Movimento dos Trabalhadores. Para alguns antigos integrantes, o motivo do declínio do MT foi exatamente o desvio do foco e a utilização do que seria uma ferramenta como algo principal, não mais instrumento para fortalecer a luta do MT. Augusto de Franco, o antigo líder teórico do Movimento, explica a sua visão sobre como se deu o fim do MT:

O Movimento acabou mesmo.., bom, acabar, acabar, acabar mesmo, acho que foi em 87, 86, quando decidimos acabar com esse troço e dissemos: “já não está mais no momento disso, surgiram outras coisas como o partido, a central sindical e até a CUT, eu tinha escrito o primeiro estatuto da CUT que depois foi modificado, mas enfim, já não era mais o momento do Movimento dos Trabalhadores (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Desenvolve, ainda, a teoria de que há uma espécie de fabricação de um inimigo para que as pessoas se juntem em um ideal comum, que seria a luta contra esse inimigo; mas que, segundo ele, não existe de fato. Para arrematar pessoas, os grupos aceitam que

existe um inimigo comum a todas elas e juntam-se para combatê-lo, subordinados às ordens de um líder responsável por criar ações contra esse adversário. A essa “fantasia” Augusto também atribui certa responsabilidade pelo fim do Movimento:

Na minha avaliação o MT foi destruído pela luta, por essa coisa de luta, luta, luta, essa coisa de ter que lutar. Você não estava lutando contra a ditadura, você não estava lutando contra os fazendeiros, você estava lutando contra outros grupos rivais, era a reconstrução do inimigo (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão-SP).

Para ele, a luta era de um grupo contra outros devido à disputa por aparelhos do movimento social, a ideologias e formas de organização, não uma luta contra o sistema, contra a opressão, contra o maquinário que invadia o campo em detrimento dos trabalhadores. As questões sociais defendidas pelo próprio Movimento dos Trabalhadores, como foi possível ver nos documentos acostados, e nas entrevistas transcritas, não estão como o foco para o antigo líder teórico do MT.

Na contramão de tudo o que foi produzido, inclusive por ele, Augusto atribui, hoje, a decadência do Movimento a essa luta contra um inimigo imaginário cuja existência se justifica para atrair pessoas para a ideologia.

Como um movimento marxista tem como fundamento e base as próprias contradições sociais analisadas sob o viés do materialismo histórico, atribui-se essa visão do entrevistado a uma mudança na sua posição política. O próprio livro “Autonomia e Partido Revolucionário”, escrito por ele em 1985, retrata bem o pensamento do autor naquele momento, o que não corresponde ao pensamento atual. Quando questionado sobre o livro ele diz:

O livro Autonomia e Partido Revolucionário não é uma síntese teórica do MT, era uma crítica às ideias leninistas de organização que o MT também criticava, mas ele criticava sob outro viés porque ele não sabia que havia uma teoria leninista da organização. Era mais, como é que eu posso dizer, era mais intuitiva a coisa (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão-SP).

Apesar de se aceitar o fato de que a maioria dos integrantes do MT não sabia realmente do que se tratavam as teorias marxistas, leninistas e gramscianas, sabe-se que os líderes responsáveis por confeccionar os materiais e conduzir as lutas tinham plena

consciência e estudo suficiente sobre tais autores, razão pela qual acredita-se que alguns conceitos e valores foram repassados aos integrantes por meio da leitura de materiais e reuniões frequentes que eles organizavam.

Lúcia de Carvalho e Cícera Bezerra de Moraes, entrevistadas, mostraram um posicionamento divergente do de Augusto no que se refere ao fim e ao declínio do Movimento dos Trabalhadores e vale expor essa outra visão abordada:

O Movimento dos Trabalhadores acabou, mas ele não acabou do ponto de vista ideológico. O Movimento dos Trabalhadores vive em toda a pessoa que quer construir o socialismo, que quer continuar sendo de esquerda, que sabe que só um partido de trabalhadores pode dar certo. Então o Movimento dos Trabalhadores tem todas essas concepções, ele vive em todos aqueles que mantiveram essa mensagem e ainda praticam essa mensagem. Então o que a gente deixou de organização são pessoas que foram para o PT, que foram para a CUT, para os sindicatos, gente que acredita nessa luta. O Movimento dos Trabalhadores teve a sua beleza de construir esse espírito com a juventude, nós demos o melhor da nossa vida no espírito de solidariedade (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília - DF).

Importante confrontar as duas visões e perceber que o ex-líder e responsável pela formação do MT não fala sobre qualquer perspectiva de continuidade do pensamento elaborado pelos integrantes do Movimento, enquanto Lúcia e Cícera citam, repetidas vezes, a importância, a influência e a atualidade que o MT ainda representa e, embora romantizada, a visão das entrevistadas retrata a crença que ainda nutrem nos trabalhadores. Lúcia guarda com orgulho os documentos do Movimento que ajudou a escrever e exerce papel de disseminadora de ideias. Elas continuam dizendo que houve uma discussão sobre o fim do Movimento:

A gente se diluiu mas levou toda a filosofia para dentro do PT. O nosso terminar foi também um começar dentro do PT. O MT, ele foi um movimento de impulsionar pessoas para construir instâncias de libertação dos trabalhadores. É um movimento e como todo movimento ia cada um para um lado ou então ele virava um partido, nós chegamos a discutir isso mas aí veio o PT e todo mundo saiu e foi para dentro do PT com a filosofia do MT (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2020 em Brasília - DF).

A contradição na fala acima é evidente, uma vez que o Movimento dos Trabalhadores se propunha a ter autonomia e era contra a se transformar em qualquer instância institucional como o PT. Ainda assim, os antigos integrantes não mediram

esforços para formar e integrar o Partido, contradizendo as próprias formulações enquanto integrantes do MT e que causaram o declínio do Movimento. As duas se dizem filiadas ao PT e, apesar dos problemas enfrentados, acreditam que o Partido é o caminho que pode levar os trabalhadores a terem uma representação de fato. Acreditam que o Partido dos Trabalhadores foi uma continuidade do Movimento dos Trabalhadores, na ideologia, no planejamento e até nos próprios integrantes.

4.2 – As contradições da autonomia

O texto “Critérios” produzido, ao final da década de 70, por alguns dirigentes do Movimento dos Trabalhadores, cita em sua estrutura a questão da autonomia dos trabalhadores ao mencionar que a existência de trabalhadores em um movimento pressupõe que estes estejam discutindo, agindo, refletindo e avaliando a própria prática. As decisões fundamentais no que diz respeito à prática do Movimento e ao fato de pensar sobre esta prática deveriam ser tomadas exclusivamente pelos trabalhadores.

A direção do Movimento, bem como a sua organização, não poderia vir de instâncias externas porque não seria possível que, dessa forma, se concretizasse em um verdadeiro organismo das massas. Augusto de Franco explica a ideia embrionária do MT:

Tinha surgido uma série de documentos do Movimento, tinha um que chamava “A Linha”, esse eu escrevi, mas escrevi conversando, a gente fazia infundáveis reuniões e a ideia básica era assim: era preciso começar a partir da base, recomeçar tudo a partir da base. E eu escrevi um outro chamado “Critérios” em 1978, uma reunião para ver como é que organizava, para discutir critérios de uma nova organização popular. Estava o Frei Beto Libâneo, eu, dois caras que estavam em Santarém no Pará, o Pelozo, o Vieira, depois entrou o Paulinho Vannuchi que acabou sendo Ministro dos Direitos Humanos do Lula. Bom, isso foi simultâneo ao Movimento dos Trabalhadores, havia uma tentativa nacional de criar uma organização de baixo para cima que não repetisse os mesmos erros das organizações de esquerda do Brasil. E não era marxista-leninista, era mais basista e não tinha uma teoria pronta para essa visão mas já havia um encontro dessa Igreja de Base, do pessoal que havia sido preso ou exilado e saiu e do novo sindicalismo que estava surgindo sobretudo em 1979 (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

O texto “Critérios” (1978, p.3) elucida essa questão, proposta por Augusto, de uma organização por ele considerada basista, mas que, era desejosa acima de tudo, de autonomia, não necessariamente significando ser o basismo algo predominante:

Mas direção com os trabalhadores não significa de maneira alguma direção para os trabalhadores. Não se trata de montar cúpulas para dirigir o trabalho em nome dos trabalhadores. Não se trata, também, de organizar grupos de assessoria intelectual com o objetivo de pensar estratégias e táticas afim de poupar aos trabalhadores tarefas para as quais costumamos previamente julgá-los incapazes. Não se trata, ainda, de escolher um certo número de trabalhadores, desliga-los do processo de produção e promove-los a categoria de dirigentes após um tratamento intensivo. É o próprio processo de formação das lideranças trabalhadoras – que se dá a partir da convivência com os companheiros na produção e na participação nas lutas comuns da classe – que ditará, por razões de segurança, de tempo disponível, de convivência tática, etc., o momento de uma determinada liderança se desligar do processo produtivo ou voltar a ele.

Nesse sentido, existe uma desconfiança, por parte do MT, com o que o documento chama de “propostas pré-fabricadas de ‘organizações de trabalhadores’” (CRITÉRIOS, 1978, p.4) porque a defesa é a de que a organização nasça da base e seja estruturada, progressivamente, a partir de articulações intermediárias dos movimentos de base. As comissões de fábricas, as oposições sindicais, os próprios sindicatos, as organizações de bairros, os movimentos como das pastorais da igreja de base e Movimento Custo de Vida devem todos servir como instrumentos para os trabalhadores atingirem os seus objetivos.

A história de movimentos - autenticamente populares, dirigidos por grupos ou movimentos que se identificaram com os anseios das massas, a autonomia e a organização, que nasceu da base - foi questão fundamental para o MT durante seu surgimento e atuação. Os integrantes citam o uso do partido como ferramenta e instrumento de relação direta com o Estado e, Alberto Gomes de Oliveira, o Bacurau, em entrevista concedida no dia 27 de julho de 2017 na cidade do Rio de Janeiro - RJ, explica mais detalhadamente:

O sindicato é uma ferramenta, o partido é uma ferramenta, um instrumento, os autonomistas têm uma corrente política, tudo aquilo que é institucional não é autonomia, é uma espécie de visão anarquista da mudança social. A classe trabalhadora na sua luta tem diversas ferramentas mas o MT teve uma contradição: exigir que os outros dessem autonomia mas a autonomia não é dada, ela é construída.

Essa preocupação com a autonomia pode ser vista em vários documentos, como um já citado, em outra circunstância, e que desenvolve também, reflexões acerca do tema mencionado: o livreto denominado “A Linha”. Este material foi produzido pelo próprio Movimento em 1979, cujo trecho exemplificativo segue adiante:

As pragas que nascem da desconfiança na classe:
 Muitas pragas ruins atacam a nossa plantação
 Por causa que não confiamos na classe
 Trabalhadora.
 Muitos êrros desviam
 O sentido das nossas lutas neste ponto.
 Esses êrros acontecem
 Quando acreditamos em quem fala bonito
 E quando acreditamos nos indivíduos
 E não no conjunto dos companheiros
 Que estão lutando.
 Esses êrros acontecem também
 Quando acreditamos nos grandes
 Políticos.
 E quando acreditamos que organizações que não são
 Da classe trabalhadora
 Vão ser capazes de mudar as coisas
 Segundo os interesses do povo trabalhador.

Unir as lutas prá criar meios próprios:
 Na maioria das lutas,
 Junto com elas, no seu começo,
 Organizações que não são da classe trabalhadora
 Apoiam, cedem espaço para o povo reunir,
 Emprestam carro e até pessoas
 Para estarem ligadas a luta.

Mas estes espaços não são da classe
 E com o tempo, conforme os interesses,
 Tudo isso pode ser tomado.
 E a luta fica sem nada para caminhar.

É por este motivo também
 Que as lutas sentem a necessidade de se juntar,
 Prá ficar mais fortes
 E poder criar seus próprios meios.

É assim, em mutirão
 Que cada roça vai sendo tocada.

Estruturas de outras classes não servem:
 Durante muito tempo os companheiros
 não se preocuparam com esta necessidade
 de construir estruturas ligadas as suas lutas.
 Nós não sentíamos essa necessidade
 porque havia estruturas já prontas.

Tinha a estrutura da Igreja
 com suas paróquias e movimentos,
 tinha as estruturas de movimentos
 ou organizações de pequenos burgueses
 que queriam fazer um trabalho com o povo.
 E tinha, às vezes, até estruturas de partidos.

Então estas estruturas tinham tudo:
 dinheiro, livro, arquivos, carro, local, mimeógrafo,
 máquina de escrever, papel, jornais,
 pessoas prá pensar e prá trabalhar, etc.

E ELES EMPRESTAVAM TUDO ISSO PRÁ GENTE
 DEPENDENDO DO NOSSO INTERESSE
 COINCIDIR COM O INTERESSE DELES
 QUER DIZER: DEPENDENDO DELES TER INTERESSE.

SÓ QUE NENHUMA DESSAS COISAS
 ESTAVAM NA NOSSA MÃO.
 O CONTROLE DESSAS COISAS
 E DA ESTRUTURA TODA
 NÃO ERA NOSSO.
 (A LINHA, 1979, p. 16)

A forma do texto foi mantida e é possível perceber, por meio da análise do trecho, que a questão da autonomia norteia os pilares de atuação do Movimento dos Trabalhadores. A categoria transformismo, trabalhada por Gramsci, auxilia na análise dessa problemática, porque, em sentido amplo, significa condicionar a forma como o trabalhador vai atuar, ou seja, o partido, suas estruturas, diretrizes burocráticas etc.

Era, em outros termos, exatamente o que o MT não queria: aderir desde o início de sua formação, ainda que isso tenha sido quase inevitável alguns anos depois. Gramsci associa o conceito de transformismo ao conceito de revolução passiva como um movimento da classe dirigente para a cooptação dos dirigentes, que ele chama de intelectuais. Aqui nos interessa o que ele denomina de transformismo em sentido amplo, o que significa que não necessariamente os dirigentes da organização oponente são

cooptados, mas isso se dá pela formatação da arena política, definindo o terreno no qual atuam os instrumentos de luta dos trabalhadores e quebrando sua prática transformadora de forma geral. Maciel (2006, p. 289) explica:

O segundo tipo de transformismo, que chamaremos aqui de “ampliado”, se configura como um método muito mais duradouro e eficaz, pois permite a preservação das forças oponentes na arena da disputa política, anulando, porém, progressivamente seu caráter contra-hegemônico, sem, necessariamente, “decapitá-las”.

O autor dirá ainda, o que exemplifica a ideia aqui desenvolvida, que a “passivização” dos sindicatos não exigiu a sua destruição, ao contrário, foram redimensionados para configurarem como aparelho de hegemonia a serviço da hegemonia burguesa e não mais a serviço da combatividade operária e da contra-hegemonia. Nesse processo, o Estado teve um papel importante reprimindo comportamentos tidos como subversivos ou desviantes.

Defende-se que a reforma partidária do governo, e a reforma sindical do governo militar tiveram o objetivo de fazer com que movimentos e organizações de trabalhadores funcionassem sob uma lógica burguesa, burocrática, eleitoreira, ideologicamente frouxa. O objetivo foi neutralizar os setores das classes subalternas e, para isso, o conflito político que aparece é canalizado para uma arena política controlada pela classe dominante. “Deste modo, as pressões dentro da ordem são mantidas sob rígido controle e esvaziadas de seu potencial instabilizador, e as pressões contra a ordem são excluídas da arena política institucionalizada” (MACIEL, 2004, p.54). Assim:

nessas situações de transformismo ampliado os elementos estruturais, permanentes, institucionais (como nesse caso), prevalecem sobre a simples ação voluntarista, “privada”, “liberal”, como diria Gramsci, dos agentes sociais e políticos, impondo-lhes constrangimentos e limites (MACIEL, 2006, p. 194).

O aparelhismo do Estado vai de encontro à auto-organização dos trabalhadores, inibindo a articulação da classe de maneira independente e autônoma e isso interferiu no Movimento dos Trabalhadores. Augusto de Franco explica:

Quanto mais gerenciamento tivesse mais o MT como era, desapareceria, a proposta, a ideia, desapareceria. A proposta original tal como era no início durou uns 4, 5 anos, depois já virou outra coisa. Havia essa ideia de fazer uma rede distribuída, sem hierarquia de trabalhadores, a ideia de autonomia que era uma ideia forte no movimento. Era uma crítica a organização vertical leninista da organização (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Em um dos documentos elaborados pelo próprio MT, o qual foi possível ter acesso por meio da colaboração da antiga integrante Lúcia Carvalho, que cedeu o arquivo para análise, é possível ler de maneira detalhada a questão da autonomia para o Movimento. O documento mencionado não possui a data de confecção e não tem título. A antiga integrante disse que era parte do acervo estudado e debatido nas reuniões corriqueiras do MT. Eram formulações teóricas com o fim de instruir os companheiros sobre a linha a ser seguida pela organização:

As concepções que fundamentam a estrutura organizativa atual do Movimento dos Trabalhadores baseiam-se em duas principais elaborações teóricas realizadas a partir da nossa experiência política: o tratamento marxista-revolucionário que damos às questões da hegemonia, da autonomia e da democracia (que nelas reconhece as três grandes questões da revolução social em nosso tempo), e a análise crítica que fazemos da relação entre os partidos revolucionários e o movimento das classes trabalhadoras nos últimos 50 anos (SEM TÍTULO, s/d).

A análise crítica a que o trecho acima se refere, em relação aos partidos revolucionários, pode ser inserida na questão do transformismo de Gramsci uma vez que tais partidos podem ser tidos como formas de a classe hegemônica perpetuar o próprio domínio sobre o social. Devido a isso, existe a grande defesa da autonomia dos trabalhadores também citada como uma das três grandes questões a serem debatidas e conquistadas.

Nessa perspectiva, pode-se traçar um paralelo com Gramsci que analisa a maneira com que o Estado italiano mantém o conjunto das classes subalternas sob o domínio restrito de suas elites. O corpo de funcionários do Estado exercita a intermediação entre o camponês e a administração pública em geral e trabalha como porta-voz dos camponeses para mantê-los distante da política. Essa forma de agir repeliu, e ainda o faz, qualquer ação autônoma ou mesmo aliança entre os camponeses e os operários urbanos ou demais proletariados. Para Gramsci, a burguesia rural, isto é:

o pequeno e médio proprietário de terra que não é camponês, que não trabalha a terra, que se envergonha de ser agricultor, mas que da pouca terra que tem, que arrenda ou negocia por meação simples, pretende retirar: do que viver convenientemente, do que mandar a universidade ou aos seminários os seus filhos, do que dar o dote às filhas que devem esposar um oficial ou um funcionário civil do Estado. Deste estrato os intelectuais recebem uma áspera aversão pelo camponês, considerado como máquina de trabalho que deve ser desmantelada até o osso e que pode ser substituída facilmente dada a superpopulação trabalhadora: absorvem também o sentimento atávico e instintivo do medo da multidão camponesa e das suas violências destruidoras e, portanto, um hábito de hipocrisia refinada e uma refinadíssima arte de enganar e domesticar as massas camponesas (GRAMSCI, 1973, p. 165).

A direção política da sociedade civil, portanto, estava bloqueada e, possivelmente, ainda está, para a atuação das classes trabalhadoras. Oliveira (2016, p. 14) cita que “a prática do transformismo se coloca no cerne deste processo de modernização do aparelho de Estado em sentido capitalista que se fez acompanhar pela ação das elites políticas para a manutenção da ordem”. Nesse sentido, o transformismo “foi a expressão parlamentar da ação hegemônica intelectual, moral e política” (DURIGUETO, 2014, p. 271). Essa reflexão leva o autor citado a concluir que a atividade hegemônica existe antes mesmo da ida ao poder e não conta apenas com a força material para exercer uma direção eficaz. Ao contrário, a função intelectual diretiva leva a uma classe dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental, esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder”; depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 1929, p.41).

Durante a ditadura, sabe-se que somente funcionavam institucionalmente partidos permitidos pelo governo o que sinaliza veementemente a tentativa de controle por parte de autoridades sobre a massa populacional, inibindo ações autônomas dos trabalhadores e até demais setores da sociedade. Além disso, os sindicatos existentes no período também eram acusados de serem “pelegos”, ou seja, cujas lideranças seguiam interesses ou instruções do governo e não representavam os trabalhadores. Na verdade, a partir da distensão do governo ditatorial o objetivo era que:

a representação política reativada também fosse capaz de conter o conflito político nos limites aceitáveis pela ordem burguesa, funcionando como um campo de disputa flexível para a acomodação dos conflitos interburgueses, porém relativamente impermeável às demandas das classes subalternas. Por isso, o caráter institucional dos partidos políticos é reforçado, paralelamente à sua dinamização como canais de interlocução política entre o Estado e o conjunto da sociedade (MACIEL, 2004, p. 98).

Diante do exposto, entende-se que a emergência das classes subalternas na disputa política é limitada e mediada pelos mecanismos utilizados pelo Estado da suposta representação política. Maciel (2004, p. 99) ainda diz que “O descontentamento popular se expressava quase que exclusivamente por meio de votações massivas, no partido de oposição, e através de um movimento molecular de construção e reconstrução de seus aparelhos de hegemonia”. Em síntese, os partidos e sindicatos funcionaram como mecanismos de canalização de conflito político e qualquer outro mecanismo de articulação é considerado nocivo à manutenção da ordem.

Essa perspectiva fica clara quando Golbery do Couto e Silva diz que para levar a abertura adiante era preciso que esvaziassem “instituições não políticas que haviam extravasado de sua área operacional [como], as associações culturais leigas, sindicatos e a Igreja” (MOVIMENTO, 1980, p.7). Assim, a representação política não rompe com a institucionalidade da ordem política autoritária e, obviamente, não teria mesmo como representar os interesses dos trabalhadores, uma vez que era limitada. Maciel (2004, p.115) explica:

Isto evitaria que esses canais funcionassem como uma caixa de ressonância das demandas das classes subalternas e, particularmente, que permitissem alianças verticais – de alto a baixo – capazes de alterar correlação de forças políticas ao ponto da ruptura institucional, preservando a *autocracia burguesa*, ainda que sob uma forma democrática de Estado burguês. Assim [...] os mecanismos representativos não funcionam como instrumentos de integração política para baixo – em direção às classes subalternas -, mas como instrumentos de *cooptação e acomodação* entre as classes e frações do bloco no poder.

O fato de os sindicatos serem considerados pelegos, portanto, pode ser um exemplo da tese defendida por Maciel (1999 e 2004) de que a reforma partidária, o sindicalismo de Estado e a reforma sindical cumprem um papel transformista nos termos de Gramsci. Ainda que tenha sido permitida, a iniciativa dos trabalhadores formarem seus

próprios instrumentos, os antigos integrantes do MT percebiam que existia uma tentativa, por parte do Estado, de exercer o controle nas instituições, não considerando os anseios dos trabalhadores de fato. A burocracia existente, ainda atualmente, desfavoreceu ou até impediu uma organização autônoma por parte da base apesar de essa ter sido uma prioridade para o MT como já visto nos documentos. Isso posto, a classe dominante ainda tem forte influência nos movimentos sociais e Gramsci (1980, p. 41) faz a discussão:

O critério histórico-político sobre o qual se deve fundar as próprias pesquisas é este: que uma classe é dominante de dois modos, isto é, é “dirigente” e “dominante”. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Por isto, uma classe antes de chegar ao poder pode ser “dirigente” (e deve sê-lo): quando chega ao poder torna-se dominante, mas continua a ser também “dirigente”. Os moderados continuaram a dirigir o Partido d’Azione também depois de 1870 e o “transformismo” é expressão desta ação de direção; toda a política italiana de 1870 até hoje é caracterizada pelo “transformismo”, isto é, a elaboração de uma classe dirigente nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848, com a absorção dos elementos ativos vindos das classes aliadas e também das inimigas. A direção política torna-se um aspecto do domínio, enquanto a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação destas e à sua impotência.

Nessa perspectiva, a hegemonia, outro conceito desenvolvido pelo mesmo autor, é possível à classe trabalhadora somente depois da conquista do Estado, mas é possível como contra-hegemonia, e o Estado se caracteriza pela autoridade utilizando da centralização burocrática e da democracia burguesa que subordina a massa e tolhe suas lideranças. Oliveira (2016, p. 14) desenvolve o raciocínio:

Este processo de inversão da fórmula da hegemonia, que torna o Estado muito mais apoiado na força (e na fraude) do que no consenso, enfraquece politicamente as classes subalternas na medida em que impedem ou dificultam a formação de intelectuais orgânicos vindos de baixo. O Estado, deste modo, assume um papel paternalista e protetor sobre estas classes que nunca conseguem unidade suficiente para formação de uma direção consciente e autônoma.

Enquanto o aparelho de Estado conserva as antigas classes no poder e absorve gradativamente poucas lideranças das massas no interior do aparelho estatal, impede; ou, no mínimo, enfraquece organizações autônomas de trabalhadores. É dessa forma que a burguesia se mantém como classe dominante e é motivo pelo qual tentativas de se adquirir

autonomia pela parte da classe trabalhadora foram difíceis e até fracassadas no decorrer da história dos movimentos de trabalhadores. Oliveira (2016, p. 15) continua:

A permanência de elites reacionárias, antiliberais no poder, que trabalham continuamente para tolher a ação política subalterna, para inibir a iniciativa popular e a autonomia dos movimentos operários e camponeses, que culmina na manutenção de enormes diferenças sociais (e regionais), são, sob este ponto de vista, fenômenos produzidos e reproduzidos pela estrutura a partir da qual o Estado burguês se formou.

Ainda que as circunstâncias e locais tenham sido distintos, as ideias desenvolvidas por Gramsci refletem a realidade brasileira, no período em que o MT se formou e atuou, com o desenvolvimento do capitalismo sobre as bases do domínio de elites e a realização de alianças entre setores da burguesia que impedem profundas transformações na ocupação do poder.

No Estado brasileiro, as classes dominantes, sobretudo por meio do transformismo, sempre mantiveram uma relação de dominação e direção em relação às massas populares, fragilizando suas ações por meio de processos políticos e ideológicos, todos presididos pelo próprio Estado cujo objetivo é continuar silenciando a voz dos subalternos.

Nessa perspectiva, o reconhecimento da existência do fenômeno transformismo no cenário brasileiro, permite concluir que houve um enfraquecimento da ação dos movimentos sociais na conjuntura dos anos 70 e 80, incluindo o próprio Movimento dos Trabalhadores. Um dos fatores foram os líderes de sindicatos considerados “pelegos” que não representavam os interesses da classe que diziam representar, dificultando a luta e o acesso aos direitos. Tal fato interferiu diretamente na ação do MT, uma vez que tinham que lutar contra essa representatividade que não desejava romper com as amarras da opressão que os posicionavam enquanto classe subalterna.

Na realidade, os sindicatos então, comportavam agentes com interesses opostos àqueles do Movimento dos Trabalhadores, o que caracteriza a força do Estado em relação a sociedade civil brasileira do período. Gramsci (1977), apesar de tratar de locais e épocas diferentes, elucida o papel desse Estado enquanto controlador das massas:

[...] no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas (GRAMSCI, 1977, p. 866).

O Estado, na análise do autor acima, é a força coercitiva do aparelho burocrático que compõe a sociedade e faz todo o sentido ao se analisar o período brasileiro na época de vigência do MT. As lutas do Movimento demonstram a tentativa de ir contra uma dominação, nem sempre direta e brutal no que se refere a violência física, mas que era capaz de atrasar o avanço das classes mais baixas nas suas reivindicações ao controlar os aparelhos que deveriam representá-las.

A quebra da hegemonia burguesa foi um dos ideais principais do MT no sentido de transformar a visão de mundo e sociedade presentes naquele momento. Luna & Lopes (2016, p. 42) mostram que esse ideal está presente nos estudos de Gramsci também:

Gramsci mostra para os revolucionários que uma transformação socioeconômica e política profunda demandarão da classe trabalhadora, classe revolucionária, a construção de uma hegemonia, mas não mais aquela hegemonia burguesa – a direção de uma classe (fração de classe burguesa) em nome de seus interesses -, mas uma hegemonia cujo intuito é geralmente romper com as condições objetivas e subjetivas da própria dominação de classe.

A atuação do Movimento dos Trabalhadores foi indiscutivelmente relevante no que se refere a resistência da classe, a política identitária dos que participaram e ao auxílio mútuo, que caracterizou o Movimento, entre grupos urbanos e do campo. A Ditadura era enfrentada com a organização autônoma dos trabalhadores contra os militares que estavam no poder e houve dificuldade em se alcançar a dimensão desejada, graças ao controle do Estado, por meio do transformismo ao qual Gramsci refere-se exaustivamente.

A interferência do Estado no Movimento dos Trabalhadores, portanto, seria no sentido de conter as ações dos trabalhadores pelo viés do transformismo, ou seja, canalizando a luta para a arena política e dessa forma atenuar os efeitos que poderiam ser provocados pelas reivindicações da classe subalterna. A tomada de consciência, que emana de possibilidades históricas, da presença do poder do Estado faz-se importante para a percepção da condição de subalternidade da classe trabalhadora durante suas

tentativas de modificar a realidade. Na perspectiva do capitalismo como modo de produção social da existência tem-se a conquista da personalidade juntamente com a conquista de forças materiais para que seja possível essa transformação social.

No que se refere ao Movimento dos Trabalhadores foi possível perceber que durante a atuação junto ao Movimento, os integrantes entrevistados tinham essa consciência de manutenção das estruturas que está presente em muitos aparelhos do Estado como partidos, sindicatos, igrejas, mídia, entre outros. Tais instrumentos construía, e ainda o fazem, uma imagem de país justo, preocupado com a injustiça e a desigualdade social. A própria Igreja, que em determinado momento, apoiou o MT, tentava impor seu viés ideológico resultando, novamente, em um controle da classe trabalhadora. As tentativas de romper com todo o aparelho estatal que poderia resultar em mais uma forma de dominação caracterizaram o desejo de autonomia do MT já mencionado.

A tese defendida, portanto, é a de que o Movimento dos Trabalhadores acabou porque ele sofreu um processo de transformismo por parte do Estado brasileiro, por parte da autocracia burguesa. Esse transformismo se deu pelo PT e pela CUT, um partido institucional e uma central, que tinham uma postura anti-estrutura sindical que acabou aderindo à estrutura sindical. As fontes pesquisadas, e aqui explanadas, confirmam tal tese, o depoimento dos antigos integrantes, a perspectiva que os documentos do MT têm em relação à partido e sindicato confirmam isso porque a perspectiva de partido deles é de um partido organizado pelos trabalhadores, enquanto o PT logo cedo começou a sofrer um processo de burocratização e hierarquização.

A perspectiva institucional da CUT e do PT não era de autonomia, mas uma perspectiva hierárquica. No caso do PT, foi um partido institucional que concorreu a eleições, que mobilizava a base para o processo eleitoral. Os próprios depoentes afirmam que o MT se envolveu nitidamente dentro da organização do PT, quer dizer, o MT deixou de ser uma organização que buscava organizar os trabalhadores de maneira autônoma, por meio das OIATs e GPBs, para ser uma organização voltada para criar o PT. Obviamente, passou a trazer para dentro do MT a dinâmica de luta interna e de institucionalização que o PT tinha.

Luna & Lopes (2016, p. 49) expõem a força do Estado:

A mobilização dos movimentos na ocupação de espaços dentro de diferentes lugares da sociedade civil compõe uma verdadeira guerra de posição, que, pouco a pouco, marcha em direção ao Estado (sentido restrito), pressionando-o por políticas públicas, mas que estas, por sua vez, são limitadas pela estrutura de relações de classes, relações estas que são fundantes do próprio Estado. Os estudos de Gramsci nos apontam que o Estado não é uma figura neutra, e sim um Estado-classe, de classe capitalista, que exclui a possibilidade de igualdade econômica.

A luta do MT foi travada em diversas instâncias porque a conquista da autonomia não era somente em relação aos meios de dominação diretos e violentos, mas também a forma pela qual o Estado exercia seu controle sob o viés do transformismo explicado por Gramsci. A luta por reconhecimento, por igualdade econômica e por direitos humanos somam-se à luta por autonomia verdadeira, uma vez identificada a não-neutralidade das estruturas estatais que limitavam as ações do Movimento. Essas lutas são anti-hegemônicas e, uma vez que o sistema dominante é o capitalismo, são, também, anticapitalistas, motivo pelo qual se enquadram em diversos momentos nas análises gramscianas, portanto:

Enquanto existir o Estado-classe não pode existir a sociedade regulada [...] nos tipos de sociedade pensados pelas diversas utopias introduz-se a igualdade econômica com base necessária da reforma projetada: nisto os utopistas não eram utopistas, mas cientistas concretos da política e críticos coerentes. [...] Mas permanece o conceito de que não pode existir igualdade política completa e perfeita sem igualdade econômica [...] (GRAMSCI, 2000, p. 223-224).

As lutas do MT foram contra esse Estado-classe citado por Gramsci, a favor da autonomia e contra as políticas de dominação, mas, por fim, falharam nessas tentativas e o movimento extinguiu-se no ano de 1985 ao aderir às duas instituições citadas que foram cooptadas pelo Estado por meio do transformismo.

Augusto Franco (em entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP) explica como se daria a busca por poder do Movimento dos Trabalhadores e como, hoje, ele percebe a visão equivocada que tinham naquele período:

Nós achávamos que a articulação tinha que ser mais horizontal do que vertical, essa talvez tenha sido a única novidade conceitual do Movimento dos Trabalhadores. E quando surgiu o PT, que eu entrei no PT, isso foi um motivo até de desilusão inclusive para o Frei Matheus porque o PT acabou sendo isso que é. Mas o negócio do Frei Matheus só podia existir como alguma coisa profética, não virava coisa de poder político. A gente discutia muito esse

negócio de contrapoder, nosso papel era ser um contrapoder e não uma nova forma de poder, nós queríamos transformar a base. Nós éramos aquela coisa misturado com a igreja de base que era da onde a gente achou todo mundo, foi via igreja. Era uma igreja diferente. Eu fui para o Parque Amazônia, que era favela em 77 e saí em 84 e lá tinham 12 grupos, 12 comunidades eclesiais de base e eu ficava ajudando a organizar e a gente, depois de um tempo, não queria mais essa vinculação com a igreja. A gente achava que tinha que ser um negócio autônomo da igreja e a gente recusava a velha política, que era a política dos políticos, fizemos até um hino que dizia “sem político no meio querendo botar a mão”, quer dizer, a gente não queria entrar na política mas isso era um erro do ponto de vista político porque foram os que entraram na política que acabaram derrotando a ditadura militar e tudo.

Augusto explica que a intenção era organizar o povo e valorizar a cultura do trabalhador para que eles se percebessem enquanto classe e entendessem o contexto ao qual estavam inseridos e a luta necessária para mudar as injustiças que sofriam. Apesar disso, não houve, segundo ele, uma organização de fato que permitisse a disputa junto a classe dominante, a não ser posteriormente, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Essa contradição entre querer uma autonomia, mas, ao mesmo tempo, não dar conta de se articular para ser um movimento efetivo nacionalmente, culminou no fim do MT.

Nesse ponto, vê-se a atuação do Estado que impõe regras para a disputa no terreno político, porquanto tais regras fazem parte do processo de cooptação e subordinação das classes subalternas e configuram o transformismo. O Movimento dos Trabalhadores seguindo essa mentalidade, não conseguiria agir no sentido de transformação social porque não estava inserido nos moldes permitidos pelo próprio Estado para representar a classe trabalhadora. Assim, como diz Maciel (2006) os elementos estruturais, permanentes, institucionais, prevalecem impondo constrangimentos e limites.

Galastri (2014, p. 46) explica, ao analisar Gramsci, que a direção das massas deve se originar delas mesmas em um processo de unificação dos subalternos e, conseqüentemente, de construção de um novo bloco histórico:

Assim, a direção das massas, ou sua vanguarda, pode - e na verdade, deve - se originar das próprias massas subalternas, de intelectuais que permaneçam em ligação orgânica com ela. Os subalternos não conseguem sair por si mesmos de sua condição se permanecerem num nível espontaneísta de revolta contra as classes dominantes. Não se trata de direção que seja trazida ou mesmo imposta “de fora” das massas subalternas, mas que haja em seu próprio interior, ou em parcela dele, um salto qualitativo representado pela organização política.

Inicialmente, havia uma direção no Movimento dos Trabalhadores, ainda que não oficial porque não havia votação em nenhum nível para eleger um indivíduo ou um grupo. Os entrevistados citaram uma coordenação composta pelos membros responsáveis pelo surgimento do MT e alguns outros mais próximos, mas ainda assim era um Movimento autônomo no que se refere a não-dependência ou não-influência externa, o que facilitou seu decaimento pelo transformismo. Mais uma vez Maciel (2006, p. 295) elucida a questão:

Mesmo quando as forças oponentes conseguem o acesso ao Estado e até mesmo o controle de determinadas instâncias estatais e setores da burocracia, a correlação de forças não é alterada significativamente e o bloco histórico dominante se mantém. As forças oponentes vão perdendo seu conteúdo crítico e seu potencial inovador, sem, necessariamente, ter suas propostas estratégicas atendidas e desenvolvidas, dando origem a uma forma de cooptação que fundamenta uma modalidade passiva de aceitação da ordem.

Nesse sentido, o transformismo exerce um papel estratégico e desastroso e não foi diferente em relação ao Movimento dos Trabalhadores porque condiciona a luta dos trabalhadores apenas ao aparelhismo que pode ser controlado pelo Estado, fazendo com que o Movimento fique à margem dessa atuação e, conseqüentemente, culmina no seu fim.

4.3 – A atuação na formação do PT (Partido dos Trabalhadores)

O Movimento dos Trabalhadores, para além de todas as análises aqui já realizadas, possui significativa relevância por ter auxiliado no processo de formação e organização do Partido dos Trabalhadores no Brasil. A conjuntura nacional em que se encontrava o Movimento, e as próprias demandas exigidas pelos integrantes, permitiram que estes se mobilizassem na construção de um aparelho que os pudesse representar pela via política. Todos os ex-integrantes fizeram parte do PT e muitos continuaram militando no partido após o declínio do Movimento.

Por meio da análise do acervo documental do MT, é possível encontrar relatos de reuniões dos antigos integrantes para discorrerem sobre a possibilidade de auxiliarem na construção de um partido político. Em um desses documentos é dito que 50 (cinquenta)

pessoas de diversos municípios do Estado de Goiás se reuniram na cidade de Goiás para discutirem a questão dos partidos por dois dias, 14 e 15 do mês de março (não tem referência do ano no próprio documento, mas a entrevistada Lúcia Carvalho, a qual o documento pertence, acredita que tenha sido escrito por volta de 1979). Foi um encontro destinado ao estudo e debate sobre os partidos e promovido pelo Movimento dos Trabalhadores. Lúcia Carvalho fala sobre esse encontro, relatado no documento, em entrevista concedida no dia 10 de setembro de 2020:

Essa reunião se deu, acho que por volta de 1979, antes da fundação do PT, que a gente estava discutindo sobre a necessidade da gente participar de um partido político, então não poderia ter sido em 1980 quando o partido já estava fundado porque essa foi uma discussão anterior. Eu acho que foi em 1979 ou 1978, eu não tenho certeza.

No mesmo documento, lê-se algumas opiniões dos participantes em relação ao tema uma vez que todos puderam opinar sobre o significado do partido e como ele poderia auxiliar na luta dos trabalhadores. É preciso analisar algumas dessas opiniões porque elas embasam e justificam o envolvimento e engajamento dos integrantes do MT na formação do PT. Algumas opiniões presentes:

- O partido é uma ferramenta de organização necessária para tomar e manter o poder político.
- Nenhum desses cinco partidos que estão aí foi feito por nós. Ainda não existe o nosso partido.
- Temos que criar um partido que nasça da base porque esses partidos que tem aí nasceram de cima para baixo. Nenhum representa a classe trabalhadora, porque não estão na nossa mão.
- Os trabalhadores tem de ter uma resposta ou proposta para esses partidos, desde que seja decidido pelo conjunto das lutas da classe.
- Os partidos tem de ser discutidos na base, porque o Movimento dos Trabalhadores deve ter uma só resposta para esses partidos.
- Qualquer partido que subir no poder, vai ser a mesma coisa. Somente os trabalhadores é que podem mudar tudo.
- Precisamos reforçar nossas lutas porque um partido pode até acabar mas os movimentos dos trabalhadores não.

(PARTIDOS POLÍTICOS, s/d)

Apenas algumas opiniões presentes no documento intitulado “Partidos Políticos” foram transcritas no trecho acima para que se possa analisar o que, de fato, representava um partido para aqueles trabalhadores. Ainda que considerassem a necessidade de um partido, a ideia de autonomia de classe está clara nas falas dos integrantes. A ênfase foi colocada nos próprios trabalhadores e nos movimentos que eles organizavam; o partido seria, então, apenas mais uma ferramenta por meio da qual poderiam tentar chegar ao poder. Em nenhum momento, a importância do partido é colocada como maior do que a dos movimentos e pela noção de hierarquia, os próprios integrantes é que deveriam discutir e decidir os rumos a serem tomados pelo partido e não o contrário.

No mesmo documento é transcrita uma comparação feita por um dos membros da reunião ainda sobre a discussão relacionada aos partidos políticos e a importância da existência deles. À essa comparação é dado o nome de “A comparação da jaula do Leão” e a explicação que segue é: “Entrar desorganizado ou entrar sozinho num desses partidos, é o mesmo que jogar gato dentro da jaula do leão” (Documento “Partidos Políticos, sem referência de data e ano). Aqui, vê-se a ideia da coletividade e da organização da classe para que, de fato, o partido possa representá-la.

Mais uma vez pode se fazer uma reflexão sobre a autonomia dos trabalhadores ao subentender pela comparação que, desorganizados ou sozinhos, nenhum deles conseguirá atingir bons resultados, mas juntos, enquanto classe, podem fazer a diferença no desfecho da história exemplificada.

Sobre as formas de atuação dos integrantes no próprio partido, durante a discussão relatada no documento, chegou-se a algumas conclusões:

Foi visto que é muito importante ninguém decidir sozinho mas é preciso saber bem o que fazer. Temos diversas maneiras de ter participação:

- Participando fora mas numa atitude crítica em relação aos partidos que estão aí.
- Participando com voto num partido, num candidato, branco ou nulo.
- Participando dentro do partido lançando candidatos, entrando nos diretórios.
- Exigir apoio do partido para as lutas dos trabalhadores, etc.

(PARTIDOS POLÍTICOS, s/d)

As formas de participação dentro de um partido são discutidas e algumas questões são levantadas sobre essa efetividade, como por exemplo: será que, de fato, os

trabalhadores teriam voz e autonomia quando inseridos nessa organização? As questões abordadas nessa reunião e relatadas no documento giram em torno das temáticas principais: sempre tomar posição em conjunto pois uma luta sozinha não resultaria em respostas para a classe toda; independentemente da existência de um partido que os representasse a importância maior deveria ser dada no fortalecimento e na união da classe trabalhadora; somente a classe trabalhadora independente é capaz de mudar o cenário social; o partido seria somente uma ferramenta porque não acreditavam na vitória somente por meio do voto.

É possível perceber, portanto, o real significado que a existência de um partido teria para os integrantes do Movimento dos Trabalhadores. O foco principal não era e não deveria se tornar o partido, mas sim continuar sendo a tomada de consciência e a união da classe porque, somente assim, eles conseguiriam ajudar na formação de algo que realmente os representasse. A ideia de coletividade é retomada o tempo inteiro nas falas e impressões registradas daqueles que estavam na reunião e a crença era de que, somente dessa forma, poderiam conseguir modificar algo no que dizia respeito ao alcance dos próprios objetivos.

Após essa reunião, e de outras relatadas pelos entrevistados, o Movimento dos Trabalhadores atuou diretamente na formação do Partido dos Trabalhadores, seja na confecção de documentos, no debate das ideias ou na busca por novos membros para que o partido se efetivasse.

Pode-se considerar o MT como um dos principais integrantes do novo partido que surgia e cuja influência será relevante na formulação de discussões e materiais de apoio para a luta dos trabalhadores. Albuquerque (2005, p.1) detalha:

O PT diferencia-se dos outros partidos pela sua constituição, pois este nasce das lutas concretas contra o regime militar, tentando responder à necessidade de construção de um instrumento que possibilite aos trabalhadores uma maior participação no cenário político do país. O Partido dos Trabalhadores em sua estrutura interna apresenta o direito aos seus militantes de se organizarem em tendências políticas. Estas disputam os espaços de discussão dentro do PT, com a formulação de teses onde apresentam seus projetos.

As greves do ABC Paulista, possivelmente, foram o que mais influenciou no surgimento do Partido dos Trabalhadores. A mobilização do povo e os movimentos surgidos na década de 70, elencaram o debate acerca de uma nova forma de

representatividade para a classe dos proletários. O Movimento dos Trabalhadores participou ativamente desse surgimento, formação e propagação das ideias basilares que nortearam o partido em seu início, não como algo antagônico ou oposto ao próprio MT, mas sim como uma instituição que viria a acrescentar força na luta dos trabalhadores.

A Carta de Princípios do PT lançada ao dia 1º de maio de 1979, resultou na oficialização do partido no ano seguinte e na participação de sua primeira eleição em 1982. O Centro de Reflexão e Documentação, CRD, o mesmo Centro que formulava e publicava o material de estudos destinados aos militantes do Movimento dos Trabalhadores, também foi responsável pela criação e impressão dos primeiros materiais didáticos do novo partido que surgia com o objetivo de representar as massas. Parte deste material pode ser visto logo a seguir:



Figura 19 - Um dos primeiros materiais sobre o Partido dos Trabalhadores publicado pelo CRD em dezembro de 1982 (“PT 83, A Luta Continua” elaborado pelo CRD em 1982)

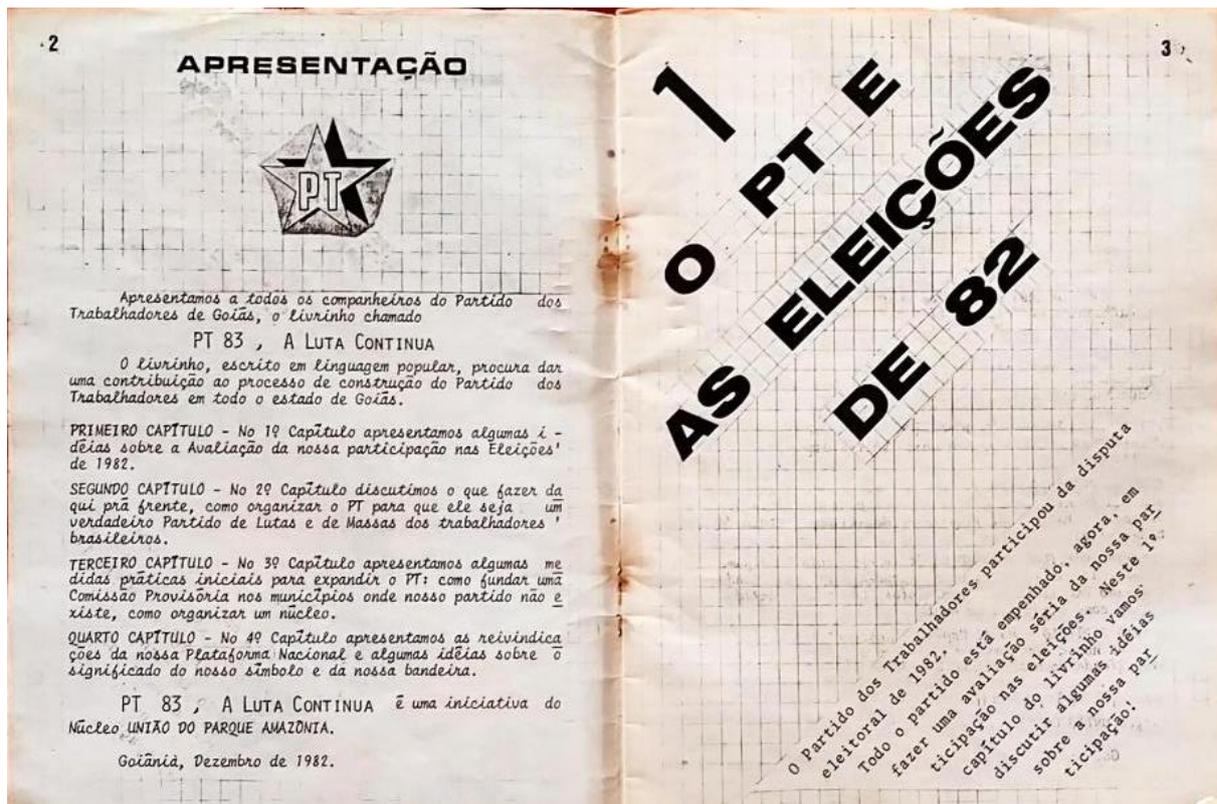


Figura 20 - Um dos primeiros materiais sobre o Partido dos Trabalhadores publicado pelo CRD em dezembro de 1982 ("PT 83, A Luta Continua" elaborado pelo CRD em 1982)

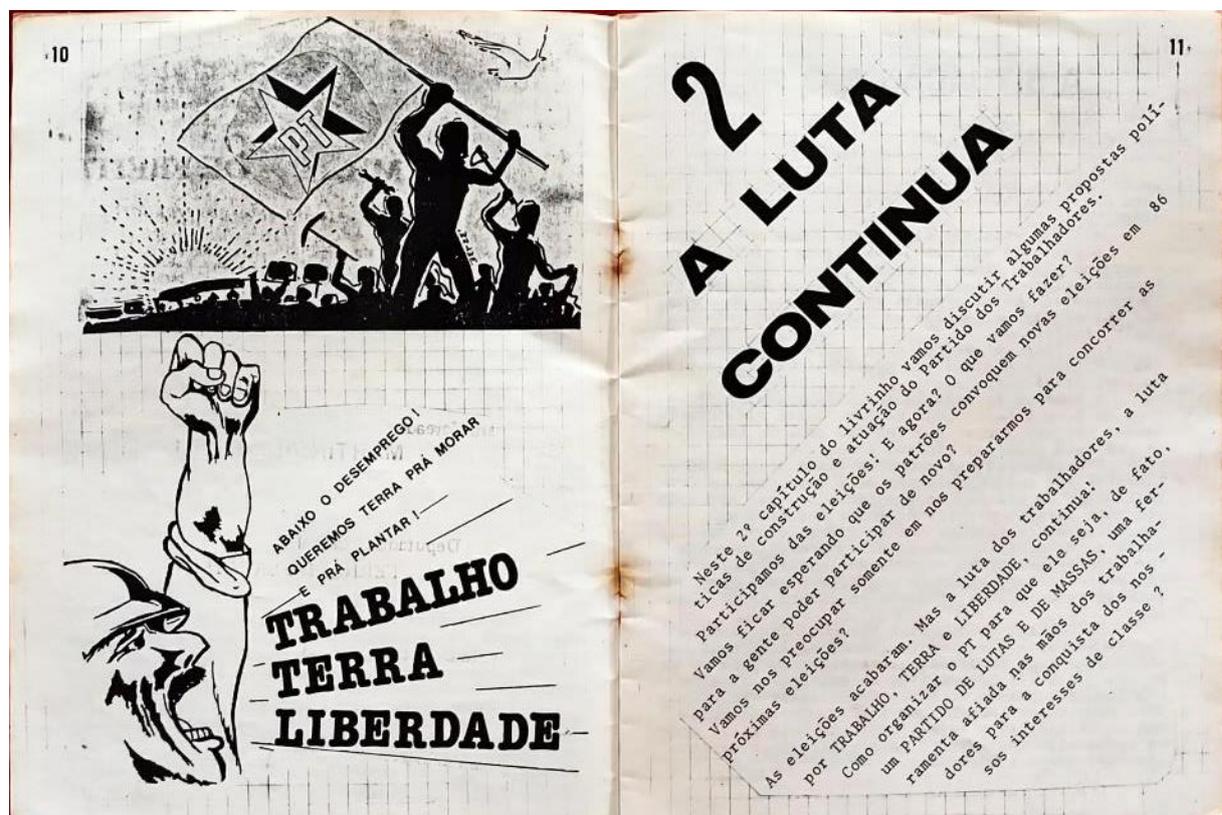


Figura 21 - Um dos primeiros materiais sobre o Partido dos Trabalhadores publicado pelo CRD em dezembro de 1982 ("PT 83, A Luta Continua" elaborado pelo CRD em 1982)

É necessário salientar que, além do MT, participaram da construção do partido “militantes da Igreja Católica, organizações de esquerda de orientação marxista-leninistas, surgidos a partir de cisões no PCB e PCdoB nos anos 60 e começo dos anos 70 e que viram no PT um espaço político legal para a sua atuação” (BORGES, 1998, p. 27-28). Teve, também, a presença dos sindicalistas, do novo sindicalismo e, para vários desses segmentos o surgimento do Partido tinha um significado diferente: para alguns, ele representava a revolução pela qual tanto lutavam; para outros, a perspectiva seria de uma maior representatividade diante do aparelhamento do Estado e suas estruturas.

O MT atuou, também, na criação e organização da CUT, nos sindicatos nos Estados de Goiás, no Distrito Federal e no Pará, nas comunidades de bairros, nas comunidades de base da Igreja Católica, entre outras organizações. O documento acima é uma contribuição ao processo de construção do Partido dos Trabalhadores e as ideias, objetivos e instruções são apresentadas por uma linguagem coloquial para facilitar o acesso popular. Nele, discute-se como organizar o PT para que ele seja “um verdadeiro Partido de Lutas e de Massas dos trabalhadores brasileiros” (PT, A LUTA CONTINUA, 1982, p. 10). É possível visualizar, na segunda imagem sobre o livreto colocada acima, a seguinte finalização: “PT 83, A Luta Continua é uma iniciativa do Núcleo União do Parque Amazônia”, sendo o núcleo referido uma das atuações do Movimento dos Trabalhadores que se uniu a outros trabalhadores na ocupação do local.

O padre Arrigo Malavoltti conta sobre suas lembranças desse período, em que os integrantes do MT participaram ativamente para a construção do PT e ele, enquanto religioso a favor das massas, também forneceu a sua contribuição:

Quando aconteceu o Partido dos Trabalhadores e nós entramos também no projeto, íamos de casa em casa fazer inscrições do povo no PT, fazer a filiação das pessoas no PT porque precisava de um número mínimo e daí por diante. Isso foi bem no começo mesmo, nos anos 78, 79, 80, eu mesmo participei do PT. Me lembro que algumas pessoas do Movimento até foram candidatas nas eleições, foi um trabalho muito interessante, muito longo, muito profundo. Veja a mentalidade da época: trabalhador não vota em trabalhador porque trabalhador é um coitado e político tem que ser uma pessoa rica, estudada, para ajudar a gente e trabalhador é pobre, ignorante, não vai poder fazer nada por mim. O Lula passou por isso, essa mentalidade, por isso a dificuldade nas primeiras eleições e claro que ainda tem essa mentalidade e nós tivemos que lutar, lutar até. Lula veio em Jussara, em Goiás, várias vezes, foi um movimento belíssimo, máquinas paradas, braços cruzados, as primeiras greves dos metalúrgicos em São Paulo, um movimento belíssimo (entrevista concedida no dia 07 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália).

Para exemplificar a fala do padre Arrigo, segue abaixo um panfleto com a candidatura a deputado estadual do antigo líder Alberto Gomes de Oliveira, conhecido como Bacurau:

VOCÊ SABIA ?

Você sabia que o candidato do PDS ao governo de Goiás é grande fazendeiro ?
 Mas você sabia que o candidato do PMDB ao governo também é fazendeiro?
 Pois é: ele tem milhares de alqueires de fazenda lá em Britânia...
 Agora pense bem para responder estas perguntas:
 - Você acredita que qualquer um desses dois fazendeiros, desses dois patrões, vão fazer alguma coisa pelo trabalhador?
 - Você acredita que quem vive andando prá lá e prá cá de avião' particular, pode entender os nossos problemas?

Votar em patrão, seja ele dono de terra, de empresas, de bancos ou grande comércio, é VOTAR NA EXPLORAÇÃO!
 Para o trabalhador, votar no PDS ou no PMDB, que são partidos de patrões, é perder o nosso voto!
 Por que? Porque se vencer o patrão do PDS, o chicote continua caindo em nossas costas! E se vencer o patrão do PMDB, o chicote muda de mão, mas vai continuar caindo nas nossas costas do mesmo jeito.
 Você ainda duvida? Então procure saber o que sempre aconteceu em todas as eleições que já se realizaram no Brasil!

Trabalhador: NÃO PERCA MAIS UMA VEZ O SEU VOTO! Não vote em partido de patrão. Vote no Partido dos Trabalhadores. Vote contra a Exploração.
 VOTE CONTRA A DITADURA!
 VOTE POR TRABALHO, TERRA e LIBERDADE para todos os trabalhadores brasileiros!
 Mas preste bastante atenção, porque o voto é vinculado. Para não anular o seu voto, vote em chapa completa do PT.

TRABALHADOR VOTA EM TRABALHADOR!
 VOTE NO 3, QUE O RESTO É BURGUESES !



PT

DEP. ESTADUAL
ALBERTO DE OLIVEIRA
(BACURAU)

2100

JUSTIÇA ELEITORAL	
PARA GOVERNADOR	
NOME <i>Athos Magno</i>	OU Nº <i>3</i>
PARA SENADOR	
NOME <i>Paulo Faria</i>	OU Nº <i>30</i>
PARA PREFEITO	
NOME <i>Candido</i>	OU Nº <i>35</i>
PARA DEPUTADO FEDERAL	
NOME <i>Augusto</i>	OU Nº <i>313</i>
PARA DEPUTADO ESTADUAL	
NOME <i>Alberto</i>	OU Nº <i>3133</i>
PARA VEREADOR	
<i>...</i>	<i>2106</i>

Figura 22 - Panfleto com a candidatura do antigo líder do MT a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo de antigos integrantes do MT)

Segundo padre Arrigo, era difícil eleger um “representante do povo” devido a mentalidade por ele mencionada e que se perpetuou em alguns setores no Brasil. Por ter se tornado um partido considerado das “massas” e com tantos grupos participantes é natural que houvesse divergências no interior do PT cuja disputa se dava, sobretudo, em relação ao projeto político. Alberto Gomes “Bacurau” falou sobre o assunto:

Tinha discussão dentro dos coletivos sobre o que os companheiros iam fazer dentro do PT, chegaram a discutir o texto Critérios com o pessoal de Santarém. Pensavam a nível nacional e se uniam com outras organizações de vanguarda e de base e em 1981 o PT fazendo sua institucionalização e o MT estava tentando fazer o trabalho de implantação. O pensamento tinha que ser o resultado do encontro de acumulações diferenciadas, do ponto de vista da base e da vanguarda (entrevista concedida no dia 21 de julho de 2017 na cidade do Rio de Janeiro – RJ).

O texto “Critérios”, ao qual Bacurau faz referência, possui 9 páginas, foi digitado à máquina e está preservado em sua totalidade; possui a data de 1978 e não possui ou autoria e o entrevistado disse ser uma obra de reflexão durante uma reunião em que participaram vários movimentos da esquerda antes mesmo da formação do MT.

O texto contribuiu para direcionar a atuação dessas organizações a partir de então e, conseqüentemente, para a formação do Partido dos Trabalhadores. As diferentes formas de organização dos trabalhadores que surgiram após a extinção do bipartidarismo são analisadas e contribuições são feitas considerando-se as necessidades dos trabalhadores.

Para melhor compreensão, segue a transcrição de parte do documento, cuja grafia original foi mantida, bem como os destaques e a forma da escrita (a imagem do referido documento encontra-se nos Anexos IV):

CRITÉRIOS

Este texto nasceu de necessidades concretas do trabalho popular. Depois de alguns anos de silenciosa resistência, as classes trabalhadoras começam a dar sinais visíveis de retomada de sua luta por melhores condições de vida. Como não dispõem de instrumentos ao seu alcance para encaminhar as diversas frentes de luta, o primeiro passo é reconstruí-los, ou, em alguns casos, retomá-los das mãos de grupos ou pessoas que não tem compromisso com os interesses dos trabalhadores.

Nessa luta por reconstruir suas organizações próprias, os trabalhadores vão se aglutinando em torno de reivindicações concretas e, a partir delas, estruturando e inventando novas formas de organização.

Esse trabalho paciente vai se acumulando em qualidade e extensão e começa a exigir respostas concretas às novas situações que enfrenta. Assim, a questão da

unidade de objetivos se apresenta de forma patente nas diversas frentes. Nos sindicatos, nas associações, nos clubes de mães, etc.

Mas não é apenas a necessidade de unir e coordenar as ações desses diversos trabalhos. É sobretudo a necessidade de aprofundar e esclarecer o seu conteúdo político de classe.

O texto Critérios se propõe a contribuir na reflexão e estudo das respostas a essas situações concretas. Sem ambições maiores que a de dar consequência a esse trabalho a partir de suas próprias exigências e das exigências da conjuntura política em que ele se insere.

Estes chamados CRITÉRIOS se referem às maneiras como alguns grupos de oposição popular estão: desenvolvendo e avaliando a sua prática; relacionando-se entre si e com outros grupos; reagindo face as propostas das diversas forças sociais presentes na conjuntura; compreendendo o seu papel no processo de transformação da sociedade.

Entraremos aqui diretamente no assunto, assinalando e fazendo rápidos comentários sobre os seguintes pontos, tomados como critérios: 1) Da participação dos trabalhadores; 2) Da direção com os trabalhadores; 3) da Organização nascendo da base; 4) Da prática como referencial; 5) Da teoria nascendo da prática; 6) Do agente trabalhando na base; 7) Da predominância dos interesses dos trabalhadores.

O texto ainda discorre sobre quem seriam os verdadeiros trabalhadores que o Partido dos Trabalhadores buscava representar prioritariamente e trata-se de:

[...] operários, lavradores ou camponeses pobres (parceiros, arrendatários, assalariados rurais – peões de fazenda, vaqueiros, boias-frias – pequenos proprietários, posseiros), domésticas, lavadeiras e demais sub-empregados, trabalhadores manuais, autônomos, comerciários, funcionários não-qualificados das empresas públicas e privadas, etc. – enfim, o que se conceitua como base da sociedade. Base domiciliada, em geral, na zona rural, nas periferias e nas favelas, nas cidades operárias, e, em alguns casos, nos bairros antigos das grandes cidades, nos alojamentos das fábricas e empresas construtoras, etc (CRITÉRIOS, 1978, p.2).

O contexto para essas reflexões é explicado por Bacurau como uma reunião em que participaram pessoas escolhidas por sua base que tinham iniciativa de organização popular, de formação popular e que contribuíram para o fortalecimento dos movimentos sindicais de base:

Tinha elementos ligados ao trabalho de Igreja, já era Augusto de Franco que participou, que tinha suas vinculações com a Igreja e com o trabalho de base, na época ali junto com o Exupério, junto com o Maurílio no Parque Amazonas, junto com o frei Marcos que tinha suas ligações com o trabalho popular de bairro e de operário da construção civil em Goiânia e o pessoal de invasão. Pessoas da CPT, eu não lembro de todos mas tinha pessoas de alguns lugares do país que discutiam o trabalho de base na perspectiva popular. O texto “Critérios” era de circulação clandestina dentro dos movimentos sociais mas era uma linha orientadora às pessoas que aderiram a ele, aderiram a essa

perspectiva de organização. Foi o período de maior crítica em relação ao que a gente chamava de prática tradicional da esquerda em que os movimentos sociais serviam como correia de transmissão de uma direção que se autoproclamava revolucionária, isso aconteceu nos núcleos dos partidos comunistas no mundo inteiro (entrevista concedida no dia 31 de julho de 2019).

Para o antigo líder entrevistado os partidos, naquele momento, não se preocupavam de fato com a organização de base, pelo contrário, privilegiavam assumir direções de sindicatos e de moradores para utilizá-las como correia de transmissão das políticas e decisões estabelecidas dentro da direção. A massa, nesse sentido, seria apenas para ser dirigida e orientada pelos que se autodenominavam vanguarda, o que significava serem “donos” do processo revolucionário.

A crítica era voltada para as pessoas que nunca participaram efetivamente de um movimento de massa e após algumas leituras e estudos se achavam conhecedores da prática a ponto de liderar um movimento. As organizações cuja prática era articulada dessa forma tiveram um momento de autocrítica que favoreceu os novos direcionamentos das lutas:

É interessante porque algumas pessoas que estavam nessa reunião foram de algumas dessas organizações e num processo de autocrítica resolveram colocar que o grande motor dos processos de mudança eram as massas trabalhadoras e que para que acontecesse, deviam se organizar pela base e não se organizar pela cúpula, a partir dos interesses de base. A partir dessa reunião que se tratou quais eram esses movimentos, falou de forma genérica que em determinados momentos essas direções, esses partidos fizeram esse trabalho em que respondiam aos anseios das massas populares. Possivelmente estávamos falando dos partidos né, das organizações que nos momentos históricos fundamentais estiveram lá para os trabalhadores, estiveram dentro dos movimentos de massa, dentro dos movimentos de base e tal porque a crítica central era exatamente ao que nós chamávamos de vanguardismo (Alberto Gomes de Oliveira, “Bacurau”, entrevista concedida no dia 31 de julho de 2019).

O que unia os grupos era a ideia de que se deveria ouvir os anseios dos trabalhadores, ainda que fossem os mais gerais, para que se formassem de fato movimentos de trabalhadores e não de vanguarda. O documento “Critérios”, então, foi produzido no final da década de 70, nessa reunião de setores, ligados ao trabalho de organização popular, que fizeram esse trabalho de autocrítica e caracterizaria alguns movimentos de esquerda que fariam parte do Partido dos Trabalhadores brevemente. Essa reflexão se estendeu para movimentos oficialmente institucionalizados no período ou não:

Essa crítica era em relação aos PC's da vida, todas as organizações que se faziam por cima sem ouvir as bases. E era um momento interessante porque estava chovendo no Brasil para todos os lados organizações sociais nascendo, oposições sindicais, enquanto os partidos tradicionais, o próprio PCB na época e o próprio MR8 preferiam disputar a direção do sindicato de SP que nunca foi ganho, disputar por cima e fazer alianças para ter o aparelho, para fazer suas políticas. O PCdoB fazendo aliança para poder manter um espaço tradicional junto com o PMDB, e vários outros (Alberto Gomes de Oliveira, "Bacurau", entrevista concedida no dia 31 de julho de 2019).

Como exemplo da nova mentalidade que surgia, o entrevistado cita grupos de revenda que ele acompanhou pessoalmente e eram uma espécie de cooperativa que se reunia mensalmente para discutir as necessidades dos membros do grupo e selecionarem os que os representariam naquele momento. A dimensão desses grupos foi relevante e alguns chegaram a comprar caminhões e barcos coletivos como foi citado na discussão sobre Santarém. O entrevistado reforça:

Em uma área grande, eu visitei no mínimo 20 grupos de revenda em que a comunidade como um todo tinha noção do que acontecia. Um dia tocou um sino lá e saiu todo mundo para a reunião, gente de tudo que é canto, e todo mundo dava palpite, moças, rapazes, velhos, crianças, era um negócio interessantíssimo. Basicamente esse era o fundamento. Tinham como fundamentação organizar pequenos grupos ligados às lutas concretas, do dia-a-dia e ouvindo essas lutas (Alberto Gomes de Oliveira, "Bacurau", entrevista concedida no dia 31 de julho de 2019).

Foi nesse sentido que o texto "Critérios" fora confeccionado, com a intenção de dar diretrizes de organização pela base com alguns princípios em um momento cuja luta pela hegemonia dentro dos movimentos de esquerda, na condução da luta dos trabalhadores, era perceptível. Os grupos desentendiam-se entre si e, portanto, foi uma reunião importante para que reflexões mais gerais fossem feitas e os novos segmentos se formassem com uma nova mentalidade como o próprio Movimento dos Trabalhadores que estava em vias de formação no final da década de 70.

Outros materiais mais didáticos foram elaborados por integrantes do MT na intenção de que as informações pudessem chegar a todos os integrantes que deveriam aderir à luta pela formação do partido (as imagens desses documentos encontram-se nos Anexos IV).

Para melhor compreensão, segue a transcrição na forma original:

PT**PARTIDO DOS TRABALHADORES
MANIFESTO
PROGRAMA
Plano de Ação****apresentação**

Este CADERNO foi feito para ajudar os militantes do PARTIDO DOS TRABALHADORES a conhecer e aprofundar, em seus núcleos. O MANIFESTO, O PROGRAMA E O PLANO DE AÇÃO do partido.

Ele pode servir também para outras pessoas, que ainda não conhecem o PT, ficar conhecendo.

O CADERNO é uma contribuição dos núcleos de São Benedito, Retiro e Vila São José, município de Itaberaí – Goiás, para a construção do nosso Partido dos Trabalhadores.

Itaberaí, outubro de 1980.

PEDIDOS PARA CAIXA POSTAL, 08
76.660 – ITABERAÍ – GO

A. A necessidade do Partido

Não é novidade para ninguém a situação de injustiça em que vivemos no Brasil.

Os trabalhadores e a maioria do nosso povo está sendo explorados pelos patrões capitalistas nacionais e estrangeiros.

Além disso, os trabalhadores e a maioria do nosso povo vem sendo oprimidos por governo que só atendem aos interesses desses patrões.

Finalmente, os trabalhadores e a maioria do nosso povo vem sendo dominados pelas ideias dos patrões através de propaganda, das escolas e de outros meios.

Para os trabalhadores brasileiros explorados, oprimidos e dominados pelo interesse capitalista, nunca houve possibilidade de participação em qualquer nível.

Ao nível econômico, os trabalhadores que produzem todas as riquezas além de viver na miséria não podem controlar a produção e não podem decidir nada sobre a organização social do trabalho e sobre a repartição dos seus frutos.

Ao nível político, os trabalhadores, que são a maioria da população, não podem participar das decisões políticas e são obrigados a eleger pessoas que não representam os seus interesses.

Ao nível cultural, os trabalhadores não têm meios para elaborar e divulgar a sua maneira de pensar e de ver a realidade.

O partido revolucionário, no qual o MT acreditava e que lutava para construir, não poderia ser só um partido de teoria porque, na prática, não seria suficiente apenas a teoria

compartilhada entre os integrantes. O encontro de diversas práticas dentro do movimento social brasileiro e de acumulações diferenciadas, do ponto de vista da concepção, só poderiam resultar em união em cima de trabalhos concretos que representassem os anseios de todos os segmentos inseridos no partido. Bacurau continua:

Todos elaboraram o projeto do Partido dos Trabalhadores, deslocaram alguns companheiros, o sul e sudoeste goiano, a discussão com o PCBr, o MT, o núcleo fundador e organizador de Santarém e da oposição sindical metalúrgica, se reuniam para um trabalho de implantação. O PT tinha uma luta interna muito forte mas por necessidade de sobrevivência de alguns agrupamentos eles mandaram alguns militantes pra lá mas não chegou a ser 10% do que eles propunham (entrevista concedida no dia 31 de julho de 2019).

Os militantes acreditavam nas relações com diferentes organizações de esquerda, na experiência trocada com outros movimentos horizontais e na construção de movimentos diferenciados que poderiam contribuir para a formação de um partido capaz realmente de construir uma nova realidade no Brasil. O partido seria um instrumento, uma ferramenta somente, de relação direta com o Estado.

Obviamente, as contradições da luta que permeiam toda e qualquer organização existiram - inclusive no que diz respeito a direção e tomada de decisões - também por parte do que o MT considerava ser somente uma ferramenta dos trabalhadores. O texto “Critérios” em sua página 3 cita a problemática:

Este critério da direção com os trabalhadores permite reconhecer, nos grupos onde se tem a preocupação de adotá-lo, os germens de uma futura organização dos trabalhadores, verdadeiramente capaz de unificar e dar direção a marcha da oposição popular. Permite, outrossim, a estes grupos, manter uma posição crítica e independente diante de vários outros grupos de não-trabalhadores, já estruturados em organizações ou querendo estruturar organizações (com cúpulas dirigentes sem a presença de trabalhadores) auto-intituladas “partido dos trabalhadores”.

É possível perceber no trecho acima que já nesta data, final da década de 70, o MT se posiciona criticamente no que se refere a um partido dos trabalhadores tomando frente da direção que deveria ser exercida por parte dos trabalhadores e não por dirigentes que supostamente o representavam. Esse critério da organização, que nascia da base, demarca uma preocupação com a articulação e unificação dos que, até então, estavam trabalhando de maneira isolada.

Essa preocupação exprimia a necessidade de uma organização mais ampla, “capaz de fortalecer e conduzir o conjunto dos movimentos de oposição popular ao seu verdadeiro destino: a transformação da sociedade, extinguindo a exploração dos trabalhadores” (CRITÉRIOS, 1978, p.3). Com essa perspectiva foi que surgiu o Partido dos Trabalhadores.

Com a Ditadura Militar entrando em decadência, e com o crescimento das organizações de base, cujas reflexões para o surgimento estão no já citado texto “Crítérios”, surge a necessidade de um partido institucionalizado ligado a realidade brasileira e que desse respostas à situação do Brasil; que lutasse pelos trabalhadores; mas, principalmente, que nascesse dessas lutas dos trabalhadores. Bacurau, em 31 de julho de 2019 explica o contexto:

O que que se reuniu inicialmente? Os movimentos de massa das greves urbanas, os operários principalmente, que não foi só no ABC mas a grande expressão na época foi o ABC, São Bernardo com suas lideranças, seus movimentos, e que abalou profundamente. O grande abalo mesmo se deu nas greves de São Bernardo porque havia as condições objetivas ali, greves com assembleias com 100 mil trabalhadores na época e depois de um momento em que basicamente os movimentos sobreviviam. Eram que nem brasa debaixo da cinza, então isso era uma força. Forças de organizações sindicais rurais no Brasil inteiro, então aí nós tínhamos os movimentos dos seringueiros no Acre, movimentos de trabalhadores como em Santarém, movimentos de trabalhadores da oposição sindical em Goiás, Espírito Santo, o Brasil inteiro, o nordeste com diversos movimentos sociais urbanos e também diversas lutas por moradia na cidade porque possivelmente naquele período nós tínhamos uma crise de moradia maior do que nós temos hoje proporcionalmente no Brasil inteiro.

Foi nesse período que surgiram bairros oriundos de ocupações feitas por trabalhadores que sofreram com o êxodo rural. Na luta por moradias, ainda que fosse ilegal, grupos ocupavam e formavam, por conta própria, bairros inteiros em uma tentativa de lidar com a realidade. Moyses (2001) explica que a região noroeste iniciou-se com o Bairro Jardim Nova Esperança, nasceu de um histórico de lutas e herdou para si e para o restante dos bairros, sejam eles regulares, ou não, e que surgiriam posteriormente, um legado de segregação sócio territorial.

Como o MT atuou nesses processos e a ligação dessas reivindicações por moradia com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, o antigo líder e antigo integrante, Bacurau, soube explicar:

Tinha luta por moradia praticamente na cidade inteira mas, a grande expressão mesmo foi ali indo para o lado de Goiás que vai para Capuava, Nova Esperança, Finsocial e aí vai nascendo invasões de ocupações de terreno urbano para moradia para todo lado. Em Brasília a luta dos moradores de Ceilândia e outros tantos, e por aí afora, no Pará, no Brasil inteiro. Então basicamente do ponto de vista popular os pilares do Partido dos Trabalhadores nasce das lutas sociais por moradia, no campo também, pela organização sindical e das greves operárias que começam e outros movimentos mesmo de trabalhadores urbanos (entrevista concedida no dia 31 de julho de 2019).

A esquerda tradicional vivia um momento de distanciamento dos movimentos sociais devido tanto à sua trajetória quanto à perseguição violenta sofrida no período da Ditadura Militar. Ainda assim, alguns núcleos se organizaram, parte dentro da igreja, como a arquidiocese de Goiás e de Volta Redonda, em São Paulo, entre outros locais. Essa relação da igreja e de elementos com a base, também provocou um processo de autocrítica e, conseqüentemente, o surgimento do PT, essencialmente, da autocrítica dentro da esquerda, em relação a necessidade da organização pela base, das lutas por moradias e greves. Bacurau, em 31 de julho de 2019, detalha o começo do partido:

O PT nasce para ser um partido dirigido por trabalhadores, tanto é que as primeiras executivas são basicamente de operários, camponeses. Para você ver, a primeira executiva nacional tinha de Lula a Avelino Ganzer de Santarém, então eram bancários, petroleiros, camponeses, operários metalúrgicos e por aí afora. Tinham correntes que tinham origem na vanguarda mas que tinham feito sua autocrítica, foi o encontro dessas diversas práticas que possibilitaram o nascimento do PT.

No estado de Goiás, o Sintego, Sindicato dos Trabalhadores em Educação, envolveu-se ativamente no surgimento do PT, assim como o próprio MT e nomes como Antônio Arantes, advogado de Rio Verde; Martiniano Rossi; César Bastos; Reinaldo Pantaleão; Joaquim Roriz; Henrique e Ademar Santillo. Alguns dos nomes citados desvincularam-se, posteriormente, mas a participação deles no início foi ativa e relevante para a oficialização do PT no Estado:

Era uma composição bastante misturada. Nós fomos, de organização de trabalhadores, um dos primeiros a entrar, a participar do PT em Goiás e entramos sabendo o seguinte, era necessário que trabalhadores entrassem de forma organizada para que tivessem o mínimo de força e aí se constrói o primeiro encontro, assembleia, uma convenção do PT em Goiás e se forma a primeira com comissão provisória realmente de fundação do partido. Da primeira comissão provisória para você ter ideia, o Movimento dos Trabalhadores já indicou dois membros para executivo estadual, diversos

membros participaram do diretório mas da executiva mesmo era Augusto [de Franco] e eu (Alberto Gomes “Bacurau” em entrevista concedida dia 31 de julho de 2019).

O ex-líder segue dizendo que o MT havia feito diversas reuniões e os integrantes chegaram à conclusão de que, naquele momento, era fundamental contribuir, participar da construção de um partido dos trabalhadores pois sem o partido sentiam que não conseguiriam avançar nas lutas. O Movimento teve uma participação importante porque praticamente todos os integrantes entraram no PT e os que não o fizeram auxiliaram de outra forma como alguns religiosos que emprestavam o salão paroquial para as reuniões do Partido em Goiás. Nos anos 70 e 80, a Igreja atuava junto à sociedade civil na defesa de direitos e constituía-se como abrigo para os movimentos sociais e como um centro de atividade política.

A Igreja também teve participação determinante no início da formação do Partido dos Trabalhadores assim como foi no surgimento do MT. Frei Arrigo Malavolti, um dos religiosos que participou efetivamente das duas organizações, explica como foi o início do partido:

De 75 em diante começou a nascer o PT, o famoso PT e assim como era no Movimento dos Trabalhadores nós fazíamos reuniões daqueles poucos que começavam a aceitar a ideia de um Partido dos Trabalhadores. As reuniões eram nas paróquias, no salão paroquial, não tinha outro lugar, era bastante normal esse envolvimento da Igreja (entrevista concedida no dia 07 de janeiro de 2019 na cidade de Módena - Itália).

De forma gradativa, a Igreja progressista reduziu o espaço de atuação nas bases sociais, à medida em que os grupos políticos puderam ser institucionalizados e, portanto, independentes da atuação religiosa. Bacurau cita alguns detalhes:

Interessante, era o PT do sindicato dos padres, era assim que era chamado, era uma leitura da massa, PT do sindicato dos padres, porque aonde tinha Igreja Católica progressista apoiava o PT depois. E os membros do Movimento eram membros do PT, todos eles ou a maior parte foi candidata a vereador, então foi uma participação efetiva tanto nas iniciativas institucionais do partido quando participação na formação, nos sindicatos, por exemplo. Nós contribuimos para fundar o partido oficialmente em diversos municípios, aonde nós tínhamos base e aonde não tinha, aonde nós tínhamos base do Movimento e aonde nós não tínhamos, nós andamos grande parte do Estado pra fundar o Partido dos Trabalhadores que tinha uma exigência legal de quantidade de filiados, então

saía filiando pessoal de qualquer maneira pra ter o número mínimo (Alberto Gomes Bacurau em entrevista concedida dia 31 de julho de 2019).

Bacurau relata que tal atitude contribuía para alguns atritos dentro do Partido porque muitos integrantes não concordavam em filiar qualquer pessoa, mas como era exigência de que houvesse um número mínimo de filiados, o MT participou ativamente deslocando-se entre as cidades do Estado de Goiás para conseguir mais membros.

Além disso, destacava-se o fato de que o Partido possuía um discurso radical e revolucionário o que, ao mesmo tempo, atraía e assustava muitas pessoas. Abaixo, um exemplo de ficha a ser preenchida para a formação de uma Comissão Provisória do PT, tarefa também exercida pelos integrantes do MT:

.18

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Uma tarefa de grande importância é organizar o PT em todos os lugares, em todos os bairros das cidades e em todos os municípios do interior do estado.

Fundar o PT em um município não é uma tarefa muito difícil. Qualquer companheiro é capaz de cumprir.

Aqui vão algumas medidas práticas iniciais para fundar o PT num município.

COMO FUNDAR UMA COMISSÃO PROVISÓRIA

A primeira coisa a fazer é fundar uma COMISSÃO DIRETORA MUNICIPAL PROVISÓRIA.

Esta Comissão é um grupo de 5 companheiros que vão representar o partido no município até que o Diretório seja formado.

1º PASSO - É importante fazer uma reunião com os companheiros do lugar que estiverem interessados em participar do PT. Nesta reunião, deverão ser escolhidos 5 companheiros para fazer parte da Comissão. Todos os 5 companheiros da Comissão têm que ter o Título de Eleitor do município onde o PT está sendo fundado.

2º PASSO - Os 5 companheiros escolhidos deverão assinar uma folha como a que está na página seguinte, preenchendo os espaços em branco com os dados do seu Título de Eleitor.

Figura 23 - Documento do Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo pessoal do antigo integrante Alberto Gomes Bacurau)

19.

MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____,
 (nome da pessoa)

estado civil _____, nascido no dia
 (solteiro/casado)

___ de _____ de 19___, no município de
 _____ no estado de _____,

com o Título de Eleitor N° _____, seção _____,
 zona _____, residente _____
 (endereço do Título)

concordo com o MANIFESTO, PROGRAMA e ESTATUTOS do
 Partido dos Trabalhadores, PT.

Em _____, ___ de _____ de 19___
 (Município) (dia) (mês) (ano)

X

Assinatura

A lei exige que todos os dados da pessoa sejam iguais aos que estão escritos no Título de Eleitor. Por exemplo: se a pessoa agora é casada, mas no Título está escrito solteira, o que vale é o que está no Título. Então deve preencher a declaração escrevendo "solteira".

Figura 24 - Documento do Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo pessoal do antigo integrante Alberto Gomes Bacurau)

Augusto de Franco também fornece sua visão em relação a importância do Movimento dos Trabalhadores na fundação do Partido dos Trabalhadores:

O MT, nós do MT fundamos o PT na maior parte dos lugares aonde a gente tinha presença. Nós fundamos o PT em Goiás, em Brasília, no Pará. A ideia do partido era ser um partido de novo tipo só que ele foi virando um partido que qualquer um vira até hoje. Todo partido tem um dono, a estrutura piramidal é assim, ela cria uma anisotropia no espaço-tempo dos fluxos de uma certa maneira que mesmo que você não queira, alguém vai estar no topo da pirâmide. Então a ideia das OIAT mudou quando surgiu o PT e a CUT porque a gente do MT deixou de ser o que era e passou para ir disputar o poder dentro de uma estrutura hierárquica tradicional que era o partido (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Augusto atribui isso a um dos fatores que encerraram a carreira do MT como uma articulação horizontal, porque dentro do próprio partido, segundo ele, existiam lutas internas por poder:

Quando nós entramos no PT, e basicamente todo mundo que era do MT entrou né, embora eu é que era o único que tinha um cargo nacional mas todo mundo entrou. Era briga o tempo todo com os outros grupos e grande parte da Igreja acabou sendo capturada por uma articulação que surgiu dentro do PT chamada Articulação dos 113. Isso surgiu logo no início do PT e era esse nome porque eram 113 pessoas que assinaram e esse pessoal dominou a Igreja de base. Quem tava era o Lula, o Zé Dirceu e todo esse povo que comandava o PT e ainda comanda, e nós compramos uma briga com esse povo aí (entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP).

Ressalta, ademais, que uma semente do MT foi plantada no Partido por tudo o que eles fizeram internamente, mas que, em determinado momento, ele percebeu que não dava mais para continuar. Por meio dessa entrevista, e de outras, comprova-se a atuação do Movimento na formação do Partido dos Trabalhadores. Novamente, a questão da autonomia é trazida à tona uma vez que os integrantes do Movimento queriam atuar no PT, mas não que este fosse a única organização a representar os trabalhadores, ao contrário, o MT deveria prosseguir e o Partido seria uma entre as muitas ações do Movimento. Ao longo dos anos, com o fim do MT, alguns integrantes continuaram simpatizantes e alguns ainda são filiados ao Partido dos Trabalhadores, mas a ideia de articulação horizontal não conseguiu se manter depois da criação dessa instituição:

O PT era campeão na luta interna, eu era da Comissão Política da Executiva Nacional que eram só umas sete pessoas, alguns até já morreram. Era um conjunto de inimigos íntimos, não que fossem inimigos mesmo mas porque a dinâmica da guerra, a dinâmica da luta, acaba transformando todo mundo em inimigo em potencial e nós do MT achávamos que devíamos ter uma rede distribuída e não centralizada mas nós não sabíamos que éramos uma rede, não tinha um formalismo, uma hierarquia gerencial propriamente dita (Augusto de Franco, em entrevista concedida no dia 20 de janeiro de 2020 em Campos do Jordão - SP).

Para o Movimento, o Partido dos Trabalhadores seria somente mais uma ferramenta entre tantas para a emancipação da classe trabalhadora e não o fim em si, não era a constituição de um partido o objetivo final. Apesar da importância e do avanço para os trabalhadores, que a formação de um partido representava, a ideia de permanência do MT era forte e justificada em inúmeros documentos da organização.

A preocupação em conceituar um Partido e explicar o motivo e importância de sua existência, deixando claro que a permanência do MT deveria continuar, pode ser percebida por meio da análise dos documentos do acervo do Movimento. Inúmeros são os livretos explicativos publicados pelo CRD (Centro de Reflexão e Documentação) no intuito de mostrar aos trabalhadores que o Partido seria uma ferramenta na luta deles.

Para melhor compreensão, seguem alguns documentos transcritos respeitando a grafia original (as imagens dos referidos documentos encontram-se nos Anexos IV):

A QUESTÃO DOS PARTIDOS

ESSA QUESTÃO DOS MEIOS DE ORGANIZAÇÃO
TEM SIDO AGORA BASTANTE DISCUTIDA
POR TODOS AQUELES QUE TEM ALGUM INTERESSE
PELAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA.
ENTÃO É PRECISO DA GENTE, DA PRÓPRIA CLASSE,
COMEÇAR A PENSAR
E A DISCUTIR ESSA QUESTÃO PRÁ VALER.

O ponto mais agitado hoje em dia
é esse problema dos PARTIDOS.

Nós sabemos que a classe trabalhadora
tem que conquistar esse meio de luta política
que é o Partido.
A classe tem que construir um Partido nosso,
dos trabalhadores.
E tem que conquistar
o controle desses partidos de massas que estão aí

ou que ainda podem aparecer
dizendo que são prá defender
os INTERESSES dos trabalhadores.

MAS COMO A GENTE VAI FAZER ISSO?
É PRECISO DISCUTIR PRÁ DESCOBRIR O JEITO MELHOR.

O PARTIDO É UMA FERRAMENTA

O IMPORTANTE É A GENTE VER QUE O PARTIDO
- IGUAL A TODOS OS OUTROS MEIOS DE ORGANIZAÇÃO –
É APENAS UM MEIO, UMA FERRAMENTA.

MAIS IMPORTANTE QUE O PARTIDO,
É A LINHA QUE ESSE PARTIDO DEVE SEGUIR
PRA CONSEGUIR ALGUMAS ETAPAS
NA LIBERTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.

PODE ATÉ ACONTECER
QUE UM PARTIDO ACABE OU SE TRANSFORME.

PORÉM AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA
NUMA LINHA INDEPENDENTE
ESSAS NÃO PODEM ACABAR.

Sobre essa “Linha” enfatizada no documento acima e em vários outros, tem uma breve explicação do que significa no acervo do Movimento:

A Linha não está pronta e acabada.
Mas por enquanto ela já é assim:

- 1º) Partindo sempre das lutas concretas,
- 2º) Confiando na classe trabalhadora,
- 3º) Procurando unir as lutas,
- 4º) Conquistando os meios prá nossa classe,
- 5º) Construindo estruturas ligadas as lutas,
- 6º) E tirando o programa de lutas a partir das próprias lutas.

Este é o nosso jeito de tocar a nossa roça.
Essa grande roça que são as lutas
Do povo trabalhador.

Figura 25 - Documento “A Linha” produzido pelo MT em 1979 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)

Lúcia e Cícera, entrevistadas em Brasília, explicam que, em 1982, elas e outros integrantes do Movimento dos Trabalhadores escreveram o primeiro documento para o PT e convidaram todos a entrarem. O convite era destinado tanto aos integrantes que eram o quadro do MT, ou seja, eram fixos, quanto aqueles que, por objetivos em comum, estavam inseridos nas lutas do Movimento. Com medo de o PT não se registrar, o trabalho foi árduo para elas que estavam engajadas nessa luta:

Quando nós decidimos que o PT era o partido conveniente para os trabalhadores a gente começou a construir os núcleos, ir para as quadras, foi uma fase mesmo de muita luta. Era muito trabalho. Teve uma época que eu trabalhava de dia, de tarde e de noite e fim de semana era produzindo material, caderno; a gente vivia, comia e respirava luta. Era ideologia o tempo inteiro, a gente acreditava mesmo nos trabalhadores. O primeiro documento que a gente escreve para o PT é Genuíno que assina, Eduardo Jorge, Augusto de Franco, Amauri Bastos, era a galera da direção do MT. A gente caiu de cabeça que era isso que era necessário ser feito para aquela juventude (Lúcia Carvalho em entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

Nesse momento, Cícera Bezerra de Moraes cita que a primeira discussão, já com o Partido dos Trabalhadores consolidado, foi na casa da Lúcia, em Brasília com a presença do Lula (ex-presidente do Brasil) e outros envolvidos na construção do Partido, incluindo integrantes do próprio MT. As duas ex-integrantes atribuem um dos motivos do declínio do Movimento ao envolvimento dos integrantes dentro do partido (PT) o que gerou certa discórdia e confrontos que resultaram no rompimento de alguns com o que estava sendo feito:

O MT era de trabalhadores da periferia né, rural era mais em Goiás que era rural-sindical mas tinha muita gente da periferia também. Ele acabou porque tinha que reforçar o partido e os sindicatos e nós sentimos que alguns dirigentes começaram a querer, dentro do PT, fazer um confronto que nem todo mundo concordava porque em alguns momentos era necessário fazer alianças com outras instâncias, era assim que tinha que ser em alguns momentos (Lúcia Carvalho em entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF).

O surgimento do PT foi considerado uma vitória dos trabalhadores, porém acirrou divisões dentro do próprio grupo que o compunha e cujos integrantes do MT participavam. Dessa forma considera-se que o partido contribuiu para o declínio do Movimento.

Após a contribuição na formação do partido, o MT e o próprio PT participaram da fundação de mais uma importante organização dos trabalhadores: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na qual o Movimento dos Trabalhadores também esteve presente e atuante.

4.4 – A atuação na formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Sabe-se que o início da década de 80 foi um período de mudanças significativas, no que diz respeito a atuação dos trabalhadores, e, nesse contexto, surgiu uma movimentação por parte deles no sentido de se criar algo que os unificasse, a Central Única dos Trabalhadores - CUT. Os integrantes do Movimento dos Trabalhadores também se reuniam, debatiam e agiam no sentido de formar a CUT, obviamente, com inúmeros outros grupos que não eram pertencentes ao MT, mas que tinham os mesmos objetivos em relação a essa ideia. Em um dos documentos do Movimento que discorre sobre esse assunto, é possível ler a justificativa para a unificação dos trabalhadores e criação da CUT:

A unidade dos trabalhadores é o objetivo que todos nós queremos e lutamos para alcançar. Com a unidade dos trabalhadores é que poderemos fazer valer os nossos direitos e enfrentar as investidas dos patrões e do governo. Somente a unidade de todos os trabalhadores é que poderá fazer frente aos problemas que massacram os explorados e oprimidos desse país. Os patrões e o governo continuam a arrochar os trabalhadores, impondo um cerrado controle: estão aí o desemprego, os baixos salários, os rebaixamentos salariais como forma de explorar ainda mais, as expulsões dos camponeses das terras em que trabalham, as decretações de ilegalidade das greves, a repressão policial nas portas de fábricas e nas fazendas, nos terrenos chamados clandestinos, os processos contra posseiros e padres que apoiam as suas lutas, etc (AOS COMPANHEIROS DA CIDADE E DO CAMPO, s/d).

O documento informa que os patrões e o governo queriam implantar um sistema de comissões de fábrica que tenham a função de controlar os trabalhadores ou, nas palavras de autoridades da época, “instrumentos amortecedores” entre o capital e o trabalho. Esse controle se daria sobre trabalhadores da cidade e do campo no sentido de conter possíveis greves, revoltas, pedidos de distribuição de terras, entre outras possibilidades, em um novo pacto social.

Diz-se, assim, que o objetivo entre trabalhadores rurais e urbanos era comum, a dizer: melhores condições de vida e trabalho. Isso os uniu no mesmo plano de formação de uma central que unificasse todos esses grupos que se sentiam explorados diante da configuração política e econômica. O movimento sindical era a tentativa mais eficaz que viam de poderem ser representados politicamente e, por isso, a luta contra o “peleguismo” existente, principalmente, nos municípios do Estado de Goiás. O documento segue relatando e recrutando os ex-integrantes do MT e outros que tinham o mesmo ideal:

Companheiros, este é o quadro que vamos enfrentar de forma mais aguda daqui para frente. É por isso mesmo que nossa unidade em torno de nossas lutas, é fundamental. É por isso que não podemos interromper o processo, que já começamos, de construção de nossa CUT. É por isso que não podemos deixar que o movimento-sindical da cidade e do campo seja controlado e travado pelos que tem como ponto de partida da organização dos trabalhadores a estrutura sindical reforçando assim, as federações e confederações e mantendo um rígido controle sobre os sindicatos (AOS COMPANHEIROS DA CIDADE E DO CAMPO, s/d).

Para complementar as ideias que circulavam entre os trabalhadores e compreender o próprio MT inserido nesse núcleo de ação, alguns entrevistados narraram suas próprias trajetórias. Augusto de Franco explica que o Movimento auxiliou tanto na formação do PT quanto na formação da CUT:

A gente trabalhava para fundar a CUT, tinha uma articulação, por volta de 1979, que chamava ANAMPOS e que se preparava para fundar a CUT e fundar alguma coisa que acabou virando o PT. Quando o PT surgiu eu já entrei na direção nacional do PT mas a fundar a CUT também era objetivo (entrevista concedida dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão-SP).

O próprio Augusto confeccionou e publicou documentos do Movimento dos Trabalhadores destinados aos membros e aos trabalhadores de maneira geral que quisessem participar na formação da CUT. Mais uma vez, o Centro de Reflexão e Documentação foi responsável pela publicação das informações por meio da atuação de integrantes do MT. Abaixo, segue um desses documentos da organização destinado a esse fim:

AOS COMPANHEIROS DA CIDADE E DO CAMPO

I - A SITUAÇÃO DE ARROCHO E DE CONTROLE SOBRE OS TRABALHADORES

1. A unidade dos trabalhadores é o objetivo que todos nós queremos e lutamos para alcançar. Com a unidade dos trabalhadores é que poderemos fazer valer os nossos direitos e enfrentar as investidas dos patrões e do governo. Somente a unidade de todos os trabalhadores é que poderá fazer frente aos problemas que massacram os explorados e oprimidos desse país. Os patrões e o governo continuam a arrochar os trabalhadores, impondo um cerrado controle: estão aí o desemprego, os baixos salários, os rebaixamentos salariais como forma de explorar ainda mais, as expulsões dos camponeses das terras em que trabalham, as decretações de ilegalidade das greves, a repressão policial nas portas de fábricas e nas fazendas, nos terrenos chamados clandestinos, os processos contra posseiros e padres que apoiam as suas lutas, etc.

2. Este quadro de exploração e controle sobre as classes trabalhadoras deverá se intensificar daqui para frente com novas medidas de arrocho e novas formas de controle: as demissões em massa vão continuar e provavelmente se intensificar, a extinção do reajuste semestral está sendo exigida pelos patrões e o governo, a concentração da terra no campo está se intensificando nas mãos de poucos, as novas formas de aumentar a exploração estão sendo implantadas nas grandes fábricas (são os chamados Círculos de Controle de Qualidade - CCQs), os patrões e o governo querem implantar um sistema de comissões de fábrica que tenham a função de controlar os trabalhadores ou, nas palavras do Ministro do Trabalho, "instrumentos amortecedores" entre o capital e o trabalho. Tudo isto aponta para uma intensificação do arrocho e do controle político sobre os trabalhadores da cidade e do campo: velhos ou "renovados" governos do sistema continuarão pedindo aos trabalhadores que apertem os cintos, que tenham mais um pouco de paciência, que façam mais uma vez um pouco de sacrifício, que trabalhem mais, que produzam mais e que se contentem com um salário de fome, etc. Serão pedidos aos trabalhadores que não façam greves porque agora não é hora; serão pedidos aos trabalhadores rurais que esperem mais um pouco, que as terras serão distribuídas; enfim, um "novo pacto social" será implantado como novo instrumento de arrocho e de controle político sobre os trabalhadores da cidade e do campo. E tudo isto para que? Para pagar a dívida de 88 bilhões de dólares que nós não fizemos e para que possam continuar os lucros dos patrões.

3. Companheiros, este é o quadro que vamos enfrentar de forma mais aguda daqui para frente. É por isso mesmo que nossa unidade, em torno de nossas lutas, é fundamental. É por isso que não podemos interromper o processo, que já começamos, de construção de nossa CUT. É por isso que não podemos deixar que o movimento sindical da cidade e do campo seja controlado e travado pelos que têm como ponto de partida da organização dos trabalhadores a estrutura sindical reforçando assim, as federações e confederações e mantendo um rígido controle sobre os sindicatos. O exemplo mais claro disso é a resolução da reunião do dia 11 e 12 em Brasília, onde se fez do presidente da Contag um membro nato da Comissão Nacional Pró-Cut e se incluiu as confederações e demais entidades nacionais sem passar pelas assembleias de suas respectivas categorias. Ora, quem realmente tem uma representatividade junto aos trabalhadores não deve temer o julgamento de uma assembleia. Essa mesma reunião indica ainda a realização do CONCLAT em agosto de 83 numa clara afronta à resolução dos 5 mil trabalhadores reunidos na CONCLAT/81 e numa clara tentativa de esvaziar o processo já iniciado de construção da CUT, processo esse levado adiante em quase todos os Estados através de mini-Enclats e Enclats. Não podemos permitir que o movimento sindical seja esvaziado e nem controlado. O controle e o esvaziamento do movimento sindical é o que querem os patrões e o governo.

Figura 26 - Documento: Aos companheiros da cidade e do campo, sem data (fonte: acervo pessoal da antiga integrante do Movimento dos Trabalhadores, Lúcia Carvalho)

Extrai-se que por meio da unidade dos trabalhadores, essa classe pode enfrentar os patrões e o governo que exploram e oprimem através de baixos salários, expulsões de camponeses das terras, repressão policial, etc. Para interromper esse processo contra a classe trabalhadora seria inevitável a construção da CUT. Nesse mesmo documento é relatada a tentativa de esvaziar o processo de construção da CUT que já havia sido iniciado.

A Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) realizou-se no dia 21 e 23 de agosto de 1981 e já deliberou pela criação da Comissão Nacional Pró-Cut. O documento cita, no entanto, a tentativa dos “patrões e do governo” de se utilizarem da velha estrutura sindical para controlar a força dos trabalhadores e barrar o avanço das novas formas de luta e de organização que estavam sendo criadas. Alguns sindicalistas aceitavam exercer esse papel de controladores para não perderem seus lugares nas federações e confederações.

Apesar do cenário que se configurava, os trabalhadores seguiram firmes tentando rebater às tentativas de repressões. Por meio dos documentos analisados, pode-se perceber críticas a Comissão Nacional Pró-CUT que, segundo o texto, prejudicou os planos de lutas dos trabalhadores em determinados momentos. Algumas dessas ações foram enumeradas no documento:

[...] estão aí as muitas greves de operários, estão aí as conquistas de terra feitas pelas próprias mãos dos trabalhadores rurais, estão aí as longas resistências dos camponeses nas áreas atingidas pelas secas, estão aí as lutas travadas nos bairros e favelas para garantir um pedaço de terra para morar, estão aí as conquistas das comissões de fábricas sob controle dos trabalhadores, estão aí as comunidades rurais de vários Estados que se organizam coletivamente para garantir a terra, estão aí as novas formas de organizações intersindicais regionais e estaduais nascendo e se consolidando em cima das lutas, passando mesmo por cima de uma Pró-Cut que congelou o plano de lutas aprovado na Conclat ao invés de encontrar formas de organizar e unificar as lutas a nível nacional. Essa prova da capacidade de luta e de organização dos trabalhadores ninguém vai travar: nem os patrões, nem o governo, nem os reformistas e nem os pelegos (AOS COMPANHEIROS DA CIDADE E DO CAMPO, s/d).

O MT, inserido diretamente em toda essa estrutura de lutas, participou da Comissão Pró-CUT, das reuniões, manifestações e, por fim do 1º Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras que ocorreu de 26 a 28 de agosto de 1983. O Congresso foi convocado pela Comissão Nacional Pró-CUT e reivindicava uma série de direitos como, por exemplo, a reforma agrária, autonomia sindical, fim das intervenções nos sindicatos,

entre outros. Ao final, foi aprovada a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e eleita uma direção nacional colegiada com mandato de 1 (um) ano.

Lúcia Carvalho e Cícera Bezerra de Moraes explicam sobre esse contexto do surgimento do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores ligado ao MT:

A gente não tinha identificação com a linha mais progressista dos partidos que existiam, eles não desenvolviam um trabalho de periferia. A gente acreditava em um trabalho de conscientização dos mais pobres, dos mais necessitados. Parece que todos os trabalhadores queriam criar os sindicatos, juntar os sindicatos e juntar os movimentos sociais e aí se fundou um movimento chamado Anampos e isso é Pré-CUT e Pré-PT. De uma só vez a gente funda o partido que nos representa, a Anampos leva à fundação do PT e da Central Única dos Trabalhadores, dois instrumentos que unificassem nacionalmente e não regionalmente e o MT estava diretamente ligado nisso (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília-DF).

O Movimento dos Trabalhadores, por meio do CRD, convocava os seus integrantes a participarem das lutas e organizações que ocorriam em contexto nacional. O mesmo Movimento defendia ativamente a formação da CUT, que seria mais uma ferramenta de conquista para os trabalhadores, que considerava a luta autônoma sem intervencionismo. Em um dos vários documentos do acervo do MT, muitos sem títulos ou datas definidas de confecção e publicação, é possível ler:

Companheiros, o avanço de nossa organização está se dando e vai continuar se dando nas lutas concretas em cada região, em cada Estado, em cada categoria. Contudo para responder hoje aos problemas que já estão colocados e aos que virão, precisamos dar um passo rumo à construção de nossa CUT. E essa CUT só sairá por vontade dos trabalhadores, pela sua capacidade de luta, pela sua consolidação na organização de base. É a continuidade desse processo que precisamos agora garantir em todos os níveis: nas categorias, nas regiões, nos Estados e a nível nacional. Nosso empenho será dar encaminhamento a esse processo, tendo como referência nossas lutas e nossas organizações pela base (documento solto do acervo do Movimento dos Trabalhadores).

A CUT surge então de uma vontade popular nacional de unificar os movimentos dos trabalhadores que já eram existentes e solidificados em vários locais no território nacional. O objetivo era utilizar mecanismos democráticos criados pelos próprios trabalhadores que garantissem que os interesses deles fossem resguardados e apresentados de forma urgente. O movimento sindical brasileiro, tanto da cidade quanto

do campo, como já relatado pelos entrevistados e analisado pelos documentos do Movimento dos Trabalhadores, sofria com a interferência dos governadores que buscavam controlar os integrantes e suas reivindicações. Percebeu-se então, por meio de várias reuniões e debates, a necessidade de se unificar os movimentos em direção à construção de uma Central Única dos Trabalhadores pela base, ou seja, planejada e composta pelos próprios trabalhadores e não por dirigentes ligados à hegemonia dominante. O objetivo era combater a todos aqueles que contribuíssem para dividir a classe como por exemplo:

- a) os que não obedecem às decisões democráticas dos encontros de trabalhadores a nível Estadual e Nacional;
- b) os que impedem a participação das bases, formulando para os encontros critérios restritos e anti-democráticos;
- c) os que colocam o referencial prioritariamente nas entidades e não no movimento tanto da cidade como do campo;
- d) os que querem encaixar totalmente dentro da atual estrutura sindical o processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) subordinando assim o movimento ao controle das federações e confederações;
- e) os que tem a concepção de que o movimento sindical deve ser correia de transmissão de partidos políticos e impedem a luta pela sua autonomia;
- f) os que defendem os pactos sociais e as alianças com a burguesia impedindo o avanço da luta pela independência de classe do movimento dos trabalhadores (documento solto do acervo do Movimento dos Trabalhadores).

A divisão estava entre aqueles que queriam manter a, então, atual estrutura sindical e aqueles que estavam dispostos a lutar contra a estrutura sindical e contra o controle dos trabalhadores pelo mecanismo dessa estrutura. A unidade, defendida nos documentos, seria construída somente a partir dos próprios trabalhadores e de suas formas democráticas de conduzirem as lutas de forma livre e autônoma.

Essa mesma visão, de defesa da autonomia e de uma democracia mais livre, era empregada pelo próprio MT desde o seu surgimento e, segundo alguns ex-integrantes, foi uma das responsáveis pelo declínio do Movimento. A falta de hierarquia ou a hierarquia exercida de maneira não tão enfática e autoritária contribuiu para o fim dessa organização. Lúcia Carvalho e Cícera Bezerra de Moraes contribuem com esse raciocínio:

Do ponto de vista da democracia o Movimento dos Trabalhadores foi muito bom só que era uma democracia que não era executada dentro do partido (PT) e na verdade não era executada em lugar nenhum, essa democracia tão participativa como a gente vivia internamente. Então, de uma certa forma, não foi bom e por isso que ele não teve continuidade, porque ele não foi um movimento autoritário como outros movimentos por exemplo. O MST tem

chefe, tem escalão, hierarquia e só sobrevive por isso e o PT só sobrevive porque tem hierarquia. E o MT tinha uma coordenação mas eram de cinco companheiros, são eles: Everardo, Amauri, Pimpim, Augusto e Bacurau. Essa coordenação, um era de Belém, o outro do interior do Pará, um de Brasília, o outro de Goiás e o outro do interior de Goiás. Tinha então Belém, Brasília e Goiás com as duas representações, o rural e o urbano (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília - DF).

Por meio da fala das entrevistadas, é exposta a tese de que o MT acabou porque foi pouco autoritário, o que significa dizer que o MT acabou porque a perspectiva dele era de autonomia, ele não pretendia funcionar de maneira institucionalizada, burocrática e centralizada como o PT.

Nessa perspectiva, tem-se que a falta de certo autoritarismo dentro do MT, o foco na construção do Partido dos Trabalhadores e, posteriormente, na Central Única dos Trabalhadores foram determinantes para o declínio dele. As entrevistadas dizem que o Movimento ajudou muito na formação do PT e da CUT com elaboração de documentos e os integrantes indo para as ruas, convocando a militância, os líderes, as pessoas, para ajudarem na disputa pelo poder que eles acreditavam. A maior parte dos entrevistados ainda está ligada a essas duas organizações, PT e CUT, que surgiram como formas de representarem e exercerem poder por parte da classe trabalhadora. Lúcia Carvalho diz:

O que eu posso dizer do MT é que ele ajudou a construir a CUT, o PT, as instâncias, nós todos em conjunto fazíamos a cabeça da comunidade para termos uma vida melhor, uma vida mais feliz, partilhada entre todos porque nós acreditávamos nessa unidade, nessa união entre os trabalhadores. A gente era liderança nas associações dos moradores então nós influenciávamos centenas de pessoas nos sindicatos por exemplo dos professores, no Movimento dos Incansáveis, nas ocupações e aí influenciávamos para a construção da CUT, formulamos documentos. Tanto que a gente construiu associações que existem até hoje, de moradores, construímos a união das associações, a gente retomou a direção do sindicato, construímos a CUT. O MT era irradiador, nós influenciávamos com a ideologia do Movimento dos Trabalhadores (entrevista concedida no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília - DF).

Nesse sentido, percebe-se que o MT foi um influenciador das massas cuja composição resultou na formulação e formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores. Quando houve a entrevista, foi mostrada uma fotografia com os ex-integrantes da coordenação do MT e eles foram referidos como dirigentes também da CUT. A proximidade entre o Movimento, o PT e a CUT foi inegável e, em determinados momentos, as ações dos mesmos grupos eram feitas e dirigidas a todas essas

instâncias, tanto para o fortalecimento do PT, para a criação da CUT, quanto destinadas ao próprio Movimento. Alberto Gomes, o Bacurau, em entrevista concedida no dia 22 de agosto de 2020 explicita:

É o seguinte, o Movimento, ele participou, pessoas, militantes, lideranças, participaram da formação do PT e também participaram da formação da CUT. A participação na CUT se deu principalmente junto com a ANAMPOS que defendia a CUT pela base. O PT oficialmente defendeu a formação da CUT e o Movimento dos Trabalhadores ajudou a formar e formou o PT, então estava tudo interligado. Também teve a participação de pessoas de outros partidos, na época do PCdoB certo? Mas nós tínhamos a Articulação Nacional dos Movimentos Populares Sindicais, a gente defendia a CUT pela base, uma Central Única que não dependia unicamente da direção dos sindicatos mas da categoria. Inclusive teve participação de muitos lugares independente da direção do sindicato se o sindicato não aceitava. A gente defendia uma CUT organizada pela base que rompesse com a estrutura sindical, aí depois no Congresso de 1986 da CUT é que voltou a ser uma CUT de caráter unicamente sindical.

Um dos motivos da crise do MT, portanto, é que ele tinha uma perspectiva de autonomia e ruptura com a estrutura sindical, e a CUT se tornou uma central meramente sindical, submissa à estrutura sindical, ou seja, não houve a ruptura que o Movimento objetivava. Esse fato contribuiu para o declínio do MT, mas é inegável a importância da Central na atuação contra os aparelhos de Estado dominados pela ótica e ação burguesas.

Considerações Finais

Os movimentos sociais e, especificamente o Movimento dos Trabalhadores, representam a herança de exploração vivenciada no Brasil e cuja atualidade é visível aos olhos ainda que do menor interessado no assunto. A escolha do objeto de estudo para a realização da pesquisa decorre dos fatos históricos diretamente associados ao processo de ocupação da região Centro-Oeste, localidade onde a atuação do MT aconteceu de forma mais enfática. Os municípios do Estado nos quais as ações dos trabalhadores ocorreram, antes de serem assim considerados, possuíam uma origem em comum ligada aos bandeirantes, à exploração de minas, ao trabalho escravo e mais recentemente ao coronelismo que contribuiu para que o trabalhador do campo tivesse que se deslocar para as periferias da cidade.

As metodologias apontadas no início desta tese mostraram-se essenciais para as interpretações posteriores porque permitiram uma análise baseada em aspectos levantados pelos próprios sujeitos. Acrescentou-se aos fatos narrados pelos entrevistados, impressões e sentimentos demonstrados por eles, uma análise minuciosa do acervo do Movimento dos Trabalhadores. Isso posto, aceita-se que esta pesquisa foi possibilitada por meio da parceria com esses que são considerados coautores das análises aqui expostas, e as palavras são insuficientes para expressar o auxílio fornecido por eles. Os próprios documentos do Movimento, que são inúmeros, foram acessados também graças ao auxílio de alguns antigos integrantes que contaram suas histórias, vivências e relembrou o passado ao mostrarem todo o acervo que ainda guardam com zelo.

Nas considerações iniciais, foram traçadas algumas diretrizes que nortearam a tese e, entende-se que foram comprovadas as hipóteses levantadas anteriormente, a dizer: o Movimento dos Trabalhadores atuou, além de movimento, como partido nas concepções de Lênin e Gramsci; as contradições a respeito da autonomia, conceito defendido enfaticamente pela organização, auxiliaram no declínio do MT; o foco na formação do Partido dos Trabalhadores e na Central Única dos Trabalhadores também resultaram no declínio do MT, uma vez que contrariavam a ideia de autonomia por serem organizações institucionais.

Uma das conclusões é que a religião, por meio da Teologia da Libertação, foi uma das bases do Movimento e a atuação dos religiosos, adeptos desse viés, de dentro da Igreja Católica, foram fundamentais para que o MT surgisse e conquistasse uma força relevante

e capaz de se manter por alguns anos. Este fato foi evidenciado ao longo do capítulo 1 e 2. Assim foi possível compreender o Movimento dos Trabalhadores como uma organização cujas bases foram, originalmente, o cristianismo, e o marxismo. A relação entre os trabalhadores e a Igreja Católica é essencial para compreender as identidades dos sujeitos que atuaram no MT em vários municípios e em vários movimentos organizados pelo próprio MT.

Necessário todo esse caminho percorrido para compreender que a ideia ao se estudar os movimentos sociais é realizar uma espécie de “leitura da sociedade” que impulsiona o surgimento de tais organizações devido a problemas oriundos do sistema excludente vivido. A própria institucionalidade autoritária vigente no período permitiu algumas indagações a respeito desse assunto e foram feitas como ponto de partida da tese para compreender onde o próprio MT está inserido e como foi capaz de unir grupos diversos de trabalhadores por meio de um sentido comum.

As respostas a estas indagações, no decorrer da pesquisa, foram indicando caminhos e conhecimentos que foram subsidiados pela História por meio da análise dos autores clássicos marxistas. O caráter desagregador e excludente do padrão de acumulação capitalista determina o descontentamento político das classes subalternas que desencadeiam a emergência do protesto popular.

O Movimento dos Trabalhadores possui, portanto, características que fazem dele um partido e que foram fundamentais para a sua vigência durante 7 (sete) anos aproximadamente. Além disso, os sujeitos que fizeram parte das ações do MT, trabalhadores urbanos e rurais, lhe configuraram uma característica singular no que se refere a movimentos sociais surgidos no Estado de Goiás.

Partido político em Gramsci e autonomia em Lênin foram os conceitos norteadores desta pesquisa, além da própria Teologia da Libertação, para compreender o surgimento de uma organização que teve importantes atuações na luta dos trabalhadores. Para lidar com essas particularidades que atravessaram o MT, foi necessário compreender as percepções e perspectivas dos entrevistados que integraram o Movimento; e isso só foi possível ao absorver as ideias e vivências relatadas por eles.

Nesse sentido, o contato com os antigos integrantes, que ocupavam variadas posições dentro do MT, contribuiu para a compreensão da identidade dos sujeitos e do resultado do Movimento em ações práticas e em formulações teóricas que surgiram

posteriormente. Além do aspecto mais abrangente de um movimento social proporcionado pelas perspectivas marxistas, pôde-se apreender o valor do grupo para os antigos integrantes e como este contribuiu para a formação da união dos trabalhadores. Para quem não vivenciou o laço formado entre eles em um período de extrema repressão e injustiça, torna-se complexo compreender os elementos característicos do MT que lhe atribuíram valor, como as variadas ações que resultaram em bairros, na melhoria da qualidade de vida de algumas pessoas, no próprio surgimento do PT e da CUT. Até mesmo os mutirões acontecidos em alguns municípios implicam em características dos trabalhadores e sujeitos que compuseram, em algum momento, o MT, com o fator solidariedade sendo bem visível.

Apesar de se falar em antigos integrantes do Movimento, referindo-se a um grupo, entende-se que há categorias de participantes muito diferenciadas que tornaram os sentidos da organização, da flexibilidade e das ações multifacetados dentro da perspectiva da História Marxista. Aliás, não é possível restringir a concepção de movimento social e de identidade dos sujeitos porque são mutáveis, estando em um processo de construção contínuo. Ainda assim, nessa discussão, acreditou-se elencar ações e comportamentos promovidos pela ocasião da organização para compreender as relações sociais internas e as estruturas de um grupo inserido em um contexto cujo valor da solidariedade é elevado.

Buscou-se esclarecer como o Movimento dos Trabalhadores foi importante para os três locais nos quais as ações ocorreram: Estado do Pará, o Distrito Federal e o Estado de Goiás, e como contribuiu significativamente para a formulação de ideias que permaneceram e influenciaram os ex-integrantes até a atualidade. Tornou-se evidente que no MT consolidaram-se estratégias de convivência do grupo que buscaram modificar os seus locais de moradia em busca da união dos trabalhadores, resultando em uma tentativa de alcance nacional mais amplo.

O Movimento dos Trabalhadores - enquanto movimento e enquanto partido -, participou plenamente do processo de reflexão de ideias basilares influenciado pelos teóricos aqui referidos e que nortearam as ações do grupo nas comunidades em que estavam inseridos. É o seu caráter originalmente religioso, além da existência de pertença ao campo, do sentimento de familiaridade e de segurança que caracterizaram sua origem e o dotaram da emoção necessária para se concretizar numa organização marxista. Emoção esta que se transforma em ideologia no sentido positivo transformando a “vontade de mudar” em uma luta racional baseada no interesse material.

Algumas considerações relevantes podem ser apontadas na pesquisa de maneira geral como, por exemplo, a necessidade de situar o MT em seu contexto histórico, espacial e temporal, uma vez que está intimamente ligado ao processo de formação e ocupação de algumas regiões do Estado de Goiás. Esta particularidade, acredita-se, que esteja relacionada ao surgimento do Movimento nessa localidade que sofreu, além dos desmandes da Ditadura Militar, a consequência do coronelismo atuante que favoreceu a expropriação dos trabalhadores do campo e a expansão do latifúndio.

As injustiças ao trabalhador rural, naquele momento, e a própria atuação da Igreja Católica por meio dos religiosos progressistas, tornaram-se fatores fundamentais para o surgimento dessa organização. Não é possível desvincular a origem do MT do local e do tempo, ao contrário, acredita-se que a sua ocorrência esteja diretamente associada ao contexto nacional e regional. A própria convivência entre moradores do espaço urbano e moradores do espaço rural lega uma particularidade relevante do MT.

As primeiras ações planejadas pelo Movimento têm sua essência vinculada à região onde ocorrem por ser este o palco principal da solidariedade entre diversos sujeitos, demonstrada por meio de mutirões, “treições”, construção de casas, movimento contra a fome e apoio aos que foram residir na periferia das cidades. Eles tiveram capacidade de produzir resultados que se prolongaram além de seu acontecimento, como é o caso das ocupações que se tornaram bairros oficiais, proporcionando moradia aos trabalhadores, muitos então marginalizados pelo sistema político-econômico vigente no período.

Entende-se que, analisar detalhadamente os objetivos conquistados pelo MT é essencial para a compreensão da dimensão que ele alcançou, ainda que fosse por meio de influência e auxílio a outros grupos existentes. Foi essa junção de integrantes que o caracterizou enquanto movimento fluido, no qual pessoas entravam e saíam a depender dos interesses das ações previstas. Essa característica, juntamente com a sua carga histórica de formação e as heranças culturais da região, que forneceram os contextos necessários para a existência do Movimento dos Trabalhadores e a sua manutenção por alguns anos.

A permanência de alguns dirigentes do grupo, independentemente das estratégias formuladas para as ações, a formulação de teorias baseadas em autores clássicos que norteavam as ideias do MT e a preocupação em passar esses fundamentos teóricos para os demais integrantes da organização são alguns dos fatores que o caracterizavam enquanto partido nas teses desenvolvidas por Gramsci. A crítica a alguns conceitos de

Lênin e a própria autonomia buscada pelo MT também foram analisados de forma mais minuciosa ao longo da tese, com ênfase no capítulo 2. Defende-se que essas contradições, envolvendo o conceito e a busca por autonomia, foram um dos fatores que levaram ao declínio do MT. As teses de Lênin e Gramsci foram o grande referencial ao se analisar as propostas formuladas pelo MT e é por meio desse referencial que se propôs compreender o Movimento e as relações entre sujeitos e a luta deles em lugares específicos. Quando antigos integrantes foram entrevistados e documentos da organização analisados, compreendeu-se como se constituíram as ideias, as propostas, as estratégias e as vivências que caracterizaram o Movimento dos Trabalhadores.

O papel da institucionalidade autoritária durante toda a vigência do MT foi decisivo para que o transformismo de Gramsci se mostrasse em sua essência, ao reduzir a atuação das classes subalternas por meio do aparelho de dominação. Nas condições dessa institucionalidade autoritária, esta relação impulsiona a desmobilização política dos governados pois o contrário é encarado como ameaças ao Estado e à ordem social. Nesse sentido, é exercida a função de domesticação do conflito político levando o Movimento dos Trabalhadores a aderir às instituições para ter representação política, fato que ele se opunha desde o início ao demonstrar seus objetivos enquanto movimento.

Para além do autoritarismo, houve também a capacidade de passivizar a ação das classes subalternas na arena da disputa política, imitando sua ação política. Os métodos para conquistar tal finalidade constituíram-se desde a repressão simples até a canalização das demandas populares para a esfera da representação política institucionalizada. O Movimento dos Trabalhadores, então, nesse processo foi mais uma vítima desse transformismo, fazendo com que o foco passasse a ser na formação e concretização do Partido dos Trabalhadores e na Central Única dos Trabalhadores.

Conclui-se que o objetivo da pesquisa, de investigar a atuação do Movimento dos Trabalhadores como símbolo de resistência numa perspectiva marxista-leninista e gramsciana, foi percorrido e obteve êxito. Reafirma-se a importância das entrevistas conseguidas para a pesquisa histórica que, juntamente com a análise dos documentos, complementaram satisfatoriamente as fontes desta tese. Entende-se que os resultados encontrados fundamentam-se em interpretações que, como tais, podem ser empreendidas com diferentes perspectivas de análise.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, D. J. As transformações do Partido dos Trabalhadores: uma análise histórico-política da fundação ao governo Lula. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade do Maranhão, 2005.

ALMEIDA, M. G. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da Geografia Cultural. In: Revista Geonordeste. São Cristóvão: Edição Especial, nº1, ano 19, 2008.

ALVES, M.H.M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ALVIM, D. H. Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978 – 1988. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coord). Usos e abusos da história oral. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AMADO, W. T. A Igreja e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil, 1950-1968. Goiânia: Editora UCG, 1996.

AMORIM, C. R. T. C., COSTA, A. C. S., SILVA, L. P. R. & SOUSA, M. C. A Imprensa Sindical alternativa dos trabalhadores rurais na Amazônia – Uma contra-hegemonia deflagrada com a ditadura militar de 1964. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação, v. 9, nº 2. Universidade Federal de Juiz de Fora, dezembro de 2015.

AMORIM, T. Entrevista concedida ao G1 “50 anos depois, Santarém carrega marcas do Golpe Militar, 2014. Disponível em: <g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2014/03/50-anos-depois-santarem-carrega-marcas-do-golpe-militar.html>.

ANDRADE, A. C. Joaquim Roriz: a força do populismo entre os eleitores do Distrito Federal. Trabalho de pós-graduação em Ciência Política da Universidade do Legislativo Brasileiro. Brasília – DF, 2008.

BALDUÍNO, T. O Vaticano II na prática da Igreja Particular de Goiás. In: Mutirão Temático de Revistas Latino-Americanas, v. 9, nº 24, 2011.

BARATA, R. Cem dias quarenta anos depois. In: 1964 – Relatos Subversivos: os estudantes e golpe no Pará. Belém: Edição dos Autores, p. 119-149, 2004.

BARKER, C. O movimento como um todo: ondas e crises. In: Revista Outubro. ed. 22, v.1, 2014.

BOFF, L. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas da Universidade Unisino em 2018. Disponível em: <ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/5585516>.

BOITO JÚNIOR, A. Reforma e resistência da estrutura sindical. In: _____. (Org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOLETIM CPT NACIONAL. Ano IX, nº 44 – Jan/Fev de 1983. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.

BORBA. A contra revolução antes da revolução: o golpe de 1964 em Goiás. Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder, 2012.

BORGES, A. S. A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. Dissertação de mestrado em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BORGES, E. A. L. O processo legislativo para a autonomia do Distrito Federal: lutas e conquistas. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Brasília, 2009.

BORJA, J. Movimientos sociales urbanos. Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1975.

BRAZ, M. Apresentação. In: LENIN, Vladimir Ilich. Que fazer? Problemas candentes de nosso movimento. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BUONICORE, A. C. Lênin e o partido de vanguarda. Revista Princípios. 69ª ed., p.8-54, 2003.

CALAÇA. M. A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

CAMARGO, C.P.F.; SOUZA, B.M.; PIERUCCI, A.F.O. Comunidades Eclesiais de Base. In: SINGER, P.; BRANT, V.C. (Orgs.). São Paulo: o povo em movimento. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1983.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades. Editora: 34, 2001.

CARDOSO, F. G. Organização e consciência de classe: condições para a conquista da hegemonia pelas classes subalternas. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005.

CARTA DA PRISÃO dos padres Aristides e Francisco para o povo de Conceição do Araguaia e de todo o Brasil. Belém, 26 de abril de 1982. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – CPT – Araguaia-Tocantins, Xinguara (PA).

CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAVES, E. G. De invasor a posseiro: Estado – Igreja e a luta pela terra urbana. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, 1985.

CLAVAL, P. La géographiedu XXI siècle. Paris: L'Harmattan, 2003.

CHAIA, V. & CHAIA, M. A dimensão política de Brasília. Cadernos MetrÓpole. São Paulo, 2008.

CHINEM, R. Sentença: Padres e Posseiros do Araguaia. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORTEZ, R. 1964: quem conta um conto aumenta um ponto. In: 1964 – Relatos Subversivos: os estudantes e golpe no Pará. Belém: Edição dos Autores, p. 43-118, 2004.

COSTA, F. C. S. As Forças Armadas, a Fundação e Manutenção da Ordem: uma relação estéril. Perspectivas, São Paulo, v. 44, ju/dez, 2013.

COUTINHO, C. N. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996.

COUTINHO, R. Por que Lênin. Revista Novos Temas, São Paulo, nº 9, 2014.

CUNHA, B. D. História da Esquerda em Goiás (1960-1979). Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 2011.

CUNHA, R. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. Monografia apresentada para conclusão do curso de Ciências Sociais/Antropologia na Universidade Federal do Pará, 2008.

D'ABADIA, M. I. V. Diversidade e identidade religiosa: Uma leitura espacial dos Padroeiros e seus Festejos no Estado de Goiás. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

D'ÁRAÚJO, M.C. & CASTRO, C. (Orgs.). Ernesto Geisel. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

D'ÁRAÚJO, M.C. Visões do golpe: memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

D'ÁRAÚJO, M.C.; SOARES, G.A.D.; CASTRO, C. (Orgs.). Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

DECRETO-LEI Nº 1.799, 5 de agosto de 1980. In: <planalto.gov.br/ccvil_03/decreto-lei/del799>. Último acesso em: 11 de janeiro de 2021.

DIAS, E. Hegemonia: novo civiltà ou domínio ideológico. Revista Histórias & Perspectivas, nº 5, Universidade Federal de Uberlândia, 1991.

DIOCESE DE GOIÁS. 32 anos do atentado ao Pe. Francisco Cavazzuti, disponível em <<http://www.diocesedegoias.org.br/Publicacoes/noticias/32-anos-d-atentado-ao-pt-francisco-cavazzuti-1566945485>>, agosto de 2019.

DOCUMENTO DE NOTIFICAÇÃO. Superintendência Regional da Política Federal. Brasília: DF, 9 de outubro de 1981. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – CPT – Araguaia-Tocantins. Xinguara (PA).

DUARTE, T. M. Se as paredes da catedral falassem: A Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968/1985). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 1996.

_____. O projeto de desenvolvimento do regime militar e o Estado de Goiás. Revista OPSIS, v. 9, nº 12. Catalão: 2009.

DUARTE, W. C. F. C. Contexto socioeconômico de Goiás na década de 1970 e a adoção da política de industrialização via distritos industriais. Boletim goiano geográfico. Goiânia, v. 30, nº 1, jan/jun, 2010.

DURIGUETO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. São Paulo. n. 118, p. 265-293, 2014.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FLEURY, S. Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

FORTES, A.; KRONIS, M. A.; FONTES, P. Trabalho e Trabalhadores no Brasil, Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FRANCO, A. Autonomia e Partido Revolucionário. Goiás: Ferramenta, 1985.

FRANCO, R. Política e cultura no Brasil: 1969-1979. (Des)figurações. Revistas Perspectivas, v. 17-18. São Paulo, 1995.

FIGUEIRA, R. R. A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

GALASTRI, L. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. Miolo Revista Crítica Marxista. São Paulo: Unicamp, 2014.

GALVÃO, A. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: Encontro Nacional da Anpocs. Caxambu, 2008.

GASPARI, E. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GIANOTTI, V.; NETO, S. CUT, por dentro e por fora. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

GODOY, M. A Casa da Vovó. Uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. Sindicato Nacional dos Editores de Livro, Rio de Janeiro, 2014.

GOHN, M.G. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Revista Mediações, v.5, n.1, p. 11-40, 2000.

_____. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, H. Cella 14: militância, prisão e liberdade. Goiânia: Edição do Autor, 2009.

GOMES, L. F.B J. J. Uma história urbana da vida cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia (1979-1983). Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2019.

GONÇALVES, T. M. Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ujuí: Unijuí, 2007.

GORENDER, J. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. II Mezzogiorno e il facismo L'Ordine Nuovo, 15 de março de 1924. In _____. Scritti politici III, a cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973.

_____. Quaderni del carcere. Edizione critica Dell' Instituto Gramsci di Roma. Torino, 1977.

_____. Concepção dialética da história. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2000.

_____. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.5, 2002.

_____. Quaderni del carcere. v. 3. 8ª ed. Torino: Einaudi, 2004.

_____. Cartas do cárcere. v.1: 1926-1930 – Antonio Gramsci. Tradução de Luiz S. Henriques. Carlos Nelson Coutinho e Luiz S. Henriques (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Cadernos do cárcere. v.1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____. Neutralità Attiva ed Operante. Il Grido dei Popolo, 31 de outubro de 1914. In _____. Cronache Torinesi (1913-1917), a cura di Sergio Caprioglio, Einaudi editore, 1980.

_____. Caderno 1. In Caderno Miscelâneo, 1929.

GREENHALGH, R. D. Os livros e a censura em Brasília durante a ditadura militar (1964-1985). Informação & Sociedade: Estudos, v. 30, n. 3, p. 1-15, 2020.

GRUPPI, L. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

HARDT, M. Multidão – Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

HÉBBETE, J. Grandes Projetos e transformações na fronteira. In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

IANNI, O. Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1986.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa do Estado de Goiás, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa do Estado do Pará, 2015.

LENIN, C. I. Projeto de Programa do Partido Social-Democrata e Explicação desse Projeto. In: Obras, II. Editorial Vitória Ltda, 1895.

_____. Que fazer? São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Em Doze anos, 1906.

_____. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOPES, E.A.B. Ocupação Fazenda Caveirinha: arquipélago de memórias (Goiânia: 1970-1989). Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 1999.

LOUREIRO, J & NUNES, A. 1964 - Relatos Subversivos: Os estudantes e o golpe no Pará. Belém: Editora dos Autores, 2004.

LUKÁCS, G. LÊNIN – um estudo sobre a unidade de seu pensamento. Editora Anita Garibaldi. São Paulo, 2012.

LUNA, E. M. & LOPES, C. O. Crise hegemônica e movimentos sociais no Brasil: para um projeto político-ideológico dos movimentos negros. *Dialektiké*, v.1, p. 36-51, 2016.

MACARINI, J. P. Governo Geisel: transição político-econômica? *Revista Econômica Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, jan-abr/2011.

MACIEL, D. Sobre Lênin. In: *Revolução Russa: Processos, personagens e influências*. Centro Popular de Estudos Contemporâneos. Goiânia, 2007.

_____. *Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. A esquerda goiana nos anos 60/70: do nacionalismo estatista à luta contra a ditadura militar. *OP SIS, Catalão – GO*, v. 14, n. 1, pp. 361-379, 2014.

_____. Democratização e Manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985). Dissertação em História na Universidade Federal de Goiás, 1999.

_____. *REVOLUÇÃO RUSSA – Processos, personagens e influências*. Goiânia: Cepec, 2007.

MAIA, C. L. Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.

MARX, K. O Capital. In: Dicionário do Pensamento Marxista. Tom Bottomore (org.). Jorge Zahar: editor, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Estudos Avançados, nº 34, v. 12, 1998.

MATTOS, M. B. A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização. In: Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENEGUELLO, R. PT: a formação de um partido – 1979 – 1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, Promotoria de Belém, Carlos Peixoto. Belém, 24 de agosto de 1978.

MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA – MLPA. Boletim, nº 3, dezembro de 1981. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – CPT – Araguaia-Tocantins. Xinguara (PA).

MOYSÉS, A. A Produção de Territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política. In: II ENCONTRO “Democracia, Igualdade e Qualidade de vida: O desafio para as cidades do século XXI. Belém, 2001.

NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JÚNIOR, Armando. (Org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, L. A. A. Á. Transformismo, Hegemonia e Subalternidade no pensamento de A. Gramsci. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, 2016.

OLIVEIRA, S. D. R. A informalidade como alternativa à moradia na cidade: por que ela é, mas não deve ser? Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de Brasília. Goiânia, 2017.

PASSARINHO, J. Na planície. Belém: CEJUP, 1990.

PEREIRA, A. R. Conflitos de Terra e violência no sul do Pará. Anais do X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos, história e política. Recife, 26 a 30 de abril de 2010.

PESSÔA, F. T. M. O pensamento radical no Movimento Camponês: história e memória da Luta Camponesa em Conceição do Araguaia – 1975/1985. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará. Belém 2013.

_____. Bispo Comunista, Padres Subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no sul do Pará durante o período militar. Revista Outros Tempos, vol. 11, nº 18, 2014.

PETIT, P. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. Revista Estudos Históricos, vol. 2, nº 49, p. 169-189, 2012.

REVERS, I. Entrevista gravada em 20 de agosto de 2002. Arquivo Nacional da Comissão Pastoral da Terra.

RIBEIRO, D. D. Agricultura “caifizada” no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

RIBEIRO, M. A. A. MLPA – História e Memória do Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia: Pluralidade, Resistência e Fé. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, 2020.

RIBEIRO, M. C, A. Resistência à ditadura civil-militar brasileira e as Redes Transnacionais de Solidariedade (1964-1985). Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis – SC, 2015.

RODRIGUES, C. M. L. Daqui não saio, daqui ninguém me tira: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

RODRIGUES, I. J. Sindicalismo e política – a trajetória da CUT. São Paulo, Scritta/FAPESP, 1997.

RODRIGUES, M. J. Retalhos de Lembranças. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

_____. Retalhos de Lembranças. Goiânia: Editora Kelps, 2013.

_____. Os 10 anos de uma Nova Esperança: posses, lutas e vitórias. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. Goiânia, 1989.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, lutas e falas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, D. De quem é o MDB? Em tempo, São Paulo, 1979.

SALEM, H. Dos palácios à miséria da periferia. In: A igreja dos oprimidos. São Paulo: Brasil Debates, p.37-41, 1981.

SANTANA, M. A. O “Novo” e o “Velho” sindicalismo: análise de um debate. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 10/11, 1998, pp. 19-35.

SANTOS, D. F. G. Mensagem à Imprensa. Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia. Mimeografado em 1982.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. Os inimigos de batina. Universidade Federal de Goiás, s/d. Disponível em: <secom.ufg.br/n/68489-os-inimigos-de-batina>.

SERBIN, K. P. Padres, Celibato e conflito social. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SILVA, A. F. Goiânia à Noroeste: da ocupação ao novo centro urbano. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2014.

SILVA, C. N. Os pobres herdarão a terra: conflitos rurais e igreja católica no Brasil na segunda metade do século XX. Revista Crítica Histórica, ano I, nº 2, dezembro de 2010.

SILVA, J. J. Entre “bandidos” e “subversivos”: A Polícia Militar do Distrito Federal no combate à subversão (1963-1974). Dissertação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

SILVA, J. I. A. Estudantes e política: estudo de um movimento. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, J. S. A CPT Regional de Goiás e a Questão Sociopolítica no campo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, 2003.

SILVA, L.I. Lula: entrevistas e discursos. Núcleo Ampliado de Professores PT/SP. São Paulo, 1981.

SORJ, B. Estado e Classes sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SOUZA, D. M. B. O golpe em Goiás. In: SOUZA, Dalva Maria Borges de (Org.). Goiás: Sociedade e Estado, Goiânia, Cênone Editorial, 2004, pp. 85-130.

_____. Goiás: Sociedade e Estado. Editora Cênone LTDA, 2009.

SOUZA, J. C. L. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – O Moderno Príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

STEPAN, A. Os militares na política. Rio de Janeiro: Ed. Arte Nova, 1975.

STR DE RIO MARIA. Nota à população. Rio Maria, 20 dezembro de 1985. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia-Tocantins, Xinguara/PA.

TALGA, D. O voo da primavera. Documentário, Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil, CPT, Diocese de Goiás, 2019.

VENTURA, Z. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Documentos do acervo do Movimento dos Trabalhadores

CRD. PT 83, A luta continua. Dezembro de 1982.

_____. PT Partido dos Trabalhadores. Manifesto Programa Plano de Ação. Outubro de 1980.

____. A QUESTÃO DOS PARTIDOS, s/d.

____. O PARTIDO É UMA FERRAMENTA, s/d.

MOVIMENTO DOS INCANSÁVEIS EM CEILÂNDIA. No aniversário de Ceilândia queremos, s/d.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Jornal A Voz dos Trabalhadores, nº 1, março-abril, 1978.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Jornal A Voz dos Trabalhadores, nº 55, 1981.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Fita K7, 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Documento solto do acervo, sem título. Data: 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Documento Diretrizes. Data: 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Livro educativo. Data: 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Cadernos de Ideia do povo trabalhador – As Ferramentas nº 2. CRD: 1981.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Sobre a necessidade do trabalho político de organização ao nível das bases de luta das classes trabalhadoras. Data: 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Uma proposta de educação para luta e organização. CRD: 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. A Linha, 1979.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Cartilha do CRD, 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Documento de Monlevade, 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Sobre os Grupos Políticos de Base (GPB), 1985.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES, 1978.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Caderno de Rascunho, s/d.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Circuito Regional, 1979.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Estatutos do Movimento dos Trabalhadores, 1979.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Sobre Construção Partidária e Estrutura Orgânica, 1978.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Proposta de Regimento Interno, 1978.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Contribuição à discussão do R.I., 1979.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Regimento Interno, 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. 6ª Assembleia do Movimento do Custo de Vida de Goiás, 1978.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Jornal A Voz dos Trabalhadores, outubro de 1979.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. A Voz dos Trabalhadores, nº 1 de 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. A Voz dos Trabalhadores – Edição especial, 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. A Voz dos Trabalhadores, nº 5 de 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. A Voz dos Trabalhadores, nº 10 de 1980.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Jornal A Voz dos Trabalhadores, outubro de 1981.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Movimento Popular pela libertação dos presos do Araguaia, 1981.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Ata de reunião, 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Fita k7 nº 1, 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. Fita k7 “Relatórios 02/07/1983”.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Como fundar uma comissão provisória, s/d.

Entrevistas

AZEVEDO, G.M.S.B. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas em Goiânia – GO no dia 1º de outubro de 2018.

_____. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas em Goiânia – GO no dia 13 de janeiro de 2020.

CARVALHO, L. H. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF.

DAMASCENO, R. A. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 14 de janeiro de 2020, por meios eletrônicos.

FRANCO, A. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 20 de janeiro de 2020 na cidade de Campos do Jordão – SP.

JORGE, M. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 12 de fevereiro de 2020 na cidade de Goiânia – GO.

LOPES, E. A. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas em Brasília – DF, no dia 3 de julho de 2017.

MALAVOLTTI, A. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 7 de janeiro de 2019 na cidade de Módena – Itália.

MORAES, C. B. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília- DF.

OLIVEIRA, A. G. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, no dia 9 de julho de 2016.

_____. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, no dia 21 de julho de 2017.

_____. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, no dia 23 de novembro de 2018.

_____. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas, no dia 13 de janeiro de 2020 por meios eletrônicos.

_____. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas, no dia 25 de dezembro de 2020 por meios eletrônicos.

_____. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas, no dia 29 de janeiro de 2021 por meios eletrônicos.

_____. Entrevista concedida no dia 18 de julho de 2017 na cidade do Rio de Janeiro.

_____. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 27 de novembro de 2018 na cidade do Rio de Janeiro –RJ.

SANTOS, E. A. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 28 de agosto de 2018, na cidade de Goiânia – GO.

SILVA, A. B. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas, em Brasília – DF, no dia 18 de dezembro de 2019.

TEIXEIRA, M. E. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 20 de outubro de 2018 na cidade de Itaberaí – GO.

TEIXEIRA, E. J. Entrevista concedida a Isabella de Faria Bretas no dia 20 de outubro de 2018 na cidade de Itaberaí – GO.

Jornais

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ – SEDOP. Estudo de delimitação da Região Metropolitana de Santarém. Belém – Pará, 2017.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 4 de abril de 1964. Banco de dados do Arquivo Paulo Fonteles.

_____. Belém, 15 de abril de 1964. Banco de dados do Arquivo Paulo Fonteles.

_____. Belém, 18 de junho de 1964. Banco de dados do Arquivo Paulo Fonteles.

_____. Belém, 12 de junho de 1985. Banco de dados do Arquivo Paulo Fonteles.

JORNAL CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 10 de abril de 1964.

JORNAL CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 3 de abril de 1968.

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 2 de junho de 1985

JORNAL DIÁRIO DO OESTE. Goiânia, 29 de agosto de 1961. Banco de dados do Arquivo Público de Goiás.

JORNAL DO DIA. Belém, 1º de abril de 1964. Banco de Dados do Arquivo Paulo Fonteles.

JORNAL DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS. Goiânia, 12 de novembro de 1973.

JORNAL FOLHA DE GOIÁS. Goiânia, 22 de setembro de 1966. Banco de dados do ME Goiano VAE/PUC.

_____. Goiânia, 2 de abril de 1968. Banco de dados do ME Goiano VAE/PUC.

_____. Goiânia, 21 de junho de 1968. Banco de dados do ME Goiano VAE/PUC.

_____. Goiânia, 22 de outubro de 1979. Banco de dados do ME Goiano VAE/PUC.

_____. Goiânia, 23 de dezembro de 1980. Banco de dados do ME Goiano VAE/PUC.

_____. Goiânia, 13 de janeiro de 1982. Banco de dados do ME Goiano VAE/PUC.

JORNAL FOLHA VESPERTINA. Belém, 1º de abril de 1964. Banco de dados do Arquivo Paulo Fonteles.

JORNAL EM TEMPO. São Paulo, 13 de novembro de 1978.

_____. São Paulo, 20 de dezembro de 1979.

JORNAL MOVIMENTO. São Paulo, 20 de outubro de 1976.

_____. São Paulo, 15 de setembro de 1980.

JORNAL O DIÁRIO DA MANHÃ. Bispo denuncia delegado de Mossâmedes. 21 de maio de 1978.

JORNAL O ESTADO DO PARÁ. Belém, 18 de agosto de 1979. Banco de Dados do Arquivo Paulo Fonteles.

JORNAL O ESTADO DO PARÁ. Belém, 22 de agosto de 1979. Banco de Dados do Arquivo Paulo Fonteles.

JORNAL O ESTADO DO PARÁ. Belém, 12 de setembro de 1979. Banco de Dados do Arquivo Paulo Fonteles.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1º de dezembro de 1983.

JORNAL O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1964

JORNAL O LIBERAL. Belém, 18 de junho de 1985.

JORNAL OPINIÃO. São Paulo: 25 de março de 1974.

Anexos

Anexo I – Quadro com as entrevistas realizadas durante a pesquisa

NOME	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO E RELEVÂNCIA
Everardo Aguiar	Brasília - DF	Liderança e ocupação em Ceilândia – DF; atividades no estado do Pará.
Alberto Gomes de Oliveira, conhecido por “Bacurau”	Rio de Janeiro - RJ	Antigo líder dos GPB’s (Grupos Políticos de Base) e fundador do MT.
Exupério Alves dos Santos	Goiânia - GO	Trabalhador na construção civil e membro desde a formação do MT.
Geralda Maria de Azevedo	Goiânia - GO	Líder responsável pela ocupação e formação do Jardim Nova Esperança (atual bairro na cidade de Goiânia – GO) como MT.
Márcio Ildes Teixeira	Itaberaí – GO	Atuou na liderança da oposição sindical em diversas cidades do Estado de Goiás.
Élcio José Teixeira	Itaberaí - GO	Atuou na liderança da oposição sindical em diversas cidades do Estado de Goiás.
Arrigo Malavoltti (conhecido no Brasil como Henrique Malavoltti)	Módena - Itália	Antiga liderança do MT desde o início representando parte da Igreja Católica.
Augusto de Franco	Campos do Jordão – SP	Atuou na liderança teórica do MT e na confecção das teses e publicações. Coordenou o CRD.
Marcia Jorge	Goiânia - GO	Não participou como integrante do MT mas foi uma importante personalidade na luta da esquerda em Goiás contemporânea e testemunha das atividades do MT.
Lúcia Helena de Carvalho	Brasília - DF	Integrante do MT e liderança nas ações em Ceilândia - DF
Cícera Bezerra de Moraes	Brasília - DF	Integrante do MT, participou de ações em Goiás e Brasília
Amauri Barros da Silva	Brasília - DF	Integrante do MT, era conhecido por ser “peão” e viajar por várias localidades
Raimundo Alberto Damasceno	Meios eletrônicos (ele reside no Pará)	Liderança do MT com atuações principalmente, em regiões do Pará

Quadro 1 - Quadro elaborado por Isabella de Faria Bretas (janeiro de 2020)

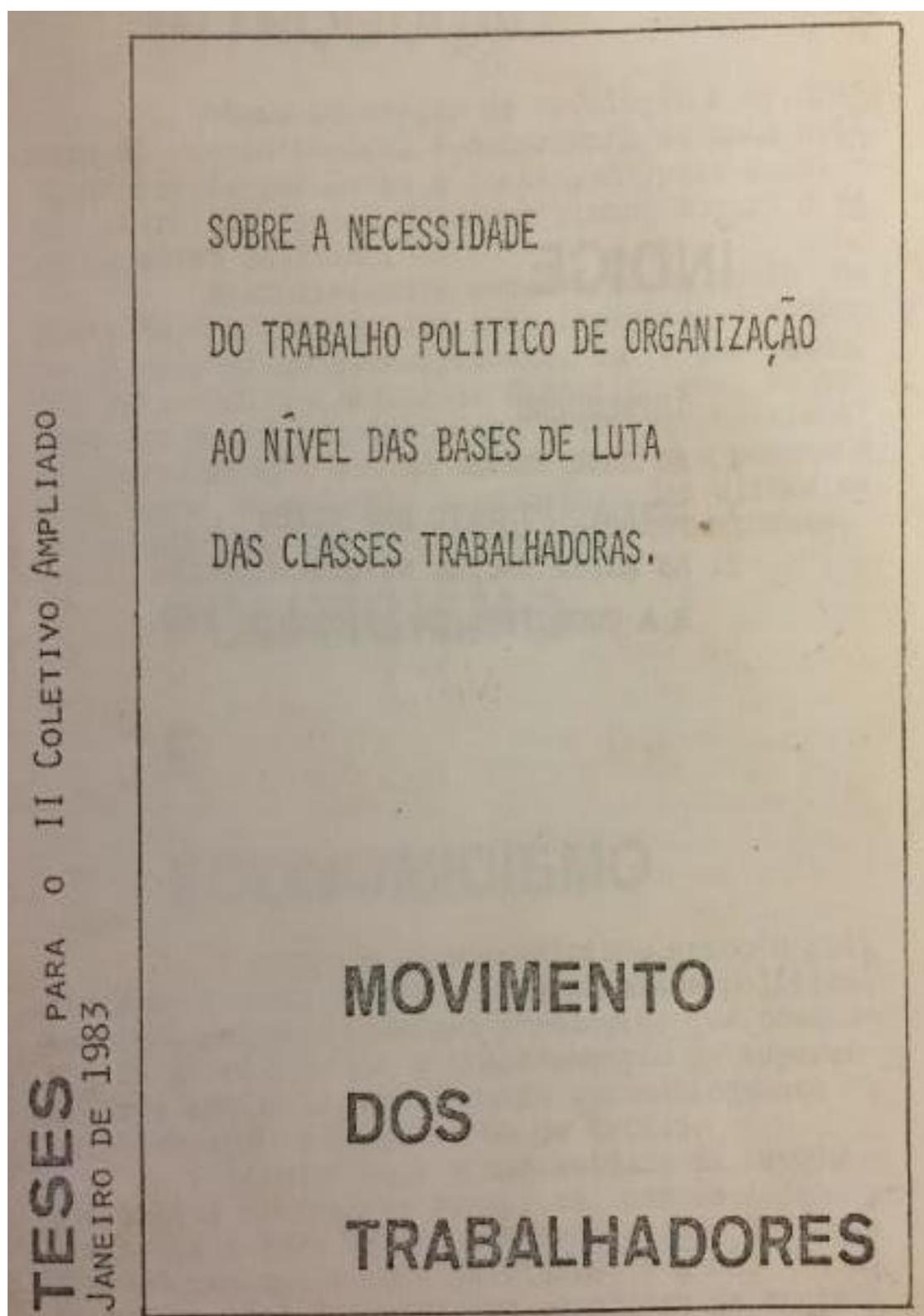
Anexo II**Capítulo 2 – Lênin**

Figura 27 - Documento produzido pelo Movimento dos Trabalhadores, 1983 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)

POLITICISMO

E

ECONOMICISMO

O combate ao economicismo gerou o politicismo; a luta contra o espontaneísmo político, reforçou um espontaneísmo ideológico que consistiu em acreditar que a transformação da superestrutura social se verificaria automaticamente, pela ocupação dos aparelhos de Estado.

Afirmar hoje a necessidade da Revolução Social Proletária significa, por um lado, continuar a luta contra o economicismo dos que desconhecem que a luta de classes - e não as transformações da estrutura econômica da sociedade - é o motor da história. Mas esta afirmação, também implica, por outro lado, num combate ao politicismo dos que confundem Revolução Social com "tomada de poder".

Figura 28 - Documento produzido pelo Movimento dos Trabalhadores, 1983 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes)

1982

Nossa concepção de revolução e de organização revolucionária é decorrente da luta política movida por Lenin e continuada pela tradição leninista contra o economicismo, contra o espontaneísmo político.

Historicamente necessário do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores, o combate ao economicismo e ao espontaneísmo político, entretanto, foi degenerado por uma tradição leninista dogmática que, no melhor dos casos, carregou uma visão pré-marxista de transformação social e, no pior, deu margem a toda sorte de concepções golpistas das elites "revolucionárias", das esquerdas pequeno-burguesas.

O combate ao economicismo gerou o politicismo; a luta contra o espontaneísmo político reforçou um espontaneísmo ideológico que consistiu em acreditar que a transformação da superestrutura social se verificaria automaticamente pela ocupação dos aparelhos de Estado.

Afirmar hoje a necessidade da Revolução Social Proletária significa, por um lado, continuar a luta contra o economicismo dos que desconhecem que a luta de classes - e não as transformações da estrutura econômica da sociedade - é o motor da história. Mas esta afirmação também implica, por outro lado, num combate ao politicismo dos que confundem Revolução Social com "tomada de poder".

Do ponto de vista da Revolução Social podemos verificar que, não raro, o politicismo se faz acompanhar de outros dois desvios importantes da atividade revolucionária: o vanguardismo e o intervencionismo.

Como reação, porém, a esses desvios, verifica-se outros dois tipos de concepções equivocadas do processo de transformação da sociedade: o basismo e o autonomismo.

A tensão entre vanguardismo e basismo, intervencionismo e autonomismo, tem causado dificuldades para um encontro das lideranças emergentes do movimento social com o marxismo revolucionário.

Profundamente marcadas por um corte politicista, a maioria das organizações revolucionárias não conseguiram, ainda, avaliar autocriticamente sua prática anterior desvencilhando-se do vanguardismo e do intervencionismo nas suas relações com o movimento.

Por outro lado, a maioria dos setores organizados a partir das bases de luta das classes trabalhadoras - embora se vejam crescentemente compelidos a desenvolver uma prática de intervenção política sistemática na luta de classes - não lograram, ainda, superar o basismo e o autonomismo característicos da sua ação espontânea e da falta de direção política.

Figura 29 - Documento do Movimento dos Trabalhadores, sem título, 1982 (fonte: acervo de antigos integrantes)

O vanguardismo tem sua raiz numa equivocada concepção da relação do movimento revolucionário com o movimento de massas: a relação vanguarda-massa! Para o vanguardismo, o problema fundamental da Revolução é o problema da direção. Se o movimento não avança é porque há "crise de direção". As questões de organização são então deslocadas, na concepção vanguardista, para a vanguarda. Não se coloca, prioritariamente, o problema da organização do movimento, mas, de certa maneira, o da organização no movimento. Se o movimento está sem rumo é porque a vanguarda não está suficientemente organizada para uma intervenção eficaz. Ou seja, trata-se, sempre, mais de um problema de direção do que de organização (interna) propriamente dita do movimento. O que interessa, em suma, ao vanguardismo politicista, é poder dirigir as massas em função da tomada do poder, para depois então organizá-las.

Como reação ao vanguardismo verificou-se o chamado basismo, desvio que tem sua raiz na concepção de uma impraticável relação base-massa. Desconhecendo o papel da vanguarda, o basismo acredita ser possível fazer avançar o movimento pela gradual e crescente organização dos explorados e oprimidos. Na realidade, o projeto basista, considerado com todas as suas implicações, aponta para uma impossível "organização de todo o povo" como condição subjetiva para a revolução.

A prática basista não consegue jamais impulsionar ações de massas consequentes e abrangentes, uma vez que não formula políticas para a intervenção no conjunto da luta de classes, mas, apenas, para o trabalho de pequenos grupos. É, assim, uma prática moleculista, na qual a imensa maioria dos grupos de trabalho de base se vêem impossibilitados de uma efetiva e real relação com a massa. Além disso, é uma prática despolitizada, uma vez que, negando o papel da vanguarda, não organiza instâncias de direção política capazes de sistematizar sua própria acumulação para elaborar propostas gerais à luz de um projeto revolucionário.

É assim que, enquanto por um lado, o vanguardismo nega na prática a necessidade da base, quer dizer, a necessidade de instâncias de organização do movimento ao nível das bases de luta das classes trabalhadoras, o basismo, por outro lado, nega, como vimos, a necessidade da vanguarda, isto é, a necessidade de instâncias de direção capazes de formular políticas para o movimento numa perspectiva revolucionária.

Uma avaliação crítica do desenvolvimento do Movimento Popular e das experiências de organização e luta revolucionárias, apontam, ao nosso ver, para a necessidade de se estabelecer uma nova relação entre o movimento revolucionário e o movimento de massas que leve em conta tanto o papel da direção quanto o papel da organização.

Evitando o desvio vanguardista, com sua equivocada relação vanguarda-massa, bem como evitando o desvio basista, com sua impraticável relação base-massa, vem se afirmando uma outra concepção: a da relação vanguarda-base-massa.

Figura 30 - Documento do Movimento dos Trabalhadores, sem título, 1982 (fonte: acervo de antigos integrantes)

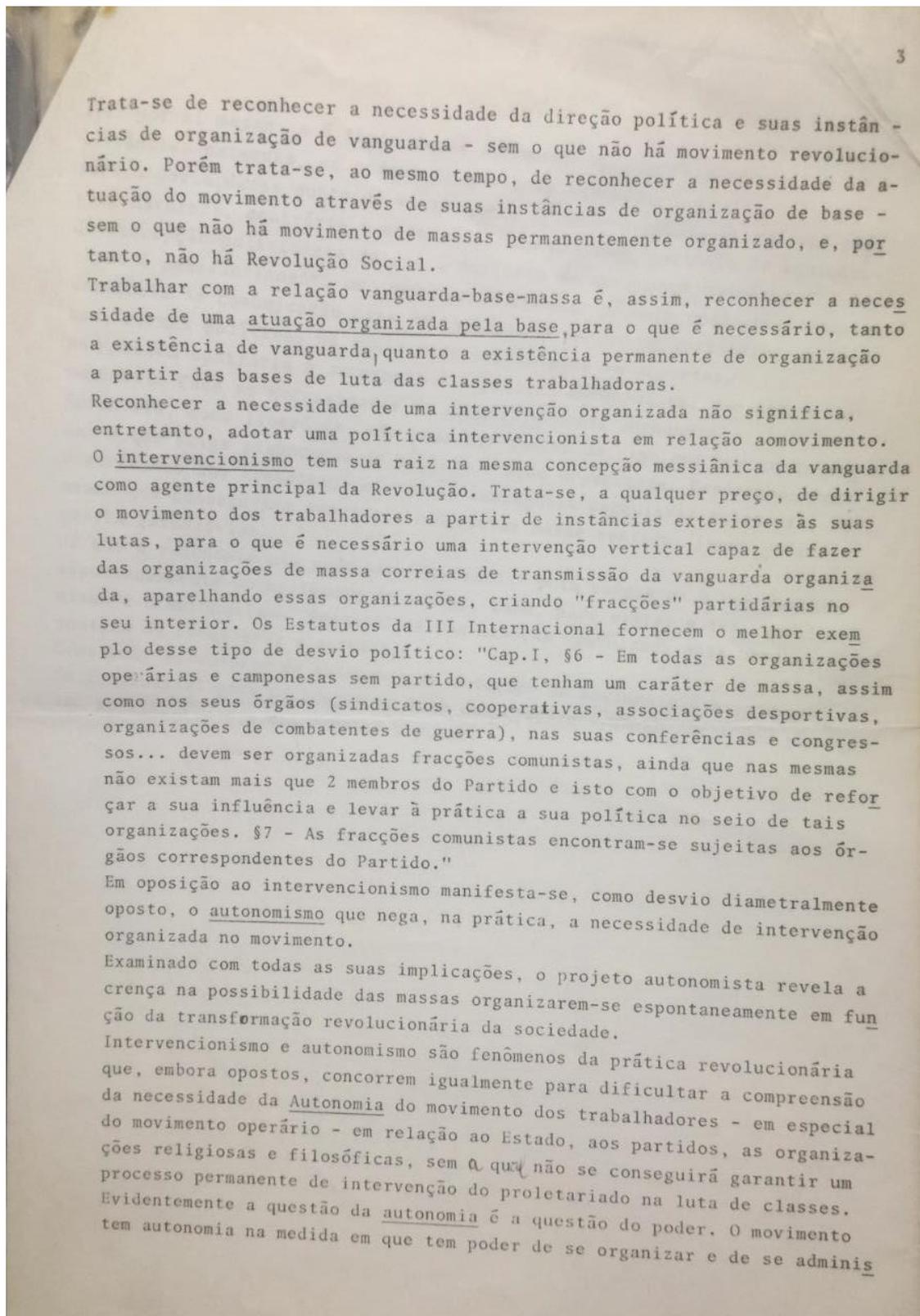


Figura 31 - Documento do Movimento dos Trabalhadores, sem título, 1982 (fonte: acervo de antigos integrantes)

trar por si mesmo, e é tanto menos autônomo, quanto mais recebe, de instâncias externas, as normas as quais se submete.

Parece óbvio, desse ponto de vista, que o intervencionismo é, por sua própria natureza, contrário a autonomia, uma vez que, partindo da equivocada concepção politicista de que a política do movimento operário espontâneo é necessariamente uma política burguesa, procura construir linhas verticais de comunicação para transmitir, a partir de instâncias externas, normas políticas às quais o movimento deve se submeter.

Mas também contrária a autonomia é a prática autonomista, que desarma o movimento face as necessidades de conquista dessa autonomia.

Autonomia, como liberdade, não pode ser concedida, tem que ser conquistada, o que exige elaboração de projeto e ação organizada. Espontaneamente, o movimento dos trabalhadores jamais conseguirá conquistar autonomia, e, mesmo que conseguisse eventuais conquistas nesse sentido, jamais conseguiria garanti-las.

Já que a autonomia não pode ser "concedida" pela vanguarda e nem gestada espontaneamente no movimento de massas, cabe, para evitar o intervencionismo e o autonomismo, desenvolver uma atuação organizada pela base no sentido de conquistar a autonomia.

Construir estruturas de autonomia no interior do movimento é hoje a tarefa fundamental para os grupos de luta das classes trabalhadoras que pensam politicamente a sua prática popular.

Figura 32 - Documento do Movimento dos Trabalhadores, sem título, 1982 (fonte: acervo de antigos integrantes)

Capítulo 2 – Gramsci

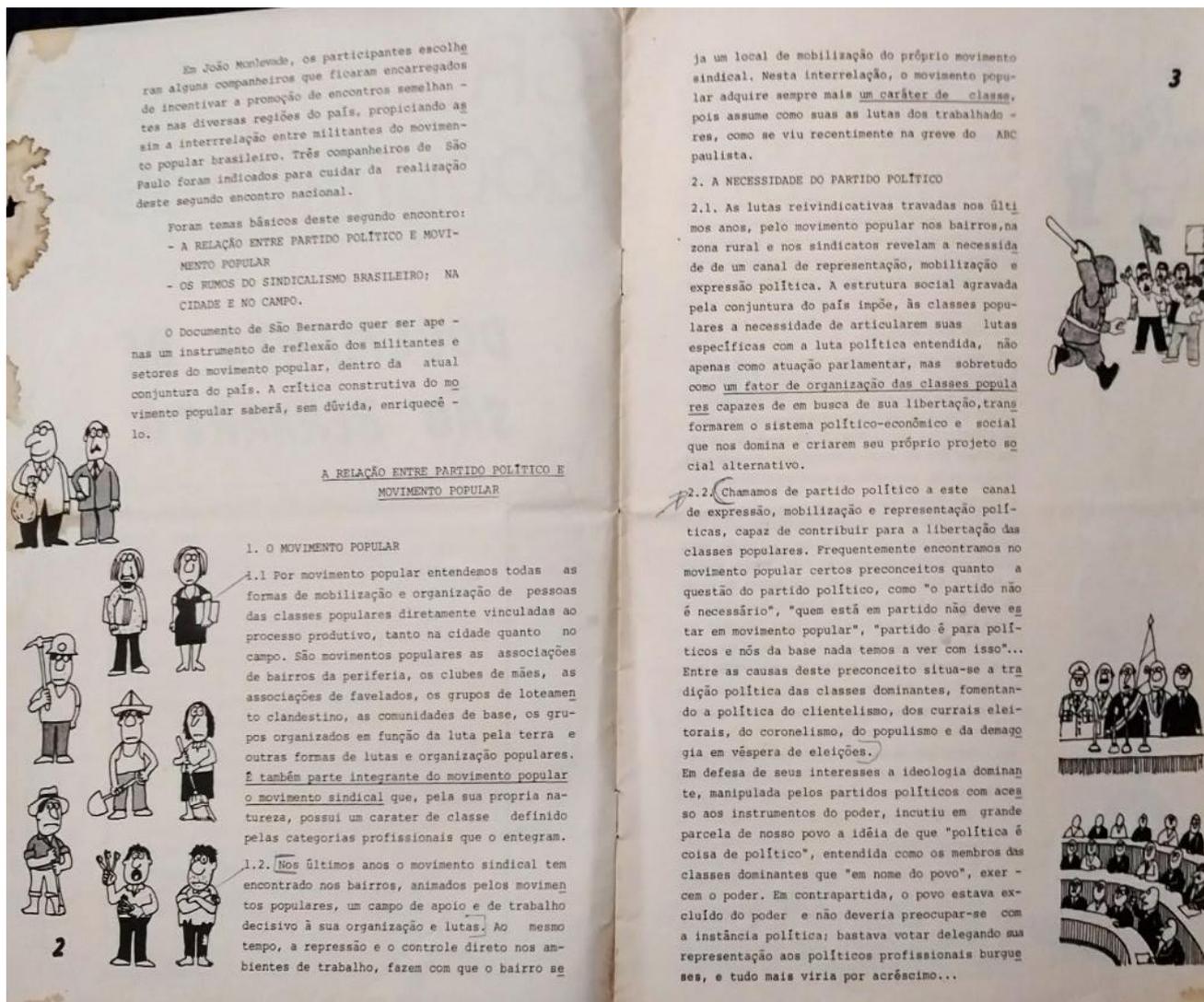


Figura 33 – Exemplo de livro educativo distribuído para os integrantes do MT, 1980 (fonte: arquivo pessoal dos antigos integrantes)

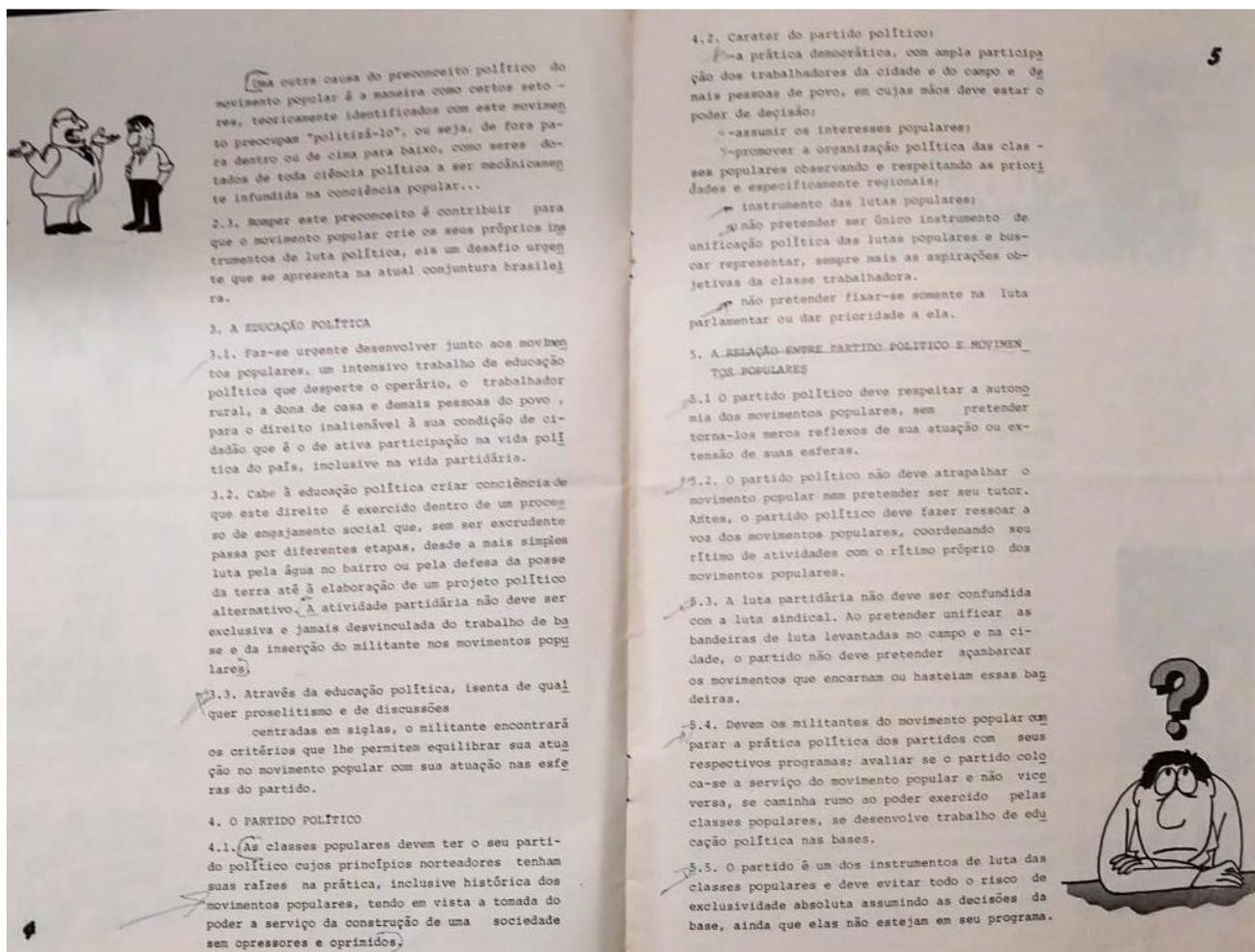


Figura 34 – Exemplo de livro educativo distribuído para os integrantes do MT, 1980 (fonte: arquivo pessoal dos antigos integrantes)

Anexo III

Capítulo 3 – Item 3.1 – O surgimento

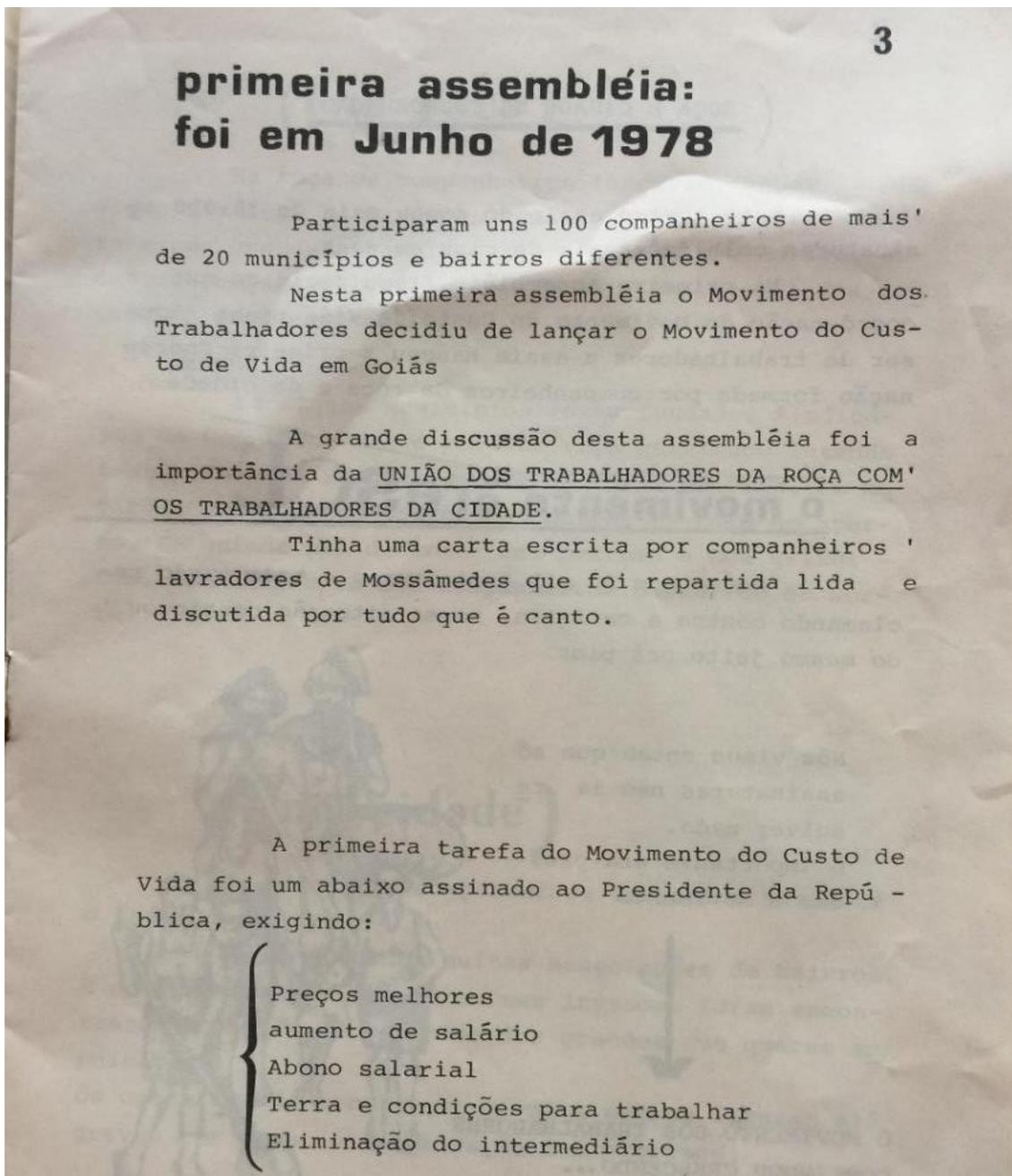


Figura 35 - O Movimento do Custo de Vida em Goiás (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

4

(ROÇA E CIDADE NA COORDENAÇÃO)

Este abaixo assinado somou mais de 30.000 as sinaturas colhidas assim de casa em casa.

Na primeira Assembléia ficou decidido que a coordenação do Movimento do Custo de Vida tinha que ser de trabalhadores e assim nasceu a primeira Coordenação formada por companheiros da roça e da cidade.

o movimento cresce

Mesmo com 30 mil assinaturas e todo mundo re- clamando contra a carístia, nossa situação continuou ' do mesmo jeito prá pior.

Nós vimos então que sô assinaturas não ia re solver nada.
O importante era cres- cer o Movimento.



O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
CONTINUOU CRESCENDO...



Figura 36 - O Movimento do Custo de Vida em Goiás (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

(na roça)

Na roça os companheiros lançaram chapas de oposição Sindical em diversos municípios, e em abril de 79 teve uma grande Assembléia de Trabalhadores Rurais, onde foi lançada oficialmente a Oposição Sindical dos trabalhadores Rurais no Estado de Goiás.

Em alguns municípios foram fundados Sindicatos de Oposição. Mas o povo na roça continuou lutando também fora do Sindicato para melhorar de vida. Em mu tirão, colaborando uns com os outros na hora do aperto. Se unindo prã defender dos patrões e dos grileiros. Como é o caso dos companheiros posseiros do Norte.

(na cidade)

Na cidade os companheiros cresceram bastante o tanto de lutas.

Foram fundadas muitas Associações de Bairros. E os companheiros que moram nas invasões foram encontrando meios de se defender dos grandes que querem ex pulsar.

Os operários da construção civil e outros fizeram até greves por causa da exploração das empresas.

Figura 37 - O Movimento do Custo de Vida em Goiás (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

Capítulo 3 – Item 3.1 – A atuação do Movimento dos Trabalhadores no Estado do Pará: Belém, Marabá e Santarém

MARABÁ (CONTINUAÇÃO)

Na audiência as testemunhas falsas de Nelito, foram o Abílio Amaral Fernandes e o José Pereira da Nóbrega, conhecido como Mãe rinheiro que disseram muitas mentiras condenando os posseiros.

Quando os 50 posseiros com mulheres e crianças iam para a audiência, o polícia rodoviária prendeu o caminhão que levava os posseiros e todo mundo teve que ir a pé no sol quente andando mais de 3 quilômetros até São Félix na beira do rio Tocantins.

Os lavradores já estão esgotados de tantas perseguições e já estamos unindo para enfrentar as perseguições e resistir as injustiças das autoridades de Marabá e perseguições dos grileiros.

João Lourenço de Paula
Presidente da Delegacia Sindical de Marabá
23 de setembro de 1980"



Mais de 50 posseiros vão ao GETAT

NEM GETAT NEM INCRA

Até agora nem o INCRA nem o GETAT tomaram uma providência séria.

A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) através da Delegacia Sindical de Marabá já mandou 2 ofícios ao presidente do INCRA, Sr. Paulo Iokota pedindo providência a favor dos trabalhadores.

Parece até que quanto mais se faz denúncias, se pede providência para os casos de conflitos, mais as autoridades se omitem e apolam a violência e a grilagem de terras, como é o caso do Coronel Fernando Carneiro Leão, responsável pelo GETAT em Marabá que disse a um dos posseiros desta área em litígio que "recebi uns documentos da CONTAG mas não vou perder tempo em olhar aquilo porque é coisa de subversivo".

Com isso a situação vai se agravando, e os posseiros agora dizem que "não temos mais pra quem apelar e o jeito que tem é a gente resistir na terra e o GETAT vai ser o responsável por tudo que acontecer de agora por diante".



**A VOZ
DOS
TRABALHADORES
LEIA
DIVULGUE**

Figura 38 - Jornal A Voz do Trabalhador nº 5 de outubro de 1980 (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

Anexo IV

Capítulo 4 – Item 4.3 – A atuação na formação do PT (Partido dos Trabalhadores)

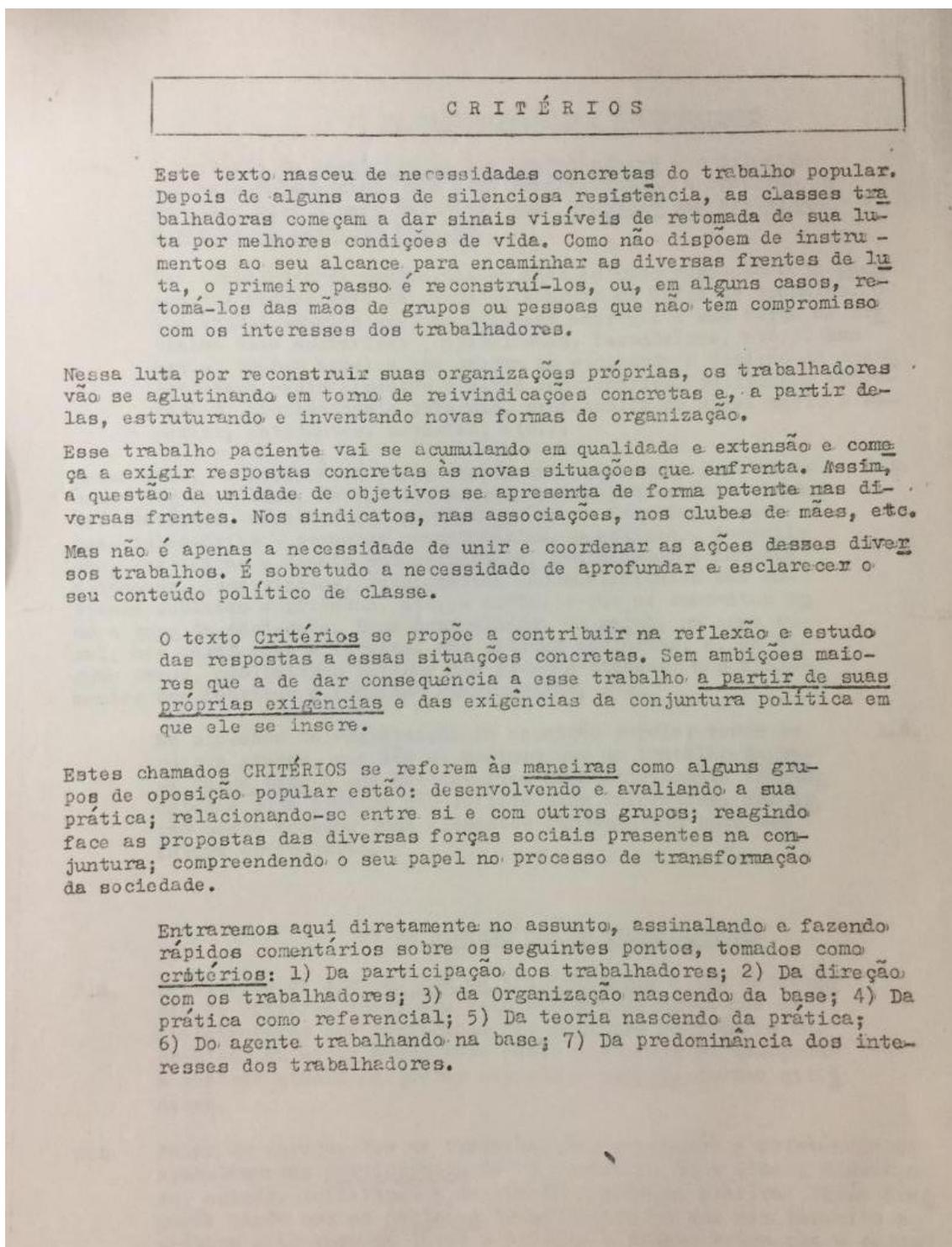


Figura 39 - Texto intitulado "Critérios" de 1978 (fonte: acervo de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

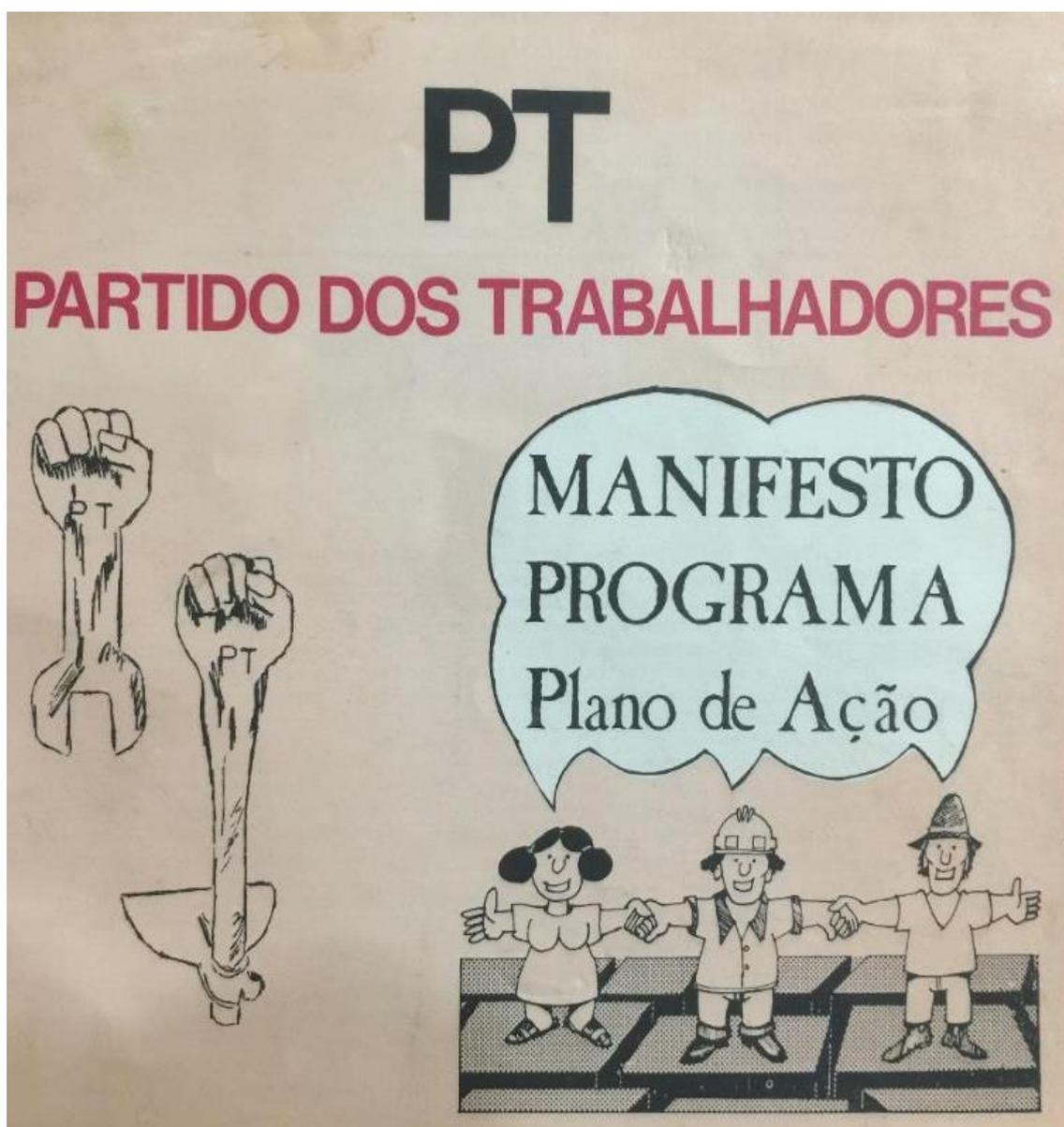


Figura 40 - Livreto didático escrito por integrantes do MT sobre o Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

apresentação

Este CADERNO foi feito para ajudar os militantes do PARTIDO DOS TRABALHADORES a conhecer e aprofundar, em seus núcleos, O MANIFESTO, O PROGRAMA E O PLANO DE AÇÃO do partido.

Ele pode servir também para outras pessoas, que ainda não conhecem o PT, ficar conhecendo.

O CADERNO é uma contribuição dos núcleos de São Benedito, Retiro e Vila São José, município de Itaberaí - Goiás, para a construção do nosso Partido dos Trabalhadores.

Itaberaí, outubro de 1980.



PEDIDOS PARA:
CAIXA POSTAL, 08
76.660 - ITABERAÍ - GO

Figura 41 - Livreto didático escrito por integrantes do MT sobre o Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

A. A necessidade do Partido



Não é novidade para ninguém a situação de injustiça em que vivemos no Brasil.

Os trabalhadores e a maioria do nosso povo estão sendo explorados pelos patrões capitalistas nacionais e estrangeiros.

Além disso, os trabalhadores e a maioria do nosso povo vem sendo oprimidos por governos que só atendem aos interesses desses patrões.

Finalmente, os trabalhadores e a maioria do nosso povo vem sendo dominados pelas idéias dos patrões através de propaganda, das escolas e de outros meios.

Para os trabalhadores brasileiros explorados, oprimidos e dominados pelo interesse capitalista, nunca houve possibilidade de participação em qualquer nível.

Ao nível econômico, os trabalhadores, que produzem todas as riquezas, além de viver na miséria não podem controlar a produção e não podem decidir nada sobre a organização social do trabalho e sobre a repartição dos seus frutos.

Ao nível político, os trabalhadores, que são a maioria da população, não podem participar das decisões políticas e são obrigados a eleger pessoas que não representam os seus interesses.

Ao nível cultural, os trabalhadores não têm meios para elaborar e divulgar a sua maneira de pensar e de ver a realidade.

Figura 42 - Livreto didático escrito por integrantes do MT sobre o Partido dos Trabalhadores (fonte: acervo de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

34

A QUESTÃO DOS PARTIDOS

ESSA QUESTÃO DOS MEIOS DE ORGANIZAÇÃO
TEM SIDO AGORA BASTANTE DISCUTIDA
POR TODOS AQUELES QUE TEM ALGUM INTERESSE
PELAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA.
ENTÃO É PRECISO DA GENTE, DA PRÓPRIA CLASSE,
COMEÇAR A PENSAR
E A DISCUTIR ESSA QUESTÃO PRÁ VALER.

O ponto mais agitado hoje em dia
é esse problema dos PARTIDOS.

Nós sabemos que a classe trabalhadora
tem que conquistar esse meio de luta política
que é o Partido.
A classe tem que construir um Partido nosso,
dos trabalhadores.
E tem que conquistar
o controle desses partidos de massas que estão aí
ou que ainda podem aparecer
dizendo que são prá defender
os INTERESSES dos trabalhadores.

MAS COMO A GENTE VAI FAZER ISSO?
É PRECISO DISCUTIR
PRÁ DESCOBRIR O JEITO MELHOR.

Figura 43 - Documento do Movimento dos Trabalhadores (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

O PARTIDO

35

É UMA FERRAMENTA

O IMPORTANTE É A GENTE VER QUE O PARTIDO
- IGUAL A TODOS OS OUTROS MEIOS DE ORGANIZAÇÃO -
É APENAS UM MEIO, UMA FERRAMENTA.

MAIS IMPORTANTE QUE O PARTIDO,
É A LINHA QUE ESSE PARTIDO DEVE SEGUIR
PRA CONSEGUIR ALGUMAS ETAPAS
NA LIBERTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.

PODE ATÉ ACONTECER
QUE UM PARTIDO ACABE OU SE TRANSFORME.

PORÉM AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA
NUMA LINHA INDEPENDENTE
ESSAS NÃO PODEM ACABAR.

Figura 44 - Documento do Movimento dos Trabalhadores (fonte: acervo pessoal de antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores)

Anexo V – Imagens fotográficas de alguns entrevistados do MT



Foto 10 - Everardo Lopes de Aguiar, entrevistado no dia 03 de julho de 2017 em Brasília – DF

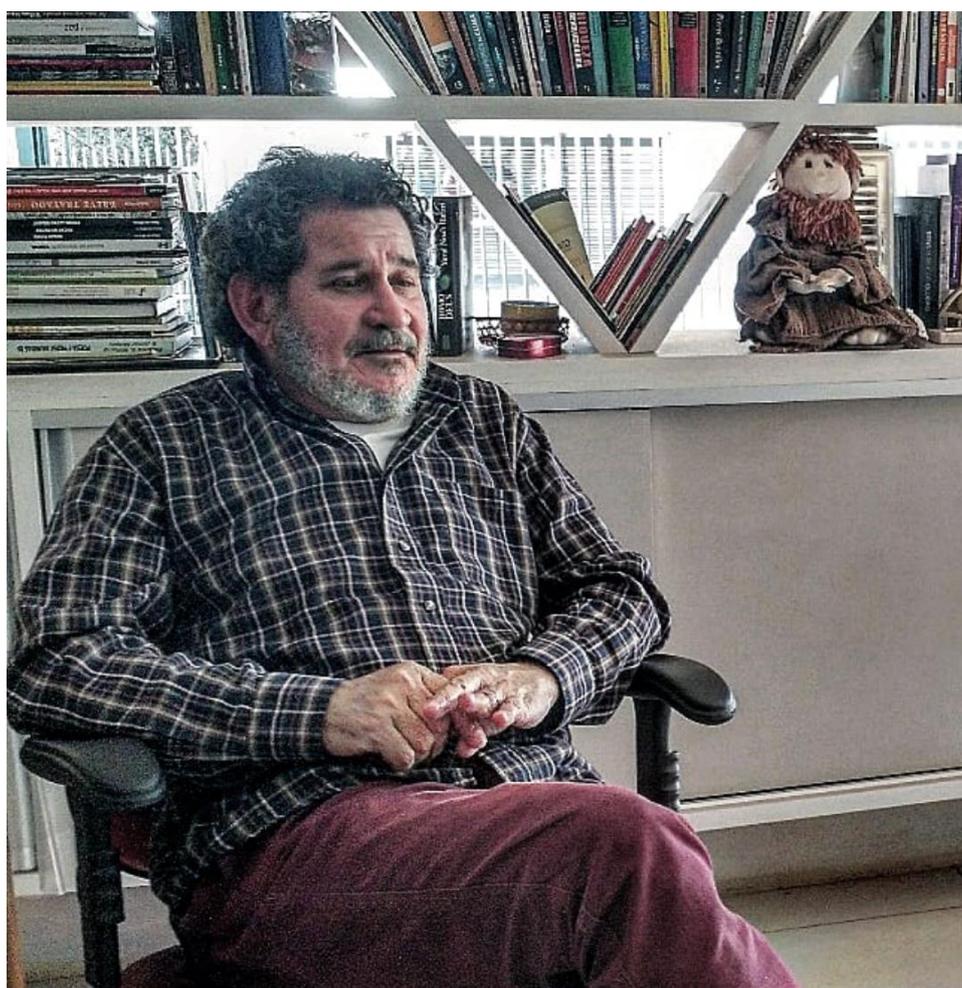


Foto 11 - Everardo Lopes de Aguiar, entrevistado no dia 03 de julho de 2017 em Brasília – DF



Foto 12 - Alberto Gomes de Oliveira, o “Bacurau”, entrevistado no dia 18 de julho de 2017 no Rio de Janeiro – RJ



Foto 13 - Alberto Gomes de Oliveira, o “Bacurau”, entrevistado no dia 18 de julho de 2017 no Rio de Janeiro – RJ



Foto 14 - Geralda Maria de Azevedo, entrevistada no dia 01 de outubro de 2018 em Goiânia – GO



Foto 15 - Élcio José Teixeira e Márcio Ildes Teixeira, entrevistados no dia 20 de outubro de 2018 em Itaberaí – GO



Foto 16 - Padre Arrigo Malavolti, entrevistado no dia 07 de janeiro de 2019 em Módena – Itália



Foto 17 - Padre Arrigo Malavolti, entrevistado no dia 07 de janeiro de 2019 em Módena – Itália



Foto 18 - Lúcia Helena de Carvalho e Cícera Bezerra de Moraes, entrevistadas no dia 28 de novembro de 2019 em Brasília – DF



Foto 19 - Everardo Lopes de Aguiar e Amauri Barros da Silva, entrevistados no dia 18 de dezembro de 2019 – Brasília DF

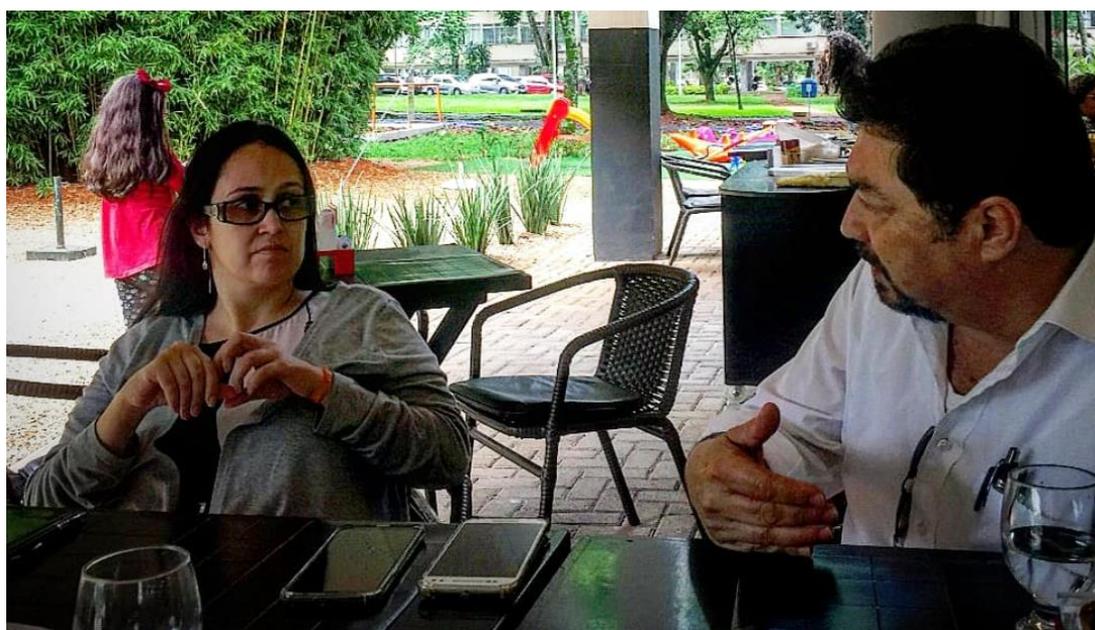


Foto 20 - Amauri Barros da Silva, entrevistado dia 18 de dezembro de 2019 – Brasília DF



Foto 21 - Marcia Jorge, entrevistado dia 12 de fevereiro de 2020 – Goiânia GO



Foto 22 - Raimundo Alberto Damasceno entrevistado no dia 14 de janeiro de 2020 por meio da tecnologia (Belém-PA)



Foto 23 - Augusto de Franco, entrevistado no dia 20 de janeiro de 2020 em Campos do Jordão – SP



Foto 24 - Augusto de Franco, entrevistado no dia 20 de janeiro de 2020 em Campos do Jordão – SP

Anexo VI – Relatório da 1ª Assembleia Popular (Taguatinga, 15 de agosto de 1982)

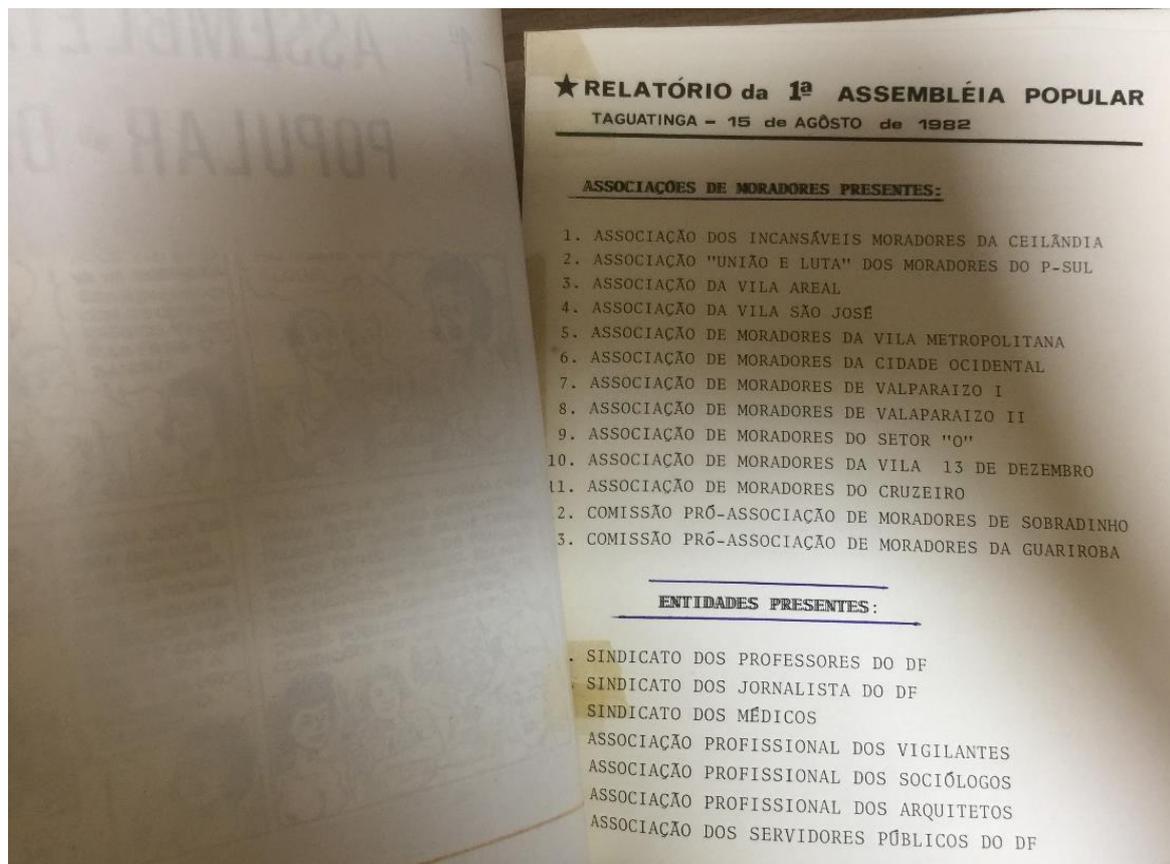


Figura 45 - Primeira página do Relatório da 1ª Assembleia Popular (Taguatinga, 15 de agosto de 1982)

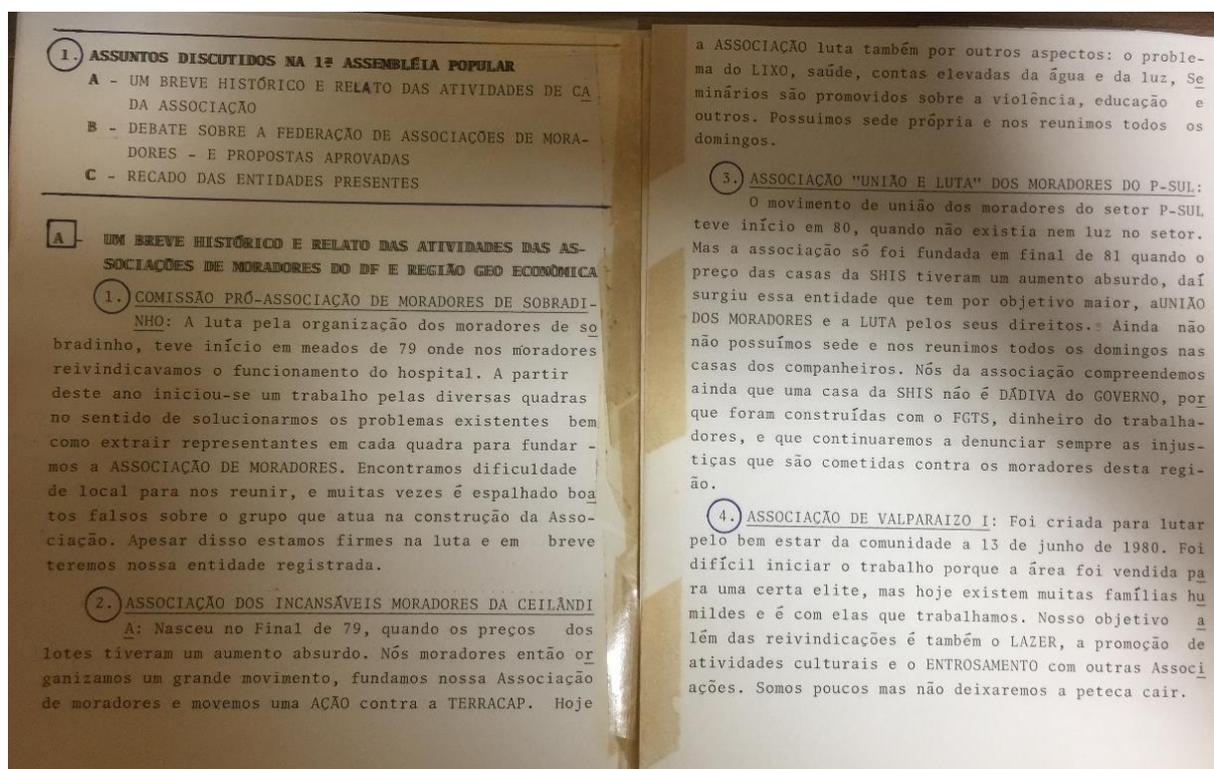


Figura 46 - Segunda página do Relatório da 1ª Assembleia Popular (Taguatinga, 15 de agosto de 1982)